

# AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:



**LITORAL  
SUSTENTÁVEL**  
DESENVOLVIMENTO  
COM INCLUSÃO SOCIAL

CONTRIBUIÇÕES PARA A  
BAIXADA SANTISTA E LITORAL NORTE  
DE SÃO PAULO



APOIO



REALIZAÇÃO



CONVÊNIO



# Projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social

## COORDENAÇÃO

### COORDENAÇÃO GERAL

Nelson Saule Júnior

### COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Angela Amaral

### COORDENAÇÃO TÉCNICA URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Danielle Klintowitz

Kazuo Nakano (de 2011 a 2012)

### COORDENAÇÃO JURÍDICA

Guadalupe M. J. Abib de Almeida

### INSTITUCIONALIDADE E DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA

Maria Judith Magalhães Gomes

Paula Lima (de outubro 2011 a 2013 – 1º semestre)

## EQUIPE TÉCNICA

### COORDENAÇÃO GERAL

Carolina Rocha Silva

Neide Pereira dos Santos

Stacy Torres (de 2011 a 2012)

Antônio Rodrigues (2013 – 1º semestre)

Maria das Dores R. do Nascimento (2013 – 1º trimestre)

### URBANÍSTICA E SOCIOAMBIENTAL

Ana Cristina V. Vellardi

Rafael Paulo Ambrósio

Vitor Coelho Nisida

Júlio Pedrassoli

Marcel Fantim

Maria Beatriz Cruz Rufino

Natasha Mincoff Menegon (de 2011 a 2013 – 1º semestre)

José Marques Carriço (de 2011 a 2012)

Paula Aguina (de 2011 a 2012)

### JURÍDICA

Hélio Wicher Neto

Irene Maestro Sarrion dos Santos Guimarães

Mariana Levy Piza Fontes

Paulo Somlanyi Romeiro

Karina Uzzo (de 2011 a 2012 – 1º trimestre)

Raphael Bischof (de 2012 – 2º semestre a 2013 – 1º semestre)

Rodrigo Dantas Bastos (de 2011 a 2012 – 1º semestre)

### INSTITUCIONALIDADE E DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA

Andrea Braga Salgueiro

Ariella Kreitlon Carolino

Elisa Camarote

Fernanda Toffoli Versolato

Inácio da Silva

Isabel Ginters

Maria Aparecida Tijjwa (2º semestre de 2013)

Katia Hale (de 2011 a 2012 – 1º semestre)

### COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Bianca Pyl

Luci Ayala (de 2011 a 2012)

Roberta Jovchevich (2013 – 1º semestre)

## EQUIPE

Diogo Soares

## CONSULTORES

Anna Luiza Salles Souto

Christiane Gasparini Araújo Costa

Daniel Höfling (de 2012 a 2013 – 1º semestre)

Elisabeth Grimberg

Hamilton Faria

Helena Faro (2012 – 2º semestre)

Jorge Kayano

Leandro Moraes

Maria Clara Di Pierro

Mesaque Araújo da Silva

Odilon Guedes

Stela da Silva Ferreira (2012 – 2º semestre)

Paula Miraglia

## ASSISTENTES TÉCNICOS

Ana Miraglia (2012 – 2º semestre)

Carlos Henrique Andrade de Oliveira (de 2011 a 2013 – 1º semestre)

Daniel Marconi (de agosto de 2013 a dezembro de 2013)

Kelci Anne Pereira (setembro 2012)

Luís M. M. Borges

Maria Judith Magalhães Gomes (de 2011 a 2013 – 1º semestre)

Mariana Monferdini Romão

Natalia Negretti (de julho a setembro de 2013)

Valeria Virginia Lopes (setembro 2012)

## ESTAGIÁRIOS

Caroline Bampa

Emmanuel Ponte

Filipe Maciel Paes Barreto (2012)

Gabriely Souza de Araújo (de 2012 a 2013 – 1º semestre)

Gilvan Nascimento Batista do Nascimento Junior (2012)

Henrique Iglecio Fernandes

Manon Crozet

Massimiliano Granceri

Natália Megume Tsukamoto (de 2012 a 2013 – 1º semestre)

Tamires Arruda Fakhi

Younna Abdul Ghani

## APOIO ADMINISTRATIVO

Allan Lopes Ferreira

Amanda Rodrigues

Benedita Aparecida Alegre de Oliveira

Dilma Nazário

Flávio de Oliveira Santos

Gisele Balestra

João Batista dos Santos

João Carlos Ignácio

Lucas de Figueiredo

Maria Aparecida Mendes dos Anjos

Maria Cristina da Silva

Maria da Paixão Pereira Mota

Maurício Renan dos Santos (2011 – 1º semestre de 2012)

Rosângela Maria da Silva

Tania Maria Masselli

Veronilde Pereira Barbosa

Vilma dos Santos Guerra

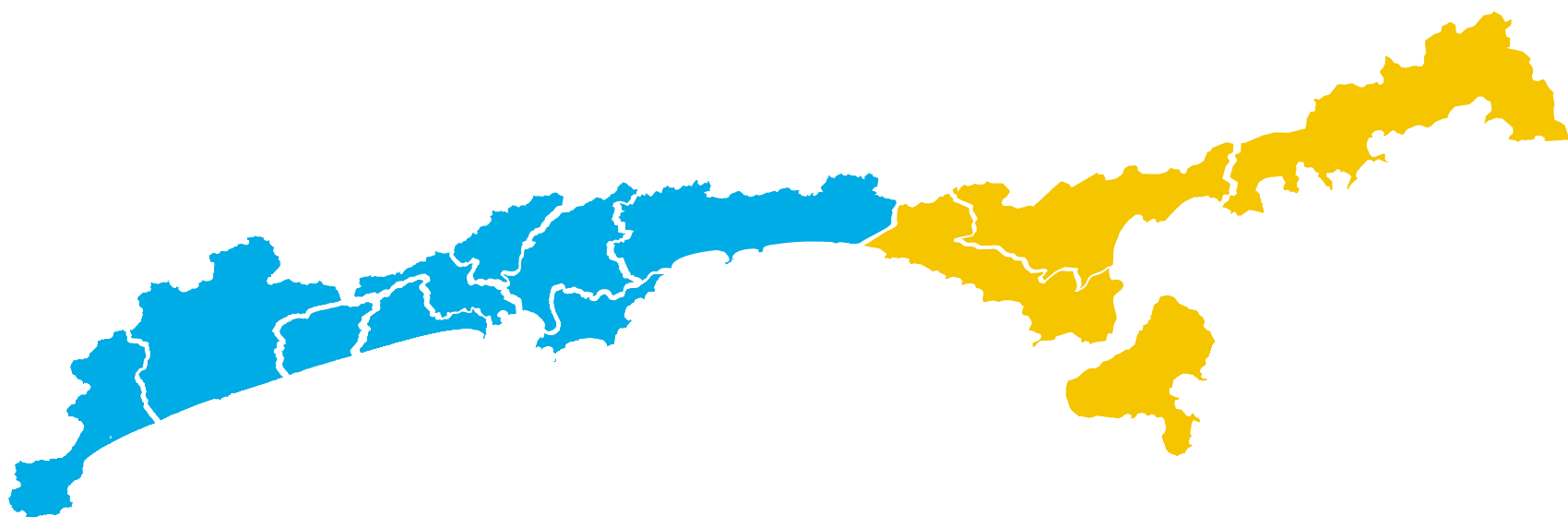
# AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

CONTRIBUIÇÕES PARA A

## BAIXADA SANTISTA E LITORAL NORTE DE SÃO PAULO



LITORAL  
SUSTENTÁVEL  
DESENVOLVIMENTO  
COM INCLUSÃO SOCIAL



APOIO



REALIZAÇÃO



CONVÊNIO



# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

### PARTE 01




O PROJETO LITORAL SUSTENTÁVEL: construção dos diagnósticos socioambientais participativos e das agendas regionais e municipais	4
	6

Caracterização da região: Baixada Santista e Litoral Norte	12
Desafios ao Desenvolvimento Sustentável da região	16
Os Eixos Temáticos estruturadores da Agenda Regional	22
Observatório Litoral Sustentável	23

### PARTE 02

AGENDA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	24
--	----

Princípios da Agenda Regional	24
Eixos e Diretrizes da Agenda Regional	25
Ações Estratégicas	26

 EIXO 1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUDENTE	26
 EIXO 2 USO SUSTENTÁVEL DAS ÁREAS PROTEGIDAS	35
 EIXO 3 DEMOCRATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E INCLUSÃO SOCIAL	43














O papel dos atores na implementação da Agenda Regional	58
Gestão regional e arranjos institucionais	69

 Agenda Regional	74
EIXO 1	74
EIXO 2	80
EIXO 3	84

### PARTE 03

AGENDAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	94
---	----

Apresentação das Agendas Municipais	95
-------------------------------------	----

 Agenda Municipal de UBATUBA	96
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	98
POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	100
AÇÕES LOCAIS – EIXOS 1, 2 E 3	102-109
 Agenda Municipal de CARAGUATATUBA	110
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	112
POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	114
AÇÕES LOCAIS – EIXOS 1, 2 E 3	116-121
 Agenda Municipal de ILHABELA	122
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	124
POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	126
AÇÕES LOCAIS – EIXOS 1, 2 E 3	128-133
 Agenda Municipal de SÃO SEBASTIÃO	134
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	136
POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	138
AÇÕES LOCAIS – EIXOS 1, 2 E 3	140-147
 Agenda Municipal de BERTIOGA	148
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	150
POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	151
AÇÕES LOCAIS – EIXOS 1, 2 E 3	154-159
 Agenda Municipal de GUARUJÁ	160
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	162
POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	163
AÇÕES LOCAIS – EIXOS 1, 2 E 3	166-173
 Agenda Municipal de SANTOS	174
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	176
POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	177
AÇÕES LOCAIS – EIXOS 1, 2 E 3	180-187
 Agenda Municipal de CUBATÃO	188
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	190
POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	191
AÇÕES LOCAIS – EIXOS 1, 2 E 3	194-201
 Agenda Municipal de SÃO VICENTE	202
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	204
POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	205
AÇÕES LOCAIS – EIXOS 1, 2 E 3	208-215
 Agenda Municipal de PRAIA GRANDE	216
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	218
POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	219
AÇÕES LOCAIS – EIXOS 1, 2 E 3	222-229
 Agenda Municipal de MONGAGUÁ	230
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	232
POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	234
AÇÕES LOCAIS – EIXOS 1, 2 E 3	236-243
 Agenda Municipal de ITANHAÉM	244
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	246
POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	248
AÇÕES LOCAIS – EIXOS 1, 2 E 3	250-257
 Agenda Municipal de PERUIBE	258
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	260
POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	261
AÇÕES LOCAIS – EIXOS 1, 2 E 3	264-273

### ANEXO

Glossário	274
-----------	-----

O litoral paulista tem experimentado grandes transformações nas últimas décadas, resultado de processos de urbanização muitas vezes desordenados, com forte impacto na vida de quem mora, trabalha e frequenta a região.

A ampliação dos portos, a duplicação e construção de novas rodovias e o início da exploração do pré-sal são responsáveis, na atualidade, pela intensificação dessas transformações. Estes grandes projetos e investimentos impõem desafios para se pensar e planejar o futuro, reconhecendo a necessidade de considerar as demandas sociais, ambientais e urbanas acumuladas e de assegurar que os grandes empreendimentos em curso na região possam impulsionar o desenvolvimento sustentável local e regional. Esses grandes projetos devem ser acompanhados e monitorados de perto pela sociedade civil desde sua proposição, de modo que esta possa, em alguns casos, questionar sua pertinência e viabilidade de implantação.

Considerando este contexto, o Projeto *Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social*, proposto pelo Instituto Pólis à Petrobras, elaborou a Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável, abrangendo a totalidade dos Municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista, e 13 (treze) Agendas Municipais voltadas para questões mais específicas.

A elaboração destas Agendas é resultado de um processo iniciado em dezembro de 2011, que produziu, em sua primeira fase, 13 (treze) Diagnósticos Socioambientais Participativos dos Municípios integrantes do projeto<sup>1</sup> e um Diagnóstico Regional, todos amplamente discutidos com a sociedade civil e os governos dos três níveis da federação. Na segunda etapa do processo, iniciada em janeiro de 2013, foram elaboradas as propostas de Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável e as Agendas Municipais de Desenvolvimento Sustentável que foram apresentadas e discutidas em uma série de eventos públicos ao longo de 2013.

A Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável é constituída por um conjunto de princípios, diretrizes e ações estratégicas, articuladas em torno de eixos temáticos que dialogam com os desafios e potencialidades compartilhados pelo Litoral Norte e pela Baixada Santista. São abordadas, por exemplo, questões como os assentamentos informais de baixa renda, a destinação dos resíduos sólidos, a mobilidade urbana e as áreas ambientais especialmente protegidas. Por outro lado, a Agenda Regional reconhece as particularidades dessa região, relacionadas em grande medida aos diferentes processos de urbanização.

Hoje, os Municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista estão vinculados a diferentes regiões metropolitanas, que possuem instrumentos próprios de planejamento e gestão, como, por exemplo, o zoneamento ecológico econômico costeiro, agências, conselhos e fundos públicos metropolitanos. A Agenda Regional foi elaborada à luz do contexto e das dinâmicas locais. Dito em outros termos, sua construção levou em conta as estruturas de gestão, o conjunto de atores/agentes atuantes nesses territórios, além das políticas públicas e financiamentos disponíveis em âmbito estadual e federal. Isso confere maior consistência às ações propostas e contribui para viabilizar sua implementação.

O avanço da gestão regional integrada coloca-se como objetivo central desta Agenda, considerando que o enfrentamento de muitas das questões abordadas e o alcance do desenvolvimento sustentável passam por essa compreensão regional.

A Agenda Regional é também importante por ser a base e a referência do desenvolvimento das Agendas Municipais – mais focadas nas questões específicas de cada Município e voltadas à definição de potenciais de desenvolvimento territorial e de ações locais. As ações locais correspondem às demandas da sociedade e dos governos locais, identificadas a partir dos diagnósticos técnicos e comunitários e dos debates públicos realizados.

Estas Agendas pretendem contribuir para a atuação do Poder Público, das organizações da sociedade civil e do setor privado para o planejamento integrado das políticas públicas, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de toda a população, de forma equilibrada com o meio ambiente.

Esta publicação traz os conteúdos da Agenda Regional e das 13 (treze) Agendas Municipais e está organizada em três partes. Na primeira parte, recuperamos o processo de desenvolvimento do Projeto Litoral Sustentável, apresentando a evolução do trabalho e os diversos atores envolvidos, os conteúdos dos diagnósticos e a emergência dos eixos temáticos estruturadores das agendas.

A segunda parte corresponde à Agenda Regional, organizada a partir de seus princípios, diretrizes e ações estratégicas, antecédidos por uma apresentação. As diretrizes e ações estratégicas são estruturadas em torno dos três eixos temáticos da Agenda: desenvolvimento sustentável e incluyente; uso sustentável das áreas protegidas; democratização do território e inclusão social. Cada ação estratégica é desenvolvida e apresentada de maneira mais detalhada, com explicações sobre seu conteúdo e formas de implementação. Considerando a importância da gestão regional integrada, também foram desenvolvidas algumas considerações a esse respeito.

A terceira parte corresponde às 13 (treze) Agendas Municipais, antecédidas por uma apresentação geral. Cada uma das Agendas Municipais está estruturada em quatro itens principais. Inicialmente são apresentadas as características gerais dos Municípios e identificados os principais desafios ao desenvolvimento sustentável; em seguida, são apresentadas as potencialidades de desenvolvimento territorial e enumerado um conjunto de ações locais.

No final da publicação há um glossário com os termos mais técnicos e de difícil compreensão.

<sup>1</sup> Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Ilhabela, Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

# O PROJETO LITORAL SUSTENTÁVEL: construção dos diagnósticos socioambientais participativos e das agendas regionais e municipais



A elaboração da Agenda Regional e das Agendas Municipais foi em grande medida baseada nos conteúdos dos Diagnósticos Socioambientais Participativos, que indicaram os grandes desafios a serem enfrentados para o desenvolvimento sustentável da região.

Partindo da caracterização dos Municípios e de uma extensa sistematização de dados<sup>2</sup>, foram desenvolvidas análises sobre o ordenamento territorial, investigados os principais traços da ocupação, os diferentes tipos de necessidades habitacionais, as demandas e os desempenhos relativos ao sistema de saneamento ambiental, as condições de mobilidade local e regional, os espaços territoriais especialmente protegidos e os grandes equipamentos e infraestruturas de logística existentes e previstos. A esse conjunto de leituras sobre as condições urbanísticas e socioambientais somaram-se importantes análises sobre desenvolvimento econômico, segurança pública, cultura, educação, segurança alimentar e nutricional, saúde, segurança pública, gestão pública e democrática e finanças públicas. Tais análises consideraram o marco regulatório das políticas públicas nacionais e estaduais e os princípios garantidos pela Constituição Federal.

Após a realização dos diagnósticos municipais, passou-se a elaboração do diagnóstico regional. A partir das informações mapeadas, foram identificados os desafios para o desenvolvimento sustentável da região, considerando as potencialidades do território, os principais problemas a serem enfrentados e os nexos de complementariedade entre os Municípios.

Todo o processo de elaboração desses diagnósticos teve como princípio a contínua interlocução com a sociedade civil e governos. Desde o seu início, em 2011, o projeto Litoral Sustentável: Desenvolvimento com Inclusão Social teve como desafio consolidar um processo participativo amplo, para a construção coletiva tanto dos Diagnósticos Socioambientais Participativos quanto das Agendas de Desenvolvimento Sustentável. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma série de atividades e eventos ao longo de 2012 e 2013, nos municípios da Baixada Santista e do Litoral Norte, no intuito de envolver e sensibilizar a sociedade civil e o poder público nas discussões sobre os desafios e as potencialidades da região. Por meio de entrevistas, reuniões temáticas, grupos de discussão, oficinas públicas abertas, devolutivas, seminários regionais, consultas e audiências participativas e encontro regional, somados ao site do projeto (mais um instrumento de participação social), a sociedade pôde se manifestar e levantar propostas para um cenário regional com mais qualidade de vida, desenvolvimento sustentável com inclusão social e participação cidadã.

Ao longo de 2012, foram realizadas reuniões com os prefeitos e equipes técnicas das 13 (treze) prefeituras, com representantes de diversas secretarias e órgãos do governo do Estado de São Paulo (Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM, Fundação Florestal, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, entre outros). No âmbito federal, foram realizadas reuniões com representantes do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GI- GERCO), da Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Cidades. Também foram identificadas cerca de mil entidades da sociedade civil relacionadas com os temas analisados, tendo sido realizadas entrevistas, pesquisas qualitativas<sup>3</sup>, reuniões de escuta e oficinas públicas que visaram identificar as principais demandas da população e sua visão sobre potencialidades do território, considerando a diversidade de interesses e os conflitos existentes. Assim, pescadores, agricultores, organiza-

ções ligadas ao turismo e ao comércio, movimentos de moradia, organizações ambientalistas e assistencialistas, cooperativas de catadores, comunidades indígenas e quilombolas, entidades empresarias e educacionais e instituições de governo fizeram parte dos espaços de discussão e de construção de propostas para a sustentabilidade. Esse trabalho expressa uma leitura comunitária, apresentada de maneira articulada às demais leituras técnicas dos diagnósticos.

Além destas dinâmicas, foram realizadas apresentações e debates sobre os diagnósticos municipais com os governos locais e a sociedade civil e promovidos seminários, em cada uma das duas regiões, para a discussão do diagnóstico regional.

Considerando os conteúdos dos diagnósticos<sup>4</sup>, foram elaboradas propostas de Agendas Regional e Municipais, discutidas em consultas e audiências participativas. A discussão das Agendas Municipais e Regional com a sociedade civil e com o poder público de todos os níveis foi muito produtiva e trouxe importantes contribuições para o resultado final que se apresenta aqui nesta publicação. Foram incluídos novos temas e/ou ações estratégicas a partir da ampla discussão realizada nestes momentos. Um exemplo importante de uma nova ação estratégica inserida, foi a que versa sobre o fortalecimento dos conselhos municipais e regionais, para uma participação efetiva e qualificada, por meio da garantia de eleição dos membros, representação de todos os segmentos da sociedade, do caráter deliberativo e de processo permanente de capacitação dos conselheiros.

Assim, durante todo o percurso do Projeto Litoral Sustentável, o desafio da ampla participação colheu bons resultados: ao longo de dois anos, o projeto Litoral Sustentável contou com 2.100 participantes em seus eventos (desde as oficinas públicas municipais, em 2012, até o último Encontro Regional, em dezembro de 2013), envolvendo 471 entidades diferentes do litoral, sem contar 02 grupos de discussão com a população local por Município (Santos contou com 4 grupos), totalizando 28 grupos com 336 pessoas, e reuniões realizadas com os governos locais. Em cada um dos Municípios integrantes do projeto, houve eventos específicos e foram mobilizados atores ligados aos vários temas pertinentes.

<sup>2</sup> Trabalhou-se com a análise de um grande número de pesquisas e diagnósticos existentes, coleta de novos dados e dinâmicas participativas com a população. Os relatórios foram finalizados em dezembro de 2012.

<sup>3</sup> As pesquisas qualitativas foram realizadas nos 13 (treze) Municípios da Baixada Santista e do Litoral Norte, abrangendo grupos de diferentes classes sociais, com ênfase nos grupos das classes CD.

<sup>4</sup> Os Diagnósticos Municipais e Regional bem como os respectivos resumos executivos encontram-se disponíveis no site do projeto – [www.litoralsustentavel.org.br](http://www.litoralsustentavel.org.br).



**No município de Peruibe**, tiveram participação destacada as associações ligadas aos produtores rurais, à pesca artesanal, à comunidade caiçara e ao comércio. Também participaram em parte dos eventos, organizações voltadas à reciclagem e à conservação da Mata Atlântica, moradores e gestores do Parque Estadual da Juréia, além de entidades sociais que realizam trabalho de proteção à infância e de qualificação profissional. O poder público municipal também teve boa representação, contando com a presença de Secretários municipais e vereadores nos eventos. Contamos com 206 participantes envolvendo 35 entidades diferentes.



**No município de Mongaguá**, tiveram participação destacada as organizações ligadas à reciclagem, à pesca artesanal e à área rural do município. Também participaram associações profissionais, associações de cunho social e assistencial. Houve significativo envolvimento do poder público local, por meio de seus Diretores e técnicos, além da participação de vereadores nos eventos. Em dois anos contamos com 125 participantes nos eventos, envolvendo 18 entidades diferentes.



**No município de Santos**, tiveram participação destacada os movimentos de moradia, o Fórum da Cidadania e as sociedades de melhoramentos de bairro. Também participaram estudantes e professores de universidades locais, organizações sociais e ambientalistas, sindicatos, entidades empresariais, pontos de cultura, conselhos regionais de classe e cooperativas populares. Houve envolvimento do poder público municipal, representado por meio de técnicos, funcionários, tanto do Executivo quanto do Legislativo. De âmbito estadual, deve-se ressaltar ainda a participação importante de representantes da Fundação Florestal, da Emplasa e da Agência Metropolitana da Baixada Santista- AGEM. Quanto à esfera federal, houve também participação do coordenador regional da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) na Baixada Santista e da Secretaria Geral da Presidência. Em dois anos contamos com 176 participantes nos eventos, envolvendo 60 entidades diferentes.



**No município de Cubatão**, participaram organizações voltadas à educação ambiental e à reciclagem, sociedades de melhoramentos de bairro, entidades empresariais, sindicatos, associação comercial e organizações sociais, assistenciais e de cunho recreativo. Houve envolvimento do poder público municipal (sobretudo, do Executivo), por meio de seus Secretários, assessores e técnicos. Em dois anos contamos com 105 participantes nos eventos, envolvendo 34 entidades diferentes.



**No município de Itanhaém**, tiveram participação destacada as organizações voltadas à educação ambiental, à preservação da natureza, à reciclagem e à valorização da cultura. Também participaram comunidades terapêuticas, associações de moradores e associação de produtores rurais. Houve forte envolvimento do poder público municipal (sobretudo, do Executivo), por meio de seus Secretários, técnicos e funcionários. De âmbito federal, deve-se ressaltar ainda a participação importante de representantes da FUNAI e do ICMBio. Em dois anos contamos com 169 participantes nos eventos, envolvendo 25 entidades diferentes.



**No município de Praia Grande**, tiveram participação destacada as organizações voltadas à reciclagem e o movimento de moradia. Também participaram associações de moradores e associações de cunho social e assistencial. Em dois anos contamos com 149 participantes nos eventos, envolvendo 19 entidades diferentes.



**No município de São Vicente**, tiveram participação destacada representantes do Orçamento Participativo e de conselhos de políticas públicas municipais. Também participaram estudantes de universidades, centros comunitários e de apoio à infância, colônia de pescadores, movimento de moradia, entidades empresariais e de consultoria, bem como associações de bairro. Houve envolvimento do poder público municipal, representado por meio de técnicos, funcionários. Em dois anos contamos com 100 participantes nos eventos, envolvendo 31 entidades diferentes.



**No município de Guarujá**, tiveram participação destacada as organizações ligadas à Agenda 21, tanto da iniciativa privada, quanto do terceiro setor. Estiveram presentes, nos eventos, associações de moradores, associação comercial, colônia de pescadores, cooperativa de catadores de materiais recicláveis, estudantes de universidades, entidades empresariais, associações de classe, organizações ambientalistas e de pesquisa, bem como entidades assistenciais. Houve significativo envolvimento do poder público municipal (sobretudo, do Executivo), por meio de seus Secretários, técnicos e assessores. Em dois anos contamos com 165 participantes nos eventos, envolvendo 50 entidades diferentes.



**No município de Bertioga**, tiveram participação destacada as organizações da sociedade civil que compõem os conselhos municipais de políticas públicas. Também participaram entidades ligadas ao comércio, a Agenda 21, associações de bairro, organizações assistenciais, associações de classe e organizações em defesa da participação cidadã ativa. Houve envolvimento do poder público municipal, tanto do Legislativo quanto do Executivo, por meio da presença de Secretários, técnicos e assessores. Em dois anos contamos com 187 participantes nos eventos, envolvendo 51 entidades diferentes.



**No município de São Sebastião**, tiveram participação destacada os representantes de associações de moradores e de organizações socioambientais locais. Também participaram estudantes da Escola Técnica Estadual - ETEC, indígenas da Aldeia Ribeirão Silveira, bem como gestores ou funcionários da Fundação Florestal, da Cetesb e da Polícia Militar Ambiental. Houve envolvimento do Executivo municipal, por meio de seus técnicos e funcionários, sobretudo, da Secretaria de Educação e da rede municipal de ensino. Em dois anos contamos com 99 participantes nos eventos, envolvendo 36 entidades diferentes.



**No município de Caraguatatuba**, tiveram participação destacada a Agenda 21, as organizações voltadas à reciclagem e à valorização da cultura negra e caçara, bem como os estudantes do Centro Universitário Módulo, do Centro Universitário Claretiano, da Escola Técnica Estadual - ETEC e do Instituto Federal. Também participaram os gestores e funcionários da Fundação Florestal (Parque Estadual da Serra do Mar – núcleo de Caraguatatuba), da Sabesp e da Polícia Militar, uma representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte, as associações ligadas à pesca artesanal e aos produtores rurais, as organizações socioambientais locais e algumas associações profissionais. Houve significativo envolvimento do poder público municipal (sobretudo, do Executivo), por meio da presença de representantes das Secretarias e da Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba - Fundacc nos eventos. De âmbito federal, deve-se ressaltar ainda a participação importante de representantes do IBAMA (sub-sede de Caraguatatuba). Em dois anos contamos com 299 participantes nos eventos, envolvendo 44 entidades diferentes.



**No município de Ubatuba**, tiveram participação destacada as organizações ligadas à pesca artesanal e as organizações socioambientais locais, voltadas à educação ambiental, à preservação da natureza e à reciclagem. Também participaram comunidades indígenas (aldeia renascer) e quilombolas, dos quilombos Itamambuca, da Fazenda Pinguaba e Caçandoca, grupos de pesquisa e associações profissionais. Houve forte envolvimento do Executivo municipal, por meio da presença de representantes das Secretarias. De âmbito estadual, deve-se ressaltar ainda a participação importante de representantes do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP durante o projeto e, de âmbito federal, a participação de representante da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Em dois anos contamos com 167 participantes nos eventos, envolvendo 47 entidades diferentes.



**No município de Ilhabela**, tiveram participação destacada a Associação Comercial, a Associação de Engenheiros e Arquitetos, o Instituto Ilhabela Sustentável e os gestores e funcionários do Parque Estadual de Ilhabela. Também participaram as organizações ligadas à pesca artesanal, a cooperativa de catadores de materiais recicláveis, entidades sociais e assistenciais, organizações socioambientais, além da Associação de Moradores do Sul de Ilhabela e da Associação de Hotéis e Pousadas. Houve forte envolvimento do Poder Público municipal (sobretudo, do Executivo), por meio da presença de representantes das Secretarias nos eventos. Em dois anos contamos com 153 participantes nos eventos, envolvendo 21 entidades diferentes.

A fim de reconstruir os caminhos que levaram à elaboração das Agendas, apresentamos a seguir um breve perfil da ocupação das duas regiões, os principais desafios ao desenvolvimento sustentável e os eixos temáticos que estruturaram o desenvolvimento das agendas.



## Caracterização da região: Baixada Santista e Litoral Norte

Embora já desenvolvido amplamente nos diagnósticos, vale retomar algumas das características essenciais do processo de urbanização da Baixada Santista e do Litoral Norte.

A aceleração da ocupação da Baixada Santista e do Litoral Norte esteve inicialmente vinculada ao porto marítimo de Santos – ponto de articulação entre a economia colonial das regiões litorâneas brasileiras e os mercados europeus.

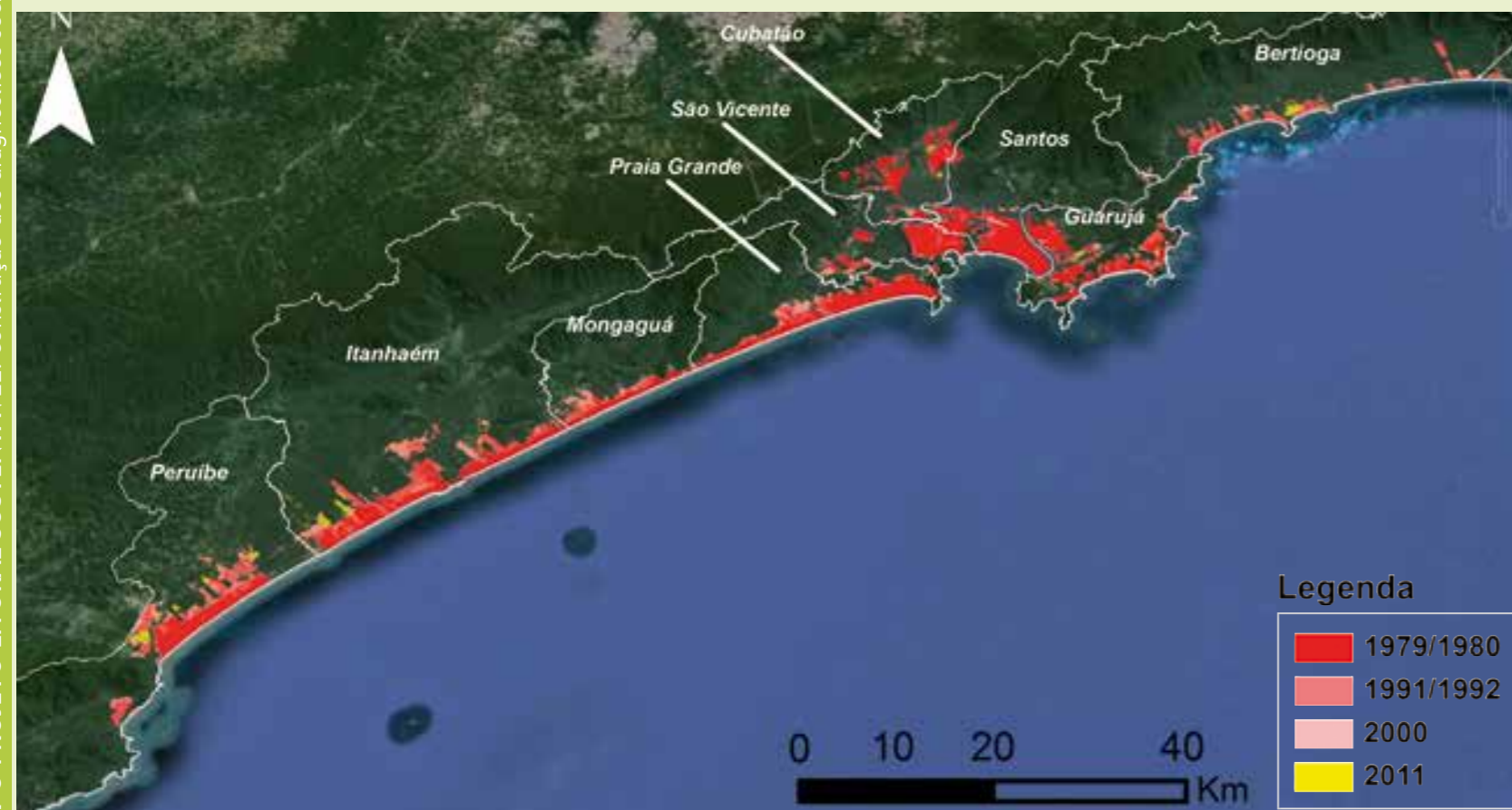
As atividades portuárias realizadas no período colonial influenciaram principalmente a formação dos núcleos que deram origem à ocupação urbana da área central da Baixada Santista. O Porto de Santos ganhou grande importância econômica no último quarto do século XIX com o desenvolvimento da produção de café nas fazendas do interior da então Província de São Paulo. Essa produção, direcionada para exportação, chegava ao Porto de Santos por meio da antiga ferrovia São Paulo Railway, inaugurada em 1867.

A urbanização da Baixada Santista foi impulsionada nas décadas de 1940 e 1950, quando os Municípios centrais da atual Região Metropolitana da Baixada Santista<sup>5</sup> – Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá – registraram rápido crescimento urbano e populacional.

A criação do polo petroquímico em Cubatão e a inauguração da Rodovia Anchieta (SP-150), ligando o litoral à capital, ocorridas neste período, foram muito importantes para intensificar a urbanização nestes Municípios. Muitos trabalhadores ocupados na construção dessa Rodovia, inaugurada em 1947, foram morar em condições precárias nas áreas localizadas nas encostas da Serra do Mar nos chamados “bairros cota”.

Na década de 1950, a expansão urbana desses Municípios começa a avançar na direção de Praia Grande e, na década seguinte, para os Municípios mais ao sul, como Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

O momento de maior crescimento urbano da Baixada Santista como um todo foi na década de 1960. Municípios como São Vicente, Praia Grande e Peruíbe continuaram crescendo de maneira ainda bastante acelerada também na década de 1970. A urbanização mais dispersa por toda a região foi em grande medida resultado da importância crescente do veraneio a partir deste momento. Em decorrência deste processo, no fim da década de 1970, a Baixada Santista já apresentava um quadro de consolidação urbana avançado, como se pode observar na figura abaixo que ilustra a evolução da mancha urbana na região.



**MAPA 1**  
**MANCHA URBANA – BAIXADA SANTISTA**

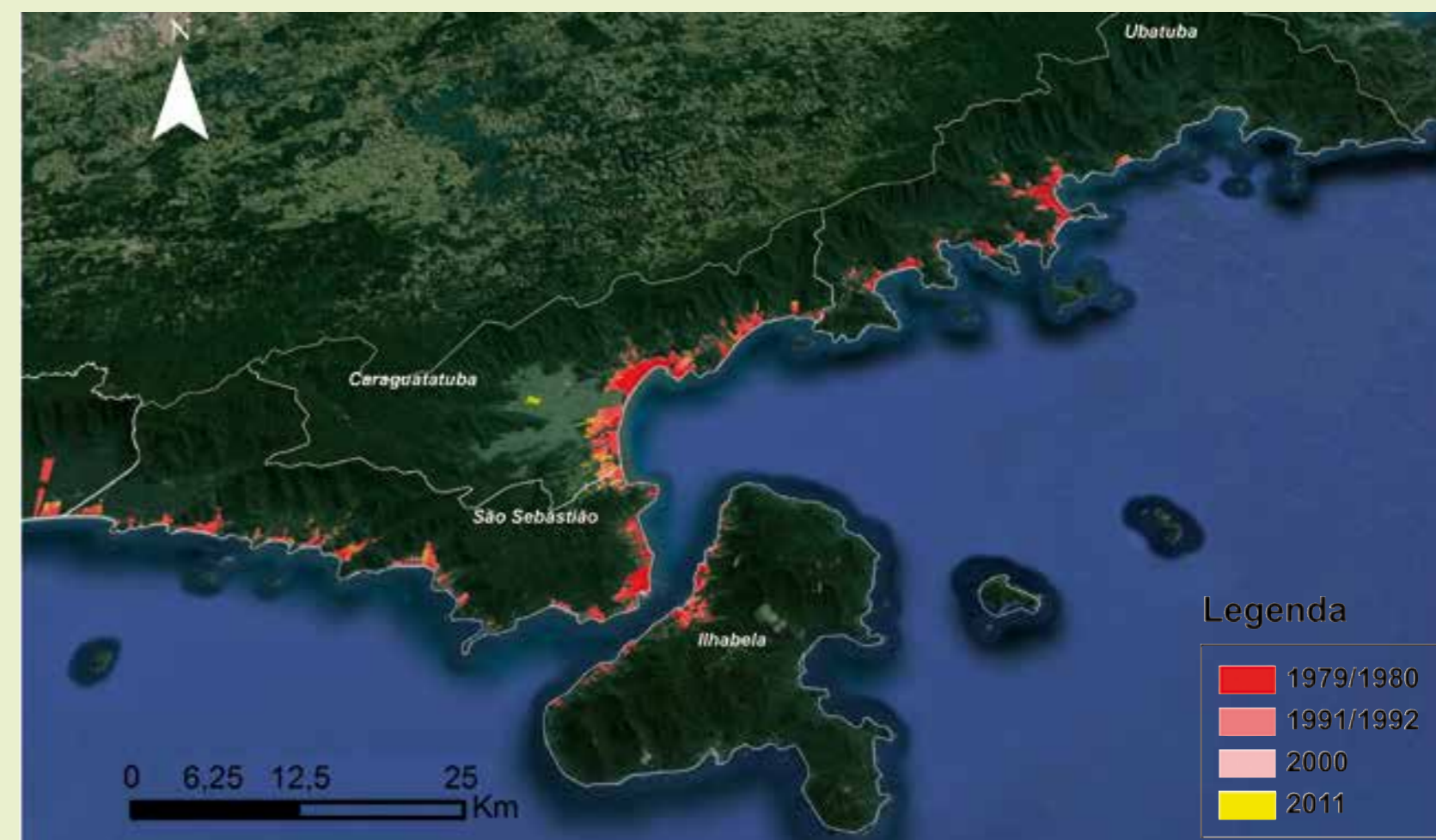
Fonte: Imagens Landsat (1979/1980; 1991/1992; 2000) e Google Earth (2011)

As maiores expansões da mancha urbana na década de 1990 se concentraram nos Municípios do sul – Peruíbe, Mongaguá, Itanhaém e Praia Grande – e em Bertiooga, que se emancipou de Santos em 1991. Naquela década, os Municípios da região central da Baixada cresceram a taxas muito menores, expandindo pouco suas manchas urbanas. A década de 2000 foi marcada por uma expansão urbana ainda menos acelerada na Região Metropolitana da Baixada Santista, marcada pela ocupação de áreas mais vulneráveis, sendo mais intensa nos Municípios de Bertiooga, Itanhaém e Peruíbe.

Diferentemente da expansão urbana evidenciada na Baixada Santista, no Litoral Norte, até meados do século XX, a ocupação urbana praticamente se limitava aos núcleos urbanos centrais dos Municípios.

No caso de São Sebastião, a década de 50 pode ser tomada como um momento de inflexão em seu processo de urbanização, quando a expansão urbana ganhou impulso com a instalação de infraestruturas portuárias nas proximidades do núcleo central. A construção do Terminal Almirante Barroso – TEBAR<sup>6</sup>, ocorrida ao longo da década de 1960, atraiu número significativo de migrantes, muitos dos quais foram viver em áreas precárias e irregulares, dando origem a novas frentes de urbanização. Ainda na década de 50, os melhoramentos realizados na Rodovia dos Tamoios (SP-099) – que liga Caraguatatuba, no Litoral Norte, a São José dos Campos, no Vale do Paraíba – facilitaram o acesso à região, principalmente aos centros de Caraguatatuba e de São Sebastião.

A ocupação urbana do Litoral Norte começa a ganhar ritmo mais acelerado na década de 1970, com o aumento do veranismo, impulsionado pela extensão da Rodovia Rio-Santos (BR-101) – Rodovia Manuel Hypolito Rego (SP-055) – em 1975. No fim da década de 1970, o retrato da ocupação urbana do Litoral Norte ainda é caracterizado pelo predomínio de áreas urbanizadas junto à orla marítima e nas áreas centrais dos Municípios.



**MAPA 2**  
**MANCHA URBANA – LITORAL NORTE**

Fonte: Imagens Landsat (1979/1980; 1991/1992; 2000) e Google Earth (2011)

O asfaltamento da SP-055, ocorrido na década de 1980, melhorou ainda mais as condições de acesso a várias praias do Litoral Norte e possibilitou a implantação de diferentes tipos de loteamentos e condomínios fechados. Estes empreendimentos, predominantemente voltados para ocupação de veranistas, aliados às características geográficas da região contribuíram para uma urbanização fragmentada e dispersa ao longo da orla marítima dos Municípios de São Sebastião,

<sup>6</sup> O TEBAR se insere no sistema petrolífero do Estado de São Paulo e funciona em conjunto com as refinarias localizadas em Cubatão, Mauá e Paulínia, servindo como ponto de armazenamento e distribuição de petróleo e derivados.

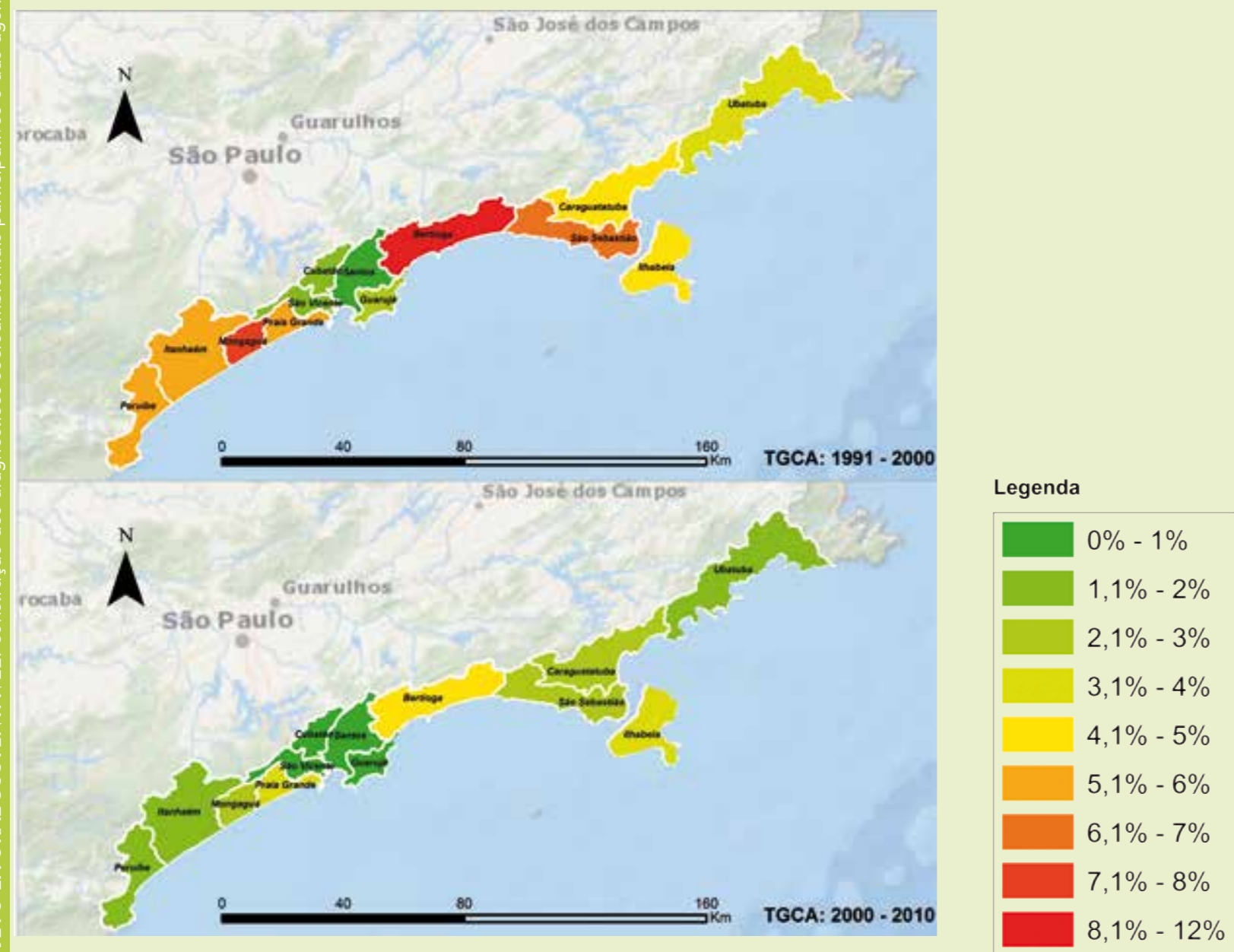
<sup>5</sup> Cumpre lembrar, que a Região Metropolitana da Baixada Santista foi institucionalizada em 1996, a partir da Lei complementar estadual nº 815/1996.

Caraguatatuba e Ubatuba, como se pode observar na evolução da mancha urbana (Mapa 2). A implantação destes empreendimentos em vários lugares induziu à formação de assentamentos precários ocupados por moradias de trabalhadores de baixa renda, atraídos pelas oportunidades de emprego e renda geradas nos canteiros de obras, e construídos em locais mais distantes das orlas marítimas, nas partes mais interiorizadas dos territórios municipais.

Nesse sentido, a SP-055 foi um importante elemento estruturador da configuração territorial dos Municípios, funcionando como barreira física entre as áreas de veraneio e os assentamentos precários, fortalecendo a segregação socioespacial entre ricos e pobres e marcando claras diferenciações em termos de oferta de serviços e infraestrutura urbana.

Na década de 1990, a expansão urbana continuou muito acelerada nesta porção do litoral, ocupando os espaços ainda vazios junto à orla, principalmente em Caraguatatuba e na parte central de São Sebastião. Isso impulsionou mais ainda a ocupação urbana em direção à Serra do Mar. Por outro lado, a década posterior foi marcada por relativa diminuição no ritmo da expansão urbana no Litoral Norte. O surgimento de novas áreas urbanas ocorreu principalmente junto aos locais já urbanizados em períodos anteriores. Entretanto, parte da pequena expansão que ocorreu nesta década foi marcada pela ocupação de encostas de morro, algumas com grandes declividades.

Em 2012, os Municípios do Litoral Norte passaram a integrar a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, criada pela Lei Complementar Estadual nº 1.166/2012, e composta por 39 Municípios<sup>7</sup>.



**MAPA 3**  
**MUNICÍPIOS DO LITORAL PAULISTA, TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL TGCA 1991/2000 E 2000/2010**

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991, 2000 e 2010

<sup>7</sup> Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Ilhabela, Jacareí, Jambuí, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé e Ubatuba.

A redução do ritmo de expansão urbana nesta última década, evidenciada nos Municípios da Baixada Santista e do Litoral Norte, reflete em grande medida a desaceleração no ritmo de crescimento da população, tendência observada em todo o Brasil. A comparação das Taxas Geométricas de Crescimento Anual (TGCA) das décadas de 1990 e 2000 revela uma redução do ritmo de crescimento em todos os Municípios. Entretanto, é importante notar, que alguns Municípios da região, como é o caso de Ilhabela, Bertioga e Praia Grande, apesar de terem tido uma forte desaceleração em suas taxas de crescimento, ainda crescem a taxas muito superiores do que o Estado de São Paulo.

Deve-se destacar que o litoral paulista contempla Municípios de diferentes portes populacionais. Enquanto os quatro Municípios centrais da Baixada Santista, Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, concentravam, em 2010, uma população superior a 1,2 milhão de pessoas, a região tem também Municípios como Ilhabela, Mongaguá, Bertioga, Peruíbe, São Sebastião, Ubatuba e Itanhaém, que possuíam menos de 100 mil habitantes.

O sistema de cidades existente no litoral e as dinâmicas socioeconômicas identificadas mostram a existência de um polo regional bastante consolidado na Baixada Santista, formado pelos Municípios de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, e caracterizado como forte base econômica-industrial-portuária de importância nacional.

No Litoral Norte, os Municípios de São Sebastião e Caraguatatuba também tendem a se consolidar como polo regional econômico, por concentrarem comércios e serviços regionais, sendo ainda impulsionados pelo incremento de atividades econômicas a partir da construção da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba – UTGCA e da expansão do Porto de São Sebastião. A construção do Contorno Norte-sul, que articulará as áreas centrais dos dois Municípios, deverá impulsionar essa relação porto-indústria. Com outra escala de influência e polarização, Itanhaém também pode vir a se consolidar como um sub-polo complementar no Litoral Sul. A possibilidade de ampliação do seu aeroporto e heliporto, já bastante utilizados pela Petrobras no transporte de pessoas e de materiais para as plataformas de exploração de petróleo e gás, poderá fortalecer essa tendência.

Apesar da tendência de estabilização populacional indicar menor pressão por expansão urbana, as novas dinâmicas metropolitanas, impulsionadas pelos grandes projetos inseridos na região em decorrência do pré-sal e de investimentos nas estruturas viárias e portuárias, tendem a gerar fortes transformações no padrão de urbanização desses Municípios, podendo, por exemplo, impactar na proteção ao meio ambiente e na ampliação das desigualdades já existentes. E é com base nessa contextualização geral, e nas especificidades das características naturais dos Municípios que procuramos identificar os desafios ao desenvolvimento sustentável da região.



**MAPA 4**  
**CONCENTRAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS E FLUXOS INTERMUNICIPAIS**

Fonte: RAIS-CAGED/NEPO Unicamp

## Desafios ao Desenvolvimento Sustentável da região

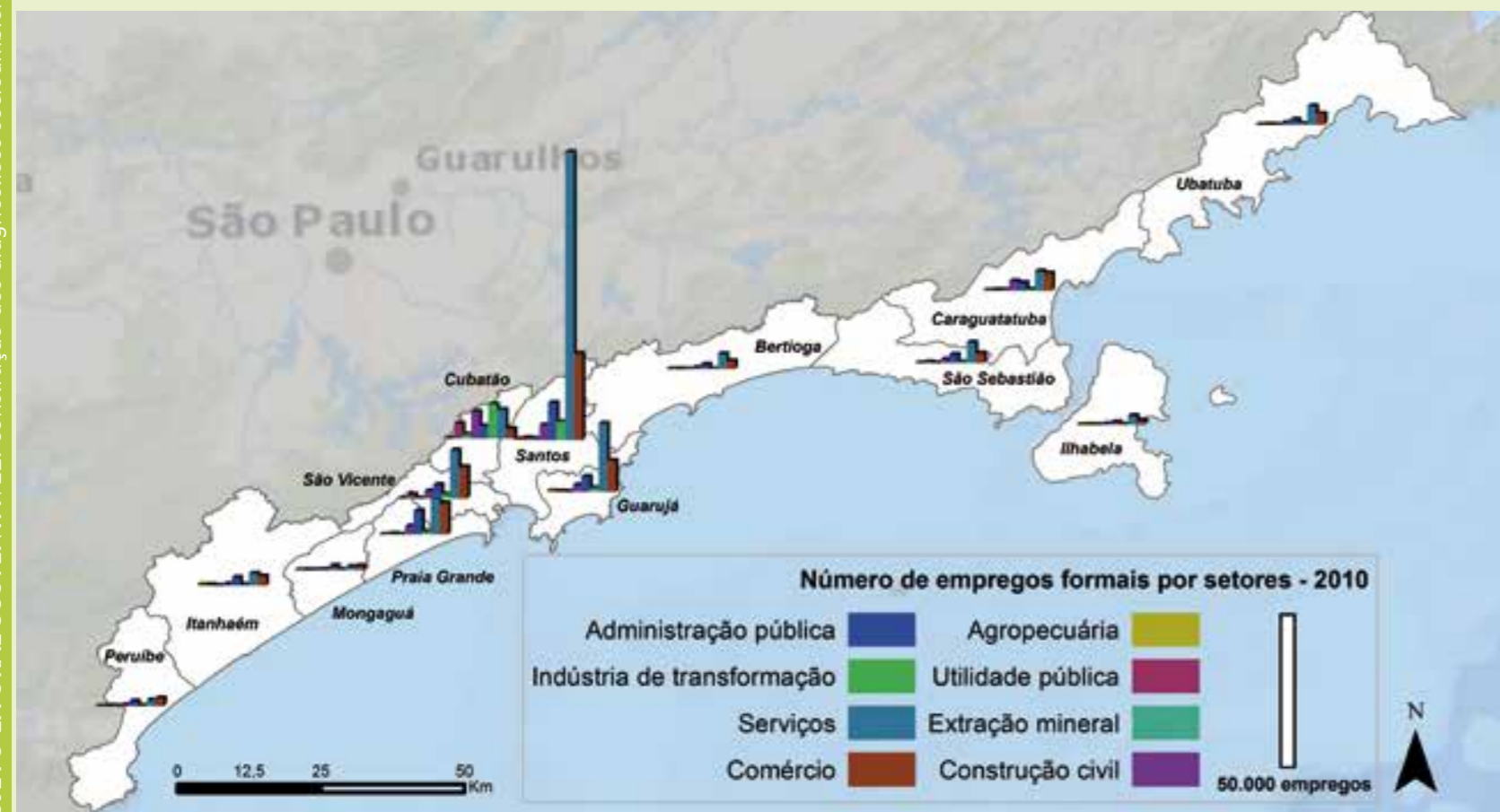
Conforme mencionado, o dinamismo econômico do litoral paulista esteve historicamente pautado pela relevância dos portos de Santos e São Sebastião, das grandes indústrias de base e das infraestruturas produtivas relacionadas à cadeia de petróleo e gás. Além dessas atividades econômicas, deve-se destacar o veranismo, responsável pela forte dinâmica imobiliária, que através da construção de segundas residências deu grande impulso à dispersão da urbanização nas diversas praias do litoral paulista.

Essas dinâmicas consolidaram um cenário com poucas alternativas e espaços para as atividades desenvolvidas pelas populações locais, como a pesca artesanal, a agricultura, o turismo de base comunitária, entre outras potencialidades da região fortemente vinculadas à grande riqueza cultural e ambiental do território.

Este padrão de desenvolvimento, produto do conjunto destas atividades econômicas predominantes, resultou em uma forte concentração de investimentos e repercutiu diretamente na disparidade das condições de infraestrutura e acesso a emprego nos diferentes Municípios, gerando tensões com o ambiente natural extremamente exuberante.

Por um lado, os Municípios centrais da Baixada Santista apresentam alta produção de riqueza, que se expressam em Valores Adicionados – VA elevados (medida de riqueza que capta o valor de toda a produção de bens e serviços). Por outro lado, a população local não participa desta acumulação econômica. Essa exclusão pode ser percebida pela permanência de indicadores negativos, como altos percentuais de deficit habitacional, predomínio de baixos salários, além das altas taxas de informalidade.

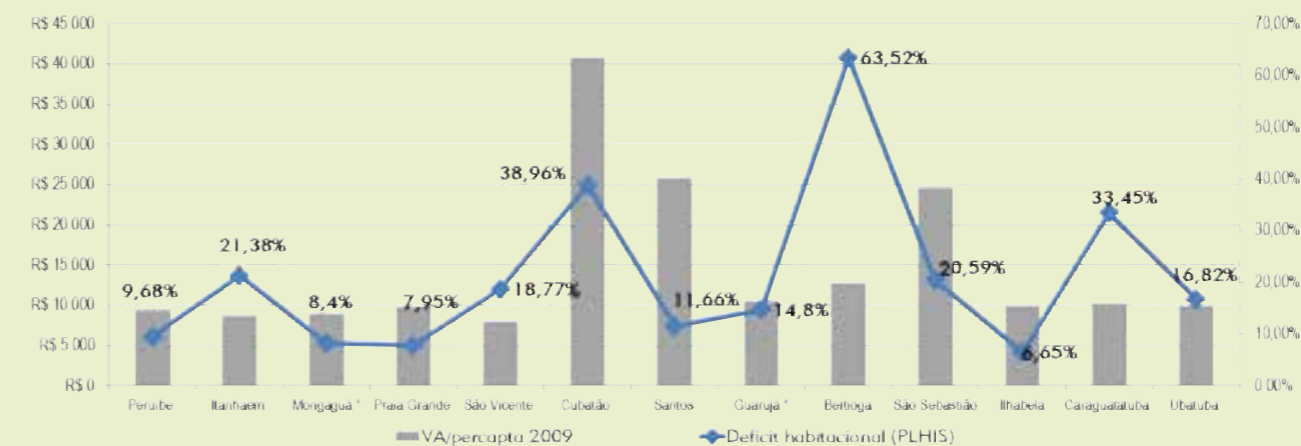
O padrão de concentração econômica repercute diretamente nas características do mercado de trabalho, com o predomínio de postos de trabalho nos Municípios de Santos, Guarujá, Cubatão, Praia Grande e São Vicente. Santos destaca-se como principal centro de comércio e serviços de todo o litoral. Cubatão apresenta um perfil diferenciado, com grandes empresas que compõem o polo petroquímico, oferecendo mais empregos na indústria, com pouco destaque no setor de comércio e serviços.



**MAPA 5**  
CONCENTRAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS POR SETORES NOS MUNICÍPIOS

Fonte: RAIS – CAGED

A comparação do Valor Adicionado – VA com o deficit habitacional quantitativo, que indica a demanda por unidades habitacionais, mostra situações contraditórias decorrentes do atual padrão de desenvolvimento. Vale destacar a situação de alguns Municípios centrais da Baixada Santista e do Litoral Norte, que mesmo com alto Valor Adicionado *per capita*, apresentam altos percentuais de deficit habitacional em relação aos domicílios permanentes. Essa situação é particularmente evidente em Cubatão.



**GRÁFICO 1**  
VALOR ADICIONADO (VA) DOS MUNICÍPIOS E MÉDIA DAS REGIÕES (1999 – 2009) E PERCENTUAL DO DEFICIT HABITACIONAL EM RELAÇÃO AOS DOMICÍLIOS PERMANENTES

Fonte: Fundação Seade, Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS municipais.

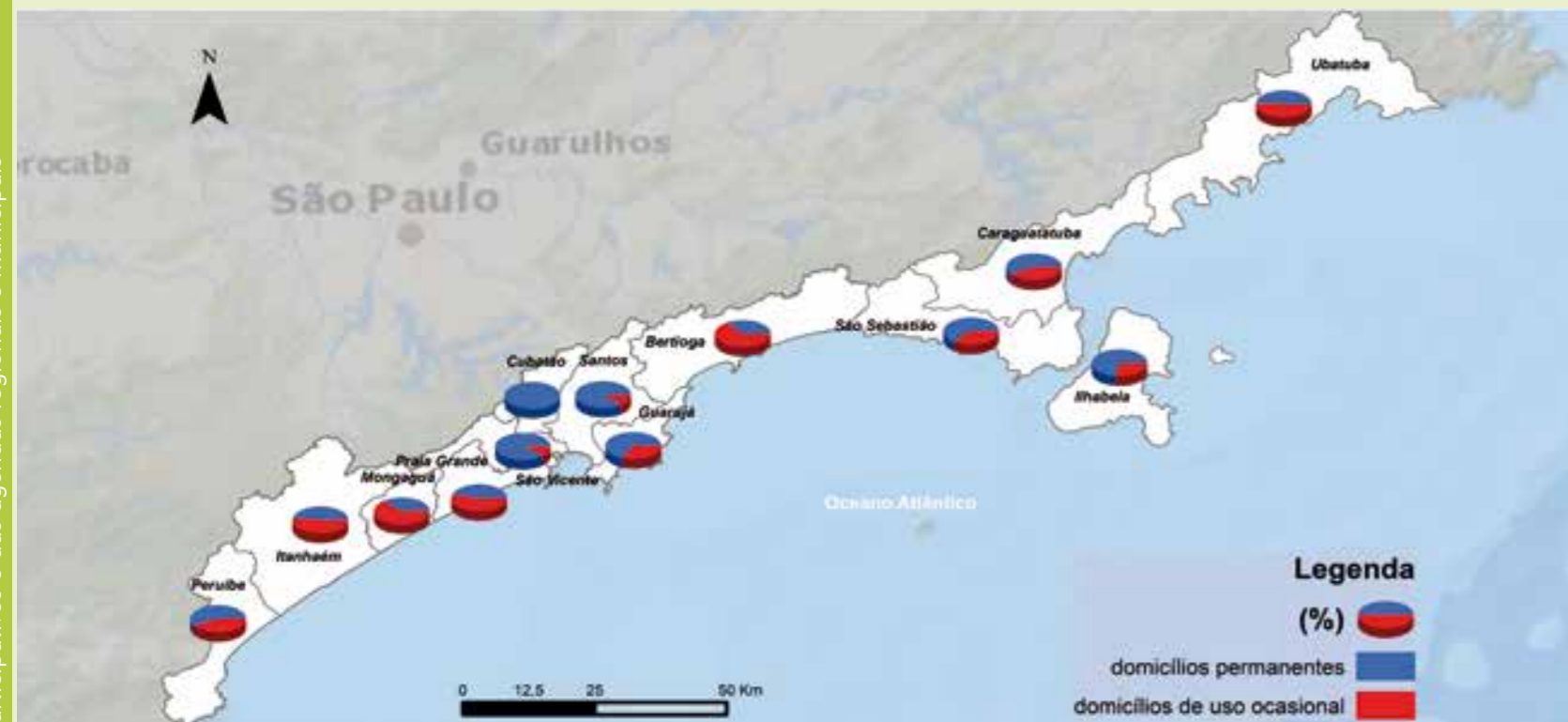
A manutenção de altas taxas de trabalho informal é outra característica que também revela as consequências desse padrão de desenvolvimento. Cabe destacar, que a informalidade é particularmente elevada nos Municípios mais periféricos da região, como Peruíbe, Mongaguá, Bertioga e Ubatuba, que mantiveram historicamente uma economia fortemente relacionada ao veranismo.



**MAPA 6**  
PROPORÇÃO DA INFORMALIDADE DOS EMPREGOS NA REGIÃO

Fonte: Censo 2010 IBGE/SIDRA | Elaboração: Instituto Pólis

A alta concentração de domicílios de segunda residência, que caracteriza a forte dependência da região das dinâmicas do turismo de veraneio, é outro aspecto que tem influência na vida dos moradores locais. Em parte significativa dos Municípios da região, a proporção de domicílios de uso ocasional é superior aos domicílios de uso permanente.



**MAPA 7**  
**PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL E DOMICÍLIOS PERMANENTES**

Fonte: CENSO IBGE 2010

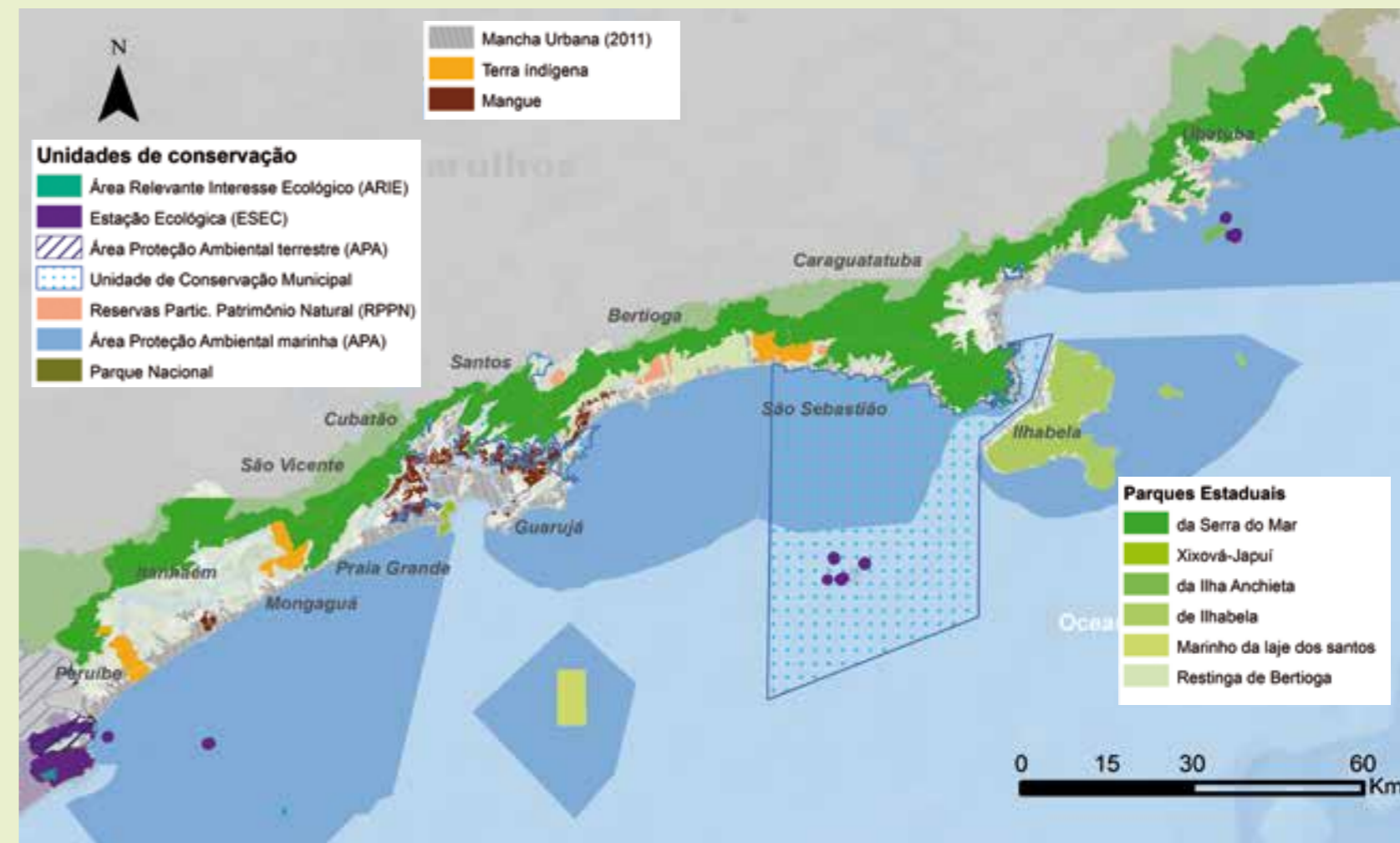
A concentração de veranistas em períodos determinados também torna mais crítica a saturação da infraestrutura, como as relacionadas à mobilidade e saneamento ambiental, além de ocasionar uma forte sazonalidade na economia local, que reflete diretamente na oferta de emprego e nas condições de informalidade. O grande volume de segundas residências fortalece a intensa valorização imobiliária, pressionando o deslocamento dos mais pobres para as áreas com piores condições de infraestrutura e para as áreas protegidas.

As decisões sobre este modelo de desenvolvimento estiveram fortemente vinculadas a interesses nacionais e internacionais, tirando, em alguma medida, o poder decisório dos atores locais sobre os rumos do desenvolvimento. Com isso, a população acaba sofrendo o ônus sem vislumbrar melhorias em sua qualidade de vida.

Cumpre destacar que a solução destes problemas não se dará apenas com mais investimentos neste mesmo padrão de desenvolvimento, como, por exemplo, a ampliação de estradas, dos portos e das grandes indústrias. Ao contrário, os grandes projetos em pauta podem reforçar os padrões de desenvolvimento instituídos e a lógica concentradora do capital e da infraestrutura. Nesse sentido, é necessário que se invista na construção de alternativas de desenvolvimento sustentável que incluam verdadeiramente a população e aumentem a capacidade propositiva das cidades e o investimento em políticas públicas. As várias experiências positivas desenvolvidas nos Municípios da região e em outros lugares do país mostram que é possível se pensar outras formas de desenvolvimento que não estejam calcadas apenas na acumulação econômica, mas que considerem as dimensões social, política e cultural como ponto de partida e as aspirações e valores coletivos como centrais.

Outro desafio importante que se coloca para esta região é sua localização em territórios considerados pela Constituição Federal de 1988 como patrimônio nacional: a Mata Atlântica, a Serra do Mar e a Zona Costeira. Cerca de 62% do território regional são unidades de conservação, que representam diferentes percentuais das áreas municipais.

Dentre estas unidades de conservação, destaca-se o Parque Estadual da Serra do Mar que apresenta a maior área entre as unidades de conservação existentes na região e abrange porções territoriais dos 13 (treze) Municípios analisados. Há ainda outras unidades de conservação, terrestres e marinhas, de proteção integral (uso indireto de recursos naturais) e de uso sustentável (uso direto dos recursos naturais), instituídas pelos Municípios, Estados e pela União. O mapa a seguir mostra o conjunto de áreas protegidas nos territórios da Baixada Santista e Litoral Norte.



**MAPA 8**  
**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EXISTENTES – BAIXADA SANTISTA E LITORAL NORTE**

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), 2011; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2011; Fundação Nacional do Índio – FUNAI, 2012.

As inúmeras possibilidades de uso e ocupação das unidades de conservação – tais como a proteção ao meio ambiente, a realização de atividades turísticas, pesquisa científica, visitação pública, manejo sustentável, instalação de infraestrutura (para fins de saneamento ambiental, abastecimento de água, fornecimento de energia, construção de estradas etc.), a proteção dos direitos dos povos e das comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, caiçara etc.) – dependem, em grande medida, do tipo de unidade de conservação instituída, da capacidade de gestão de cada uma (aprovação do plano de manejo, instituição do conselho gestor) e do zoneamento propriamente dito.

Do ponto de vista jurídico, o litoral é palco de uma série de conflitos normativos advindos de diversas regras (leis, decretos, portarias, resoluções etc.) estabelecidas pelos três níveis federativos e com impactos no ordenamento territorial. As normas que instituem as unidades de conservação marítimas e terrestres, e mesmo seus respectivos planos de manejo definem diversas regras de uso e ocupação no litoral que nem sempre se adequam às realidades locais estabelecidas na legislação municipal.

Muitos dos usos que poderiam existir nessas áreas são pouco explorados, como é o caso da atividade turística por meio do ecoturismo e outras modalidades que não impactam o meio ambiente. Existe uma percepção por parte da sociedade civil, identificada pela leitura comunitária, de que “os Municípios estão de frente para o mar e de costas para o parque”, tendo em vista que o turismo, importante atividade econômica da região, se restringe ao veranismo de praia e sol.

A existência de povos e comunidades tradicionais nestes territórios pode favorecer a produção diversificada de alimentos, pesca artesanal e de criação, ervas e raízes, flores e alimentos. No âmbito cultural, ainda podem ser identificados importantes focos de preservação das culturas tradicionais locais, tanto na Baixada, quanto no Litoral Norte. Apesar da grande diversidade cultural, os povos e comunidades tradicionais são pouco valorizados. Nesse sentido, há que se proteger seus direitos, garantindo o equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e da diversidade cultural.

As unidades de conservação devem ser consideradas vetores do desenvolvimento regional e local, capazes de garantir, de um lado, a proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e, de outro, a conservação e recuperação ambiental. O desafio é justamente potencializar os usos indiretos das unidades de conservação de proteção integral (atividades de lazer, pesquisa, visitas, trilhas, ecoturismo etc.) e os usos diretos das unidades de conservação de uso sustentável (pesca artesanal, extrativismo e outros usos sustentáveis).

Outro desafio a destacar é o processo de ocupação irregular das áreas protegidas. Pela impossibilidade de construção, as áreas ambientais são muitas vezes pouco valorizadas pelo mercado imobiliário. A população pobre, em razão do alto custo da terra urbanizada formal e a insuficiência dos programas habitacionais, instala-se muitas vezes em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário e em áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas.

Tal situação dá origem a um modelo perverso de uso e ocupação do solo que resulta, muitas vezes, no avanço dos assentamentos informais de baixa renda sobre as unidades de conservação, gerando graves conflitos socioambientais.

De maneira geral, a região é marcada pela segregação socioespacial e por inúmeras carências em seu território, oriundas de padrões desiguais de desenvolvimento econômico e produção. Estas desigualdades se expressam na ausência de garantia de direitos sociais, que reforçam e aprofundam o cenário de exclusão socioeconômica de parcela significativa da população.

Os espaços mais valorizados e com melhores condições de infraestrutura, situados junto à orla e aos centros urbanos, são predominantemente ocupados por residências de uso ocasional, que passam grandes períodos de tempo desocupadas. Como já referido, nesses Municípios, o número de domicílios ocasionais pode chegar à meta-do conjunto de domicílios existentes.



**MAPA 9**  
**SETORES CENSITÁRIOS COM PROPORÇÃO ELEVADA DE DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL**

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Há ainda outros problemas a serem enfrentados. No que se refere à disposição final dos resíduos sólidos urbanos, há elevados gastos, visto que grande parte dos Municípios destinam seus resíduos para fora da região.

Na área de segurança alimentar e nutricional fica evidente que nas últimas décadas, embora ainda persista a produção para o autoconsumo assegurada pela pesca e agricultura, o crescimento da urbanização e o avanço de grandes cadeias de supermercado têm provocado maior dependência de produtos comprados fora da região, com significativas alterações no padrão alimentar, resultando em degradação da cultura alimentar e diminuição da produção da agricultura familiar.

A questão da mobilidade é um tema importante para este conjunto de Municípios. Cotidianamente, 111 mil pessoas entram em Santos todos os dias, enquanto 77 mil pessoas deixam São Vicente para trabalhar e estudar. Ao todo, apenas na Baixada Santista, 285 mil pessoas saem de suas cidades em direção a outros Municípios para trabalhar (Nepo, 2013) e ficam presas em congestionamentos muito intensos. O deslocamento diário, que privilegia o transporte individual e sobre rodas, é hoje uma realidade que interfere na vida de todos os moradores da região. Os congestionamentos provocados pelo escoamento da produção vinda de todo o país em direção aos portos se funde com aqueles provocados pela grande concentração de empregos, infraestrutura, comércio e serviços nos polos mais desenvolvidos da Baixada Santista e do Litoral Norte. A situação é agravada pela estrutura viária existente nos Municípios que se confunde com a estrutura rodoviária regional. Muitas vezes, a avenida principal da cidade é também a estrada regional.

A concentração de veranistas em determinados períodos do ano, agrava este cenário e traz um conjunto de impactos à qualidade de vida da população local. O tráfego de carros em excesso, a falta de água, o lixo acumulado e a piora na condição das praias são situações constantes nos períodos de alta temporada. A quantidade de resíduos sólidos gerados nas férias de verão chega a duplicar, demandando maior infraestrutura e aumento de gastos públicos para dar destinação adequada aos mesmos.

Às dinâmicas da mobilidade e do veranismo soma-se o drama das inundações, que resultam na perda de vidas e em grande número de desabrigados. Essa tragédia é sentida principalmente pelos mais pobres que, por falta de opção, acabam ocupando as áreas mais vulneráveis do território.

Neste contexto, torna-se essencial avançar na qualificação do espaço urbano para superar a ocupação fragmentada e desigual do território, garantindo acesso à terra para a população de baixa renda em áreas urbanizadas e a universalização das políticas sociais.

## Os Eixos Temáticos estruturadores da Agenda Regional

Considerando a complexidade desses desafios e a limitação de seu enfrentamento a partir de soluções setoriais, as discussões do Projeto Litoral Sustentável passaram a ser pautadas por uma abordagem integrada do conjunto de problemáticas e potencialidades do território, dando origem a um debate multidisciplinar estruturado em torno de eixos temáticos.

A implementação de um novo padrão de desenvolvimento da região, a necessidade de preservação e valorização de sua riqueza socioambiental e de ampliação da inclusão territorial da população local fundamentaram a definição de três eixos temáticos, que servirão como referência para a discussão e articulação de um conjunto de diretrizes e ações das Agendas Regional e Municipais.

Os eixos temáticos do Projeto Litoral Sustentável são:

### EIXO 1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUDENTE

O Eixo 1 “Desenvolvimento Sustentável e Includente” tem por objetivo contribuir para a construção de alternativas que consolidem o desenvolvimento econômico com inclusão social, garantindo a ampliação da participação da população sobre os rumos do desenvolvimento e a responsabilização dos grandes investidores locais sobre o território, estimulando a diversificação econômica e a valorização da cultura socioambiental da região.

### EIXO 2 USO SUSTENTÁVEL DAS ÁREAS PROTEGIDAS

O Eixo 2 “Uso Sustentável das Áreas Protegidas” visa discutir os desafios para a proteção da biodiversidade, da cultura e dos modos de vida das populações tradicionais e o pleno desenvolvimento do potencial socioeconômico das áreas protegidas do litoral, com foco nas unidades de conservação, e ainda os desafios e potenciais relacionados à destinação da Zona de Amortecimento e demais áreas protegidas (áreas de preservação permanente, reserva legal, mangues, remanescentes da Mata Atlântica, etc.).

### EIXO 3 DEMOCRATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E INCLUSÃO SOCIAL

O Eixo 3 “Democratização do Território e Inclusão Social” pretende discutir as demandas e deficits sociais, na perspectiva de melhoria das condições de vida e democratização do território, de forma integrada e articulada, considerando as grandes desigualdades das cidades do Litoral Norte e da Baixada Santista, em termos de acesso a equipamentos e serviços, à infraestrutura urbana, à moradia e à alimentação, e também no que se refere à geração e destinação de resíduos.

Além destes eixos, cabe destacar a importância da gestão regional integrada, que se coloca como questão transversal a todos eles. Assim, a ampliação da participação e controle social nos processos de tomada de decisões nos espaços de gestão regionais; a integração e coordenação regional das políticas públicas; o aprimoramento das estruturas governamentais de gestão e de articulação regional e intermunicipal; e o incentivo a iniciativas intermunicipais para a promoção de políticas públicas, na busca de soluções de interesse comum, se colocam como pilares norteadores da Agenda Regional e das Agendas Municipais.

## OBSERVATÓRIO LITORAL SUSTENTÁVEL

O momento atual impõe grandes desafios para se pensar e planejar o futuro, ao mesmo tempo em que abre oportunidades para se alcançar uma melhor qualidade de vida para os moradores e frequentadores da região. Algumas ações podem contribuir nesse sentido: monitorar as ações de enfrentamento das demandas sociais, ambientais e urbanas acumuladas; avaliar os impactos socioambientais dos grandes empreendimentos em curso na região; procurar formas de aproveitar seu potencial para impulsionar o desenvolvimento sustentável local e regional e de evitar ou conter eventuais efeitos negativos.

Também é importante neste momento conhecer e articular as diversas iniciativas que vêm sendo realizadas pela sociedade e administrações públicas e que contribuem para a construção de cidades mais justas e mais saudáveis.

O trabalho realizado na primeira e na segunda fase do Projeto Litoral Sustentável apontou a necessidade de avançarmos no monitoramento das dinâmicas econômicas e sociais no âmbito regional e nos 13 (treze) Municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista, assim como na mobilização e apoio para a implementação das ações constantes das Agendas Regional e Municipais de Desenvolvimento Sustentável. Tal percepção é compartilhada por diversos representantes da sociedade civil e gestores que se pronunciaram publicamente em muitos momentos do projeto.

Considerando o anseio de avanço na implementação da Agenda e o interesse e o comprometimento do Instituto Pólis no fortalecimento do desenvolvimento sustentável da Região, propomos a construção do Observatório Litoral Sustentável (2014-2015).

Acreditamos que a constituição de um Observatório, estruturado a partir das Agendas de Desenvolvimento Sustentável e ancorado numa articulação de atores locais, constitui um importante instrumento de disseminação de informações e espaço de interação entre diversos agentes da sociedade civil e dos governos. Espera-se assim, fomentar a gestão e a análise compartilhada da informação, de forma a assegurar o monitoramento e o apoio à implementação de ações estratégicas das Agendas.

Este Observatório se apresenta como uma ferramenta de continuidade do projeto que, por meio da articulação e criação de um fórum de acompanhamento com atores da sociedade civil e gestores públicos, deve ter as seguintes atribuições:

- Atualização permanente das informações já sistematizadas sobre as dinâmicas existentes no território, consideradas estratégicas para a implementação da Agenda Regional e das Agendas Municipais de Desenvolvimento Sustentável;
- Monitoramento das dinâmicas locais e da implementação dos objetivos e ações previstas na Agenda Regional e nas Agendas Municipais de Desenvolvimento Sustentável;
- Apoio técnico às administrações municipais e à sociedade civil, com aporte de subsídios para a implementação das ações, por meio da realização de capacitações, oficinas, seminários, elaboração de estudos e pareceres, formulação de projetos para a obtenção de financiamento de programas federais e estaduais.

Assim, o *Observatório Litoral Sustentável*, para além de ampliar o conhecimento da população sobre as dinâmicas socioeconômicas dos territórios da Baixada Santista e do Litoral Norte, assegurando a participação mais ativa da sociedade no debate sobre o desenvolvimento da região, buscará promover a articulação de ações e políticas entre os governos municipais, estadual e federal.

# A AGENDA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda Regional tem por objetivo propor ações estratégicas capazes de enfrentar os desafios ao desenvolvimento sustentável no Litoral Norte e na Baixada Santista, e que possam orientar a atuação dos poderes públicos federal, estadual e municipal, bem como da sociedade civil atuante na região.

As ações estratégicas da Agenda Regional foram formuladas de forma multidisciplinar, com base nos três eixos temáticos do Projeto Litoral Sustentável: (i) Desenvolvimento Sustentável Includente; (ii) Uso Sustentável das Áreas Protegidas; (iii) Democratização do Território e Inclusão Social.

A definição dessas ações estratégicas foi fruto de amplo processo de diálogo sobre as prioridades da região, conduzido pelo Instituto Pólis junto a gestores públicos, sociedade civil e iniciativa privada, ao longo dos últimos dois anos.

A Agenda Regional, contudo, vai além da mera listagem das ações consideradas como estratégicas e traça caminhos para sua implementação. Nesse sentido, para cada uma das ações estratégicas foram mapeados possíveis atores/agentes de implementação e algumas fontes de financiamento disponíveis.

Foram identificados os órgãos públicos envolvidos, em algum grau, na implementação das ações estratégicas no âmbito dos governos federal, estadual e municipais. Foram também incluídos nesse mapeamento movimentos populares, entidades ambientalistas, cooperativas de catadores, ONGs, incubadoras, entre outros, por serem importantes agentes na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas. Diversas são as empresas com atuação no litoral que podem contribuir para as ações estratégicas da Agenda Regional.

No que se refere às potenciais fontes de financiamento, foram identificados programas federais de apoio aos Municípios<sup>8</sup> relacionados à ação estratégica e àqueles disponíveis no BNDES, bem como os programas estaduais estabelecidos pelo Plano Plurianual do Estado de São Paulo 2012 – 2015 (Lei Estadual nº 14.676/11).

A identificação de alguns programas federais e estaduais existentes visa apoiar os Municípios e a so-

<sup>8</sup> Vale a pena consultar o catálogo de programas federais para Municípios disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://litoralsustentavel.org.br/outras-publicacoes/catalogo-de-programas-federais-para-os-municipios/> Consulta em 23 out 2013. 12h55.

cidade civil na formulação de projetos, ações e programas na região. Tais programas possuem diferentes critérios de seleção, formas de acesso, abrangência e volume de recursos, a serem consultados no momento de implementação.

Além dos programas federais e estaduais, em alguns casos foram levantadas também fontes de financiamento internacionais e privadas.

## Princípios da Agenda Regional

São princípios da Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável:

- A diversidade social, cultural e ambiental e a proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais são as bases para a promoção de paradigmas de desenvolvimento includentes e sustentáveis;
- As aspirações, experiências e valores coletivos da população local devem ser incorporados nas discussões sobre o desenvolvimento;
- Os diferentes territórios da região devem ser respeitados na sua diversidade e valorizados em suas potencialidades;
- Toda a população tem direito a se beneficiar das riquezas produzidas e do processo de desenvolvimento da região;
- A população tem direito à informação e participação nos processos de decisão relativos ao desenvolvimento da região, consolidando-se como protagonista dos rumos da sua vida e de seu território;
- Os promotores e financiadores são responsáveis pelos danos ambientais e sociais decorrentes de suas intervenções;
- A população, comunidades e Municípios devem ser plenamente capazes – do ponto de vista da informação, do conhecimento e do poder político – para decidir sobre seu destino;
- O planejamento regional é condição para os processos decisórios relativos aos empreendimentos de impacto;
- A proteção da biodiversidade das áreas protegidas deve dialogar com o pleno desenvolvimento de seu potencial social e econômico;
- O direito à cidade é pressuposto das políticas municipais, estadual e federal incidentes nos territórios do litoral.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INCLUDENTE



### Diretrizes:

- Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.
- Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística; indústria; petróleo, gás e turismo.
- Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.
- Impulsionar e consolidar a região como polo produtor de conhecimento, tecnologia e formação.
- Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais.

## Uso SUSTENTÁVEL DAS ÁREAS PROTEGIDAS



### Diretrizes:

- Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.
- Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.
- Efetivar a regularização fundiária das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais bem como dos assentamentos informais de baixa renda localizados em unidades de conservação.
- Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.

## DEMOCRATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E INCLUSÃO SOCIAL



### Diretrizes:

- Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.
- Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).
- Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.
- Promover habitação adequada para a população de baixa renda.
- Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.
- Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.

## DIRETRIZ: Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.

### Ação A

Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.

#### O QUE É?

Considerando a existência de grandes projetos e investimentos sendo implementados na região e outros previstos para o futuro e, considerando também a restrita participação da população na tomada de decisão sobre os mesmos, é fundamental que sejam consolidados instrumentos de controle e de participação da sociedade na definição das estratégias de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais, bem como na avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.

Deste modo, pretende-se ampliar o conhecimento e o debate sobre tais projetos, os investimentos públicos e privados, bem como garantir mecanismos para a maior transparência e monitoramento dos impactos gerados na região.

#### COMO IMPLEMENTAR?

A implementação desta ação vincula-se ao monitoramento integrado dos impactos dos grandes projetos e da implantação dos planos de governo, bem como dos respectivos investimentos. É também imprescindível investir na formação e capacitação da sociedade civil, criar conselhos específicos e/ou articular e fortalecer os existentes de maneira a garantir sua efetiva representatividade.

Além disso, é importante ampliar o conhecimento sobre instrumentos de monitoramento e sobre a natureza dos impactos. Os resultados destes monitoramentos precisam ser amplamente divulgados para que adquiram caráter contínuo e sejam apropriados pela sociedade. Espera-se, com isso, fornecer subsídios para a sociedade civil ampliar a sua incidência no desenho de políticas públicas, nos planos plurianuais, nos grandes projetos e seus respectivos instrumentos de mitigação de impactos e na reavaliação e formulação de diretrizes para a revisão dos instrumentos de planejamento territorial e ambiental.

Para a implementação desta ação é fundamental a articulação entre o Instituto Chico Mendes

de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; a Companhia Docas do Estado de São Paulo; Companhia Docas de São Sebastião, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, de Planejamento Urbano e de Habitação, DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A, Câmara dos Vereadores, conselhos municipais e de abrangência regional (Ex: CONSEG, conselho gestor das unidades de conservação etc.), representantes da sociedade civil e entidades empresariais.

A seguir, destacamos algumas fontes de financiamento que podem ser acessadas.

No nível federal estão disponíveis o Programa Inclusão Digital – Comunicação (Ministério das Comunicações); o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentro.BR (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas (Ministério do Turismo); Programa de Formação de Núcleos de Justiça Comunitária (Ministério da Justiça); Programa de Inclusão Digital, Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência e Tecnologia); Programa Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana/Programa Nacional de Capacitação das Cidades (Ministério das Cidades); Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano – Conselho das Cidades (Ministério das Cidades); Programa Olho Vivo no Dinheiro Público (Controladoria Geral da União) e o Programa Temático de Pesca e Aquicultura (Ministério da Pesca e Aquicultura), entre outros.

No âmbito estadual há o Programa de Desenvolvimento e Capacitação Institucional dos Municípios (Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional).

Além destes, existem ainda o Programa de Inclusão Digital e o Programa de Reaplicação de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil.

### Ação B

Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.

#### O QUE É?

No território do litoral paulista há uma série de empresas ligadas às cadeias produtivas que ali atuam e que, em grande parte, promovem ações/projetos de responsabilidade social. Em muitos casos, estes investimentos são fragmentados e pouco articulados, gerando poucos impactos positivos na região. Entretanto, se houver uma maior articulação e união entre as empresas que promovem o investimento social privado e a ação pública, temos o potencial para fortalecer os resultados das políticas públicas municipais em seus respectivos territórios.

Nesse sentido, acreditamos que as questões detectadas nos diagnósticos, em articulação com as políticas públicas, podem direcionar e potencializar estes investimentos sociais privados de forma a melhorar a qualidade de vida na região.

#### COMO IMPLEMENTAR?

Para a implementação desta ação estratégica é preciso mapear e caracterizar as empresas e cadeias produtivas atuantes no território. A partir das demandas prioritárias levantadas nos diagnósticos, propor ações, programas e projetos que articulem as necessidades e objetivos apontados nesses estudos.

Como fonte de financiamento pode-se mobilizar o investimento social das próprias empresas e recursos financeiros do BNDES, a partir do subcrédito social, isto é, o crédito vinculado ao financiamento de um determinado projeto produtivo ou com um contrato específico para a operação, que garante o apoio financeiro para um programa social independente do projeto das empresas. Neste caso, o subcrédito social apoiaria projetos e ações envolvendo as comunidades das áreas de influência geográfica das empresas e segmentos da população que visem somar esforços com programas e políticas sociais públicas, ainda que não estejam associados às iniciativas empresariais ou em suas áreas de influência.

Para isso, é fundamental a articulação entre os setores de responsabilidade social das empresas e agentes públicos que podem apoiar a implementação de ações dessa natureza como, por exemplo, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA; Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Planejamento Urbano, Câmara dos Vereadores, conselhos municipais e de abrangência regional, representantes da sociedade civil, iniciativa privada e entidades empresariais.



## **DIRETRIZ: Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística, indústria, petróleo e gás e turismo.**

### **Ação C**

Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias, bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, Organizações Não Governamentais – ONGS, Organizações Sociais de Interesse Público – OSCIPs e cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.

#### **O QUE É?**

Há um enorme potencial para a inserção de micro e pequenas empresas associações, Organizações Não Governamentais – ONGS, Organizações Sociais de Interesse Público – OSCIPs e cooperativas na cadeia de fornecedores da Petrobras e de outras empresas ligadas às principais cadeias produtivas atuantes nesta região. No entanto, muitos desafios se apresentam se levarmos em conta as barreiras econômicas, financeiras e burocráticas. Nesse sentido, entende-se que é estratégico auxiliar a aproximação entre estes potenciais empreendimentos e as micro e pequenas empresas.

Por outro lado, é preciso, também, avançar na articulação entre a demanda (requerida pelas empresas) e a oferta da mão de obra. É importante, portanto, promover cursos específicos e condizentes com a demanda por escolas técnicas, universidades, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, com o intuito de inserir a mão de obra local em atividades promissoras para os Municípios e para a região.

#### **COMO IMPLEMENTAR?**

Esta é uma prática já desenvolvida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE da Baixada Santista, mas que ainda carece de fortalecimento e adesão efetiva por parte dos potenciais fornecedores que já estão sendo mapeados por esta instituição. Conhecendo as micro e pequenas empresas potenciais será possível sensibilizá-las, assessorá-las e fortalecer sua inserção, com o apoio do SEBRAE.

Adicionalmente, é importante que haja uma maior divulgação sobre as formas de inserção das micro e pequenas empresas, bem como da mão de obra que será requerida face aos novos investimentos. Para auxiliar nesse processo, sugere-se a organização de fóruns de discussão sobre perspectivas de negócios e integração das micro e pequenas empresas nas principais cadeias produtivas.

A articulação entre os agentes com potencial para viabilizar a implementação desta ação estratégica é fundamental. Além das micro e pequenas empresas e do SEBRAE, destacamos também as Secretarias Estadual e Municipais do Trabalho; instituições de ensino superior; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP; Escolas Técnicas Estaduais – ETEC; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM, Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, Companhia Docas de São Sebastião e representantes da sociedade civil.

Entre as fontes de financiamento disponíveis, destacamos: investimentos da iniciativa privada (cadeia de petróleo e gás; logística, porto e turismo); Produto Microcrédito e Qualificação, Micro, Pequenas e Médias Empresas e linhas de financiamento permanente (BNDES); Programa Rede Petro (Petrobras); Programa Inova Petro Fomento ao Ensino Profissionalizante (FINEP/BNDES); Via Rápida Empresa (Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia); Programa Desenvolvimento Técnico para Empreendedorismo e Empregabilidade, Fomento ao Emprego e Renda, Inserção no Mercado de Trabalho e Gestão da Diversidade e Gestão do Conhecimento e Inovação (Secretaria Estadual do Emprego e Relações de Trabalho).

### **Ação D**

Apoiar a inserção de atores privados que implantem áreas de manejo de resíduos da construção civil e regular o transporte, a utilização para aterro, reciclagem, ou outra disposição final adequada dos resíduos da construção civil, bem como ampliar a fiscalização sobre a gestão de resíduos industriais.

#### **O QUE É?**

Os resíduos da construção civil representam, em média, entre 60 e 70% dos resíduos gerados (em massa) nos Municípios brasileiros. Apesar de já existir uma resolução do CONAMA (Resolução 307/02) que determina que os fluxos e o manejo dos resíduos da construção civil devem atender a “diretrizes, critérios e procedimentos específicos”, grande parte desses resíduos são dispostos irregularmente, acarretando altos custos para as administrações municipais e forte impacto ambiental.

Nos Municípios do litoral paulista, diferentemente do que acontece na grande maioria das cidades brasileiras, os “entulhos” já possuem um valor agregado por sua utilização em aterros. No entanto, para que essa utilização não gere impactos ambientais negativos, é necessário passar por processo de triagem. Essa ação estratégica visa regradar o fluxo dos resíduos sólidos da construção, apoiando a constituição de áreas de manejo e reserva temporária, através de empreendimentos privados que ajudem a mitigar o impacto ambiental e o alto custo para a sociedade oriundos da sua destinação irregular.

#### **COMO IMPLEMENTAR?**

O primeiro passo requerido para implementar esta ação estratégica é elaborar os planos municipais de gerenciamento de resíduos da construção civil em consonância com o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos. Posteriormente, para a implementação desta ação estratégica é necessário articular a administração pública com agentes privados que invistam na instalação de áreas de triagem e transbordo e de aterro de resíduos inertes específico para esse fim. Paralelamente, é necessário que o poder público assuma a fiscalização dos atores envolvidos, como geradores e transportadores deste tipo de resíduo.

A articulação regional é essencial para o desenvolvimento dessa ação, tanto para viabilizar economicamente o empreendimento, como para impedir que futuros passivos ambientais de um Município migrem para outro. Entre as fontes de financiamento disponíveis para sua realização existem linhas de investimentos sociais de empresas. No âmbito do BNDES, os projetos de saneamento ambiental, Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos – PMI; Fundo Social; BNDES Cidades e as linhas de financiamento permanentes (Leasing, Crédito, Finame etc.).

E no âmbito estadual, há o Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP (Secretaria Estadual do Meio Ambiente).

**DIRETRIZ: Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.**

### Ação E

Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.

#### O QUE É?

Há uma associação entre violência, criminalidade urbana e desenvolvimento econômico e social sem planejamento. As cidades da Baixada Santista e do Litoral Norte vêm observando esse tipo de impacto, resultando no aumento da criminalidade potencial ou real, em muitos casos associada ao tráfico de drogas. A atribuição prevista constitucionalmente para os Municípios no que se refere à segurança pública está concentrada na ampliação da sua capacidade de prevenção da violência e da criminalidade e não no enfrentamento do crime (atribuição do Governo Estadual e das Polícias). Assim, os Municípios da região devem investir no desenvolvimento de políticas locais de prevenção, que tenham interface com outras políticas sociais tais como educação, saúde, lazer, emprego, com atenção a grupos sociais particularmente vulneráveis ou em situação de risco tais como crianças, jovens e mulheres.

#### COMO IMPLEMENTAR?

O fortalecimento da capacidade institucional dos Municípios passa pela implementação dos programas do governo federal nessa área, já existentes e disponíveis para as cidades, tais como o “Crack, é possível vencer” da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, que inclui, entre outras coisas, a capacitação das Guardas Municipais, e o “Juventude Viva” da Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SGPR – SNJ/SEPPIR).

Além disso, uma parceria com o governo estadual, responsável pela produção das estatísticas criminais, pode proporcionar aos Municípios acesso a dados criminais territorializados, o que ampliaria a capacidade de planejamento das cidades.

Por fim, considerando a proximidade e forte relação entre os Municípios em questão, elaborar estratégias compartilhadas é essencial para o desenvolvimento de políticas sustentáveis e eficazes de prevenção e segurança pública. Nesse sentido, a criação de fóruns regionais de segurança municipal com a participação dos Secretários Municipais de Segurança pode garantir esses espaços de planejamento conjunto.

É importante ainda fortalecer os Gabinetes de Gestão Integrada Municipal e Regional, a implementação dos planos de defesa municipais e regionais, garantindo-se o efetivo acompanhamento pelos Conselhos Municipais e Regionais de Segurança Pública.

**DIRETRIZ: Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.**

### Ação F

Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.

#### O QUE É?

A educação é um direito humano ao qual todos devem ter acesso para receber uma formação integral que lhes permita desenvolver suas potencialidades, prepararem-se para a convivência democrática em sociedades plurais e para participar do mundo do trabalho. A educação contribui para o fortalecimento da identidade sociocultural que singulariza as comunidades nos territórios, é esteio do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico e meio de qualificação da força de trabalho.

O litoral paulista conta com um sistema de ensino formal extenso e dotado de institucionalidade que, entretanto, não atende toda a demanda social e apresenta problemas de qualidade que precisam ser enfrentados pelos poderes públicos das três esferas de governo, com a colaboração e participação da sociedade civil. A região acolhe ainda numerosas iniciativas de educação não formal com o intuito de preservação das culturas indígena, caiçara e quilombola, e também destinadas à elevação da consciência socioambiental e preservação dos ecossistemas marítimo e florestal, que merecem mais apoio e melhor articulação. Essa ação estratégica articula-se com as políticas nacional, estadual e municipais de educação, em especial com o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e o Plano Nacional de Educação (que se encontra em fase final de tramitação no Congresso Nacional).

#### COMO IMPLEMENTAR?

A responsabilidade pela provisão pública e gratuita da educação básica, profissional e superior cabe aos governos federal, estadual e municipal, em regime de colaboração, que contam para esse fim com recursos constitucionalmente vinculados e fundos específicos. No caso da qualificação profissional, envolve também os órgãos do sistema de aprendizagem (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE).

A governança dos sistemas e instituições de ensino público está submetida ao princípio da gestão democrática, envolvendo também os profissionais do setor, os estudantes e suas famílias, e a sociedade civil organizada, em conselhos, conferências e fóruns. São entidades estratégicas à consolidação desta ação a União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação – UNDIME/SP; União dos Conselhos Municipais de Educação de São Paulo – UNCME/SP, Centro Paula Souza, a Secretaria Estadual e o Ministério da Educação – MEC.

Para a implementação desta ação podem ser acionados um conjunto de programas subordinados ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE que, por sua vez, é operacionalizado através do Plano de Ações Articuladas – PAR do Ministério da Educação.

Estão disponíveis também o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Ministério da Educação). O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP são também importantes fontes de recursos, uma vez que desempenham papel relevante no financiamento da pesquisa científica no Estado de São Paulo.

## Ação G

Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade, das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias de petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.

### O QUE É?

A produção de conhecimento, inovação e tecnologia é a vocação das instituições de ensino superior que desenvolvem o tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão. O litoral paulista conta com razoável rede de instituições de ensino superior, porém muito concentradas em Santos e Caraguatatuba, com claro predomínio de instituições privadas, que não investem com profundidade em pesquisa. Na região, são poucas as instituições universitárias públicas, que desenvolvem pesquisa. Por outro lado, existe na região uma reivindicação por instalação de *campi* de universidades públicas dedicadas ao ensino e pesquisa relacionadas às vocações regionais, em especial nos Municípios periféricos.

### COMO IMPLEMENTAR?

A provisão do ensino superior público é responsabilidade da União e do Estado. Os Municípios só podem investir os recursos constitucionalmente vinculados à educação no ensino superior quando atenderem plenamente suas funções prioritárias de provisão da educação infantil e do ensino fundamental. Existe a possibilidade dos Municípios manterem fundações municipais ou intermunicipais (neste caso, mediante consórcio), porém com recursos que não os constitucionalmente vinculados ao ensino.

A União mantém na região um *campus* da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (dedicado à área da saúde, em Santos) e dois *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP (em Cubatão e Caraguatatuba) passíveis de ampliação e/ou descentralização. Além de manter cursos tecnológicos nas Escolas Técnicas Estaduais – ETECs, o Estado mantém três universidades públicas, duas das quais possuem apenas pequenas unidades na Baixada Santista, sendo possível ampliar sua presença na região.

Para implementar esta ação é fundamental a articulação entre os Municípios com o Governo do Estado e a União a fim de viabilizar o fomento e fortalecimento de instituições públicas de ensino superior na região.

Algumas fontes de financiamento podem ser acedidas para a concretização dessa ação: agências de fomento à pesquisa como a Agência Brasileira de Inovação – FINEP, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ; Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES; Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Também disponibilizam financiamento a compensação ambiental prevista na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei Federal nº 9985/2000); o Fundo Nacional de Meio Ambiente; o Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica (Ministério do Meio Ambiente); o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO (Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos).

Além destes, existem ainda recursos oriundos da cooperação internacional, da iniciativa privada e de fundos privados.

## DIRETRIZ: Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.

## Ação H

Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.

### O QUE É?

A diversificação da economia é fundamental para ampliar as oportunidades de geração de renda da população local. Os arranjos produtivos apresentam um grande potencial de transformação das relações socioambientais das condições de produção e de diferenciação, enriquecimento e desconcentração das atividades pela incorporação do valor simbólico de povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, entendemos que a economia solidária, por meio da prática da autogestão, pode transformar o atual padrão das atividades produtivas. Além disso, a preservação e valorização dos patrimônios histórico, cultural material e imaterial, presente na história local e regional, nas tradições e nas expressões culturais, poderão construir uma nova fisionomia da região e contextualizar novas formas de gerar bens econômicos que valorizem o desenvolvimento local incluyente.

### COMO IMPLEMENTAR?

A implementação dessa ação pode se realizar por meio da promoção e ampliação de feiras, espaços fixos e bases de serviço para comercialização de produtos e serviços da localidade (artesanatos, culinária regional, agricultura familiar, etc.); adequação do acesso às compras governamentais de produtos e serviços da economia solidária; certificação de produtos e serviços com garantia de origem social e ambiental; desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais apropriadas à economia solidária; e adequação das políticas de crédito às características dos empreendimentos econômicos solidários (bancos comunitários, fundos rotativos solidários e apoio ao cooperativismo de crédito solidário), elaboração de planos municipais e regionais de desenvolvimento econômico e social.

Essa ação deve priorizar segmentos da sociedade que não se inserem facilmente no mercado de trabalho, como jovens e mulheres, garantindo a realização de trabalho digno. A ação estratégica requer também a articulação de agentes, campanhas e processos educativos que promovam a singularidade da região litorânea, resgatando valores, experiências, narrativas da vida comunitária e dos empreendimentos da região.

Aí se coloca um desafio que reúne não só as Secretarias Municipais de Assistência Social, de Desenvolvimento

Econômico, de Agricultura e Pesca, de Educação, de Cultura e de Turismo, mas também as escolas, universidades, incubadoras, agências de fomento e assistência técnica, associações industriais, comerciais e de serviços, conselhos municipais e regionais e outros representantes da sociedade civil. Nesse sentido, a presente ação estratégica orienta-se a promover as condições para a organização produtiva (em termos de autogestão, cooperativismo, empreendedorismo e elaboração de projetos), educação financeira (quanto a exigências, documentações e uso de crédito) e mediação do acesso a recursos, por parte de comunidades de produtores e trabalhadores, contribuindo para a produtividade, agregação de valor e regularização das atividades.

O suporte financeiro das atividades pode ser articulado com diversas fontes de financiamento.

No âmbito federal, estão disponíveis os editais e programas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego; o Programa Comunidades Tradicionais – Gestão Ambiental (Ministério do Meio Ambiente); Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas (Ministério do Turismo); Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de Patrimônio da União – SPU); Programa Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres e Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o Programa Temático Pesca e Aquicultura (Ministério da Pesca e Aquicultura).

No âmbito estadual, estão disponíveis o Programa de Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia); Programa Fomento Cultural e Economia Criativa (Secretaria Estadual da Cultura); Programa Desenvolvimento Local Integrado Sustentável e Programa de Abastecimento e Segurança Alimentar (Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento) e o Programa de Fomento ao Trabalho Artesanal (Secretaria Estadual de Emprego e Relações do Trabalho).

Além destes, há também o Programa de Reaplicação de Tecnologias Sociais (Fundação Banco do Brasil) e o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (Banco do Brasil).

Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo com foco principal no turismo de base comunitária

### O QUE É?

O turismo brasileiro enquanto setor econômico é reconhecido por gerar trabalho e renda, além de contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais. Entretanto, no litoral paulista, assim como em outras partes do território brasileiro, nem sempre o turismo consegue incluir a população local nas suas atividades e muitas vezes não trata o território, e a diversidade ambiental e cultural de modo a valorizar sua riqueza como potencial turístico.

O turismo de base comunitária tem se mostrado como fonte alternativa de renda para os pequenos grupos de agricultores, pescadores, povos e comunidades tradicionais e extrativistas que, em geral, passaram a buscar novas alternativas de sobrevivência, para além da subsistência tradicional, configurando-se também como uma nova luta pela permanência em seus territórios e pela preservação de suas culturas. Com este tipo de turismo, é possível reconhecer os valores múltiplos do território, buscando integrar e valorizar o local, criando roteiros alternativos ao turismo “de massa” e também incluindo a população local tanto como prestadora de serviço, como organizadora do seu espaço e da sua cultura para receber o turismo.

### COMO IMPLEMENTAR?

O turismo de base comunitária deve acontecer por vontade não só das comunidades locais, mas também do poder público e do próprio turista que busca roteiros diversificados que possibilitem um maior contato e integração com a cultura local. A abertura para o turismo passa então a ser promovida como um veículo de reforço à etnicidade e revitalização cultural.

O Plano Nacional do Turismo é uma ferramenta de planejamento e ação estratégica do Ministério do Turismo que pode auxiliar a estruturação e ordenamento da atividade turística, com respeito aos princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional, estimulando a criação de um programa de regionalização do turismo.

Pode-se também promover a participação municipal e regional no Índice de Competitividade do Destino Turístico Brasil, para fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária

Evidencia-se também a necessidade de se fomentar cursos básicos, a exemplo dos receptivos turísticos que auxiliam os povos e comunidades tradicionais a receberem o turista, bem como cursos para a qualificação do artesanato. O fomento às festas tradicionais e roteiros turísticos de base comunitária também são grandes frentes de trabalho que beneficiam as comunidades locais e a todo o ambiente.

Os atores fundamentais para implementação dessa ação são o o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Secretarias Municipais de Turismo e representantes da sociedade civil.

Algumas fontes de financiamento podem ser acessadas para a realização desta ação estratégica, tais como o Programa de Regionalização do Turismo e a Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas (Ministério do Turismo) e o Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

**DIRETRIZ: Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.**

### Ação A

Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.

### O QUE É?

O Brasil é signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica, que estabelece normas e princípios que regem o uso e a proteção da diversidade biológica em 168 países que a ratificaram. Nesse documento, nosso país se comprometeu a criar e manter um sistema de áreas protegidas, obrigação esta também prevista em nosso texto constitucional. Para tanto, foi editada a Lei Federal nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Esta lei definiu diversas tipologias de áreas protegidas de forma a abranger um amplo espectro da realidade socioambiental brasileira. Estas tipologias são divididas em dois grandes grupos: as unidades de conservação de proteção integral (que admitem apenas o uso indireto dos recursos naturais) e as unidades de conservação de uso sustentável (que se destinam a compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais existentes).

Ocorre que diversas unidades de conservação foram criadas no litoral de São Paulo sem considerar a realidade socioambiental de determinados territórios. Os limites do Parque Estadual da Serra do Mar, por exemplo, avançam sobre territórios caiçaras, indígenas e quilombolas. Tal fato tem colocado estes povos e comunidades tradicionais em situação de clandestinidade no que tange ao desenvolvimento de suas práticas ancestrais de subsistência que incluem o extrativismo, a agricultura, a pesca e a criação de animais de pequeno porte, uma vez que esta categoria de unidade de conservação não admite o uso direto dos recursos naturais. Ademais, alguns ambientes importantes para a proteção da biodiversidade do litoral paulista, como, por exemplo, as áreas voltadas à reprodução de espécies ameaçadas de extinção ou que possuem grande biodiversidade e relevância para a os ecossistemas, ainda não estão protegidos por unidades de conservação. Desta forma, reclassificar, ampliar e criar novas unidades de conservação, bem como monitorar a efetividade destes processos, são ações estratégicas de fundamental importância para a manutenção do equilíbrio ecológico e da sociobiodiversidade.

### COMO IMPLEMENTAR?

A criação de unidades de conservação pode ser realizada por qualquer ato do poder público. Já a ampliação dos limites de uma unidade de conservação pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico que criou a unidade. O mesmo ocorre no caso de transformação, total ou parcial, de unidade de conservação da categoria uso sustentável em unidades de proteção integral. Entretanto, a extinção ou a redução dos limites de uma unidade de conservação só podem ser realizadas mediante lei específica. Importante observar que, em geral, estes atos devem ser precedidos de estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para o que se propõe.

É fundamental que seja evitada a criação de unidades de conservação de proteção integral em áreas já ocupadas por povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, a criação ou reclassificação dos territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais para unidades de conservação de uso sustentável, nomeadamente Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS e Reservas Extrativistas – RESEX, podem assegurar as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais. A consolidação de um sistema de áreas protegidas que garanta a manutenção do equilíbrio ecológico regional e a proteção da sociobiodiversidade são obrigações constitucionais da União, Estados e Municípios. Entretanto, proprietários de áreas com relevância ambiental podem dar a sua parcela de contribuição para a conservação da diversidade biológica através da criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN. Cumpre mencionar que a sociedade civil organizada possui um importante papel neste processo ao participar dos canais institucionais de participação social relativos ao tema (consultas públicas e conselhos), bem como pressionar o poder público para executar as ações necessárias.

São atores de implementação deste processo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; a Secretaria Estadual e Municipais do Meio

Ambiente; a Fundação Florestal; o Instituto Nacional Colonização Reforma Agrária – INCRA; a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP; a Fundação Nacional do Índio – FUNAI; a Fundação Cultural Palmares; os conselhos das unidades de conservação bem como os povos e comunidades tradicionais direta e indiretamente envolvidos com a questão.

Foram identificadas algumas fontes de financiamento que, através de termos de parceria e convênios, podem apoiar as ações de criação, ampliação, reclassificação e monitoramento de unidades de conservação.

No âmbito federal, há o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (Ministério da Justiça); o Fundo Nacional do

Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente); Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica (Ministério do Meio Ambiente) e a iniciativa BNDES Mata Atlântica.

No âmbito estadual, estão disponíveis o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos) e o Programa Estadual de Gestão de Áreas Protegidas (Secretaria Estadual do Meio Ambiente).

Além destes existem ainda, a compensação ambiental prevista na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei Federal nº 9.985/2000), os recursos da cooperação internacional, de fundações e institutos privados e fundos de financiamento privados.

de decisão com base no entendimento das questões ambientais, socioeconômicas, históricas e culturais que caracterizam a área de estudo.

São agentes de implementação deste processo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade–ICMbio; a Secretaria Estadual e Municipais do Meio Ambiente; a Fundação Florestal; o Instituto Nacional Colonização Reforma Agrária – INCRA; a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP; a Fundação Nacional do Índio – FUNAI; a Fundação Cultural Palmares; o Comitê Gestor Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas; os conselhos gestores das unidades de conservação bem como os povos e comunidades tradicionais.

Foram identificadas algumas fontes de financiamento que, através da habilitação de projetos em editais, termos de parceria e convênios, podem apoiar a edição e revisão dos planos de manejo e das regras neles contidas de uso e ocupação das unidades de conservação, tais como: o Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica (Ministério do Meio Ambiente); Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (Ministério da Justiça); o Fundo Nacional do Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente) e BNDES Mata Atlântica.

No âmbito estadual estão disponíveis o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos) e o Programa Estadual de Gestão de Áreas Protegidas (Secretaria Estadual do Meio Ambiente).

Além destes, existem ainda a compensação ambiental prevista na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal nº 9.985/2000), fundos provenientes da cooperação internacional, fundos de financiamento privados, fundações e institutos privados.

## DIRETRIZ: Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.

### Ação C

Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação

#### O QUE É?

No litoral de São Paulo há unidades de conservação terrestres e marinhas de proteção integral e de uso sustentável instituídas pelos Municípios, Estado e pela União, sendo que as unidades de conservação terrestres ocupam cerca de 62% da área continental da Baixada Santista e do Litoral Norte. A criação de muitas dessas unidades se sobrepôs a áreas ocupadas há décadas, ou mesmo séculos, por comunidades quilombolas, indígenas, caçaras ou de agricultores familiares restringindo seus direitos a permanecer na área e a explorar da terra para sua subsistência.

Dessa forma, pretende-se que os usos indiretos das unidades de conservação de proteção integral (turismo, pesquisa, educação ambiental, prestação de serviços ambientais, etc.) e os usos diretos das unidades de uso sustentável (produção agroflorestal, pesca artesanal, etc.) sejam capazes de garantir a proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais bem como a conservação e recuperação ambiental. Tais usos estão legalmente previstos nas Políticas Nacionais de Meio Ambiente, de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI e de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT.

#### COMO IMPLEMENTAR?

A implementação dessa ação estratégica requer que um conjunto de atividades sejam desenvolvidas. Muitas vezes elas estão previstas em planos de manejo das unidades de conservação, mas que não chegam a ser autorizadas e/ou exercidas pelas comunidades em razão de problemas de gestão e da ausência de regularização destas atividades pelos órgãos responsáveis. Identificamos aqui algumas delas: criar e ampliar circuitos turísticos culturais e ambientais; melhorar a infraestrutura de visitação dos parques; ampliar o acesso de alunos de escolas e universidades aos programas de visitação; permitir a produção de artesanato com a matéria prima extraída nas unidades de conservação com manejo adequado; desenvolver pesquisas que possam ser apropriadas pelas comunidades tradicionais; promover a educação ambiental com produção de material didático regional adequado; regulamentar, mapear e regularizar as atividades de cultivo de espécies nativas, extrativismo e pesca desenvolvidas em unidades de conservação com respeito

aos direitos dos povos e comunidades tradicionais e a proteção ao meio ambiente.

É importante também assegurar durante o processo de revisão dos planos diretores municipais, os instrumentos de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.

A execução desta ação estratégica envolve um série de atores de implementação, a saber: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMbio; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Fundação Palmares; Secretaria Estadual de Meio Ambiente; Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB; Fundação Florestal; Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP; universidades; escolas estaduais e municipais; Secretarias Municipais de Agricultura e Pesca, conselhos gestores das unidades de conservação; conselhos municipais, povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e caçaras) e sociedade civil.

Foram identificadas fontes de financiamento em âmbito nacional e internacional existentes que podem apoiar o desenvolvimento dessas ações tais como: o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde (Ministério do Meio Ambiente); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Programa Temático Pesca e Aquicultura (Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ; Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; Fundo Nacional do Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente); Programa Mais Cultura nas Escolas (Ministério da Cultura) e a compensação ambiental Prevista na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei Federal nº 9.985/2000).

Além destes existem ainda fundos internacionais, cooperação com organismos internacionais, fundações e institutos privados.

### Ação B

Elaborar e/ou rever as regras de uso e ocupação das unidades de conservação, de forma a compatibilizar os usos sustentáveis e propor a adequação das áreas consolidadas.

#### O QUE É?

O plano de manejo é um documento técnico de fundamental importância para a gestão de unidades de conservação, uma vez que traz os objetivos gerais, o zoneamento e as normas de manejo e uso de recursos naturais que devem orientar a unidade. Ocorre que muitas unidades de conservação do litoral paulista não possuem seus planos de manejo ou apresentam os mesmos desatualizados. Além disso, existem diversos entraves financeiros e de recursos humanos para a concretização dos objetivos gerais desses planos.

Assim, elaborar, revisar, aprovar, finalizar e implantar os planos de manejos das unidades de conservação localizadas no litoral paulista, bem como garantir os recursos financeiros, materiais e humanos para a efetivação dos objetivos delineados neste instrumento de planejamento e gestão, constitui uma ação estratégica de fundamental importância para se promover e proteger os atributos sociais, culturais e naturais que justificaram a criação destes espaços. Entretanto, cumpre mencionar que estas diretrizes devem ser delineadas de forma a assegurar às comunidades locais e aos povos e comunidades tradicionais, as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Esta ação estratégica articula-se com políticas nacionais e estaduais em curso no país tais como a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, Programa Brasil Quilombola, entre outras.

#### COMO IMPLEMENTAR?

O plano de manejo deve ser elaborado pelo órgão gestor da unidade de conservação e seu processo de construção inclui um ciclo contínuo de consulta pública, desenvolvimento de estudos científicos e tomada

## Ação D

Sensibilizar a sociedade civil e gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.

### O QUE É?

As comunidades tradicionais (povos indígenas, comunidades quilombolas e a população caiçara) são exemplos da diversidade cultural e da diversidade dos modos de vida que povoam o litoral paulista e outras regiões do Brasil. O processo de ocupação territorial da região vem criando impedimentos a manutenção destes modos de vida, muitas vezes implicando na exclusão destes povos e comunidades das terras tradicionalmente ocupadas por eles, seja em função da especulação imobiliária, seja pela transformação de suas terras em áreas de proteção ambiental.

Apesar de sua colaboração inestimável à constituição da cultura e do povo brasileiro, a sociedade civil e os gestores públicos locais pouco conhecem a respeito destas culturas e dos direitos que as protegem.

A população indígena e os quilombolas têm seus direitos previstos na Constituição Federal (arts. 231 e 232 e art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT). A Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais reconhece os direitos dos caiçaras, pescadores artesanais, indígenas e quilombolas. Além destes, existem ainda outros instrumentos internacionais ratificados pelo governo brasileiro como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais; a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos dos Povos Indígenas; o Decreto Federal nº 80.978/77, que promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972; o Decreto Federal nº 2.519/98, que promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, de 1992; a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001); e o Decreto Federal nº 5.051/04, que promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

### COMO IMPLEMENTAR?

Algumas atividades foram pensadas com o intuito de facilitar a concretização dessa ação estratégica como, por exemplo: incluir a população caiçara nas dinâmicas e nas atividades desenvolvidas nas unidades de conservação voltadas aos povos e comunidades tradicionais; criar centros de referência da cultura regional, pontos de cultura dos povos e comunidades tradicionais e estimular a realização das festas tradicionais e do artesanato; promover um seminário regional que trate da sustentabilidade e das atividades desenvolvidas pelos povos e comunidades tradicionais.

Estas atividades podem ser implementadas pelos seguintes atores: Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Fundação Palmares; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI; Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI; Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais; Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (ICMBio); Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP; Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento; Fundação Florestal, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB; Polícia Ambiental; Secretarias Estadual e Municipais de Educação, Cultura, Saúde, Agricultura e Pesca e Meio Ambiente; conselhos das unidades de conservação, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e da Pesca e representantes da sociedade civil.

Foram identificadas algumas fontes de financiamento existentes que podem apoiar as ações de sensibilização da sociedade local a respeito da cultura e dos direitos das comunidades tradicionais e da população caiçara.

No âmbito federal estão disponíveis o Programa Comunidades Tradicionais (Ministério do Meio Ambiente); Programa Comunidades Tradicionais - Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência e Tecnologia); Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Programa Balcão de Direitos (Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República); Programa Pescando Letras (Ministério da Pesca e Aquicultura); Fundo Nacional do Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente); Programa Telecentro da Pesca-Maré (Ministério da Pesca e Aquicultura); Programa Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República) e o Fundo Nacional de Cultura (Ministério da Cultura).

Além destes, existem ainda recursos provenientes fundos nacionais e internacionais, da cooperação internacional e de fundações e institutos privados.

## DIRETRIZ: Efetivar a regularização fundiária das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais bem como dos assentamentos informais de baixa renda localizados em unidades de conservação.

## Ação E

Garantir a regularização fundiária das terras indígenas e quilombolas

### O QUE É?

A regularização fundiária de terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais é direito garantido na Constituição Federal. No litoral, há diversas terras indígenas e quilombolas cujos processos de regularização fundiária ainda não foram finalizados pelo poder público. Além disso, foram identificados muitos conflitos envolvendo a criação de unidades de conservação em terras tradicionalmente ocupadas. A proteção territorial dos povos e comunidades tradicionais é fundamental para a reprodução de seus usos, costumes e tradições.

Essa ação estratégica articula-se com políticas nacionais e estaduais em curso no país, tais como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, o Programa Brasil Quilombola, entre outros.

### COMO IMPLEMENTAR?

A regularização fundiária dos territórios ocupados por comunidades tradicionais exige o cumprimento de diversas atividades, tais como: mapear e identificar os povos e as comunidades tradicionais da região, elaborar laudos antropológicos, promover a demarcação, delimitação e homologação das terras tradicionalmente ocupadas.

Órgãos federais e estaduais devem executar a regularização fundiária tais como a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, a Fundação Palmares, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, dentre outros. A implementação dessa ação estratégica pode ser apoiada pelos órgãos e colegiados que contam com a participação de representantes desses povos e comunidades tais como a Comissão Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT e a Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, bem como pelos indígenas e quilombolas diretamente.

Foram identificadas algumas fontes de financiamento existentes que podem apoiar as ações de regularização fundiária dessas comunidades.

Em âmbito federal estão disponíveis o Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (Fundação Nacional do Índio – FUNAI); Programa Brasil Quilombola (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR); Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social em Terras da União (Secretaria do Patrimônio da União – SPU/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG).

Há, ainda, diversas formas de cooperação com organismos internacionais, fundações e institutos privados.

## Ação F

Garantir a titulação e condições adequadas de habitabilidade aos assentamentos informais de baixa renda e reassentar os moradores em situação de risco.

### O QUE É?

Os assentamentos informais situados em áreas protegidas são parte de uma realidade que se consolidou no litoral devido ao processo de expansão urbana. Estas áreas não possuem condições de habitabilidade digna para os moradores, tanto pela falta de infraestrutura como pelas situações de risco a que estão expostos. O enfoque desta ação estratégica consiste em regularizar os assentamentos consolidados e reassentar a população que habita áreas consideradas de risco.

A partir do mapeamento da densidade habitacional concentrada nos assentamentos informais, é possível assegurar a titularidade de tais assentamentos bem como implementar outras políticas públicas de infraestrutura relacionadas à mobilidade, ao saneamento, e demais políticas sociais.

### COMO IMPLEMENTAR?

Na esfera federal, a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda encontra menção na Lei Federal nº 12.651/12 (Código Florestal), que fixa o caráter de “interesse social”, colocando como parâmetro a regulamentação prevista na Lei 11.977/09 – Programa Minha Casa Minha Vida e de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais.

O procedimento de regularização fundiária deve prever um Projeto de Regularização Fundiária (art. 51 da Lei Federal nº 11.977/09), que impõe ainda a necessidade de articulação entre as políticas de meio ambiente e habitação (art. 48, inciso II). No entanto, para dar início ao processo, é necessário realizar o mapeamento dos assentamentos informais consolidados, elaborando o cadastro social e o georreferenciamento da área. É importante também que os processos de elaboração e revisão dos planos diretores instituam as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) nas áreas ocupadas por assentamentos informais de baixa renda.

A regularização fundiária articula-se com o Programa Minha Casa, Minha Vida (Ministério das Cidades), o Programa Estadual de Regularização Fundiária de Interesse Social, Programa Estadual de Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários, o Programa Estadual de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar (Secretaria Estadual de Habitação e do Meio Ambiente) dentre outros.

Este procedimento e os demais relacionados à regularização podem ser operacionalizados pelos seguintes atores: Secretaria Estadual de Habitação; Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU); Secretarias Municipais de Habitação e Meio Ambiente, associações de bairro e até indivíduos.

## DIRETRIZ: Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da zona de amortecimento das unidades de conservação.

## Ação G

Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e sociedade civil.

### O QUE É?

O litoral paulista está localizado em territórios considerados pela Constituição Federal de 1988 como patrimônio nacional: a Mata Atlântica, a Serra do Mar e a Zona Costeira (art. 225, §4º). A ocupação urbana na costa brasileira pode ser observada nessa região onde alguns Municípios cresceram tanto do ponto de vista horizontal como vertical. Esses Municípios integram, inclusive, duas regiões metropolitanas: a Região Metropolitana da Baixada Santista e do Litoral Norte e Vale do Paraíba.

Nos três níveis federativos são promulgadas constantemente inúmeras regras que pretendem regular esse mesmo território, cujas características ambientais, urbanas, fundiárias, agrícolas e socioculturais lhe garantem um tratamento especial. O Parque Estadual da Serra do Mar, por exemplo, é a maior unidade de conservação da região e já possui um plano de manejo aprovado, o qual estabelece uma extensa Zona de Amortecimento que avança para o interior dos Municípios.

Além das unidades de conservação existentes na região, outros importantes instrumentos de regulação do território também são elaborados paralelamente pela União, Estados e Municípios e que, muitas vezes, entram em conflito entre si. É o caso do Zoneamento Ecológico Econômico da Baixada Santista e Litoral Norte, dos planos diretores municipais e legislação municipal de uso e ocupação do solo, planos municipais de conservação e recuperação da Mata Atlântica, plano de gestão territorial e ambiental das terras indígenas, entre outros.

O Projeto Litoral Sustentável identificou na região, áreas de “monitoramento territorial”<sup>9</sup> na região a fim de apontar porções do território que não estão inseridas em unidades de conservação ou áreas de preservação permanente, sendo necessário o monitoramento e debate sobre o destino dessas áreas, ou seja, sobre o uso que se dará a elas.

Embora esta análise tenha um caráter preliminar, verifica-se que a definição das funções urbana, ambiental ou agrícola dessas áreas deve ser fruto de um pacto entre sociedade civil e o poder público (União, Estado e Municípios).

<sup>9</sup> Para maiores informações, consulte o glossário e o texto “Procedimentos técnicos de identificação das áreas de monitoramento territorial” anexo ao Diagnóstico Regional do Projeto Litoral Sustentável.

### COMO IMPLEMENTAR?

É importante mapear os conflitos e as possibilidades de uso e ocupação das áreas de monitoramento territorial e compatibilizar os diversos instrumentos de regulação do território. O processo de pactuação destes elementos deve refletir-se na articulação dos espaços de gestão democrática da região garantindo-se a ampliação da participação da população na definição das funções urbanas, agrícolas, ambientais e socioculturais dessas áreas. É fundamental garantir a participação dos indígenas, quilombolas, caiçaras, pequenos produtores rurais, ONGs e iniciativa privada no processo de elaboração de instrumentos de regulação do território da região.

O processo de pactuação de usos e funções nesses territórios pode estar articulada, especialmente, nos Conselhos das Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Estes Conselhos Metropolitanos passariam a articular as discussões do Gerenciamento Costeiro da Baixada Santista e do Litoral Norte, dos Comitês de Bacias Hidrográficas e dos Conselhos instituídos nas Unidades de Conservação, integrando a discussão territorial regional com as questões e as realidades locais dos Municípios.

Os três níveis da federação – União, Estado e Municípios, também devem dialogar, garantindo-se a formalização de arranjos institucionais de cooperação federativa (a exemplo de convênios, consórcios) e a respectiva articulação entre os diversos órgãos públicos envolvidos na implementação dessa ação estratégica, tais como: a Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM; Grupo de Gerenciamento Costeiro da Secretaria Estadual do Meio Ambiente; Coordenadoria de Assistência Integral – CATI e Instituto de Pesca da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento; Fundação Florestal; Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB; o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA; Polícia Ambiental; Marinha; Banco do Brasil; comitês de bacias hidrográficas; Câmara dos Vereadores; Secretarias Municipais de Planejamento, de Habitação, de Urbanismo, de Meio Ambiente, de Agricultura e Pesca, de Educação e Assistência Social; as Guardas Municipais; os conselhos das unidades de conservação, Conselhos Municipais de

Desenvolvimento Rural e da Pesca; representantes da iniciativa privada e da sociedade civil.

Foram identificadas diversas fontes de financiamento para implementação dessa ação estratégica. No âmbito federal, destaca-se o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (Ministério da Justiça); Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica (Ministério do Meio Ambiente); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura (Ministério da Agricultura), Programa Planos de Desenvolvimento Urbano (BNDES); Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas – PROPFLORA (BNDES) e o Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (BNDES).

Em âmbito estadual, foram identificados as seguintes fontes de financiamento: Programa Estadual de Microbacias (Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento); Programa Estadual de Planejamento Ambiental (Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Programa Estadual de Conservação da Biodiversidade (Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Programa Estadual de Fiscalização (Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Programa Estadual de Gestão Ambiental em Regiões Metropolitanas (Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Programa Estadual para Gestão Ambiental e para Proteção da Água (Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos).

Foram ainda identificadas algumas fontes de financiamento privado tais como a compensação ambiental prevista na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal nº 9.985/00), e ainda diversas formas de cooperação com organismos internacionais, fundações e institutos privados.



## DIRETRIZ: Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.

### Ação A

Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.

#### O QUE É?

A região formada pela Baixada Santista e Litoral Norte estrutura-se basicamente em dois polos atratores: (i) Municípios centrais da Baixada Santista (Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá) e (ii) Caraguatatuba e São Sebastião. Essa configuração resulta em deslocamentos cotidianos de grupos de trabalhadores e estudantes por meio de transporte coletivo, que disputam as vias públicas com um grande volume de veículos de cargas e transportes individuais. Aliado a esse conflito, há relativa falta de integração entre os diferentes meios de locomoção utilizados coletivamente, além do transporte público não garantir simultaneamente oferta adequada e baixo custo para os moradores da região.

Essa ação estratégica alinha-se ao recente marco legal da mobilidade urbana, a Lei Federal nº 12.587/12. O acesso universal à cidade é o primeiro objetivo desse regramento, o que torna fundamental a articulação da mobilidade com o conjunto das políticas públicas de desenvolvimento urbano. E apresenta potencial de realização na medida em que são previstas ações de planejamento e gestão democrática em todas as esferas: federal, estadual e municipal.

#### COMO IMPLEMENTAR?

A implementação dessa ação estratégica requer o desenvolvimento de atividades de planejamento que visem promover a articulação dos planos de mobilidade existentes em um único planejamento regional integrado e intermodal, incluindo políticas de tarifação, planos para implementação de transporte aquaviário e ferroviário, além de planos de expansão das linhas regionais e dos corredores exclusivos de ônibus. É importante que as diretrizes do planejamento da mobilidade urbana seja também incorporada durante o processo de elaboração e revisão dos planos diretores municipais garantindo sua articulação com o ordenamento territorial das cidades.

Para integração inter-regional efetiva, é importante também, o planejamento de um sistema viário regional que dialogue com os sistemas viários locais e com o planejamento do transporte público, tanto, nas dimensões locais, como na dimensão regional.

Identifica-se uma necessária articulação entre os objetivos do Programa de Mobilidade Urbana da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana (Ministério das Cidades), com as intervenções em curso da Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos – STM, Empresa Metropolitana de Transporte Urbano – EMTU, Secretaria Estadual de Logística e Transporte – SELT e da Desenvolvimento Rodoviário S/A – DERSA.

As atividades voltadas a implementar o sistema cicloviário integrado em escala intermunicipal e local – ampliação da rede de ciclovias; pontos de transferência com o sistema de transporte coletivo; a implementação do transporte aquaviário; o aproveitamento dos trilhos existentes para o transporte ferroviário; criação de corredores de ônibus regionais e bilhete único com sistema de tarifação regional; entre outras – contam com as seguintes fontes de financiamento: Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 (Ministério das Cidades; Ministério dos Transportes); Programa de Infraestrutura para Mobilidade Urbana – PROMOB; Programa Mobilidade Urbana, Programa Pró – Municípios e Programa de Infraestrutura de Transporte Coletivo – Pró- Transporte (Ministério das Cidades); Linha de Crédito de Projetos Estruturadores de Transporte Urbano (Banco do Brasil; BNDES), Programa Linha de Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos e Programa Linha de Projetos Estruturadores de Transporte Urbano (BNDES), “Urban Transport” (Banco Mundial) e Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista.

Quanto às atividades de monitoramento que atendam as principais demandas locais e regionais, como as voltadas a acompanhar a implementação dos planos de mobilidade e de redução da tarifa do transporte público, indica-se a necessária ampliação da participação de organizações da sociedade civil nas estruturas de planejamento, com ampla transparência e atualização periódica dos projetos em curso, dos impactos sociais e ambientais, dos custos e das fontes de financiamento. Outras instâncias participativas e de formação como, por exemplo, o Fórum de Cidadania de Santos, podem contribuir na instrumentalização da sociedade civil para uma cidadania ativa.



## **DIRETRIZ: Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós-consumo (geração de resíduos).**

### **Ação B**

Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.

#### **O QUE É?**

A questão alimentar figura entre as estratégias dos processos de desenvolvimento, podendo promover ou dificultar a equidade social, a qualidade de vida e a sustentabilidade. Nos últimos anos a segurança alimentar e nutricional tem sido apontada como um eixo ordenador de políticas públicas favorecendo uma maior sinergia entre os alimentos/alimentação e a qualidade de vida. Ela abarca o conjunto das questões relacionadas à qualidade dos alimentos, à forma como são produzidos, ao preço, à vigilância sanitária, às doenças relacionadas à alimentação, à educação alimentar, às dificuldades de acesso, aos padrões de consumo e à cultura alimentar.

O crescente distanciamento entre os processos associados à produção e ao consumo, característica do atual sistema alimentar, deu origem à necessidade de maior valorização da formação de circuitos alimentares de proximidade, de dimensão local/regional, que preservem as características originais dos bens e reforcem suas identidades.

O consumo e pós-consumo dos alimentos estão diretamente ligados à produção de resíduos sólidos. Por isso, essa ação estratégica também deve apoiar a implementação de sistemas descentralizados de coleta e reciclagem, a organização de catadores em cooperativas e combater o modelo de coleta e tratamento concentrado em poucas empresas.

Fomentar a produção e o consumo de alimentos regionais, agroecológicos e orgânicos, apoiando a agricultura familiar e as atividades desenvolvidas pelos povos e comunidades tradicionais é uma ação estratégica que aponta para o desenvolvimento sustentável e está alinhada às diversas políticas nacionais e estaduais, tais como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a Política Nacional de Agroecologia; a Política Nacional de Alimentação e Nutrição; a Política Nacional de Agricultura Familiar e a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

#### **COMO IMPLEMENTAR?**

Do ponto de vista da segurança alimentar, a implementação dessa ação estratégica requer que uma série de atividades sejam realizadas, como, por exemplo: fomentar a agricultura familiar e a pesca artesanal; implantar hortas urbanas e escolares; recuperar o cultivo de espécies locais de alimentos e a culinária tradicional; reduzir as distâncias a serem percorridas pelos alimentos e a sua comercialização em menor escala. Estas atividades estão diretamente relacionadas aos circuitos curtos e ao combate aos sistemas hiper-industrializados, centrados nos hipermercados, nas cestas básicas e na produção agrícola baseada na grande propriedade.

Viabilizar e ampliar a venda de produtos da agricultura familiar, de povos indígenas e de comunidades tradicionais (principalmente frutas, verduras e peixe) para a alimentação escolar, em cumprimento à Lei Federal nº 11.947/09, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, com vistas à oferta de uma alimentação saudável, é uma forma de se dar início ao fomento de circuitos locais/regionais de produção, abastecimento e consumo.

De natureza intersetorial, essa ação requer a articulação de atores governamentais e da sociedade civil da área de segurança alimentar e nutricional que devem contar com a participação das Secretarias Municipais de Agricultura e Abastecimento e de Educação; Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI e Instituto de Pesca da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP; Secretaria Estadual de Meio Ambiente; Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB; Fundação Florestal; Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Região Sudeste – CECANE; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Fundação Palmares; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Secretaria do Patrimônio da União do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MPOG); conselhos gestores das unidades de conservação; Fundação Nacional do Índio

– FUNAI; Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; BNDES; universidades; Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e da Pesca, de Segurança Alimentar e Nutricional e de Alimentação Escolar e representantes da sociedade civil.

Foram identificadas algumas fontes de financiamento existentes que podem apoiar tais ações. No âmbito federal podem ser acessados o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil; Programa Temático de Pesca e Aquicultura (Ministério da Pesca e Aquicultura); Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, Programa Nacional de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Rural, Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Programa de Aquisição de Alimentos e Programa de Apoio à Agricultura Urbana (Ministério de Desenvolvimento Social); Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Saberes da Terra – ProJovem no Campo (Ministério da Educação); Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort) e Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básico – REFAP/CONAB e o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO (Ministério da Integração Nacional).

No âmbito estadual, estão disponíveis o Programa Estadual de Alimentação Escolar (Secretaria Estadual de Educação); o Programa Estadual Paulista de Agricultura de Interesse Social – PPAIS (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP); o Programa Estadual de Fomento Cultural e Economia Criativa (Secretaria Estadual da Cultura) e o Programa Estadual de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (Secretaria Estadual de Agricultura).

**DIRETRIZ: Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida para a população.**

### Ação C

Ampliar e aprimorar o tratamento do esgotamento sanitário, procurando promover iniciativas regionais de aproveitamento dos resíduos por meio do sistema de biodigestão.

#### O QUE É?

Diante das características geomorfológicas diversas da região (amplas planícies litorâneas, pequenas baías e costões rochosos), associadas a um padrão de ocupação de segunda residência e ao aumento crescente da população fixa, são encontradas diferentes modalidades de afastamento e tratamento de esgoto. Incluem-se estações de pré-condicionamento emissários, estações de tratamento de esgoto de diferentes dimensões e características particulares, lagoas, fossas e outros. Porém, grande volume de esgotos ainda é despejado *in natura* diretamente em córregos, rios e mar.

#### COMO IMPLEMENTAR?

Para implementar essa ação estratégica, propõe-se como atividade fomentar o debate e disseminar novas tecnologias de tratamento e aproveitamento dos resíduos dos esgotos, articulando a destinação de resíduos sólidos úmidos com a produção agrícola. Tais diretrizes devem ser incorporadas pelos planos municipais e regionais de saneamento ambiental e de resíduos sólidos.

Tal atividade poderá ser desenvolvida com parceiros como a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Rede de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (Ministério das Cidades); a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; comitês de bacias hidrográficas; Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Saneamento e Planejamento; institutos de pesquisa e representantes da sociedade civil.

Os seguintes programas são importantes fontes de financiamento para a realização dessa ação estratégica: Programa Saneamento para Todos e Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2: Saneamento (Ministério das Cidades); Programa de Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Fundação Nacional de Saúde – FUNASA); Programa Infraestrutura Hídrica (Ministério da Integração Nacional); Programa Pró-Municípios (Ministério das Cidades); Programa de Redução de Perdas de Água, Programa de Identificação de Lançamento Clandestino de Esgotos e Programa Estadual “Se Liga na Rede” (SABESP); Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO; Programa Estadual Planejamento e Promoção de Saneamento, Programa Estadual Energia Renováveis e Programa Onda Limpa (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos); Programa Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional (Secretaria Estadual de Habitação); Programa Linha de Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos e Linha Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos (BNDES).

### Ação D

Promover soluções alternativas adequadas de saneamento ambiental em comunidades isoladas e assentamentos precários

#### O QUE É?

Verificando a cobertura de serviços de água e esgoto na região observa-se que porções do território com maior densidade de ocupação populacional são as mais bem servidas da cidade. Entretanto, muitas vezes, em áreas onde residem moradores de baixa renda, os serviços não estão disponíveis. As concessionárias se justificam argumentando limitação técnica, alto custo e irregularidade fundiária dos assentamentos precários como impedimentos ao atendimento.

A universalização do acesso ao saneamento básico é uma das diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/07). A gestão dos serviços de saneamento pode ocorrer via contratos de programa firmado entre concedente e concessionária; deve estimular o estabelecimento de consórcios e parcerias e prever o controle social quanto ao acesso à informação e canais participativos.

Na região que abarca os Municípios do Litoral Norte há, atualmente, um grande empenho por parte da Câmara Técnica de Saneamento, vinculada ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte. Esta atua de forma a reunir pesquisadores, elaborar diagnósticos e definir sub-bacias para que sejam desenvolvidos, prioritariamente, projetos que atendam o que essa Câmara denomina de “comunidades isoladas”. O atendimento à estas comunidades isoladas quando feito com os métodos tradicionais de ligação à rede tronco é, muitas vezes, muito custoso e nem sempre eficiente, sendo assim, a iniciativa de elaboração de projetos alternativos específicos é essencial e têm trazido resultados positivos.

#### COMO IMPLEMENTAR?

Para implementar essa ação estratégica, uma das atividades previstas é a promoção do compartilhamento e difusão regional das experiências e práticas já implementadas nesse campo. Um exemplo de prática a ser difundida é a experiência da Praia do Pinto em Ilhabela. Neste caso, uma parceria estabelecida entre moradores, a Prefeitura e a SABESP resultou no atendimento a um grupo de famílias de uma região não atendida pelo sistema convencional de saneamento.

Outra atividade proposta é articular moradores, Municípios, SABESP e Ministério Público para garantir abastecimento, esgotamento e tratamento comunitário nos assentamentos precários passíveis de regularização fundiária.

Para a implementação dessa ação estratégica é necessária articulação entre a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e da Rede de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; a Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos; os comitês de bacias hidrográficas; universidades; Ministério Público; Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Planejamento, Saúde, Assistência Social e representantes da sociedade civil.

Fontes de financiamento para essa ação estratégica podem ser acessadas por meio do Programa Saneamento para Todos, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2: Saneamento, Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários e o Programa de Resíduos Sólidos Urbanos (Ministério das Cidades); Programa Saneamento Rural e Programa de Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Fundação Nacional da Saúde – FUNASA); Programa Estadual de Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional (Secretaria Estadual de Habitação), Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, Programa Estadual Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos), Linha Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos (BNDES).

## Ação E

Identificar vulnerabilidades e formular planos e programas de prevenção e adaptação aos impactos das mudanças climáticas na região, priorizando as populações mais vulneráveis aos seus efeitos adversos, bem como elaborar planos de ação para responder a eventos climáticos extremos que possam gerar situações de anormalidade, notadamente em áreas de risco.

### O QUE É?

O aquecimento global é o processo de aumento da temperatura média dos oceanos e do ar causado pelas emissões de gases do efeito estufa derivado de atividades humanas.

Este fenômeno tem proporcionado e continuará proporcionando mudanças climáticas significativas que indicam o aumento de eventos hidrológicos críticos e de dias com chuvas intensas. Tal fato, cumulado como o crescimento demográfico esperado para a zona costeira paulista nos próximos anos, pode aumentar significativamente os riscos de enchentes, inundações e deslizamentos, atingindo de forma mais incisiva a população de baixa renda, além de poder aumentar a ocorrência de doenças de veiculação hídrica e respiratórias.

### COMO IMPLEMENTAR?

Tal fato indica a necessidade de se formular planos e programas de prevenção e adaptação aos impactos das mudanças climáticas no Litoral Norte e Baixada Santista, priorizando-se as populações mais vulneráveis aos seus efeitos adversos, bem como elaborar planos de ação para responder a eventos climáticos extremos que possam gerar situações de anormalidade, notadamente em áreas de risco.

Nesse sentido, é importante elaborar mapas de vulnerabilidades climáticas e de necessidades de prevenção e adaptação às mudanças climáticas integrando estes estudos aos planos diretores de drenagem e de redução de riscos municipais. Além disso, deve-se elaborar e implementar planos estratégicos para ações emergenciais com objetivo de responder de maneira eficaz aos eventos climáticos extremos, principalmente em áreas de risco.

O alerta para o risco é outra questão relevante. Para tanto, é de fundamental importância estabelecer um sistema de educação e comunicação com a sociedade civil, bem como dotar a defesa civil de equipamentos de monitoramento hidrometeorológico e de risco adequados.

A preparação para as mudanças climáticas exige, também, que ginásios esportivos e demais equipamentos públicos sejam pensados e projetados como abrigo para atender a população quando da ocorrência de eventos climáticos extremos. Ademais, os projetos de obras e intervenções na drenagem urbana devem ser repensados, incluindo a ampliação do tempo de recorrência exigido.

São atores de implementação para a prevenção e adaptação aos impactos das mudanças climáticas o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN (Ministério da Ciência e Tecnologia), Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, universidades, institutos de pesquisa, comitês de bacias hidrográficas, Comissões Municipais de Defesa Civil, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Planejamento, Habitação, Obras, Assistência Social e representantes da sociedade civil.

As principais fontes de financiamento são: Programa Gestão de Risco e Resposta a Desastre (Ministério das Cidades); Programa de Prevenção e Preparação para Desastres (Ministério da Integração); Programa Regional de Identificação e Monitoramento de Áreas Críticas de Inundações, Erosões e Deslizamentos – Primac e Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista (Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM); Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Fehidro (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos); Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos (Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec).

## Ação F

Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos urbanos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar custos de tratamento e destinação de resíduos.

### O QUE É?

Um tema recorrente na grande maioria dos Municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista é o alto custo da destinação dos resíduos, aliado ao grande impacto ambiental oriundo da disposição incorreta dos mesmos. Tal situação é reflexo da gestão fragmentada dos resíduos que vem sendo praticada historicamente no Brasil, e que entende o resíduo como “lixo” a ser descartado. Essa forma de gerenciamento dos resíduos começou a mudar a partir da primeira década de 2000. A aprovação de leis em diversas instâncias da administração pública e de resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA desenharam um novo cenário para a gestão integrada dos resíduos, normatizando e regridando seus fluxos e criando condições para que a quase totalidade dos resíduos regresse às cadeias produtivas de origem. Esse processo culminou na instituição da Lei de Saneamento em 2007 e na Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010 (Lei Federal nº 12.305/10), as quais estabeleceram responsabilidades dos três entes federativos (União Federal, Estados e Municípios).

Do conjunto de leis e definições das políticas nacionais, alguns pontos devem ser destacados: (i) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (incluindo a responsabilidade dos geradores de resíduos); (ii) a logística reversa; (iii) os acordos setoriais; (iv) o apoio à incorporação dos catadores organizados ao processo formal de gestão dos resíduos, reconhecendo o serviço prestado pelos mesmos e viabilizando sua consequente remuneração; (v) elaboração dos planos municipais e regionais de resíduos sólidos.

Essa ação estratégica visa dar suporte às ações referentes à gestão dos resíduos, de acordo com as regras estabelecidas pelas leis federais, buscando mitigar os impactos ambientais gerados pela disposição irregular de resíduos, reduzir os altos custos de transporte e disposição dos mesmos, garantir o compromisso social com a incorporação das cooperativas e associações de catadores no processo formal da limpeza urbana, garantindo a remuneração dos serviços prestados pelas mesmas.

### COMO IMPLEMENTAR?

No processo de implementação dessa ação estratégica estão previstas algumas atividades, como: atualizar o marco institucional municipal, implantar infraestrutura e articular distintos atores e novos arranjos institucionais. Muitas delas são definidas no âmbito municipal, dada a necessidade de os Municípios estabelecerem o plano municipal de geren-

ciamento integrado dos resíduos sólidos. É importante também, promover a capacitação e conscientização da população sobre a importância da reciclagem.

Com relação aos resíduos secos domiciliares, são previstas atividades visando a incorporação das cooperativas e associações de catadores no processo formal de limpeza urbana. Para tanto, além de dar apoio à estruturação destas, é necessário formalizar os serviços prestados, com sua respectiva remuneração.

Os resíduos da construção civil de pequenos geradores, para os quais não existe atualmente uma solução ofertada para os municípios, devem ser equacionados a partir da implantação de ecopontos<sup>10</sup> que integram uma rede de manejo de resíduos e que deve se articular regionalmente, representando a ponta mais próxima ao município. Estes equipamentos também devem dar suporte à coleta seletiva, principalmente se esta for operada de maneira descentralizada pelas cooperativas de reciclagem.

Para a implementação desta ação, a articulação e o compromisso de diversos atores é imprescindível. Entre eles, devemos citar, para a articulação regional as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Obras, Serviços Urbanos, Geração de Trabalho e Renda, Cidadania, Educação e Saúde; agentes multiplicadores que possam potencializar a reincorporação dos resíduos à cadeia produtiva; setor privado (fabricantes, comerciantes, distribuidores, importadores); geradores de resíduos públicos e privados; instituições de ensino e pesquisa; organizações de catadores de material reciclável (cooperativas e associações) e demais representantes da sociedade civil.

Atualmente, existem diversas linhas de apoio financeiro à estruturação de sistemas de gestão integrada de resíduos como o Programa de Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais (Fundação Nacional da Saúde – Funasa); o Programa de Apoio à Gestão da Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis por Cooperativas de Catadores (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Secretaria do Patrimônio da União); o Programa Pró – Municípios (Ministério das Cidades); o Programa Desenvolvimento Regional Sustentável (Banco do Brasil); o Programa Resíduos Sólidos Urbanos (Ministério das Cidades); Linha Investimentos Sociais de Empresas; os Projetos de Saneamento Ambiental, Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos e o Fundo Social e Cidades (BNDES).

<sup>10</sup> Equipamentos destinados à recepção de pequenos volumes de resíduos da construção civil, resíduos volumosos, e resíduos secos.

## Ação G

Combater todas as formas de poluição, incluindo as fontes de poluição dos portos e retroportos, e eliminar áreas contaminadas, inclusive dentro das unidades de conservação.

### O QUE É?

Além de se estruturar um sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos, é preciso combater os efeitos de décadas de gestão fragmentada e comprometida, principalmente, com os baixos custos em detrimento do meio ambiente e das populações que nele habitam.

Para tanto, é preciso primeiramente estancar os processos contaminantes oriundos do descarte irregular de resíduos e esgotos. Paralelamente, é imprescindível a elaboração de planos de recuperação de áreas degradadas por poluição e contaminação, tanto física quanto química.

### COMO IMPLEMENTAR?

Para a efetivação desta ação estratégica, é necessário, primeiramente, identificar todas as fontes contaminantes e de degradação ambiental, para que os órgãos competentes atuem imediatamente, com apoio da sociedade civil, na regularização e adequação ambiental das práticas contaminantes.

Também se faz necessário elaborar um mapa colaborativo de registro de todas as áreas ambientalmente degradadas e contaminadas na região. A construção colaborativa desse mapeamento auxilia na divulgação da problemática e fortalece a sociedade civil, visando garantir a aplicação das ações necessárias para a correção e não continuidade de processos de contaminação ambiental.

Entre os agentes de implementação envolvidos no processo, devem constar as Secretarias Municipais do Meio Ambiente, Planejamento Urbano, Obras, Educação e Saúde; a Secretaria Estadual do Meio Ambiente; os comitês de bacias hidrográficas; a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB; conselhos municipais de meio ambiente; representantes da sociedade civil; organizações de catadores de material reciclável (cooperativas e associações); setor privado (fabricantes, comerciantes, distribuidores, importadores); geradores de resíduos (públicos e privados); instituições de ensino e pesquisa.

Podem ser mobilizados recursos de alguns programas federais e estaduais, entre eles do Programa Saneamento para Todos e Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Saneamento (Ministério das Cidades); Programa Linha Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos (BNDES); Programas Prioritários do Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte 2012 -2015 (Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO) e Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP (Secretaria Estadual do Meio Ambiente).

## DIRETRIZ: Promover habitação adequada para a população de baixa renda.

### Ação H

Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).

### O QUE É?

As regiões da Baixada Santista e Litoral Norte estão geograficamente inseridas entre o litoral e o planalto, sendo que grande parte das áreas que compõem seus Municípios possuem restrições ambientais para ocupação. Outra característica da ocupação territorial dessas regiões é a alta valorização das áreas próximas às orlas e o contraste com as áreas mais afastadas, muitas vezes caracterizadas como assentamentos precários que, ocupadas por famílias de baixa renda, apresentam carências de infraestrutura, falta de equipamentos públicos e precariedade das construções. Cidades como Santos, São Vicente e Guarujá, cuja ocupação é mais antiga, possuem carência de áreas para expansão voltadas para fixação dessas famílias em áreas urbanizadas.

A estratégia de articular as três esferas de governo proposta por essa ação estratégica visa fortalecer as ações voltadas à provisão de áreas urbanizadas, bem localizadas e próprias para moradia na Baixada Santista e no Litoral Norte, para fixação de famílias de baixa renda, principalmente as que ocupam áreas ambientalmente frágeis e insalubres (áreas ambientalmente protegidas, áreas de risco, mangues e cortiços), a partir da produção de novas unidades habitacionais. A produção de moradias deve atender requisitos de sustentabilidade e acessibilidade construtiva, além de ter como pilar importante a realização de intenso trabalho social, para informação, mobilização e capacitação das famílias envolvidas. O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e demais instrumentos oriundos dessa política nacional, principalmente o plano estadual e os planos locais de habitação de interesse social são documentos importantes que orientam a consecução desse desafio.

### COMO IMPLEMENTAR?

A implementação de uma política fundiária pelos Municípios, capaz de assegurar áreas adequadas para a produção de habitação de interesse social tem como instrumento os planos diretores. O plano diretor – principal instrumento de planejamento territorial – dá conteúdo concreto da função social da propriedade urbana definindo no território municipal a destinação dos imóveis públicos e privados.

Além do plano diretor – que deve prever as áreas para habitação de interesse social – é importante que haja a efetiva aplicação dos instrumentos da política urbana e fundiária de forma a combater a especula-

ção imobiliária. Por exemplo, o parcelamento, edificação e utilização compulsórios, o IPTU progressivo no tempo e a desapropriação sanção.

É fundamental, também, que os Municípios sejam protagonistas nas ações de articulação das três esferas de governo para provisão de áreas urbanizadas, bem localizadas e próprias para moradia, realizando mapeamentos e identificação de imóveis públicos que possam ser utilizados para provisão habitacional de forma a se criar reservas de terras públicas.

É importante ainda monitorar e rever periodicamente o plano estadual e os planos locais de habitação de interesse social, para que suas metas e ações sejam efetivamente implementadas. É indispensável também garantir a participação qualificada da sociedade civil e principalmente das famílias beneficiárias, desenvolvendo trabalho social que tenha como resultado a capacitação de lideranças para atuarem junto aos Conselhos Participativos de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em seus respectivos fundos municipais, para informar, mobilizar e, principalmente, para acompanhar e fiscalizar a utilização dos recursos dos fundos.

Alguns atores são importantes para a implementação dessa ação, tais como: Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MPOG); Caixa Econômica Federal; BNDES; Secretarias Estadual e Municipais de Habitação; Poder Legislativo e representantes da sociedade civil.

Estão disponíveis algumas fontes de financiamento em âmbito federal e estadual, tais como: o Programa Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana; o Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público – Pró-Moradia, Programa Nacional de Habitação de Interesse Social, Programa Minha Casa Minha Vida (Ministério das Cidades); Programa de Apoio à Provisão de Habitação de Interesse Social em Áreas da União (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Programa Política Agrária e Fundiária (Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania); Programa Fomento à Habitação de Interesse Social e Programa de Regularização Fundiária de Interesse Habitacional (Secretaria Estadual de Habitação).

## Ação I

Implementar os Sistemas Municipais de Informações Habitacionais, visando compartilhar e integrar os cadastros de beneficiários dos projetos federal, estadual e municipais, bem como os cadastros de localização dos assentamentos precários.

### O QUE É?

Os Sistemas de Informações Habitacionais são ferramentas de gestão que permitem a democratização do acesso à informação e a transparência nos processos de tomada de decisão, aumentando a capacidade do Município de diagnosticar problemas e apresentar soluções.

### COMO IMPLEMENTAR?

Para a implementação dos Sistemas de Informações Habitacionais, é necessária a participação da União, Estado e Municípios para: (i) desenvolvimento de softwares que deem respostas às informações a serem inseridas no sistema; (ii) levantamento de informações e dados existentes nas três esferas, relacionados a questões geográficas, físicas, sociais econômicas e legais, referentes aos assentamentos precários a serem mapeados e georreferenciados; (iii) levantamento das demandas a serem atendidas nos projetos de provisão habitacional.

A criação dos Sistemas de Informações Habitacionais deve envolver a Secretaria Nacional de Habitação vinculada ao Ministério das Cidades; a Secretaria Estadual de Habitação; a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU; a Companhia de Habitação da Baixada Santista – COHAB; as Secretarias Municipais de Habitação; bancos públicos como, por exemplo, a Caixa Econômica Federal e representantes da sociedade civil.

Pode-se citar algumas fontes de financiamento disponíveis em âmbito federal e estadual para implementação dessa ação estratégica: Programa Minha Casa Minha Vida, Programa Nacional de Habitação de Interesse Social (Ministério das Cidades), Programa Estadual de Produção de Unidades Habitacionais, Programa Estadual de Aquisição de Moradias (Secretaria Estadual de Habitação; Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU), entre outros.

## DIRETRIZ: Promover a regularização fundiária para população de baixa renda.

## Ação J

Ampliar a capacidade institucional do poder público para a implementação de instrumentos da política de regularização fundiária.

### O QUE É?

Em todas as cidades da Baixada Santista e do Litoral Norte, além de faltar área para a produção de novas moradias, há falta de infraestrutura urbana adequada e carência de equipamentos públicos, principalmente de educação e saúde, em diversas áreas. Via de regra, essas áreas são afastadas dos centros urbanos e distantes das regiões mais valorizadas. A perversidade desse modelo de ocupação está no fato da população que ali vive ser composta por famílias de baixa renda e de residência fixa, enquanto as áreas urbanizadas e mais valorizadas são ocupadas por uma população flutuante.

Ocorre que, muitas vezes, a ação do poder público visando promover condições dignas de habitabilidade passa apenas por ações de implementação/complementação de infraestrutura, de melhoria construtiva das moradias e a segurança da propriedade da terra. O desafio destas cidades é ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos para essa finalidade tais como as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, Demarcação Urbanística, Usucapião Urbano, Concessão de Direito Real de Uso e Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia.

### COMO IMPLEMENTAR?

A implementação de ações de regularização fundiária passa diretamente pela capacidade de gestão da terra urbana por parte do poder municipal, e também pelas condições dos marcos legais, como Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que devem ser adequados para possibilitar a aplicação de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e no capítulo sobre Regularização Fundiária de Interesse Social da Lei Federal nº 11.977/09.

Atividades preliminares a serem executadas para o cumprimento dessa ação estratégica são: atualizar as informações fundiárias municipais através da elaboração e implementação do cadastro territorial multifuncional e elaborar planos de regularização fundiária específicos para cada área irregular.

Atores importantes para a implementação dessa ação estratégica são a Caixa Econômica Federal; Secretarias Estadual e Municipais de Habitação; e universidades.

Uma ação como essa, que passa pelo fortalecimento da gestão e pela implementação de planos, pode ser financiada por programas existentes nas esferas nacional e estadual, tais como: o Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, Programa Papel Passado, Programa Fortalecimento da Gestão Urbana/ Programa Nacional de Capacitação das Cidades, Programa de Elaboração de Projetos para Urbanização de Assentamentos Precários, Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, Programa Minha Casa Minha Vida (Ministério das Cidades); Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Programa Estadual de Política Agrária e Fundiária (Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania); Programa Estadual de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar (Secretaria Estadual de Habitação; Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Programa Estadual de Regularização Fundiária de Interesse Habitacional, Programa Cidade Legal e Programa de Urbanização Integrada (Secretaria Estadual de Habitação).

## Ação K

Criar estratégias para a manutenção de população no local original de moradia em condições habitacionais adequadas, priorizando a eliminação de situações de risco, implementando empreendimentos e obras de infraestrutura e desenvolvendo programas de assistência técnica para qualificação das edificações.

### O QUE É?

Muitas ocupações irregulares existentes nas cidades da Baixada Santista e do Litoral Norte estão localizadas em áreas de risco, que muitas vezes representam perigo à vida, como encostas de morros e serras.

No entanto, as ações que priorizem a eliminação de riscos ou remoção localizada de algumas famílias podem resolver grande parte dos problemas causados pela falta de infraestrutura e permitir a consolidação de assentamentos irregulares, assim como a assistência técnica gratuita voltada a elaboração de projetos e execução de obras de melhoria das condições de habitabilidade nas edificações.

### COMO IMPLEMENTAR?

Um importante instrumento de gestão que as cidades vêm elaborando é o plano municipal de redução de risco, que consiste na identificação de áreas de risco e seus respectivos graus de risco. Esse plano serve de base para demais atividades que necessitam de capacidade institucional e da elaboração de planos e projetos para sua implementação. A Lei Federal nº 12.608/12, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil, autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres.

Tem-se, portanto, com esses instrumentos, as bases para a execução das seguintes atividades: a sistematização de uma base única de dados voltada a consolidar as informações existentes sobre as áreas de risco, a atualização cadastral das populações de baixa renda nos assentamentos precários em áreas de risco, com a implementação de processos participativos que garantam informações mais precisas e ações eficazes de redução de riscos.

O mapeamento das áreas de risco deve ser incorporado nos planos diretores a fim de evitar a concessão de alvarás e aprovação de projetos de loteamento nesses locais.

A realização dessa ação estratégica deve contar com a soma de esforços de órgãos das diversas esferas de governo. São eles: o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil; Secretaria Estadual de Habitação; Defesa Civil Estadual; Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista; Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMPLASA; Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM; Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Habitação e Assistência Social; e representantes da sociedade civil.

Recursos financeiros para sua implementação estão disponíveis em âmbitos federal e estadual: Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Ministério da Integração Nacional); Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, Programa Papel Passado (Ministério das Cidades-Secretaria Nacional de Habitação); Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar (Secretaria Estadual de Habitação, Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Programa Cidade Legal, Programa de Urbanização Integrada e Programa de Reassentamento de Favelas em Áreas de Risco (Secretaria Estadual de Habitação), entre outros.

## DIRETRIZ: Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.

### Ação L

Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.

### O QUE É?

A cultura tem sido identificada como importante fator de desenvolvimento local e qualidade de vida, não apenas da economia, mas também da valorização da criatividade e modos de vida das populações locais. Os equipamentos de cultura são centrais no acesso à cultura, ampliando os repertórios e ofertas culturais para as comunidades, ao possibilitar a criação e difusão de suas manifestações e expressões culturais. Os diagnósticos municipais identificaram uma concentração dos equipamentos culturais na área central das cidades, o que prejudica o acesso à cultura por parte das populações que vivem nos bairros. Os Pontos de Cultura, que geralmente estão dispostos de forma descentralizada no território das cidades, constituem pequeno número na região do Litoral Norte e da Baixada Santista (exceto no Município de São Vicente). Descentralizar e integrar as ações e equipamentos poderá potencializar a diversidade da cultura local e ampliar o acesso à cultura.

### COMO IMPLEMENTAR?

A quase totalidade dos Municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista aderiram ao Sistema Nacional de Cultura, o que implica em construir sistemas municipais que ampliem a participação da sociedade e a construção partilhada das políticas públicas de cultura e a integração entre os entes federativos – Municípios, Estado e União Federal – e demais atores do campo cultural.

A construção dos Sistemas Municipais de Cultura deve contemplar conferências, conselhos, planos e fundos. Para uma melhor dinamização das ações culturais o poder público e a sociedade devem implementar a descentralização/integração de ações e dos equipamentos públicos, criando espaços nas regiões mais afastadas e vulneráveis e aproveitando outros para a ação cultural, como é o caso das escolas públicas. A descentralização das ações e equipamentos públicos da cultura pode estar previstos nos planos diretores.

O Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura), parceria do governo do Estado e Ministério da Cultura, tem demonstrado grandes resultados no fortalecimento da diversidade cultural ao enraizar-se nos bairros e regiões. Se forem geridos pelas comunidades, os centros culturais e casas de cultura locais podem

estimular a diversidade cultural e fortalecer a singularidade da região, ao trabalharem de forma integrada com ações em curso (artesanato, turismo, cultura alimentar, mapeamento de patrimônios culturais, etc.). Equipamentos culturais construídos nas áreas onde localizam-se povos e comunidades tradicionais podem se tornar polos de acesso e de integração com a cidade, com múltiplas atividades (vendas de produtos, ofertas alimentares, narrativas, visitas, disseminação de valores da diversidade, museus, cursos para atividades turísticas, etc.), bem como geração de economia criativa regional e construção de territórios da diversidade. As iniciativas de empreendedorismo cultural, como os consórcios culturais regionais (parceria entre Municípios) com a participação de grupos produtivos e demais atores culturais, a exemplo do “Consórcio Culturando”, no interior paulista, podem potencializar ações em desenvolvimento no litoral paulista.

As Secretarias Municipais de Cultura, representantes da sociedade civil, instituições de ensino, comunidades tradicionais, grupos culturais, pontos de cultura e iniciativa privada são atores de implementação dessa ação estratégica.

Eles podem acessar fontes de financiamento disponíveis nos programas Cultura Viva e Mais Cultura nas Escolas (Ministério da Cultura); Programa Comunidades Tradicionais (Ministério da Ciência e Tecnologia); Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Ministério da Integração Nacional); Programa para o Desenvolvimento da Economia da Cultura (BNDES); Programa de Difusão Cultural, Programa de Fomento Cultural e Economia Criativa (Secretaria Estadual de Cultura); Programa de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (Secretaria Estadual de Agricultura) entre outros.

## Ação M

Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.

### O QUE É?

Os planos municipais de saúde expressam a necessidade de melhorar o acesso da população à atenção básica, e, especialmente, à estratégia de saúde da família, que ainda precisa ser aprimorada. Os Municípios sofrem com a alta rotatividade e a falta de profissionais para suas redes de unidades básicas, reforçando a importância do diálogo e do estabelecimento de uma estratégia conjunta. Esta é uma demanda comum aos 13 (treze) Municípios e foi observada de forma variada em cada um deles no diagnóstico realizado pelo Projeto Litoral Sustentável.

### COMO IMPLEMENTAR?

De acordo com as Programações Anuais de Saúde, os Municípios precisam investir em reformas, ampliações e construção de novas unidades básicas, implantar novas equipes de saúde da família, bem como contratar profissionais para suas unidades básicas, executar os programas de formação de pessoal, etc. Outras atividades ainda podem favorecer a implementação dessa ação estratégica, como, por exemplo: ampliar a coleta e transcrição de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional para toda a população; promover ações de formação comunitária, no nível da atenção básica, que visem a promoção da saúde, ou seja, a adoção de hábitos saudáveis e a melhoria da qualidade de vida, evitando o desenvolvimento de doenças crônicas.

Atores de implementação importantes para essa ação estratégica são o Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde e respectivos conselhos gestores.

No que tange às fontes de financiamento, os Municípios possuem recursos próprios e contam com repasses obrigatórios do Estado e da União. Como recursos adicionais pode-se citar o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica; Programa Construção de Unidades Básicas de Saúde; Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde; Rede Cegonha, Programa Estratégia de Saúde da Família; Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde e Programa Rede de Urgência e Emergência (Ministério da Saúde); e Programa Estadual de Atendimento Integral e Descentralizado no Sistema Único de Saúde – SUS (Secretaria Estadual de Saúde).

## Ação N

Atender integralmente à demanda de famílias inseridas nos critérios dos programas de transferência de renda.

### O QUE É?

Fomentar o desenvolvimento com inclusão social, propiciando melhores condições de vida para toda a população constitui um dos objetivos do Projeto Litoral Sustentável.

A correlação entre a pobreza extrema e as situações mais severas de insegurança alimentar, apontada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD (2009), coloca o fator de rendimento familiar como o principal determinante da condição de segurança ou insegurança alimentar. Quase 44% das pessoas com rendimento mensal *per capita* de até um quarto do salário mínimo estavam, em 2009, na condição de insegurança alimentar grave ou moderada.

Ao lado do fator renda, outros determinantes como gênero, raça e escolaridade aparecem relacionados à condição de segurança ou insegurança alimentar e nutricional.

O acesso às políticas públicas de combate à pobreza e de garantia de acesso à alimentação vêm trazendo resultados positivos na melhoria das condições de vida da população mais vulnerável.

### COMO IMPLEMENTAR?

Os programas de transferência de renda de nível federal (Programa Bolsa Família) e estadual (Programa Renda Cidadã) têm sido a ação estratégica para beneficiar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, assegurando o direito humano à alimentação adequada.

A execução do programa baseia-se em três eixos principais: transferência de renda, monitoramento das condicionalidades e realização de ações complementares que visam a emancipação progressiva das famílias. As lacunas identificadas no diagnóstico do Projeto Litoral Sustentável apontam a necessidade de sua universalização, por meio da inclusão e atendimento integral à demanda das famílias inseridas nos critérios dos programas de transferência de renda. Para a realização dessa ação estratégica, é preciso, portanto, identificar as famílias em situação de vulnerabilidade de cada Município que possuem perfil de atendimento por programas de transferência de renda e viabilizar sua inclusão nos mesmos.

Os atores de implementação dessa ação são as Secretarias Municipais de Assistência Social; Conselhos Municipais de Assistência Social; entidades de assistência social credenciadas nos conselhos; universidades; fundações; iniciativa privada e representantes da sociedade civil.

As fontes de financiamento nesse campo são: o Programa Brasil Alfabetizado; o Programa Caminho da Escola (Ministério da Educação); Programa Bolsa Família (Ministério do Desenvolvimento Social); Programa Renda Cidadã; Programa Estadual Família Cidadã (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) e a Linha de Serviços de Educação, Saúde, Assistência Social e Segurança (BNDES). Ações complementares podem ser apoiadas pelas universidades, organizações sociais, fundações e empresas.

## O papel dos atores na implementação da Agenda Regional

A concretização da Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável implica não somente em elencar as ações estratégicas e fontes de financiamento possíveis no litoral, mas também no mapeamento dos possíveis atores de implementação.

O presente capítulo apresenta os órgãos públicos envolvidos, em algum grau, na implementação das ações estratégicas no âmbito dos governos federal, estadual e municipal.

O planejamento e gestão regional impõe grandes desafios de articulação federativa de maneira a compatibilizar as competências legislativas e materiais em um mesmo território. A União Federal, por exemplo, possui uma grande quantidade de bens imóveis no litoral (praias, terrenos de marinha, etc.) e oferece uma série de programas que podem apoiar os Municípios, Estado e sociedade civil no desenvolvimento sustentável da região. O Estado, por sua vez, é responsável pela criação das regiões metropolitanas, pela elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico e pela implementação de programas específicos. Os Municípios são responsáveis por ações de interesse local, como, por exemplo, o ordenamento territorial (parcelamento, uso e ocupação do solo).

Foram também incluídos nesse mapeamento cooperativas de catadores, ONGs, incubadoras, entre outros representantes da sociedade civil, por serem importantes agentes na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas. Diversas são as empresas com atuação no litoral cujas ações também podem contribuir para as ações estratégicas da Agenda Regional.

Nesse sentido, segue abaixo um relato das principais funções dos órgãos públicos, sociedade civil e iniciativa privada, seguido de uma breve reflexão sobre as possibilidades de atuação de cada um na concretização da Agenda Regional.

### ATORES FEDERAIS

#### MINISTÉRIOS

Os Ministérios são órgãos da administração pública federal e cada um deles se refere a uma política setorial específica. Os Ministérios são organizados em Secretarias Nacionais. A Secretaria Nacional de Segurança Pública, por exemplo, compõe o Ministério da Justiça.

Os Ministérios formulam, executam e implementam políticas públicas, elaboram normas, acompanham e avaliam programas federais. Além disso, estabelecem as diretrizes para aplicação dos recursos públicos disponíveis em seu orçamento. Muitas vezes, os recursos são repassados para Estados e Municípios que apoiam a União na execução das políticas e dos programas federais.

#### INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA

O INCRA é uma autarquia federal ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Criado em 1970, é responsável pela implementação de ações voltadas à reforma agrária, regularização fundiária de terras públicas e gerenciamento da estrutura fundiária do país.

Está entre suas competências delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas por comunidades quilombolas. No que tange aos povos indígenas, tem como função cooperar com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI em casos de conflitos fundiários, nos quais povos não indígenas ocupem as terras deles, reassentando-os em outra localidade. Haja vista que não são raros os casos de sobreposição de territórios indígenas, quilombolas, unidades de conservação, por posseiros e público potencial para assentamentos de reforma agrária, é de suma importância que se estabeleça e se aprimore o diálogo institucional entre o INCRA, FUNAI, Fundação Palmares, ITESP e órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA (ICMBIO, IBAMA, Fundação Florestal, Secretarias Municipais do Meio Ambiente etc.), a fim de contemplar os diferentes públicos interessados nas ações de regularização fundiária, manejo e uso sustentável de tais territórios.

#### FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI

A FUNAI é uma autarquia federal ligada ao Ministério da Justiça, que formula e executa a política indigenista no Brasil. Criada em 1967, cabe a ela o trabalho de demarcação e gestão das terras indígenas. Também encontra-se entre suas atribuições promover políticas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas e despertar o interesse e conhecimento da sociedade para a cultura destes povos.

Devido a interface entre a política indigenista e a política de proteção ambiental é fundamental que se estabeleça e se aprimore o diálogo interinstitucional entre a FUNAI e os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, tendo como base o conhecimento específico sobre as realidades locais e a consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas interessados. Esse diálogo é diretriz da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Só assim será possível alcançar melhores resultados nos casos de sobreposição de unidades de conservação com terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, na elaboração e gestão de planos de manejo e plano de gestão territorial e ambiental das terras indígenas, bem como em ações de promoção da cultura indígena.

#### FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

A Fundação Cultural Palmares é uma entidade vinculada ao Ministério da Cultura. Criada em 1988, tem por finalidade promover e preservar os valores culturais, sociais e econômicos da cultura afro-brasileira, por meio de políticas públicas que promovam os direitos e a inclusão da população negra no contexto social do país.

Entre suas competências, destacamos algumas que dialogam com as propostas desta Agenda Regional: (i) emitir a certidão de autodefinição das comunidades remanescentes de quilombos; (ii) assistência ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, na regularização fundiária dos remanescentes das comunidades dos quilombos; (iii) prestar assessoria aos órgãos da Defensoria Pública quando houver interesse das comunidades remanescentes de quilombos; (iv) promoção e preservação das manifestações culturais negras e apoio e difusão da Lei Federal nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história da África e afro-brasileira nas escolas.

#### INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS RENOVÁVEIS – IBAMA

O IBAMA é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Criado em 1989, tem por finalidade realizar ações das políticas nacionais de meio ambiente em âmbito federal, tais como: o licenciamento ambiental, emitir autorização de uso dos recursos naturais, fiscalizar, monitorar e fazer controle ambiental e, nesse sentido, atuar como polícia ambiental.

É fundamental que se estabeleça e se aprimore o diálogo interinstitucional entre o IBAMA e outros órgãos da administração pública (Fundação Florestal, ICMBIO, FUNAI, ITESP), a fim de que se encontre melhores resultados na busca pelo equilíbrio socioambiental, sobretudo nos casos de sobreposição de unidades de conservação/áreas protegidas e terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, quilombolas e caiçaras. O conhecimento específico sobre a realidade das populações locais, por parte do IBAMA, e a consulta permanente aos representantes destas comunidades é pressuposto para que as partes interessadas sejam contempladas pelas ações do mesmo.

No litoral paulista, o IBAMA tem papel fundamental no licenciamento de empreendimentos poluidores associados à cadeia de petróleo e gás, bem como nas atividades portuárias. O IBAMA define também as respectivas compensações ambientais.

É importante que o IBAMA trabalhe a análise dos impactos ambientais cumulativos provenientes da soma daqueles gerados pelos grandes projetos, como pressuposto para a prevenção e mitigação de impactos ambientais.

#### INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO

Criado em 2007, o ICMBio é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, que integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. O Instituto tem por responsabilidade executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, cabendo a ele propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação federais.

O ICMBio é, portanto, responsável pela gestão das unidades de conservação federais, atuando também na fiscalização e licenciamento no interior das unidades. Tem a importante missão de executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoiando o extrativismo e as populações tradicionais que vivem nas unidades de conservação de uso sustentável. A promoção do uso público e do ecoturismo nestas unidades também figura entre suas competências.

Para que isso se dê, sobretudo nos casos de conflito e de sobreposição de unidades de conservação com áreas habitadas por povos e comunidades tradicionais, é de suma importância que o ICMBio estabeleça uma articulação e diálogo com os órgãos públicos, entidades e representantes da sociedade civil.

No litoral de São Paulo, estão sob a responsabilidade do ICMBio a gestão e fiscalização das Estações Ecológicas Tupiniquins e Tupinambás, bem como do Parque Nacional da Serra da Bocaina.



## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU/MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

A Secretaria do Patrimônio da União é um órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, que tem como responsabilidade a gestão dos bens imóveis federais.

No litoral, há uma concentração de bens da União (praias, terrenos de marinha, ilhas costeiras e oceânicas, etc.), o que possibilita a intervenção da SPU na implementação de uma série de políticas públicas previstas nesta Agenda Regional, em parceria com outros órgãos da federação. Atualmente, há uma superintendência da SPU localizada no Município de Santos.

Como exemplo, pode-se citar a possibilidade de atuação da SPU na regularização fundiária de assentamentos informais localizados em suas terras, reserva de terra urbanizada e bem localizada para garantir o atendimento habitacional e na regularização fundiária das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e caiçaras.)

## SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/MINISTÉRIO DO TRABALHO E RENDA

A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES foi criada em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Tem como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária e Empreendimentos Econômicos Solidários no país todo, com vistas à geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento incluyente.

Entre suas competências figuram coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego; colaborar em programas de combate ao desemprego e à pobreza; estimular a criação de empreendimentos autogestionados; estimular as relações de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na valorização do meio ambiente; contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor.

## COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Empresa pública, a CONAB está vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Criada em 1990, tem por finalidade gerir as políticas agrícolas e de abastecimento.

Entre suas competências, destacamos algumas que dialogam com as propostas desta Agenda Regional: (i) execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, por meio da compra de produtos agrícolas, formação de estoques e sua venda no melhor momento para regularização do mercado consumidor; (ii) execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), modalidade doação simultânea, no qual o governo compra sem intermediários a produção da agricultura familiar, a preços compatíveis com o mercado, e fornece diretamente a pessoas em situação de insegurança alimentar atendidas pela rede socioassistencial; (iii) envio de cestas de alimentos que o governo federal destina a comunidades atingidas por adversidades climáticas, povos indígenas e comunidades quilombolas em estado de insegurança alimentar; (iv) Rede Solidária para o Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP e Feira do Peixe, que estão sendo implantadas a fim de apoiar a infraestrutura de distribuição e venda dos produtos de varejistas de pequeno porte e de pescadores artesanais.

## BANCOS FEDERAIS

Os bancos federais podem se constituir em um importante instrumento para o desenvolvimento socioeconômico de uma cidade, de um Estado, de uma região e do país. Podem atuar em áreas em que a iniciativa privada não apresenta interesse, uma vez que o maior objetivo das instituições públicas é contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do território em que atuam. Também, em momentos de crise, podem funcionar como agentes “anticíclicos”, ou seja, podem contribuir no sentido de reverter a desaceleração da economia local, regional ou nacional. Por fim, os bancos federais atuam como operadores financeiros dos programas federais.

Outro aspecto importante da atuação dos bancos públicos, e de bastante conexão com as ações estratégicas desta Agenda Regional, reside no desenvolvimento regional, a partir das instituições supramencionadas (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal – CEF e Banco do Brasil – BB), dadas suas próprias dimensões e suas múltiplas operações de fomento.

O BNDES foi fundado em 1952 e se destaca no apoio à agricultura, indústria, infraestrutura, comércio e serviços, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas. O banco possui linhas de investimentos sociais, direcionadas para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte

urbano. O apoio do BNDES se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Além disso, vale mencionar, atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico. Em se tratando do seu Planejamento Corporativo 2009/2014, é mister registrar que o BNDES elegeu a inovação, o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento socioambiental como os aspectos mais importantes do fomento econômico no contexto atual, e que devem ser promovidos e enfatizados em todos os empreendimentos apoiados pelo Banco.

A Caixa Econômica Federal é um banco federal que possui como missão “atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do país, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro”. A Caixa conta com gerências em diversas cidades do país e é responsável pela operacionalização de uma série de programas federais como, por exemplo, o Minha Casa Minha Vida. A Caixa apoia as Prefeituras na implementação, verificando os requisitos para acesso aos programas e realizando vistoria em obras, entre outras funções. Pode apoiar na implementação da Agenda Regional nas ações estratégicas relacionadas à habitação, saneamento básico, infraestrutura, prestação de serviços diversos e regularização fundiária. Além disso, o banco pode ser um instrumento importante para a realização de outras ações estratégicas, visto que: a) apoia inúmeras atividades artísticas-culturais, educacionais e desportivas; b) busca sempre oferecer, aos seus correntistas, os melhores serviços e opções de crédito, sobretudo para os de baixa renda e c) financia até 100% do curso universitário e só começa a cobrar 18 meses após o aluno se formar.

O Banco do Brasil também se constitui como um banco estatal brasileiro, com diversas agências e postos em todo o território nacional, presente em cerca de 5 mil Municípios do Brasil. É, portanto, uma importante instituição bancária com atuação em outras frentes relacionadas às seguintes Ações Estratégicas do Projeto: a) Proger Urbano Cooperfat: recursos (90% dos projetos com carência de até 12 meses) para modernização e expansão de cooperativas ou associações de trabalhadores e de micro e pequenas empresas; b) Microcrédito Produtivo Orientado: crédito oferecido para atender as necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte.

Além das condições favoráveis do crédito disponibilizado, uma das vantagens é que os negócios são acompanhados por meio de relacionamento direto de funcionários do Banco do Brasil preparados para orientar e acompanhar o desenvolvimento sustentável do empreendimento; c) Balcão de Negócios: parceria com o SEBRAE para disponibilizar às micro e pequenas empresas condições para alavancar os negócios a partir do comércio eletrônico que, inclusive, permite participar de licitações do setor público; d) Crédito Rural: dispõe de várias modalidades de financiamento para o atendimento das necessidades correntes na produção agropecuária. As linhas de custeio financiam as despesas do dia a dia durante a produção, permitindo recursos para a utilização em qualquer período da atividade. As linhas de investimento permitem a aquisição dos bens indispensáveis à produção e modernização da agricultura como, por exemplo, máquinas e tratores; e) Fundação Banco do Brasil: financia inúmeros projetos na área de economia solidária e tecnologias sociais.

## ATOES ESTADUAIS

### SECRETARIA ESTADUAIS

As Secretarias Estaduais ou Secretarias de Estado são órgãos que compõem a administração pública na esfera do poder executivo estadual. Cada secretaria é responsável por uma política setorial como, por exemplo, Educação, Meio Ambiente, Trabalho, Cultura, etc.

As Secretarias, dentro de sua respectiva área, têm por atribuições: planejar, desenvolver, orientar, coordenar e executar as ações, programas e políticas relativas à temática correspondente. São exemplos de secretarias: a) Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; Secretaria Estadual de Educação; Secretaria Estadual do Meio Ambiente; Secretaria Estadual do Trabalho; Secretaria Estadual de Cultura; Secretaria Estadual de Habitação; Secretaria Estadual de Saúde; Secretaria Estadual de Transporte Metropolitano; Secretaria Estadual de Logística e Transportes; Secretaria Estadual de Turismo; Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos; Secretaria Estadual de Segurança Pública, etc.

Possuem papel importante na implementação da Agenda Regional porque são responsáveis pela formulação e execução das políticas e programas estaduais de São Paulo.

## AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA – AGEM

A AGEM é uma autarquia estadual que tem como função primordial organizar, planejar e executar funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana da Baixada Santista. Consta entre suas atribuições fiscalizar a execução da legislação relacionada às regiões metropolitanas, estabelecer metas, planos, programas e projetos de interesse comum, bem como fiscalizar e avaliar sua execução, promover a desapropriação de bens declarados de utilidade pública, atualizar informações estatísticas para orientar no planejamento urbano metropolitano, entre outras.

As ações e programas da AGEM podem atuar junto às questões de saneamento ambiental, transporte e sistema viário regional, habitação, defesa civil, entre outros.

## COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB é a agência do Governo do Estado responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo. A CETESB tem papel fundamental para a elaboração da Agenda Regional, porque faz o licenciamento das atividades poluidoras no litoral, seja no interior das unidades de conservação ou fora delas.

## COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

A SABESP é a empresa de economia mista responsável pela prestação dos serviços de saneamento ambiental no Estado de São Paulo, incluindo o fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

Além das funções relacionadas ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, a SABESP tem o condão de promover soluções ambientais específicas de cada território, adequando novas tecnologias para destinação de resíduos como, por exemplo, os sistemas de biodigestão.

## COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO – CDHU

A CDHU é uma empresa do Governo do Estado vinculada à Secretaria Estadual de Habitação. Tem por finalidade a produção de moradia popular, por meio da execução de programas habitacionais.

Além de produzir moradias, a CDHU também atua no desenvolvimento urbano das cidades, de acordo com as diretrizes da Secretaria Estadual de Habitação e com o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social. A CDHU pode ter importante participação na implementação das ações estratégicas regionais voltadas à habitação de interesse social, tanto para prover unidades habitacionais principalmente para faixas de renda de 0 a 3 salários mínimos, quanto para auxiliar nos processos de regularização fundiária de interesse social.

A companhia tem papel fundamental no apoio a ações de unificação dos cadastros de demandas das cidades do litoral, visando atender de forma metropolitana, a necessidade por novas moradias. Pode também atuar diretamente nos projetos de urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários. Contribui para a identificação das possibilidades de manutenção de população nos locais originais de moradia, através de trabalho social para a identificação e caracterização dessa população, bem como do oferecimento de assistência técnica para a melhoria das condições habitacionais das famílias consolidadas nos assentamentos.

## COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL – CATI/SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

A CATI é um órgão da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento voltada para o desenvolvimento rural sustentável com a atribuição de prestar serviços de assistência técnica e extensão rural ao agricultor familiar, por meio de projetos e programas de forma a incrementar os modos de produção sustentáveis. É composta por 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural, que englobam as Casas de Agricultura presentes em diversos Municípios do Estado de São Paulo. Conta também com 21 Núcleos de Produção de Sementes, Mudanças e Matrizes, onde produz variedades de sementes e mudas.

A partir desta infraestrutura, a CATI tem potencial para atuar no fomento e diversificação de atividades econômicas, como a produção de base agroecológica, economia solidária e o fortalecimento dos cultivos de povos e comunidades tradicionais, incluindo indígenas e quilombolas. Além de oferecer insumos e apoio técnico, promove também atividades de formação para os produtores rurais.

## COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL – CEDEC

A CEDEC é um órgão da Casa Militar do Governo do Estado de São Paulo e compõe o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC. Seu objetivo é implementar, em âmbitos estadual e regional, as ações pertinentes à defesa civil, tais como a prevenção de desastres, mitigação de impactos provocados por desastres e a respectiva recuperação das áreas impactadas.

## EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS – EMTU

A EMTU é uma empresa de economia mista vinculada à Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos que atende as regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, dentre elas a Baixada Santista e o Litoral Norte e Vale do Paraíba. Sua função é gerenciar o transporte coletivo de pessoas na modalidade rodoviária. A EMTU não opera ônibus, ela coordena e regulamenta todo o serviço prestado por concessionárias que, efetivamente, colocam os ônibus nas linhas para realizarem o transporte.

## EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EMLASA

A Emlasa é a empresa de planejamento do Estado de São Paulo com atuação nas unidades regionais instituídas (regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões), com foco no território da Macrometrópole Paulista.

A Macrometrópole Paulista é composta pelas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba e Litoral Norte; as aglomerações urbanas de Jundiaí, Piracicaba e Sorocaba, além das microrregiões de Bragançinha e São Roque, constituindo uma rede de 173 Municípios.

A Emlasa tem como objetivo a implementação de políticas públicas e projetos integrados entre os diversos setores e os três níveis de governo, visando assegurar a competitividade desse território, reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida de sua população.

## FUNDAÇÃO FLORESTAL

A Fundação Florestal é um órgão da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, responsável pelas ações de conservação ambiental e proteção da biodiversidade. O foco de sua atuação é a gestão das unidades de conservação do Estado de São Paulo, incluindo parques e áreas de proteção ambiental. Tem importância estratégica na implantação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS e Reservas Extrativistas – RESEX, modalidades que conciliam a conservação ambiental com os modos de vida e de produção de comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras. Além da gestão das áreas protegidas, promove ações de recuperação de áreas degradadas, por meio de reflorestamento e educação ambiental.

## FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ITESP

O ITESP é um órgão vinculado à Secretaria Estadual de Justiça e de Defesa da Cidadania que possui atribuições no planejamento e execução de políticas agrárias e fundiárias no Estado de São Paulo. Suas ações abrangem: (i) a implantação de assentamentos de trabalhadores rurais sem terra; (ii) a regularização fundiária de terras urbanas e rurais; (iii) o reconhecimento das terras de remanescente de quilombos em áreas devolutas do Estado de São Paulo; (iv) prestação de serviços de assessoria técnica e extensão rural para assentados e quilombolas; (v) desenvolvimento de atividades de formação e capacitação voltadas para as comunidades.

O ITESP tem importância estratégica para as comunidades de remanescentes de quilombos, devido ao significativo número de territórios quilombolas ainda não reconhecidos e titulados e à carência de acompanhamento para o desenvolvimento de atividades produtivas em suas áreas, que possuem enorme potencial para a agroecologia, a visitação e a economia solidária.

## INSTITUTO DE PESCA

O Instituto de Pesca é vinculado à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e realiza pesquisas para o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura, funcionando como um polo disseminador de conhecimento científico sobre a temática.

O Instituto tem potencial para contribuir no desenvolvimento das cadeias produtivas da pesca artesanal e aquicultura, orientando as ações de produção, processamento e comercialização do pescado e garantindo qualidade e aproximação ao consumidor final.

## POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL

A Polícia Militar Ambiental tem por atribuição aplicar a legislação ambiental, fiscalizando o cometimento de eventuais crimes ambientais, como o comércio ilegal de animais silvestres, a retirada ilegal de madeira e a supressão de Mata Atlântica.

Possui importância estratégica porque serve à sociedade no combate à exploração indevida de recursos naturais da região, além de poder oferecer proteção aos povos e às comunidades tradicionais no que diz respeito aos seus usos, costumes e modos de produção.

## ATORES MUNICIPAIS

### SECRETARIAS MUNICIPAIS

São órgãos da administração pública municipal no âmbito do poder executivo. Cada uma delas se refere a uma política setorial e tem como atribuições planejar, desenvolver, orientar, coordenar e executar as ações no nível municipal como, por exemplo: educação, saúde, cultura, assistência social, desenvolvimento econômico, agricultura e abastecimento, meio ambiente, planejamento urbano, habitação, segurança pública, trabalho, turismo, planejamento e obras.

A importância da participação das Secretarias Municipais na Agenda Regional se deve à proximidade com a realidade concreta dos habitantes da cidade, além delas exercerem as competências específicas do Município como, por exemplo, o ordenamento do território.

### COMISSÕES MUNICIPAIS DE DEFESA CIVIL

São instâncias municipais que compõem o Sistema Nacional de Defesa Civil, que é coordenado pela Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Regional.

O sistema tem por objetivo: planejar e promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem; atuar na iminência e em situações de desastres; prevenir ou minimizar danos; socorrer e assistir populações atingidas; e recuperar áreas deterioradas por desastres. Vale esclarecer que:

- A defesa civil é o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;
- Os desastres são o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e, consequentes prejuízos econômicos e sociais;
- As situações de emergência são o reconhecimento, pelo poder público, de situação anormal provocada por desastres, causando danos superáveis pela comunidade afetada;
- Estado de calamidade pública é o reconhecimento, pelo poder público, de situação anormal provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes. Cabe às Comissões Municipais de Defesa Civil executarem os planos de defesa civil e de contingenciamento elaborados pela municipalidade.

### GUARDAS MUNICIPAIS

Os Municípios são autorizados pela Constituição Federal a constituir, por meio de lei específica, guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. Seus membros possuem as mesmas prerrogativas e obrigações legais que os funcionários municipais.

As guardas municipais são organizações de natureza eminentemente civil, não se confundindo com corporações militares, contudo, estão autorizadas a usar armas (Lei Federal nº 10.826/2003). Podem atuar para consolidar a segurança pública, prevenindo a violência e a criminalidade, sendo agentes de implementação das políticas municipais de segurança pública.

## UNIVERSIDADES, INSTITUTOS DE PESQUISA E OUTROS

A Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional distribuem as responsabilidades pela provisão do ensino público e gratuito entre os Municípios, os Estados e a União, permitindo também que o setor privado mantenha escolas credenciadas e supervisionadas pelo poder público. Os Municípios são provedores da educação infantil (em creches e pré-escolas públicas), e os Estados, do ensino médio. Ambos compartilham a responsabilidade pelo ensino fundamental. Assim, os principais agentes de implementação das políticas públicas de educação básica são as Secretarias Estadual e Municipais de Educação.

As tarefas assumidas pelos Municípios no campo da educação nas duas últimas décadas fizeram com que esses entes federativos precisassem de apoio mútuo e se organizassem para dialogar com os governos estadual e federal, função esta desempenhada pela União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.

Por dispor de recursos constitucionalmente vinculados, a educação tem menor dependência do legislativo que outros setores, mas inúmeras decisões estratégicas da área – como a aprovação dos planos municipais de educação – passam pelas Câmaras Municipais. Por outro lado, o ensino público é regido pelo princípio da gestão democrática, sendo destacadas as funções política e normativa dos conselhos estadual e municipais de educação, bem como o papel desempenhado pelos conselhos de controle e acompanhamento da alimentação e do transporte escolar, e do Fundo de Financiamento da Educação Básica – FUNDEB. A União dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME desempenha, nesse campo, importante papel de formação e articulação, enquanto que os sindicatos organizam e representam os trabalhadores da educação.

No exercício das funções supletiva e redistributiva que a legislação atribui à esfera federal de governo, o Ministério da Educação presta assistência técnica e financeira ao Estado e aos Municípios para a provisão da Educação Básica.

Em São Paulo, tanto o Estado como a União mantêm escolas técnicas e instituições de ensino superior, embora nestes níveis do ensino a matrícula privada seja maior que a pública. A expansão do ensino superior público depende de recursos geridos pelos governos federal (por meio da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC) e estadual (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia), mas como os institutos e universidades federais e estaduais desfrutam de relativa autonomia, tais decisões passam necessariamente por suas instâncias internas. Assim, no litoral paulista, são também agentes de implementação de ações relativas ao ensino superior, profissional e tecnológico, a UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo; o IFSP – Instituto Federal de São Paulo; a Universidade de São Paulo – USP; a Universidade Estadual Paulista – UNESP; e o Centro Paula Souza. No terreno específico da qualificação profissional, por sua vez, adquirem proeminência a rede de formação profissional gerida pelo setor patronal, com destaque para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

As universidades públicas são também, ao lado de um conjunto de institutos de pesquisa, os principais centros de produção de conhecimento do Estado, tendo como agências de fomento a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

## SOCIEDADE CIVIL

As organizações, associações e entidades da sociedade civil cumprem importante papel na dinâmica local. Atuando nas instâncias institucionais de participação – como conselhos, conferências e audiências públicas – ou, fora desses espaços, engajada na defesa de direitos, a sociedade civil constitui-se em ator estratégico no processo de implementação das ações da Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável.

Os conselhos, por exemplo, são instâncias de participação social que têm por objetivo incidir sobre as políticas públicas de determinado tema, sendo, portanto, mecanismos de democratização da tomada de decisão política. Os conselhos possuem certa permanência no tempo, tendo uma dinâmica própria e regular que permite sua inserção no processo de construção de políticas públicas. Assim, são órgãos públicos de decisão colegiada, regidos por regulamentos aprovados em seu plenário, compostos por representantes do Estado, Municípios e da sociedade civil que definem, implementam e fiscalizam as políticas públicas. Podem ter atribuições consultivas (suas decisões não precisam, necessariamente, ser levadas em conta), deliberativas (por lei suas decisões, necessariamente, precisam ser levadas em conta) e/ou de controle. Os conselhos podem monitorar e definir a destinação do orçamento de uma determinada política em torno da qual se organizam; propor mudanças, ampliação e melhoria da qualidade das políticas; promover ações de sensibilização da sociedade sobre as políticas, entre outras coisas.

São exemplos de conselhos que podem apoiar na implementação da Agenda Regional: Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI; Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT; Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil; conselhos gestores de unidades de conservação; Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista; Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; Conselhos Municipais de Educação, de Desenvolvimento Rural e da Pesca, de Segurança Alimentar e Nutricional, de Alimentação Escolar e de Saúde, entre outros.

A sociedade civil como um todo pode se organizar por meio da criação de cooperativas, associações e outras entidades civis.

As cooperativas e associações de material recicláveis, por exemplo, são formas de organização de catadores de materiais recicláveis para a prestação de serviços de coleta seletiva, triagem, pré-beneficiamento de materiais passíveis de reciclagem, mediante remuneração de seu trabalho.

Essas organizações podem e devem participar da estruturação e da implementação das políticas de resíduos sólidos, junto ao setor público e empresarial. Sua atuação contribui para que se atinja níveis máximos de recuperação de resíduos nos Municípios, para assegurar a sustentabilidade ambiental, para promover a integração socioeconômica dos catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.

A sociedade civil pode se organizar também por meio de sindicatos.

Sindicatos são pessoas jurídicas de direito privado que representam a defesa e coordenação dos interesses profissionais de todos os que, como empregadores, empregados ou trabalhadores por conta própria, intelectuais, técnicos ou manuais, exerçam a mesma profissão, profissões similares ou conexas. Essas entidades têm base territorial de atuação e são reconhecidas por lei como representantes de categorias de trabalhadores ou econômicas (empregadores). Os sindicatos defendem os direitos e interesses, coletivos ou individuais, de uma categoria profissional, como a melhoria da formação profissional e a melhoria das condições de trabalho.

## INICIATIVA PRIVADA

A iniciativa privada é, tal como o Estado, importante agente promotor do desenvolvimento econômico. O investimento empresarial (em plantas produtivas, construção civil, resíduos sólidos, atividades comerciais, turísticas, etc.) dinamiza a economia local, com impactos positivos tanto no mercado de trabalho e na geração de renda da população, como nas receitas municipais.

Existem entidades de apoio à iniciativa privada que prestam serviços às empresas e abrem oportunidades, por exemplo, para a qualificação da população local. Como exemplos, citamos:

- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI: é uma instituição privada brasileira de interesse público que compõe, junto com outras entidades (SENAC, SEBRAE, etc.), o chamado “Sistema S”. Seu principal objetivo é apoiar as áreas industriais, por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços técnicos e tecnológicos. Os programas de capacitação profissional são viabilizados por meio das modalidades de aprendizagem, habilitação, qualificação, aperfeiçoamento, técnico, superior e pós-graduação. Também presta serviço tecnológico – assessoria, consultoria, pesquisa aplicada, design, serviço laboratorial, informação tecnológica.
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC: instituição brasileira de educação profissional aberta à sociedade, com a missão de desenvolver pessoas e organizações para o mundo do trabalho com ações educacionais e disseminando conhecimentos em comércio de bens e serviços. Encontra-se espalhado por todo o Brasil e já preparou mais de 40 milhões de pessoas para o setor de comércio e serviços, contribuindo para a valorização do trabalhador, por meio de sua capacitação profissional em diversas áreas de formação, incluindo cursos de idiomas. Vale mencionar que a instituição atua também no ensino superior desde 1989, a partir do Centro Universitário SENAC que, no Estado de São Paulo, realiza cursos de graduação (bacharelados e de tecnologia) e de pós-graduação (aperfeiçoamento, especialização e mestrado profissional e acadêmico).
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE: entidade privada sem fins lucrativos, considerado um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Para garantir o atendimento aos pequenos negócios, o Sebrae atua em todo o território nacional, contando com pontos de atendimento nas 27 unidades da Federação. O SEBRAE atua também como articulador (junto aos bancos, cooperativas de crédito e instituições de microcrédito) para a criação de produtos financeiros adequados às necessidades do segmento, orientando os empreendedores para que o acesso ao crédito seja, de fato, um instrumento de melhoria do negócio.

Vale notar que, na região compreendida pelo Projeto Litoral Sustentável, existem estas três entidades de suporte aos negócios em atividades produtivas, de comércio e de serviços. E muitas das ações estratégicas podem ser dinamizadas a partir do apoio destas entidades.

Outro ponto refere-se à atuação das fundações ou do segmento de responsabilidade social empresarial que, dentre outras ações, promovem o investimento social privado. O investimento social privado refere-se a um conjunto de ações, programas e projetos sociais (nas áreas da educação, saúde, cultura, etc.) e ambientais desenvolvidos na região de atuação das empresas. Do ponto de vista mais prático, o investimento social privado deve se distanciar de práticas assistencialistas, clientelistas e filantrópicas e adquirir um caráter mais propositivo e voltado à emancipação dos sujeitos com os quais interage. Projetos e programas implementados no âmbito da responsabilidade social devem, portanto, considerar o seu público como sujeitos de direitos e não como simples beneficiários, integrando-o nas decisões envolvendo o desenho e a implementação das ações a serem desenvolvidas na região. Desta forma, os investimentos sociais das empresas poderão aumentar seu impacto e dinamizar a implementação da Agenda Regional.

## MINISTÉRIO PÚBLICO

### MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

O Ministério Público é um órgão público que atua na defesa da ordem jurídica e fiscaliza o cumprimento da lei no Brasil. Na Constituição de 1988, o Ministério Público está incluído nas funções essenciais à justiça e não possui vinculação funcional a qualquer um dos poderes do Estado, tendo orçamento, carreira e administração próprios. A ele cabe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, zelando pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública assegurados pela Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

Ao Ministério Público cabe defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas e comunidades tradicionais; exercer o controle externo da atividade policial; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial; atuar na defesa do meio ambiente e patrimônio cultural, e na defesa dos direitos do cidadão em geral, como os direitos da criança, do adolescente e do idoso. Além disso, como a ordem urbanística também é um direito difuso e coletivo, estabelecido pelo Estatuto da Cidade, o reconhecimento do direito à moradia e à regularização fundiária de parcelamento e ocupação do solo urbano em bens da União também estão entre as atribuições do Ministério Público.

O Ministério Público Federal pode apoiar na implementação da Agenda Regional, atuando na defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, caiçaras), por meio de ações civis públicas, termos de ajustamento de conduta e recomendações a órgãos governamentais. Ele também age como mediador de conflitos fundiários envolvendo direitos dos povos e comunidades tradicionais localizadas no litoral paulista.

### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Cada um dos 26 Estados da federação possui um Ministério Público autônomo, para executar as atividades estabelecidas pela Constituição Federal, gerir o orçamento e realizar concursos de ingresso na carreira.

O órgão é chefiado pelo procurador-geral de justiça, escolhido pelo governador do Estado a partir de lista tríplice elaborada pelos membros da instituição. Além da sede, possui promotorias nos Municípios para proteger os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Entre as principais atribuições do Ministério Público Estadual estão ajuizar ação penal pública e exigir dos gestores públicos o cumprimento dos direitos citados pela Constituição Federal, como a defesa do meio ambiente, do consumidor e do patrimônio público, e exercer o controle externo da atividade policial.

Na implementação da Agenda Regional, o Ministério Público Estadual pode atuar por meio do Grupo de Atuação Especial em Defesa do Meio Ambiente – GAEMA, junto às promotorias locais, na busca da proteção do meio ambiente e dos direitos dos povos e comunidades tradicionais do litoral do Estado de São Paulo, especialmente os caiçaras.

## PODER LEGISLATIVO

O poder legislativo federal no Brasil é composto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. As duas Casas formam o Congresso Nacional, localizado em Brasília, onde trabalham os senadores e deputados federais.

Também faz parte do poder legislativo o Tribunal de Contas da União – TCU, responsável pelo controle e fiscalização da administração pública.

Compete ao Congresso Nacional a elaboração de legislação referente a planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento, e autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.

Na implementação da Agenda Regional, o Congresso Nacional pode apoiar na elaboração normativa e em especial na elaboração de lei que garanta a regularização fundiária dos caixaras e na elaboração de emendas parlamentares para a região.

O poder legislativo nas instâncias estaduais e municipais é representado pela Assembleia Legislativa e Câmara dos Vereadores, respectivamente.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo constitui o poder legislativo paulista, tendo como atribuições legislar sobre matérias de competência do Estado, fiscalizar, controlar atos do executivo e realizar investigações. Pode apoiar na implementação da Agenda Regional no que se refere à desafetação, redução ou ampliação de unidades de conservação no litoral e na compatibilização de usos no caso das zonas de amortecimento das unidades de conservação estaduais.

Por sua vez, a Câmara Municipal dos Vereadores é a expressão do poder legislativo no nível municipal. Além de ter iniciativa na propositura de projetos de lei de competência do Município, cabe a ela apreciar e votar os projetos de lei encaminhados pelo Prefeito, bem como realizar audiências públicas para aprimorar projetos de lei, conhecer todas as suas implicações na sociedade, a sua articulação com as demais esferas federativas, o impacto ambiental e os resultados esperados. Pode apoiar na implementação da Agenda Regional em diversos momentos como, por exemplo, na aprovação de zoneamentos especiais que protejam os povos e comunidades tradicionais no território municipal e disciplinem as funções agrícolas, urbanas e ambientais nos limites das zonas de amortecimento e nas áreas de monitoramento territorial.

## Gestão regional e arranjos institucionais

### A INTEGRAÇÃO DA ESCALA METROPOLITANA E REGIONAL

Na zona costeira do Estado de São Paulo, abrangidos os Municípios da Baixada Santista e do Litoral Norte, a descentralização de poder político entre os entes federativos depara-se com grandes desafios manifestados por demandas de políticas e de serviços públicos que extrapolam os limites municipais.

Estas questões demandam planejamento e ações de escala regional (resíduos sólidos, mobilidade, saneamento, meio ambiente, saúde, habitação, abastecimento, educação, segurança pública, dentre outras). Trata-se de questões cuja abrangência territorial exige um enfrentamento superior à capacidade institucional e financeira de cada município, exigindo ações efetivas de cooperação federativa, entre os governos federal, estadual e municipais.

As formas dessa cooperação ainda são bastante diversificadas, sendo que as questões regionais demandam instâncias e arranjos institucionais que devem ser articulados e integrados, para a sua efetiva concretização. Tal articulação e integração necessitam de suporte financeiro e orçamentário, garantindo a autonomia do encaminhamento das ações visando à gestão regional integrada e participativa. Neste caminho, arranjos institucionais de cooperação federativa, como consórcios públicos e convênios entre os governos federais, estadual e municipais podem assegurar recursos financeiros e apoio técnico na integração de ações para atendimento das demandas da região.

Dentre as instâncias no litoral paulista que permitiriam o debate e a articulação de políticas de abrangência regional, destacamos os Conselhos das Regiões Metropolitanas e, igualmente, os Grupos Setoriais de Coordenação do Gerenciamento Costeiro (GERCO – BS e LN) e os Comitês de Bacias.

Na abordagem da gestão regional integrada do litoral paulista, a escala metropolitana (Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e Vale do Paraíba e Litoral Norte) pode assegurar que as discussões e decisões dos respectivos Conselhos metropolitanos impliquem em referenciais na articulação de ações para atendimento as demandas regionais e locais. Para tanto, há a necessidade da participação mais efetiva do Poder Público Municipal (Executivo e Legislativo) e da sociedade civil nas decisões dos Conselhos afetos a estas instâncias metropolitanas, bem como, a integração deste debate com as questões discutidas por outras instâncias de alcance regional, como os Conselhos das Unidades de Conservação, os Comitês de Bacias (CBH-BS e LN) e o Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro (GERCO), instituído tanto no âmbito da Baixada Santista como no Litoral Norte.

Além da escala metropolitana, instâncias como o Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro (GERCO – BS e LN) e os Comitês da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-BS) e do Litoral Norte (CBH-LN) possuem abrangência regional e são relevantes na articulação da gestão territorial e ambiental. O debate participativo e a maior inserção da sociedade civil nestas instâncias apresentam-se como fundamentais na definição das regras de uso e ocupação do território, considerada a escala regional que deve ser integrada às escalas municipais e às questões e demandas locais.

A cooperação federativa no apoio técnico e financeiro e a ampliação da participação da sociedade civil e a maior inserção dos Municípios na discussão regional são pressupostos para viabilizar o desenvolvimento sustentável e a inclusão social e territorial, que podem apontar para cenários mais positivos no caminho para viabilizar a efetiva gestão regional integrada no litoral paulista.

### PANORAMA GERAL DO LITORAL PAULISTA

#### Colegiados de alcance regional

Trata-se de órgãos colegiados<sup>11</sup>, correspondentes a instâncias regionais de discussão ou de decisão de políticas públicas. Tais órgãos congregam um ou mais nível federativo, que exemplificamos:

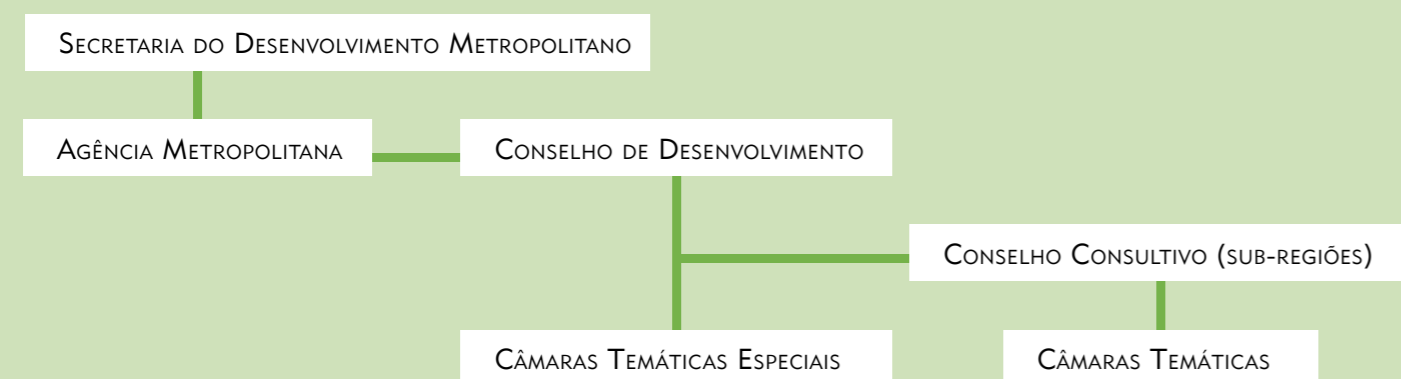
<sup>11</sup> Além dos comitês de bacia, na categoria de órgãos colegiados, identificam-se comitês setoriais montados para discussão da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro; conselhos consultivos ou deliberativos (genericamente chamados de conselhos gestores) de unidades de conservação de abrangência supra-municipal; comissões de gestores públicos previstas pelo Sistema Único de Saúde (SUS); câmaras e grupos técnicos formalmente instituídos para debates e aprofundamento sobre temas específicos a serem tratados por ações ou normativos de entidades públicas, como é o caso das câmaras da Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM) ou dos grupos de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA) dentro do Ministério Público paulista.

## NO LITORAL NORTE

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), composta por:

- Conselho de Desenvolvimento da RMVPLN;
- Conselhos Consultivos das 5 sub-regiões (1 do Litoral Norte);
- Câmaras Temáticas;
- Agência Metropolitana<sup>12</sup> e
- Fundo de Desenvolvimento Metropolitano do Vale do Paraíba e Litoral Norte (FundoVale).

### REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE



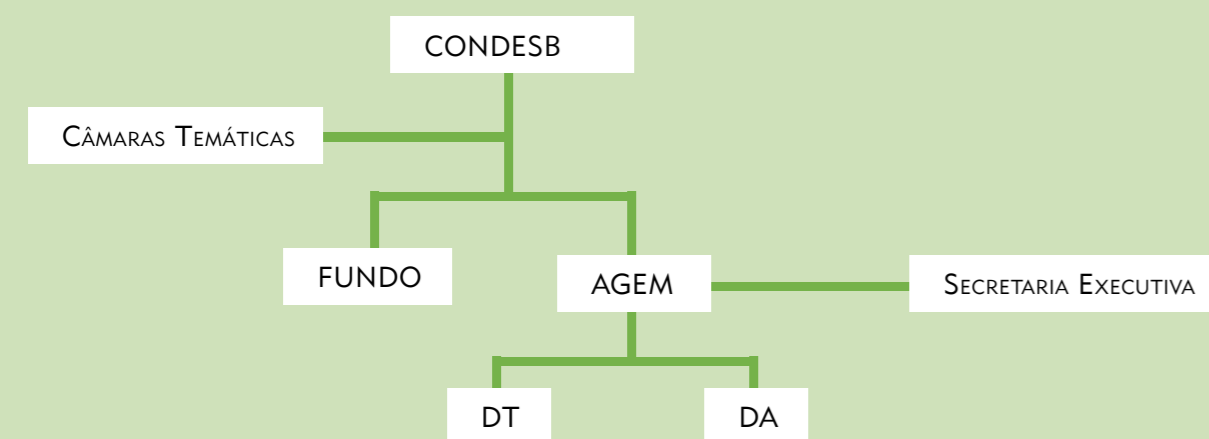
Fonte: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Metropolitano

- Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte (GERCO-LN);
- Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte (CBH-LN);
- Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Marinha do Litoral Norte; e
- Comissão Intergestores da Saúde.

## NA BAIXADA SANTISTA

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), composta por:

- Conselho de Desenvolvimento da RMBS (CONDESB);
- Câmaras Temáticas (23 ao todo);
- Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM); e
- Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista.



Fonte: Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM

- Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista;
- Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro da Baixada Santista (GERCO-BS);
- Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Marinha do Litoral Centro;
- Comissão Intergestores da Saúde;
- Conselho Regional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (inativo); e
- Colegiado Territorial do Litoral Centro / Norte – SP (inativo).

<sup>12</sup> Ainda não instituída pelo Governo do Estado de São Paulo, apenas autorizada a sua criação. A função de secretaria-executiva, tem sido desempenhada pela Emplasa.

Nas discussões públicas realizadas pelo Projeto Litoral Sustentável, foram identificadas as principais questões apontadas no Seminário Temático Regional do Litoral Norte, realizado em Caraguatatuba em maio de 2013, dentre os quais destacamos:

- Falta de transparência e divulgação dos espaços públicos de participação e debate.
- As comunidades de bairro deveriam ser envolvidas nos processos participativos, devendo haver uma política de formação/capacitação para a participação qualificada da população, além de ações que possibilitem a apropriação dos conteúdos e a própria presença nos espaços públicos.
- Falta preparo e capacitação técnica por parte dos gestores públicos.
- Secretarias municipais, muitas vezes, não se conversam. Falta planejamento integrado dentro da própria gestão, antes mesmo de abrir para a participação da população.
- Necessidade de aprofundar o planejamento integrado entre os entes federativos, para que não haja sobreposição e contradição entre os diversos instrumentos de planejamento e de gestão adotados.

Já na Baixada Santista, na discussão temática realizada em abril de 2013 em Santos, foram identificadas as seguintes manifestações:

- Existiria, de fato, uma 'consciência metropolitana', mas ainda uma frágil cultura de participação da sociedade civil.
- Foi identificado um problema operacional da AGEM: a agência apenas repassa os recursos (não executa), para que os municípios operem, mas os projetos das diferentes áreas não conversam entre si.
- A AGEM trata das questões de planejamento regional, mas não opera com projetos regionais, sendo que as intervenções são locais.
- Foi criticada a ausência de espaço para participação da sociedade civil, do Legislativo e do governo federal no que se refere à composição do CONDESB.
- O arranjo institucional do CONDESB não favoreceria a capacidade de incidência dos Municípios frente ao governo do Estado, tendo em vista que a soma da representação dos Municípios é numericamente igual àquela do estado (09 assentos).

### Arranjos institucionais de cooperação

O consórcio público é um arranjo regional, criado entre diferentes entes federativos (do mesmo nível ou não). A partir da Lei federal nº 11.107/2005, os consórcios públicos assumiram a possibilidade de manterem o regime privado ou de se equipararem às autarquias, de regime público. O consórcio público é um instrumento contratual, firmado por entes da Federação da mesma espécie e ratificado mediante lei, que cria uma nova pessoa jurídica para a prestação de serviços públicos de modo associado, com vistas à realização de objetivos de interesse comum, sem fins lucrativos e estabelecidos pelos consorciados. Para que seja constituído o consórcio, exige-se a concordância dos futuros consorciados em um protocolo de intenções, para então ser posteriormente ratificado mediante lei de cada ente federativo envolvido. Tal protocolo de intenções converte-se no contrato de consórcio<sup>13</sup> e define sua natureza, área de atuação e funcionamento.

Dentre as experiências existentes, no Estado de São Paulo podemos citar o Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de Campinas (CONSIMARES), integrado pelos municípios de Americana, Hortolândia, Monte Mor, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré. Este consórcio foi constituído em 17 de janeiro de 2009 para viabilizar a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, questão de comum interesse na região, tendo a Prefeitura Municipal de Sumaré assumido a sua Secretaria Executiva. Neste caso, houve a celebração de convênio com o Ministério do Meio Ambiente para apoio técnico e financeiro aos projetos locais de iniciativa do consórcio.<sup>14</sup> Outra experiência paulista é o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, formado pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra para o planejamento, a articulação e definição de ações de caráter regional. Este consórcio foi criado em 1990 e desde 8 de fevereiro de 2010, a entidade passou a ser o primeiro consórcio multisetorial de direito público e natureza autárquica do país, transformado em órgão público para se adequar à Lei nº 11.107 de 2005<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> Além do contrato do consórcio, outros instrumentos são previstos na sua regulamentação federal: o contrato de rateio (dos recursos destinados ao consórcio) e o contrato de programa, instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com o consórcio público.

<sup>14</sup> Para mais informações consultar o oficial do consórcio: <http://consimares.com.br> e Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br>.

<sup>15</sup> Para mais informações consultar o oficial do consórcio: <http://www.consorcioabc.sp.gov.br>.

### Exemplos de possibilidades no litoral paulista:

Celebração de **consórcio público** entre o governo do Estado e os Municípios para viabilizar o apoio e a estruturação no regramento do fluxo dos resíduos da construção civil de grandes geradores por meio da elaboração dos planos municipais de gestão de resíduos da construção civil em consonância com o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, ambos de incumbência das prefeituras municipais.

Celebração de **consórcio público** entre os governos federal e estadual com a finalidade de viabilizar a constituição de uma fundação regional de ensino técnico e superior.

Celebração de **consórcio público** entre os governos federal e estadual visando a implantação e consolidação de bancos comunitários de desenvolvimento e fundos rotativos solidários e apoio ao cooperativismo de crédito solidário (adequação das políticas de crédito às exigências e características dos empreendimentos econômicos solidários).

Identificam-se ainda outros arranjos mais pontuais entre municípios ou entre municípios e governo estadual e federal. Trata-se de situações onde os entes federativos celebram instrumentos visando a um ou mais objetivos comuns, por meio de convênios de apoio financeiro e técnico (operacional/institucional). Os convênios nada mais são que ajustes da Administração Pública para realização de projeto ou ação de interesse comum. Aproximam-se da ideia de contratos, tanto que são a eles equiparados pela Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei federal nº 8.666/1993). Em geral, conforme disciplina a lei orgânica de cada município ou constituição estadual, os convênios devem ser precedidos de autorização legislativa para serem firmados, podendo prever repasses de recursos entre os conveniados.

### Exemplos de possibilidades no litoral paulista:

Celebração de **convênios de cooperação técnica e financeira** entre os governos federal, estadual e municipais visando a edição de decreto (s) ou lei (s) para criação, reclassificação e desafetação de unidades de conservação com a finalidade de aperfeiçoar a proteção e também a readequação aos usos já consolidados no território, buscando superar conflitos de uso nesses territórios.

Celebração de convênios de cooperação técnica e financeira entre o governo do Estado (e/ou governo federal) e Municípios visando a criação e organização de cooperativas de agricultores, extratores e pescadores.

Celebração de convênio de cooperação técnica e financeira entre o governo do Estado (e/ou governo federal) e Municípios visando a incubação, fomento, assessoramento técnico e apoio a empreendimentos econômicos solidários e suas redes e cadeia de produção, comercialização e consumo.

São inúmeros os desafios para assegurar a gestão regional integrada e participativa no litoral do Estado de São Paulo.

Alguns caminhos já se destacam como necessários:

- A formalização de arranjos institucionais entre os entes federativos União, Estado-Membro e Municípios para viabilizar ações de cooperação institucional e financeira na implementação de políticas sociais e de apoio a gestão ambiental e territorial nos Municípios e na região;
- Ampliação da participação da sociedade civil nos Grupos Setoriais de Coordenação do Gerenciamento Costeiro, em especial no Litoral Norte (GERCO-LN) que atualmente discute a revisão do Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte (ZEE/LN);
- Ampliação da participação da sociedade civil nos Conselhos das Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e do Vale do Paraíba e Litoral Norte;
- Articulação dos Conselhos das Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e do Vale do Paraíba e Litoral Norte com o GERCO- BS e GERCO-LN, comitês de bacias e os conselhos instituídos nas unidades de conservação;
- Articulação dos colegiados regionais acima mencionados com os respectivos conselhos municipais nos municípios do litoral paulista;
- Ampliação da participação da sociedade civil e inclusão das comunidades tradicionais nas decisões de planejamento urbano e ambiental no âmbito local dos Municípios;
- Integração entre os diferentes espaços e instrumentos participativos, no âmbito municipal e regional, articulados em torno das demandas e necessidades da população (habitação, saneamento, mobilidade, educação, saúde, dentre outras) e seus reflexos ambientais e urbanos
- Integração entre os diferentes espaços e instrumentos participativos, de âmbito regional e municipal, para viabilizar o controle e a ampla participação da sociedade nas decisões sobre os grandes projetos e as ações para mitigar e compensar os impactos sociais, ambientais e territoriais negativos;
- A ampliação dos espaços e dos instrumentos participativos, assegurando maior transparência e a participação mais efetiva da população local e das comunidades tradicionais nas discussões sobre os rumos do desenvolvimento e nas decisões relativas as regras de ordenamento territorial (Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro, planos de manejo das unidades de conservação, planos diretores municipais).

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS		ATORES/AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.		Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis- IBAMA, Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, Companhia Docas de São Sebastião, DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, de Planejamento Urbano e de Habitação, Câmara dos Vereadores, conselhos municipais e de abrangência regional, representantes da sociedade civil e entidades empresariais.	Programa Inclusão Digital – Comunicação (Ministério das Comunicações); Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros.BR (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas (Ministério do Turismo); Programa de Formação de Núcleos de Justiça Comunitária (Ministério da Justiça); Inclusão Digital - Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência e Tecnologia); Programa Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana / Programa Nacional de Capacitação das Cidades (Ministério das Cidades); Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano - Conselho das Cidades (Ministério das Cidades); Programa Olho Vivo no Dinheiro Público (Controladoria Geral da União); Programa Temático de Pesca e Aquicultura (Ministério da Pesca e Aquicultura); Programa de Inclusão Digital (Fundação Banco do Brasil); Programa de Reaplicação de Tecnologias Sociais (Fundação Banco do Brasil) e Programa de Desenvolvimento e Capacitação Institucional dos Municípios (Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional).
	<b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/ responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.		Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis- IBAMA, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Planejamento Urbano, Câmara dos Vereadores, conselhos municipais e de abrangência regional, representantes da sociedade civil, iniciativa privada e entidades empresariais.	Investimentos sociais das empresas e subcrédito social (BNDES).
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.		Secretarias Estadual e Municipal do Trabalho, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Escolas Técnicas Estaduais -ETEC, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM, Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, Companhia Docas de São Sebastião, universidades e representantes da sociedade civil.	Produto Microcrédito e Qualificação, Micro, Pequenas e Médias Empresas e linhas de financiamento permanente(BNDES); Programa Rede Petro (Petrobras); Programa Inova Petro Fomento ao Ensino Profissionalizante (FINEP/BNDES); Via Rápida Empresa (Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia); Programa Desenvolvimento Técnico para Empreendedorismo e Empregabilidade; Fomento ao Emprego e Renda; Inserção no Mercado de Trabalho e Gestão da Diversidade; Gestão do Conhecimento e Inovação (Secretaria Estadual do Emprego e Relações de Trabalho), iniciativa privada.
	<b>D</b> Apoiar a inserção de atores privados que implantem áreas de manejo de resíduos da construção civil, regular o transporte, a utilização para aterro, reciclagem, ou outra disposição final adequada dos resíduos, bem como ampliar a fiscalização sobre a gestão dos resíduos industriais.		Empresas do setor da construção civil, Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, Companhia Docas de São Sebastião, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente.	Linhas investimentos sociais de empresas, projetos de saneamento ambiental, Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos - PMI, Fundo Social; BNDES Cidades; linhas de financiamento permanentes: Cartão, Automático, Finame, Leasing, Crédito (BNDES); Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (Banco do Brasil); FECOP – Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Secretaria Estadual do Meio Ambiente).



DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS		ATORES/AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.		Secretarias Municipais de Segurança Pública, Gabinetes de Gestão Integrada Municipais e Regionais, conselhos municipais e regionais, entidades de representação das guardas municipais e universidades.	“Juventude Viva” (Secretaria Nacional de Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Geral da Presidência da República); Programas “Crack é possível vencer”, Fundo Nacional de Segurança Pública e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI (Ministério da Justiça).
Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.	<b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.		Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Secretarias e Conselhos Municipais de Educação, União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação – UNDIME, sindicatos, Centro Paula Souza, universidades; União dos Conselhos Municipais de Educação de São Paulo – UNCME/SP e representantes da sociedade civil.	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (Ministério da Educação); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - CAPES (Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.
	<b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.		Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Escolas Técnicas Estaduais -ETEC, universidades e institutos federais, Fundação Florestal e Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e Companhia Docas de São Sebastião.	Fundo Nacional de Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente); Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica (Ministério do Meio Ambiente); Agência Brasileira de Inovação - FINEP, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - CAPES (Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP; Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos); fundos privados, cooperação internacional, iniciativa privada e compensação ambiental prevista na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei Federal 9985/2000).

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS		ATORES/AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
<p>Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.</p>	<p><b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.</p>		<p>Secretaria Nacional de Economia Solidária (Ministerio do Trabalho e Renda); Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI e Instituto da Pesca da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP, Secretarias Municipais de Assistência Social, de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Pesca, Rural, Educação, Cultura e de Turismo, escolas, universidades, associações industriais, comerciais e de serviços, conselhos municipais e representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programa Comunidades Tradicionais – Gestão Ambiental (Ministério do Meio Ambiente); Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas (Ministério do Turismo); Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Secretaria do Patrimônio da União - SPU); Programa Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres; Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Programa Temático Pesca e Aquicultura (Ministério da Pesca e Aquicultura); Programa de Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia); Programa Fomento Cultural e Economia Criativa (Secretaria Estadual da Cultura); Programa Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento); Programa de Abastecimento e Segurança Alimentar (Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento); Programa de Fomento ao Trabalho Artesanal (Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho); Programa de Reaplicação de Tecnologias Sociais e Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS (Banco do Brasil).</p>
	<p><b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.</p>		<p>Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Secretarias Municipais de Turismo e representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programa de Regionalização do Turismo (Ministério do Turismo); Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas (Ministério do Turismo); Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário).</p>

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS	ATORES/AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<p><b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.</p>	<p>Instituto Nacional Colonização Reforma Agrária- INCRA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Fundação Cultural Palmares, Secretarias Estadual e Municipais de Meio Ambiente; Fundação Florestal; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP; conselhos das unidades de conservação e representantes da sociedade civil.</p>	<p>Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (Ministério da Justiça); Fundo Nacional do Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente); Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica (Ministério do Meio Ambiente); BNDES Mata Atlântica; Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos); Programa Estadual de Gestão de Áreas Protegidas (Secretaria Estadual do Meio Ambiente); compensação ambiental prevista na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal nº 9.985/2000); cooperação internacional, fundações e institutos privados.</p>
	<p><b>B</b> Elaborar e/ou rever as regras de uso e ocupação das unidades de conservação, de forma a compatibilizar os usos sustentáveis e propor a adequação das áreas consolidadas.</p>	<p>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, Instituto Nacional Colonização Reforma Agrária- INCRA, Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional do Índio -FUNAI, Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, Fundação Florestal, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP, Secretaria Estadual e Municipais de Meio Ambiente, conselhos gestores de unidades de conservação e representantes da sociedade civil.</p>	
Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<p><b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.</p>	<p>Fundação Cultural Palmares, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA, Fundação Nacional do Índio -FUNAI, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, Fundação Florestal, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo -ITESP, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, conselhos gestores de unidades de conservação, Secretarias Municipais de Agricultura e Pesca, universidades, escolas estaduais e municipais, conselhos municipais e representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde (Ministério do Meio Ambiente); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Programa Temático Pesca e Aquicultura (Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ; Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal do Nível Superior - CAPES; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP; Fundo Nacional do Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente); Programa Mais Cultura nas Escolas (Ministério da Cultura); Fundo Nacional do Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente); compensação ambiental prevista na lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal nº 9.985/2000); fundos nacionais e internacionais, cooperação com organismos internacionais, fundações e institutos privados.</p>
	<p><b>D</b> Sensibilizar a sociedade civil e gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.</p>	<p>Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Palmares, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis- IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, Conselho Nacional de Política Indigenista- CNPI, Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (ICMBIO), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo -ITESP, Fundação Florestal, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo -CETESB, Polícia Ambiental, Secretarias Estadual e Municipais de Educação, Cultura, Agricultura e Abastecimento, Pesca, Saúde e Meio Ambiente, conselhos das unidades de conservação, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e da Pesca e representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programa Comunidades Tradicionais (Ministério do Meio Ambiente); Programa Comunidades Tradicionais - Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência e Tecnologia); Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Programa Balcão de Direitos (Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República); Programa Pescando Letras (Ministério da Pesca e Aquicultura); Fundo Nacional do Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente); Programa Telecentro da Pesca-Maré (Ministério da Pesca e Aquicultura); Programa Nacional de Mobilização para o Registro Civil e Nascimento e Documentação Básica (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República); Fundo Nacional de Cultura (Ministério da Cultura); fundos nacionais e internacionais, cooperação com organismos internacionais, fundações e institutos privados.</p>

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS		ATORES/AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
Efetivar a regularização fundiária das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais bem como dos assentamentos informais de baixa renda localizados em unidades de conservação.	<p><b>E</b> Garantir a regularização fundiária das terras ocupadas por índios e quilombolas.</p>		<p>Comissão Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais, Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI, Secretaria do Patrimônio da União - SPU, Marinha, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Cultural Palmares, Fundação Florestal, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP, prefeituras, universidades, conselhos gestores de unidades de conservação e representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (Fundação Nacional do Índio - FUNAI); Programa Brasil Quilombola (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR); Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social em Terras da União (Secretaria do Patrimônio da União - SPU/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); fundos nacionais e internacionais, cooperação com organismos internacionais, fundações e institutos privados.</p>
	<p><b>F</b> Garantir a titulação e condições adequadas de habitabilidade dos assentamentos informais de baixa renda e reassentar os moradores em situação de risco.</p>		<p>Secretarias Estadual e Municipais de Habitação e Meio Ambiente, Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitação - CDHU e representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programas 'Minha Casa, Minha Vida' e de regularização fundiária de assentamentos informais (Ministério das Cidades); Programa Estadual de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar (Secretaria Estadual de Habitação e do Meio Ambiente); Programa Estadual de Fomento à Habitação de Interesse Social (Secretaria Estadual de Habitação); Programa Estadual de Regularização Fundiária de Interesse Habitacional (Secretaria Estadual de Habitação); Programa Estadual de Provisão de Morádias (Secretaria Estadual de Habitação); Programa Estadual de Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários (Secretaria Estadual de Habitação); compensação ambiental prevista na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal 9985/2000); fundos nacionais e internacionais, cooperação com organismos internacionais, fundações e institutos privados.</p>
<p>Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.</p>	<p><b>G</b> Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e a sociedade civil.</p>		<p>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis- IBAMA, Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM, Gerenciamento Costeiro/Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, Instituto de Pesca (Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento), Fundação Florestal, Polícia Ambiental, Marinha; Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, Câmaras de Vereadores, Secretarias Municipais de Habitação, Urbanismo, Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, Educação e Assistência Social, Guardas Municipais, comitês de bacias hidrográficas, conselhos das unidades de conservação, conselhos metropolitanos, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e da Pesca, representantes da sociedade civil e da iniciativa privada.</p>	<p>Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (Ministério da Justiça); Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica (Ministério do Meio Ambiente); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura (Ministério da Agricultura); Programa Estadual de Microbacias (Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento); Programa Estadual de Planejamento Ambiental (Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Programa Estadual de Conservação da Biodiversidade (Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Programa Estadual de Fiscalização (Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Programa Estadual de Gestão Ambiental em Regiões Metropolitanas (Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Programa Estadual para Gestão Ambiental para Proteção da Água (Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Programa Planos de Desenvolvimento Urbano (BNDES); Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas - PROPFLOTA (BNDES); Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (BNDES); Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos); compensação ambiental prevista na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal 9985/2000); fundos nacionais e internacionais, cooperação com organismos internacionais, fundações e institutos privados.</p>

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS	ATORES/AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
<p>Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.</p>	<p><b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.</p>	<p>Secretaria Estadual de Transporte Metropolitano, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU, Secretaria Estadual de Logística e Transportes - SELT, Secretaria Estadual de Turismo, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - EMPLASA, Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM, Desenvolvimento Rodoviário SA - DERSA, Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista; Conselho da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, universidades, Secretarias Municipais de Transportes, Planejamento e Obras e representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 (Ministério das Cidades/Ministério dos Transportes); Programa de Infraestrutura para Mobilidade Urbana PROMOB; Programa Mobilidade Urbana e Programa Pró-Municípios; Programa de Infraestrutura de Transporte Coletivo – Pró-Transporte (Ministério das Cidades); Linha de Crédito de Projetos Estruturadores de Transporte Urbano (Banco do Brasil/ BNDES); Programa Linha de Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos; Programa Linha Projetos Estruturadores de Transporte Urbano (BNDES); "Urban Transport" (Banco Mundial), Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista.</p>
<p>Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).</p>	<p><b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.</p>	<p>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SPU/ MPOG, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Fundação Palmares, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI e Instituto de Pesca da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo -ITESP, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CESTEB, Fundação Florestal, universidades, Secretarias Municipais de Agricultura e Abastecimento e de Educação; Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e da Pesca; de Segurança Alimentar e Nutricional; e de Alimentação Escolar; conselhos gestores das unidades de conservação, representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Programa Comunidades Tradicionais (Ministério do Meio Ambiente); Programa Temático de Pesca e Aquicultura (Ministério da Pesca e Aquicultura); Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Prodesa; Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio; Programa Nacional de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Rural (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (Ministério da Educação); Programa Acesso à Alimentação; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa de Apoio à Agricultura Urbana (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso (Ministério da Integração Nacional); Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Saberes da Terra - ProJovem no Campo (Ministério da Educação); Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort); Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP/CONAB; Programa Estadual de Alimentação Escolar (Secretaria Estadual de Educação); Programa Estadual de Fomento Cultural e Economia Criativa (Secretaria Estadual da Cultura); Programa Estadual de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (Secretaria Estadual de Agricultura); Programa Estadual Paulista de Agricultura de Interesse Social - PPAIS (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP).</p>

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS		ATORES/AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
	<p><b>C</b> Ampliar e aprimorar o tratamento do esgotamento sanitário, procurando promover iniciativas regionais de aproveitamento dos resíduos por meio de sistemas de biodigestão.</p>		<p>Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, comitê de bacias hidrográficas, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Saneamento e Planejamento, representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programa Saneamento para Todos e Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2: Saneamento (Ministério das Cidades); Programa de Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Funasa); Programa Infraestrutura Hídrica (Ministério da Integração Nacional); Programa Pró-Municípios (Ministério das Cidades); Programa de Redução de Perdas de Água; Programa de Identificação de Lançamento Clandestino de Esgotos e Programa Estadual "Se liga na Rede" (Sabesp); Fehidro; Programa Estadual Planejamento e Promoção de Saneamento; Programa Estadual Energia Renováveis e Programa Onda Limpa (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos); Programa Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional (Secretaria Estadual de Habitação); Programa Linha de Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos e Programa Linha de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos (BNDES).</p>
	<p><b>D</b> Promover soluções alternativas adequadas de saneamento ambiental em comunidades isoladas e assentamentos precários.</p>		<p>Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, comitês de bacias hidrográficas, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, universidades, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Planejamento, Saúde e Assistência Social, Ministério Público e representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programa Saneamento para Todos; PAC 2: Saneamento; Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precário; Programa de Resíduos Sólidos Urbanos (Ministério das Cidades); Programa Saneamento Rural e Programa de Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Funasa); Programa Estadual de Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional (Secretaria Estadual de Habitação); Fehidro; Programa Estadual Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos); Programa Linha de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos (BNDES).</p>
<p>Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.</p>	<p><b>E</b> Identificar vulnerabilidades e formular planos e programas de prevenção e adaptação aos impactos da mudanças climáticas na região, priorizando as populações mais vulneráveis aos seus efeitos adversos, bem como elaborar planos de ação para responder a eventos climáticos extremos que possam gerar situações de anormalidade, notadamente em áreas de risco.</p>		<p>Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN (Ministério da Ciência e Tecnologia), Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, universidades, institutos de pesquisa, comitês de bacias hidrográficas, Comissões Municipais de Defesa Civil, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Planejamento, Habitação, Obras, Assistência Social e representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programa Gestão de Risco e Resposta a Desastre (Ministério das Cidades); Programa de Prevenção e Preparação para Desastres (Ministério da Integração); Programa Regional de Identificação e Monitoramento de Áreas Críticas de Inundações, Erosões e Deslizamentos – Primac e Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista (Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM); Fehidro (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos); Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos (Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec).</p>
	<p><b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.</p>		<p>Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Serviços, Obras, Geração de Trabalho e Renda, Educação e Saúde, setor privado (fabricantes, comerciantes, distribuidores, importadores), geradores de resíduos públicos e privados, instituições de ensino e pesquisa, organizações de catadores de material reciclável (cooperativas e associações) e representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programa de Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais (Funasa); Programa de Apoio à Gestão da Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis por Cooperativas de Catadores (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Secretaria do Patrimônio da União); Programa Pró – Municípios, Programa Resíduos Sólidos Urbanos (Ministério das Cidades); Programa Desenvolvimento Regional Sustentável (Banco do Brasil); Programa Linha Investimentos Sociais de Empresas; Projetos de Saneamento Ambiental, Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos, Fundo Social e Cidades (BNDES).</p>
	<p><b>G</b> Combater todas as formas de poluição, incluindo as fontes de poluição dos portos e retroportos, e eliminar áreas contaminadas, inclusive dentro das unidades de conservação.</p>		<p>Secretarias Municipais do Meio Ambiente, Planejamento Urbano, Obras, Educação e Saúde; a Secretaria Estadual do Meio Ambiente; os comitês de bacias hidrográficas; a CETESB; conselhos municipais de meio ambiente; representantes da sociedade civil; organizações de catadores de material reciclável (cooperativas e associações); setor privado (fabricantes, comerciantes, distribuidores, importadores); geradores de resíduos (públicos e privados); instituições de ensino e pesquisa</p>	<p>Programa Saneamento para Todos e Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Saneamento (Ministério das Cidades); Programa Linha Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos (BNDES); Programas Prioritários do Comitê de Bacia Hidrográficas do Litoral Norte 2012 -2015 (FEHIDRO) e Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP (Secretaria Estadual do Meio Ambiente).</p>

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS		ATORES/AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
<p>Promover habitação adequada para a população de baixa renda.</p>	<p><b>H</b> Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).</p>		<p>Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MPOG), Caixa Econômica Federal, BNDES, Secretarias Estadual e Municipal de Habitação, poder legislativo, representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programa Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana; Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano; Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público – Pró-Moradia; Programa Nacional de Habitação de Interesse Social; Programa 'Minha Casa, Minha Vida' (Ministério das Cidades); Programa de Apoio à Provisão de Habitação de Interesse Social em Áreas da União (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Programa Política Agrária e Fundiária (Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania); Programa de Fomento à Habitação de Interesse Social e Programa de Regularização Fundiária de Interesse Habitacional (Secretaria Estadual de Habitação); Programa de Apoio a Estados, Distrito Federal, Municípios e Consórcios Públicos para a Elaboração de Planos de Desenvolvimento Urbano e de Projetos Executivos de Infraestrutura e de Equipamentos Públicos Urbanos (BNDES).</p>
	<p><b>I</b> Implementar os Sistemas Municipais de Informações Habitacionais, visando compartilhar e integrar os cadastros de beneficiários dos projetos federal, estadual e municipais, bem como os cadastros de localização dos assentamentos precários.</p>		<p>Caixa Econômica Federal, Secretaria Estadual de Habitação, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, Companhia de Habitação da Baixada Santista - COHAB SANTISTA, Secretarias Municipais de Habitação, representantes da sociedade civil</p>	<p>Programa Fortalecimento da Gestão Urbana/Programa Nacional de Capacitação das Cidades; Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano; Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público – Pró-Moradia; Programa Nacional de Habitação de Interesse Social; Programa 'Minha Casa, Minha Vida' (Ministério das Cidades); Programa de Fomento à Habitação de Interesse Social e Programa de Regularização Fundiária de Interesse Habitacional, Programa Parceria em Programas Federais, Programa Parceria com Entidades Respektivas dos Trabalhadores (Secretaria Estadual de Habitação), Programa Produção de Unidades Habitacionais; Programa de Aquisição de Morádias (Secretaria Estadual de Habitação, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU).</p>

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS		ATORES/AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
	<p><b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda.</p>		<p>Caixa Econômica Federal, Secretarias Estadual e Municipal de Habitação, universidades e representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários; Programa 'Papel Passado'; Programa Fortalecimento da Gestão Urbana/Programa Nacional de Capacitação das Cidades; Programa de Elaboração de Projetos para Urbanização de Assentamentos Precários; Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano; Programa 'Minha Casa, Minha Vida' (Ministério das Cidades); Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Programa Estadual de Política Agrária e Fundiária (Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania); Programa Estadual de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar (Secretaria Estadual de Habitação; Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Programa 'Cidade Legal', Programa de Urbanização Integrada e Programa Estadual de Regularização Fundiária de Interesse Habitacional (Secretaria Estadual de Habitação).</p>
<p>Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.</p>	<p><b>K</b> Criar estratégias para a manutenção da população no local original de moradia, em condições habitacionais adequadas, priorizando a eliminação de situações de risco, implementando empreendimentos e obras de infraestrutura e desenvolvendo programas de assistência técnica para qualificação das edificações.</p>		<p>Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil, Secretaria Estadual de Habitação, Defesa Civil Estadual, Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - Emplasa, Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Habitação e Assistência Social, representantes da sociedade civil.</p>	<p>Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC (Ministério da Integração Nacional); Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários; Programa 'Papel Passado' (Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Habitação); Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar (Secretaria Estadual de Habitação; Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Programa 'Cidade Legal'; Programa de Urbanização Integrada; Programa de Reassentamento de Favelas em Áreas de Risco, Programa Estadual de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos (Secretaria Estadual de Habitação); Programa de Revitalização de Áreas Centrais e Programa de Melhorias Habitacionais (Secretaria Estadual de Habitação, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU); Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHidro (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos).</p>



DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS		ATORES/AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
<p>Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.</p>	<p><b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades</p>		<p>Secretarias Municipais de Cultura, representantes da sociedade civil, instituições de ensino, iniciativa privada.</p>	<p>Programa Cultura Viva - Arte, Educa e Cidadania; Programa Mais Cultura nas Escolas (Ministério da Cultura); Programa Comunidades Tradicionais (Ministério da Ciência e Tecnologia); Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Ministério da Integração Nacional); Programa para o Desenvolvimento da Economia da Cultura (BNDES); Programa de Difusão Cultural; Programa de Fomento Cultural e Economia Criativa (Secretaria Estadual de Cultura); Programa de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (Secretaria Estadual de Agricultura).</p>
	<p><b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.</p>		<p>Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde e conselhos gestores.</p>	<p>Programa Construção de Unidades Básicas de Saúde – UBS; Programa Qualis UBS; Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde – PPI; Rede Cegonha; Programa Estratégia de Saúde da Família – ESF; Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde; Programa Rede de Urgência e Emergência - RUE (Ministério da Saúde); Programa Estadual de Atendimento Integral e Descentralizado no SUS (Secretaria Estadual de Saúde).</p>
	<p><b>N</b> Atender integralmente à demanda de famílias inseridas nos critérios dos programas de transferência de renda.</p>		<p>Secretarias Municipais de Assistência Social, Conselhos Municipais de Assistência Social, universidades, fundações, iniciativa privada, representantes da sociedade civil.</p>	<p>Programas 'Brasil Alfabetizado' e 'Caminho da Escola' (Ministério da Educação); Programa Bolsa Família (Ministério do Desenvolvimento Social); Programa Renda Cidadã e Programa Estadual Família Cidadã (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social); Programa Linha de Serviços de Educação, Saúde, Assistência Social e Segurança (BNDES).</p>

# AGENDAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LITORAL NORTE



BAIXADA SANTISTA



## Apresentação das Agendas Municipais

Como já referido, as Agendas Municipais são mais focadas nas questões e desafios específicos de cada Município e voltadas à identificação de potencialidades territoriais e às ações locais, capazes de estimular o desenvolvimento sustentável desses municípios.

As potencialidades territoriais buscam demarcar nos territórios municipais as ações pensadas e construídas coletivamente durante todo o processo do Projeto Litoral Sustentável. Mais do que representarem diretrizes, indicam caminhos importantes a serem explorados pelos municípios visando o desenvolvimento sustentável a partir de características existentes e enfrentamento dos principais desafios. Correspondem, portanto, a várias dimensões do desenvolvimento (econômico, social e ambiental) articuladas ao território. Neste sentido essas potencialidades territoriais se constituem como grandes linhas de debate, a serem discutidas pela sociedade civil e governos, na perspectiva de articulação com planos e projetos a serem desenvolvidos pelos municípios.

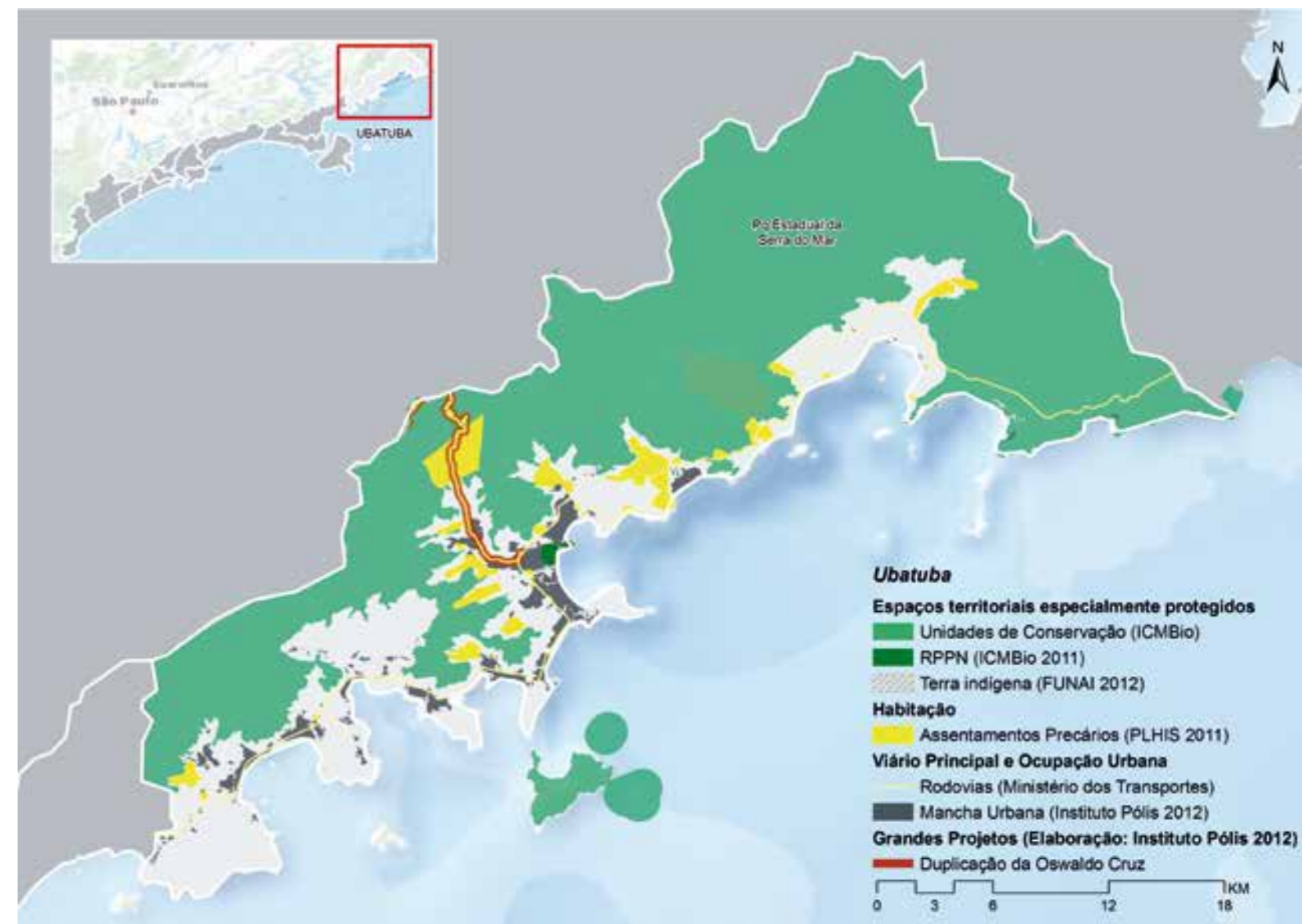
As ações locais correspondem às demandas da sociedade e dos governos locais, identificadas a partir dos diagnósticos técnicos e comunitários e dos debates com sociedade e governos municipais. As ações locais estão em grande medida articuladas às ações estratégicas regionais, correspondendo a desdobramentos destas vinculadas às características e potencialidades específicas destes municípios. Por estarem diretamente vinculadas à Agenda Regional, as ações locais foram também pensadas a partir dos eixos estruturadores das ações estratégicas regionais – Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo; Usos sustentáveis das áreas protegidas; Democratização do território.

A fim de recuperarmos de maneira sintética o rico material de diagnóstico produzido ao longo do projeto Litoral Sustentável e apresentarmos a realidade local, essas duas partes das Agendas Municipais (Potencialidades Territoriais e Ações Locais) municipais são antecedidas por uma caracterização dos municípios e identificação de seus principais desafios.

# AGENDA MUNICIPAL de UBATUBA



## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Características da ocupação	Dados econômicos
Área total (IBGE 2010): 70,4 mil hectares	PEA (IBGE 2010): 42 mil pessoas
Área da mancha urbana 2011 (Pólis): 2.456 ha (3,5%)	Empregos formais (RAIS/MTE 2010): 14,6 mil
Área inserida em unidades de conservação (ICMBio 2011): 51,2 mil ha (70,8%)	Valor adicionado – VA (SEADE 2010): R\$ 857 mi
Áreas protegidas *: 57,8 mil ha (80%)	Valor adicionado <i>per capita</i> (SEADE 2010): R\$10,9 mil
População (IBGE 2010): 78,8 mil	Taxa informalidade (IBGE 2010/Pólis 2012): 50%
Domicílios totais (IBGE 2010): 59,9 mil	
Dom. permanentes (IBGE 2010): 25mil (42%)	
Dom. ocasionais (IBGE 2010): 30 mil (50%)	
Domicílios vagos (IBGE 2010): 4,5 mil (8%)	
Domicílios coletivos (IBGE 2010): 291 (0,4%)	
Deficit habitacional quantitativo (PLHIS 2010): 4.221 ou 16,2% (dorm. permanentes)	

\*Inclui Parques, RPPN, Terra Indígena, mangues, APP hídricas e áreas com declividade superior a 45° (ICMBio/FUNAI/INPE – 2011)

### NÍVEL DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Por sua localização geográfica na extremidade do Litoral Norte, e fronteira com o Estado do Rio de Janeiro, o município vem desenvolvendo importantes esforços de articulação com os municípios de Paraty e Angra dos Reis, visando o desenvolvimento do turismo.

Apesar destas novas dinâmicas, os maiores deslocamentos da população são ainda para o município de Caraguatatuba, que exerce relativa influência sobre o Município de Ubatuba, por concentrar mais empregos, comércios e serviços.

### DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Embora a questão ambiental seja reconhecida como elemento fundamental para a sustentabilidade, tendo em vista a imensa riqueza em florestas, parques e áreas preservadas existentes em Ubatuba, a cidade segue com poucos empregos formais, grande informalidade, e uma economia pautada em comércios e serviços. Estas atividades chegam a representar 85% do valor adicionado produzido pelo município (SEADE, 2009).

Neste sentido, um dos principais desafios para o município é buscar um desenvolvimento sustentável inclusivo, que incida sobre a redução das desigualdades e propicie uma efetiva participação da sociedade civil organizada na definição e nos rumos das políticas públicas e do desenvolvimento, respeitando o papel de destaque que as comunidades tradicionais, particularmente as comunidades remanescentes de quilombos e caiçaras, devem ter neste processo.

A ampliação da inclusão da população local impõe também o desafio de resgatar atividades tradicionais, como o caso da agricultura e da pesca artesanal, que com o avanço da urbanização foram perdendo espaço, mas ainda permanecem como importantes atividades. Ubatuba foi um dos Municípios do Litoral Norte com maior atividade agrícola, porém a especulação imobiliária voltada para o turismo e a criação das unidades de conservação tiveram um papel fundamental na desorganização e na redução drástica da produção agrícola do município.

As comunidades tradicionais de Ubatuba inseridas no Parque Estadual da Serra do Mar também sofreram as consequências das limitações impostas pela legislação ambiental que tornaram ilegais os pequenos roçados trabalhados pelas famílias.

Os desafios para o fortalecimento da atividade agrícola no município passam pela organização e regularização dos produtores locais e desenvolvimento de padrões de produção agroecológicos compatíveis com a proximidade das áreas de preservação ambiental.

Ubatuba possui a terceira maior produção de pescado do estado, após Santos e Cananéia, sendo o maior produtor do Litoral Norte. O desafio para o desenvolvimento da atividade está em prover as estruturas necessárias para carga e descarga, para a manutenção das embarcações e o abastecimento de gelo e resfriamento. O beneficiamento do pescado traz a possibilidade de sua comercialização no próprio município através do programa de alimentação escolar. Para isso, além de local apropriado, é necessária a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que legaliza o produto em relação às suas condições sanitárias.

De forma geral é necessário fomentar a participação de agricultores, pescadores artesanais e das populações tradicionais quilombolas e indígenas nos programas de compras institucionais, como alimentação escolar e de aquisição de alimentos, a fim de garantir a comercialização local de sua produção, maior renda para os produtores e circulação da renda obtida no município.

Para a articulação de todas as políticas voltadas à agricultura familiar, pesca artesanal e comunidades tradicionais, visando sua permanência e fortalecimento nas atividades produtivas, é necessária a ampliação da equipe e da estrutura da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, para prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, visando o apoio contínuo no planejamento da produção, na elaboração de projetos de beneficiamento e comercialização, e aplicação das políticas públicas federais e estaduais no município, além de acompanhamento de projetos da Petrobras específicos para esses setores. A ampliação da rede estadual de assistência técnica rural, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, poderia trazer uma visão regional para a solução dos problemas comuns e integração de programas existentes.

### MEIO AMBIENTE

O Município de Ubatuba está inserido em uma região de domínio da Mata Atlântica, sendo que 87,04% de sua área é recoberta por vegetação nativa (Fundação Florestal, 2004-2005), incluindo manguezais e ecossistemas associados de restinga. Tal fato posiciona Ubatuba entre os municípios que possuem a maior cobertura vegetal proporcional de Mata Atlântica em todo o Estado de São Paulo. Outra característica importante é a presença de ambientes insulares que são de extrema relevância para a reprodução de aves marinhas, com destaque para a Ilha Anchieta. Os atributos anteriormente descritos somados a existência de uma riquíssima biota marinha acabaram por justificar a criação de diversas unidades de conservação, que compreendem 70,8% do Município de Ubatuba.

Os limites do Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleo Picinguaba) e Parque Nacional da Serra da Bocaina avançam sobre territórios caiçaras, indígenas e quilombolas.

Tal fato tem colocado estas comunidades em situação de clandestinidade no que tange ao desenvolvimento de suas práticas ancestrais de subsistência, incluindo extrativismo, agricultura, maricultura e pesca.

Assim, um desafio importante que se apresenta é a supressão das áreas de parque sobrepostas aos territórios das comunidades tradicionais para permitir e incentivar o uso sustentável dos recursos naturais ali existentes. Essas ações devem vir acompanhadas da titulação dos quilombos e finalização da demarcação da Terra Indígena Guarani Renascer e da ampliação da Terra Indígena Boa Vista.

### DEFICIT HABITACIONAL E DEMANDA POR POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

O município de Ubatuba possui 64 assentamentos precários passíveis de regularização fundiária, identificados pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social de 2012. Faz-se necessário, portanto, a ampliação da capacidade institucional do Município para a implementação de instrumentos da política de regularização fundiária e a construção de um Plano de Regularização Fundiária que caracterize e defina ações para regularização desses assentamentos.

Outro desafio do Município é viabilizar reserva de terra urbanizada e bem localizada, através da demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS vazias, a fim de atender as demandas não só do deficit quantitativo, mas também as famílias a serem removidas de áreas de risco e proteção ambiental.

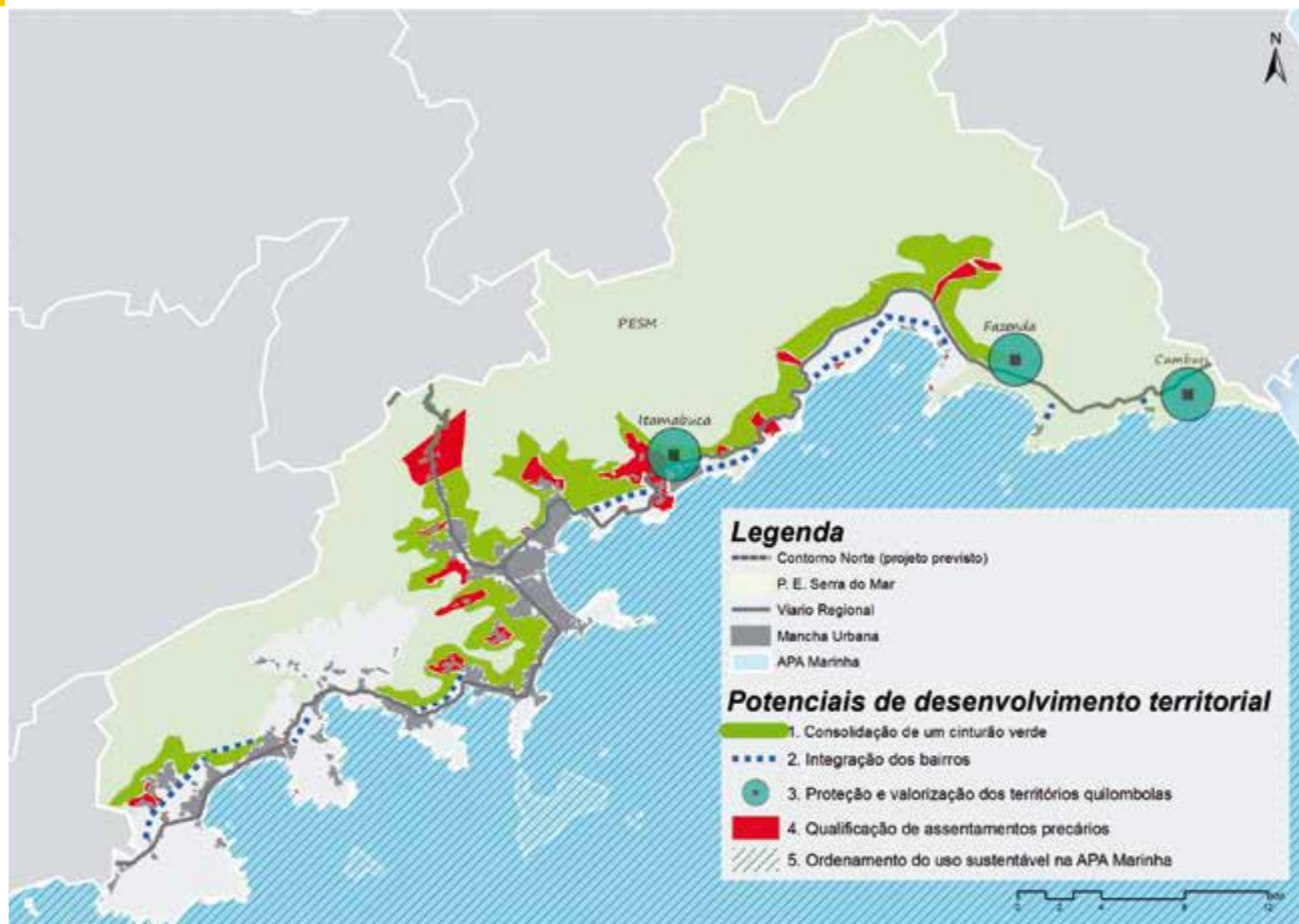
Ubatuba, caracterizada por uma ocupação fragmentada, possui o desafio da universalização dos serviços de saneamento, lançando mão de sistemas alternativos à rede convencional da Sabesp e se municiando de experiências de reuso de água e efluentes de esgoto e de práticas que envolvam o protagonismo das comunidades locais.

O padrão fragmentado de ocupação também impõe desafios para a melhoria das condições de mobilidade urbana em Ubatuba. A acessibilidade dos assentamentos informais e a articulação dos núcleos urbanos fragmentados devem ser prioridade dentro de uma política municipal que vise à integração do território com a ampliação e qualificação do transporte público coletivo e da rede cicloviária.

## POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Considerando a necessidade de enfrentamento dos desafios acima enumerados, as inúmeras riquezas do Município e as particularidades na organização de seu território foram identificadas em Ubatuba algumas potencialidades de desenvolvimento territorial.

O mapa a seguir mostra de maneira articulada essas potencialidades territoriais, que são desenvolvidas a seguir.



Elaboração: Instituto Pólis.

### CONSOLIDAÇÃO DE UM CINTURÃO VERDE

Para garantir o desenvolvimento de atividades que favoreçam a diversificação econômica e a inclusão da população local, é importante valorizar a produção agrícola, o extrativismo e as práticas agroflorestais, que cresceram sensivelmente nos últimos anos em Ubatuba. Para isso, é essencial a garantia de reserva de terras para produção agrícola, através de um zoneamento municipal especial, que permita a consolidação de um cinturão verde. Esse cinturão verde servirá de transição entre a unidade de conservação e áreas urbanizadas.

Nesse aspecto, é importante o amplo debate no âmbito do colegiado que discute a revisão do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC) do Litoral Norte, atualmente em andamento, buscando-se a harmonia com a realidade local de Ubatuba e evitando possíveis conflitos.

### INTEGRAÇÃO DOS BAIRROS

A ampliação da integração de bairros mais isolados do município por meio da melhoria dos sistemas de transporte público e na qualificação da infraestrutura viária representa um grande potencial para a dinamização destas comunidades e melhoria da qualidade de vida da população, por assegurar melhores condições de mobilidade e acesso a equipamentos públicos, comércio e serviços.

### PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

No caminho para uma maior integração territorial e socioambiental, o Município de Ubatuba deve instituir um zoneamento especial municipal que proteja os quilombos de Camburi, Fazenda, Caçandoca e Itamambuca, garantindo os usos consolidados e criando áreas de transição entre seu uso e os demais usos urbanos, garantindo-se a articulação com os órgãos estaduais e federais para proteção de seus direitos e modos de criar, fazer e viver.

### QUALIFICAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Considerando as precariedades habitacionais existentes, a qualificação dos assentamentos precários apresenta-se como um importante potencial na reversão dos conflitos ambientais existentes e na melhoria da qualidade de vida da população.

Uma medida importante relacionada a questão habitacional, é adequar as "áreas congeladas" definidas pelo PLHIS de Ubatuba nos assentamentos precários e entornos, transformando-as em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Tal medida assegura, formal e juridicamente, que tais áreas sejam destinadas a regularização fundiária e urbanística e à provisão habitacional, tanto para atendimento ao déficit do Município, como para abrigar a população que necessite de reassentamento, no caso de eventual remoção. Neste sentido, é fundamental o levantamento da existência de terras da União, sua demarcação e a destinação para regularização fundiária e para produção de novas moradias. A fim de assegurar a qualificação dos espaços ocupados e a preservação ambiental, é fundamental ainda que Ubatuba estabeleça medidas para dotar os assentamentos isolados de sistemas alternativos de saneamento ambiental. Também é estratégico para Ubatuba garantir um modelo habitacional que inclua a agricultura familiar, formulando regras municipais específicas e um zoneamento especial para produção agrícola em assentamentos de baixa renda que assegurem formas de urbanização/regularização, provisão e saneamento ambiental adequados a este modelo.

### ORDENAMENTO DO USO SUSTENTÁVEL NA APA MARINHA

A elaboração dos planos de manejo da APA Marinha são instrumentos auxiliares fundamentais para o ordenamento das atividades no mar, bem como para se estabelecer ações limitadoras ao desenvolvimento de atividades econômicas e de controle de riscos. Os potenciais de desenvolvimento territorial se constituem como uma proposta para definição coletiva de uma macro visão do futuro de Ubatuba. Esses potenciais de desenvolvimento territorial ganharão força quando debatidos em processos democráticos e participativos e integrados aos instrumentos de planejamento municipal, como o plano plurianual, plano diretor, diversos planos setoriais na área de habitação, mobilidade, saneamento, entre outros. É fundamental, também, que os mesmos sejam debatidos e amadurecidos nos diferentes conselhos municipais.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL		AÇÕES LOCAIS
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<p><b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.</p>		Regulamentar a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), incluindo entre os empreendimentos sujeitos ao EIV, os loteamentos e empreendimentos imobiliários de grande porte e impacto, incluindo sua aprovação entre as atribuições do Conselho de Desenvolvimento (Lei Municipal nº 1103/91).
	<p><b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.</p>		Fortalecer os conselhos municipais, para uma participação efetiva e qualificada, por meio da garantia de: eleição dos membros, representação de todos os segmentos da sociedade, processo permanente de capacitação dos conselheiros, caráter deliberativo e da criação de fundos específicos.
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto, logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<p><b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.</p>		Realizar monitoramento da aplicação dos recursos públicos decorrentes das dinâmicas da cadeia do petróleo e gás, portos e grandes investimentos realizados no município.
			Articular e direcionar os investimentos sociais privados de grandes e pequenas empresas em ações de qualificação profissional dos serviços turísticos diversificados (ecoturismo, histórico-cultural, de aventura), apoio a empreendimentos de perfil local sustentável (indústrias leves como por exemplo, confecção), ações de estruturação de polos produtivos agroecológicos com base na agricultura familiar e ações de estruturação de cooperativas e associações de catadores (infraestrutura, capacitação, organização).
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<p><b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.</p>		Mapear e articular as potenciais micro e pequenas empresas no município, além das atividades da pesca e agricultura, para que possam se inserir nas principais cadeias econômicas identificadas no Litoral Norte (petróleo, gás e logística).  Promover cursos voltados para a qualificação profissional nas atividades econômicas predominantes em Ubatuba e municípios vizinhos, como construção civil, serviços de logística (apoio aos serviços aeroportuários, retroporto etc.) e turismo.  Concluir e implementar o novo plano municipal de segurança.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
<p>Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.</p>	<p><b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Apoiar a revisão do plano municipal de educação (Lei municipal nº 2.640/03), com a colaboração de parceiros de outros níveis de governo.</p>
	<p><b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.</p>	<p>Mapear, articular e fortalecer as iniciativas de educação não formal existentes no município, com destaque para as que contribuem para as redes de produção cooperativada e incidem nas temáticas ambiental, cultural e de geração de trabalho e renda.</p>
		<p>Ampliar oferta de educação infantil, especialmente de creches, bem como melhorar edifícios escolares, conforme indicação do plano municipal de educação (2003).</p>
		<p>Incentivar a instalação de escolas técnicas e faculdades públicas.</p>
<p>Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.</p>	<p><b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.</p>	<p>Estimular a criação de circuito integrado das comunidades tradicionais (caiçaras, quilombolas, indígenas), visando o fortalecimento identitário do município e a formação de uma economia criativa a partir de pequenos espaços e iniciativas produtivas, como artesanato, expressões artísticas, gastronomia, produtos regionais, turismo cultural e festas tradicionais.</p>
		<p>Fortalecer a pesca artesanal, implantando as infraestruturas de apoio à atividade e o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para viabilizar a comercialização do pescado.</p>
	<p><b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.</p>	<p>Fortalecer e ampliar o turismo de base comunitária estimulando a parceria entre poder público e sociedade civil desenvolvendo circuitos turísticos culturais: artesanato, culinária, agricultura familiar, trilhas, sítios arqueológicos, comunidades tradicionais.</p>
		<p>Auxiliar as comunidades tradicionais na sua organização e infraestrutura para receber o turismo.</p>
<p>Realizar mapeamento detalhado das áreas de Ubatuba para o desenvolvimento do turismo sustentável e estimular a desenvolvimento desta atividade.</p>		

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.	Implementar o plano de monitoramento da qualidade ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar no Núcleo Picinguaba.
		Monitorar a qualidade ambiental dos manguezais que integram a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte.
		Finalizar a revisão do plano de manejo do Parque Estadual da Ilha Anchieta e do Parque Estadual da Serra do Mar de forma a adequá-los aos planos de gestão ambiental.
		Rever as regras dos planos de manejo existentes, em especial do Parque Estadual da Serra do Mar, revendo seus limites e categorias de forma participativa e democrática.
Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<b>B</b> Elaborar e/ou rever as regras de uso e ocupação das unidades de conservação, de forma a compatibilizar os usos sustentáveis e propor a adequação das áreas consolidadas.	Instituir e implementar de forma democrática o plano de manejo da Estação Ecológica Tupinambás que abrange, no Município de Ubatuba, as ilhas das Palmas e das Cabras.
	<b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.	Melhorar a infraestrutura de visitação disponível no Parque Estadual da Serra do Mar e parques estaduais da Ilha Anchieta, APA Marinha do Litoral Norte e Estação Ecológica Tupinambás, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle, adequação das trilhas e centros de visitantes existentes e a ampliação e capacitação do quadro de pessoal.
		Incentivar o turismo em baixa temporada e fortalecer a imagem do Núcleo Picinguaba como um importante ativo ambiental de Ubatuba.
		Criar circuitos turísticos culturais, ambientais que fortaleçam as práticas e o saber-fazer a partir das comunidades, atraindo turistas para as ofertas locais como culinária, artesanato, saberes, patrimônios materiais e imateriais e produzir material didático regional contemplando essas características.
Efetivar a regularização fundiária das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais bem como dos assentamentos informais de baixa renda localizados em unidades de conservação.	<b>D</b> Sensibilizar a sociedade civil e gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.	Articular as pesquisas e os pesquisadores que atuam nas unidades de conservação de forma a que os resultados possam ser apropriados e aplicados pelas comunidades locais e órgãos gestores.
	<b>E</b> Garantir a titulação e homologação das terras ocupadas por índios e quilombolas.	Incentivar, apoiar, regulamentar e regularizar as atividades de cultivo, extrativismo e pesca desenvolvidas em unidades de conservação com respeito aos direitos das comunidades tradicionais.
Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.	<b>F</b> Garantir a titulação e condições adequadas de habitabilidade dos assentamentos informais de baixa renda e reassentar os moradores em situação de risco.	Promover eventos municipais de sensibilização da sociedade civil e dos gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.
	<b>G</b> Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e a sociedade civil.	Garantir a titulação dos quilombos do Cambury, Itamambuca, Fazenda Picinguaba (após reconhecimento) e Caçandoca e a demarcação da aldeia indígena Renascer e apoiar a ampliação da Terra Indígena Boa Vista.
		Garantir o reconhecimento do quilombo da Fazenda Picinguaba.
		Reconhecer a tradicionalidade das comunidades caiçaras que tem interface com as unidades de conservação como Ubatumirim, Bonete e Vila de Picinguaba.
		Promover a regularização fundiária das áreas já consolidadas existentes no Parque Estadual da Serra do Mar onde vivem comunidades de baixa renda, bem como da Vila de Picinguaba, devendo-se efetivar o reassentamento das populações localizadas em áreas risco.
		Criar e implementar o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Ubatuba.
		Instituir um zoneamento especial municipal que proteja os quilombos de Camburi, Fazenda, Caçandoca e Itamambuca, garantindo os seus usos e criando áreas de transição entre seu uso e os demais usos urbanos.
		Criar uma Área de Proteção Ambiental (APA) municipal, incluindo na sua delimitação a zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar e as áreas urbanas a ela lindeiras, visando a compatibilização de usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais.
		Fomentar formas de aproveitamento sustentável dos recursos naturais, como a agricultura familiar de base agroecológica e a pesca responsável, no plano diretor.
		Elaborar e implementar um plano de gestão territorial e ambiental para as terras indígenas Boa Vista e Renascer, conforme a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.

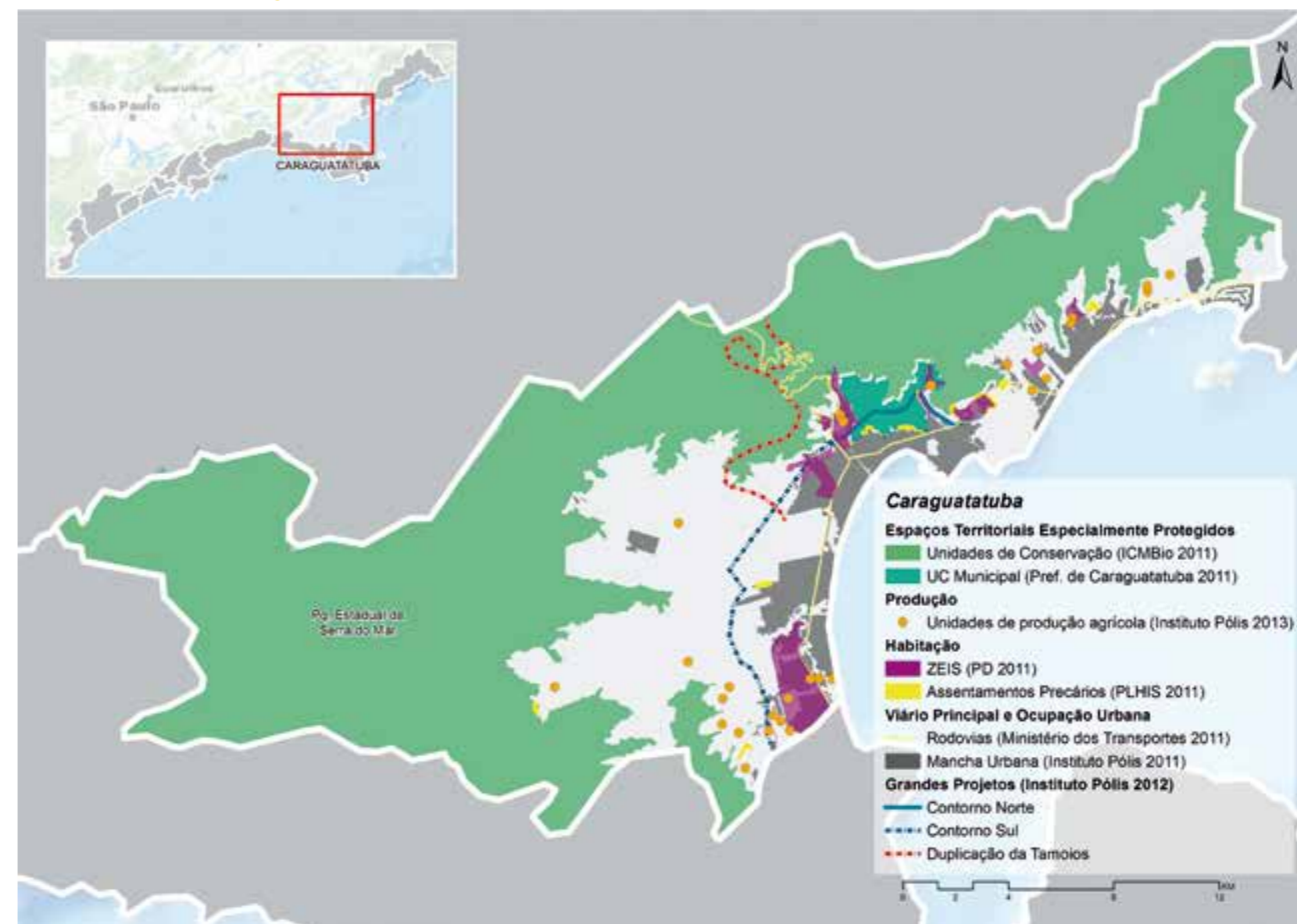


DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.	<b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.	Elaborar de forma participativa o plano municipal de mobilidade, priorizando os modos coletivos, a ampliação das linhas e do serviço de ônibus, a articulação dos bairros com linhas de transporte público, o desestímulo ao automóvel, a qualificação, revitalização e ampliação das ciclovias, a qualificação das calçadas, uma política de tarifação integrada e de menor custo, a participação e controle social sobre os planos, projetos e as concessões de transporte público e mobilidade urbana.
Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).	<b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.	Garantir o acesso a alimentação adequada e saudável por meio de programas de transferência de renda, realizando a busca ativa da demanda e a promoção de ações complementares com vistas a emancipação das famílias.
		Garantir o acesso à alimentação escolar adequada e saudável, por meio da aplicação da Lei Federal nº 11.947/09 do Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a compra do pescado e produtos da agricultura familiar local e regional para a merenda escolar e a inclusão de pescadores artesanais e demais populações tradicionais no programa.
		Fortalecer a pesca artesanal, a agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização com a ampliação da estrutura municipal e estadual de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares, comunidades tradicionais, caiçaras e pescadores.
Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.	<b>D</b> Promover soluções alternativas adequadas de saneamento ambiental em comunidades isoladas e assentamentos precários.  <b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.	Articular moradores, município, concessionárias e Ministério Público para garantir abastecimento, esgotamento e tratamento comunitário nos assentamentos precários passíveis de regularização, através de criação de normas e regulamentações para implantação de sistemas de esgotamento e tratamento sanitário, considerando a fragmentação das ocupações ao longo do território.
		Promover a implantação de sistema de biodigestão de forma a permitir a destinação e tratamento dos resíduos orgânicos dos Municípios do Litoral Norte, viabilizando a produção de adubo de qualidade para enriquecimento do solo da região e geração de energia.  Promover processos locais de transformação dos resíduos secos em produtos reciclados ou reutilizáveis, com inclusão social.
Promover habitação adequada para a população de baixa renda.	<b>H</b> Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).	Viabilizar reserva de terra urbanizada e bem localizada a fim atender não só as demandas de deficit quantitativo mas também para atendimento das famílias a serem removidas de áreas de risco e proteção ambiental através da demarcação de ZEIS vazias.
Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.	<b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.	Ampliar a capacidade institucional para a implementação de instrumentos da política de regularização fundiária ampliando os processos de regularização fundiária para os 64 núcleos irregulares (PLHIS do município), definindo a demarcação de ZEIS ocupadas.
		Implementar o Sistema Municipal Integrado de Informações Habitacionais - Sihab-Município.
Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.	<b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.  <b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.	Ampliar o Sistema Local de Cultura fortalecendo o Conselho de Cultura e criando fundo e plano municipal de cultura.
		Continuar os investimentos na expansão e melhoria da qualidade da Estratégia de Saúde da Família.
		Realizar o controle e a prevenção da obesidade e do desenvolvimento de doenças crônicas, ampliando a coleta e transcrição de dados do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) para toda a população.  Promover processos de educação e formação em segurança alimentar e nutricional nas áreas da saúde, educação e agricultura.

# AGENDA MUNICIPAL de CARAGUATATUBA



## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Características da ocupação	Dados econômicos
Área total (IBGE 2010): 48,2 mil hectares	PEA (IBGE 2010): 50 mil pessoas
Área da mancha urbana 2011 (Pólis): 3.368 ha (7%)	Empregos formais (RAIS/TEM 2010): 21 mil
Área inserida em Unidades de Conservação – (ICMBio 2011): 33,1 mil ha (68,6%)	Valor adicionado – VA (SEADE 2010): R\$ 1,2 bi
Áreas protegidas*: 36,9 mil ha (76,6%)	Valor adicionado <i>per capita</i> (SEADE 2010): R\$ 11,9 mil
População (IBGE 2010): 100 mil	Taxa informalidade (IBGE 2010/Pólis 2012): 43%
Domicílios totais (IBGE 2010): 64,7 mil	
Uso permanente (IBGE 2010): 32 mil (49,4%)	
Uso ocasional (IBGE 2010): 27,9 mil (43,1%)	
Domicílios vagos (IBGE 2010): 4,7 mil (7,3%)	
Domicílios coletivos (IBGE 2010): 150 (0,2%)	
Deficit hab. quantitativo (PLHIS 2011): 3930 domicílios ou 13% domicílios permanentes	

\*Inclui Parques, RPPN, Terra Indígena, mangues, APP hídricas e áreas com declividade superior a 45° (ICMBio/FUNAI/INPE – 2011)

**NÍVEL DE INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Caraguatatuba está geograficamente situada na parte mais central do Litoral Norte e forma de maneira articulada com São Sebastião o polo mais dinâmico da região, atraindo deslocamentos dos municípios vizinhos, por concentrar o maior número de empregos, comércios e serviços.

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Apesar de sua importância e dinamismo, sua renda *per capita* (R\$ 10.289,00 segundo SEADE/2009) é muito próxima aos municípios de Ilhabela e Ubatuba – municípios com menores dinâmicas econômicas - e bastante inferior à renda *per capita* de São Sebastião (R\$ 24.688,00 segundo SEADE/2009).

Embora o turismo permaneça como atividade relevante, e tenha sido determinante na ocupação do território pela grande proporção de segundas residências, este parece exercer hoje uma função complementar à nova dinâmica propulsora do desenvolvimento local. Os setores de comércio e serviço são responsáveis pela maior proporção de produção de riqueza no município (69,2%), embora a indústria ainda tenha grande importância, representando 21,9% da produção de riqueza. A importância da indústria é uma característica que diferencia Caraguatatuba dos demais municípios do Litoral Norte, onde esta atividade tem baixíssima participação. Parcela da importância da atividade industrial está relacionada à Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA) da Petrobras, que será ainda fortalecida por sua atual expansão.

Dois grandes intervenções viárias que estão sendo discutidas - a duplicação da Rodovia Tamoios e a construção dos anéis dos Contorno Norte – serão fundamentais no desenvolvimento econômico do município, mas trarão o desafio da ampliação do controle social, como garantia da real inclusão da população local nesse desenvolvimento.

A ampliação da inclusão da população impõe também o desafio de resgatar atividades tradicionais, como o caso da pesca artesanal e a agricultura, que com o avanço da urbanização foram perdendo espaço, mas ainda permanecem como importantes atividades para parte da população. Caraguatatuba apresenta uma agricultura representativa e diversificada comparado aos demais municípios do Litoral Norte. Entretanto, a permanência da atividade agrícola no município, aliada a algumas propriedades maiores dedicadas a produção de gado de corte, compete com a forte especulação imobiliária voltada para empreendimentos de veraneio ou mesmo para possibilidades de instalação de infraestruturas vinculadas a cadeia do petróleo e gás.

Os desafios para manutenção e fortalecimento da agricultura familiar do município estão relacionados a criação de possibilidades de comercialização tanto através dos programas de compras institucionais, quanto através da inserção no mercado local. Em relação à logística e distribuição, é necessária a destinação da infraestrutura de mercado municipal, para a criação de entreposto de organização e comercialização da produção local não só para o programa de alimentação escolar, mas também o mercado local, possibilitando que somente o excedente siga para a comercialização nos Ceasas de São Paulo e do Vale do Paraíba.

A informalidade de parte dos produtores, que comercializam por meio de atravessadores, é motivo de diminuição da rentabilidade da produção. A formalização destes produtores, perante os órgãos municipais e estaduais de tributação e finanças, possibilitaria a contratação direta da venda dos seus produtos com maior retorno financeiro.

A pesca artesanal vem diminuindo sua presença como atividade tradicional em função da redução da produção devido a vários fatores, tais como a instalação e obras da cadeia do petróleo e gás, o trânsito de embarcações, a competição da pesca empresarial, etc. O desafio para manutenção desta atividade está em prover as estruturas necessárias para carga e descarga e para manutenção das embarcações, o abastecimento de gelo e resfriamento. O beneficiamento do pescado traria a possibilidade de sua comercialização no programa de alimentação escolar. Para isso, além de local adequado, é necessária a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) que legaliza o produto em relação às suas condições sanitárias.

Tanto a agricultura quanto a pesca em Caraguatatuba necessitam da criação de uma estrutura municipal, dissociada da Secretaria de Meio Ambiente, voltada exclusivamente para assistência técnica e extensão rural de agricultores familiares e pescadores artesanais. Essa nova estrutura deverá dar apoio contínuo no planejamento destas atividades, na elaboração de projetos de beneficiamento e comercialização da produção, na aplicação

das políticas públicas federais e estaduais existentes, além de acompanhamento de projetos da Petrobras específicos para esses setores. A ampliação da rede de assistência técnica e extensão rural estadual, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI (Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento), poderia trazer uma visão regional para a solução dos problemas comuns e integração de programas existentes.

**MEIO AMBIENTE**

Caraguatatuba possui importantes ativos ambientais que incluem vegetação de mata atlântica, em grande parte protegida pelo Parque Estadual da Serra do Mar, bem como ecossistemas associados (restingas e manguezais). Tal fato impõe o desafio de proteger toda esta biodiversidade e, também, apresenta uma ampla gama de oportunidades para a diversificação e ampliação do foco de atividades turísticas de forma a articular o turismo de sol e praia ao turismo ambiental. Para tanto, é relevante melhor explorar o potencial de visitação do Parque Estadual da Serra do Mar, incluindo investimentos em acessibilidade para portadores de deficiência e terceira idade nas trilhas próximas a sede do Núcleo Caraguatatuba e a instalação de infraestrutura de fiscalização e visitação na Estrada Parque Rio Pardo e Limeira.

Ademais, é importante a articulação de um sistema de unidades de conservação municipais com foco no turismo ecológico, incluindo a Lagoa Azul, o Parque Ecológico de Caraguatatuba e o Parque Natural Municipal do Juqueriquerê.

Do ponto de vista da conservação da biodiversidade, é importante combater à intensa caça e extração ilegal de recursos naturais, bem como ampliar a pesquisa científica sobre os aspectos biofísicos e sociais que envolvem a temática ambiental no município, utilizando o conhecimento produzido como suporte à melhoria da política e gestão ambiental local. Atenção especial deve ser dada ao contínuo vegetacional da Mococa, uma vez que este local apresenta a maior riqueza de espécies ameaçadas de aves localizadas no entorno do Parque Estadual da Serra do Mar, bem como vegetação de restinga muito bem conservada.

**DEFICIT E DEMANDAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS**

Resolver os problemas de déficit habitacional, ocupações irregulares e habitações precárias são os grandes desafios de Caraguatatuba na área habitacional. O município possui 21 assentamentos precários, sendo que a maioria deles encontra-se em áreas de risco e Áreas de Preservação Permanente (APP), inclusive no interior do Parque Estadual da Serra do Mar, principalmente, no bairro denominado Rio do Ouro. Cumpre destacar também como relevante evitar a consolidação de novas ocupações em áreas ambientalmente sensíveis através de ações de fiscalização e, principalmente, do atendimento das demandas habitacionais de interesse social.

A implementação de instrumentos da política de regularização fundiária voltada ao atendimento das famílias que ocupam essas áreas é um dos principais desafios da área habitacional. A principal ação a ser executada é a demarcação de ZEIS nesses assentamentos e a criação de estratégias para manutenção da população no local original de moradia em condições habitacionais adequadas que priorizem a eliminação de situações de risco e que, complementarmente, implementem obras de infraestrutura. Para tanto, faz-se necessária a elaboração de um diagnóstico dos assentamentos precários, carências de infraestrutura e equipamentos e levantamento do perfil socioeconômico das famílias.

Além disso, caberá ao município a reserva de terra urbanizada e bem localizada, através da demarcação de ZEIS vazias, em diferentes locais, para atendimento das demandas de eventuais remoções necessárias.

Com relação aos serviços de saneamento, destaca-se a necessidade do município equacionar os problemas de macro e microdrenagem, com a articulação aos programas prioritários estabelecidos pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte, considerando a dinâmica da bacia do rio Juqueriquerê. Permanece ainda o desafio de manter, ampliar e aperfeiçoar os sistemas de abastecimento e esgotamento.

Em relação à mobilidade, o desafio encontra-se em ampliar as linhas de transporte público, com prioridade ao atendimento dos bairros e a implantação de corredores exclusivos para aumentar a eficiência do transporte coletivo municipal, considerando ainda, a implementação de uma política de tarifação integrada.

Estas iniciativas, juntamente com outras estratégias que priorizem modos não motorizados como a bicicleta e os pedestres e a infraestrutura adequada para eles, devem ser contempladas por um planejamento municipal que vise integrar o território de forma sistêmica, dentro de um processo participativo que envolva e inclua a população

da cidade. O plano diretor já define algumas diretrizes importantes para qualificar o sistema de transporte público municipal e as condições de deslocamento diário da população residente da cidade. Essas estratégias, entretanto, precisam ser detalhadas na elaboração do plano municipal de mobilidade, assegurando a estruturação da mobilidade com inclusão da população ao conjunto de serviços e infraestruturas do município e da região.

## POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Considerando o quadro atual de importantes investimentos e intervenções previstos, ou em implementação, e a consequente dinamização econômica decorrente destes processos, o Município de Caraguatatuba apresenta importantes alternativas para promover um desenvolvimento sustentável, revertendo o quadro de deficiências de infraestruturas e desigualdades socioterritoriais atualmente existentes. No sentido de articulação das oportunidades com os desafios a serem enfrentados pelo município, foram identificados importantes potenciais de desenvolvimento territorial.

Para identificação destas potenciais, partimos das propostas dos Contornos Norte e Sul como novos marcos que estruturarão importantes transformações no município, tendo como pressupostos a qualificação da drenagem, a necessidade de regeneração da vegetação e a garantia de preservação das áreas protegidas. O mapa organizado a seguir mostra de maneira articulada essas potencialidades territoriais.



Elaboração: Instituto Pólis.

## DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA E REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA

A implementação das obras do Contorno Norte imprimirá grande facilidade de deslocamento, viabilizando a implementação de comércios, serviços e equipamentos públicos e privados de escala regional, possibilitando grande dinamização econômica com geração de empregos. Para articular a dinamização econômica com reestruturação urbanística, visando à garantia de infraestrutura e condições de mobilidade adequada, é fundamental considerar na revisão dos instrumentos de planejamento urbano, como o Plano Diretor, a regulamentação e delimitação de instrumentos de recuperação da valorização imobiliária, para garantir os recursos financeiros.

## CONSOLIDAÇÃO URBANÍSTICA COM RESERVA DE ÁREAS PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS)

A consolidação de um corredor de dinamização ao longo do Contorno Norte, reforça a necessidade de se ampliar a discussão sobre o planejamento das áreas não ocupadas do município. Considera-se que a potencialidade dessas áreas é garantir em sua futura ocupação a reserva de áreas para a construção de Habitação de Interesse Social, seja pela formação de bancos de terras públicas, seja pela implementação de instrumentos urbanísticos como a ZEIS. Essa garantia de terra para a população de baixa renda é fundamental para resolver os problemas já existentes, como a ocupação de áreas de risco e ambientalmente protegidas, assegurando a consolidação urbanística com infraestrutura e equipamentos. Neste sentido, é necessário, também o levantamento da existência, demarcação e destinação de terras da União para regularização fundiária e para produção de novas moradias.

## CONSOLIDAÇÃO UM CINTURÃO VERDE

É importante assegurar que a implementação de novas infraestruturas viárias não impacte no desenvolvimento das atividades rurais, ainda importantes no município, e na preservação de áreas protegidas e ambientalmente sensíveis, considerando que as grandes glebas ainda desocupadas na área localizada entre o contorno norte e sul e o Parque Estadual da Serra do Mar serão bastante valorizadas. Nesse sentido é importante discutir estratégias de zoneamento que garantam a manutenção das atividades rurais e a preservação do meio ambiente

O entorno imediato ao contorno tem grande potencial de tornar-se um cinturão verde, consolidando-se como uma área de transição entre a urbanização e a área de proteção, por meio de zoneamento específico, inibindo a ocupação desta margem com garantia de manutenção de atividades agrícolas.

## CONSOLIDAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS E ÁREAS PARA ATIVIDADES RURAIS E AGROECOLÓGICAS

A área em questão apresenta inúmeros córregos e rios, tendo enorme potencial de se consolidar como corredores ecológicos, através da recuperação da vegetação ciliar das áreas de preservação permanente da bacia do Rio Juqueriquerê, colaborando na manutenção do fluxo gênico das espécies da fauna e da flora.

Estas áreas podem associar-se a áreas limdeiras para o desenvolvimento de usos sustentáveis como a produção agroflorestal e turismo ambiental. A prática de um turismo sustentável nessas áreas assegura a diversificação do turismo de sol e mar.

## FORTALECIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A potencialidade de integração dos atrativos turísticos de praia com o uso sustentável das unidades de conservação pode ser também fortalecido na Praia de Tabatinga. Nessa região são identificadas propostas de novas unidades conservação municipal e atividades de ecoturismo, considerando a inclusão da população e a manutenção do desenvolvimento das atividades pelas comunidades locais.

Os potenciais de desenvolvimento territorial se constituem como uma proposta para definição coletiva de uma macro visão do futuro de Caraguatatuba. Esses potenciais de desenvolvimento territorial ganharão força quando debatidos em processos democráticos e participativos e integrados aos instrumentos de planejamento municipal, como o plano plurianual, plano diretor, diversos planos setoriais nas áreas de habitação, mobilidade, saneamento, entre outros. É fundamental que os potenciais aqui indicados sejam discutidos e suas análises aprofundadas no âmbito dos diferentes conselhos municipais.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.	Regulamentar a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) incluindo entre os empreendimentos de impacto os loteamentos e empreendimentos imobiliários de grande porte e os de mobilidade e logística, inclusive já a discussão sobre os potenciais do entorno dos Contorno Norte, de forma que sua aprovação esteja entre as atribuições do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Leis Municipais nº 1175/05 e nº 907/01) e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesca - CMDRP.
	<b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.	Articular, direcionar e publicizar os investimentos sociais privados de grandes e pequenas empresas em ações voltadas à qualificação profissional na área de petróleo e gás e medidas de sensibilização, na diversificação do turismo (ecoturismo em rios e parque e turismo rural) e nas práticas comerciais (assessoria e técnicas de gestão de pequenos negócios).
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.	Mapear e articular as potenciais micro e pequenas empresas no município para que possam se inserir nas principais cadeias econômicas identificadas no Litoral Norte (petróleo e gás, logística e indústria alimentícia).
		Promover cursos voltados para a qualificação profissional na área de petróleo e gás, gestão de pequenos negócios e turismo ecológico.
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.	Criar a Secretaria Municipal de Segurança (ou Defesa Social).
		Realizar estudo sobre a viabilidade e pertinência da criação da Guarda Municipal.
Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.	<b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.	Apoiar a revisão do plano municipal de educação (Lei municipal nº 1.074/03), com a colaboração de parceiros de outros níveis de governo.
		Mapear, articular e fortalecer as iniciativas de educação não formal existentes, com destaque para as que contribuem para as redes de produção cooperativada e incidem nas temáticas ambiental, cultural, de geração de trabalho e renda e à produção agrícola.
		Ampliar oferta de educação infantil.
		Expandir a oferta de ensino técnico e superior, incluindo cursos na área de produção agrícola (agronomia, técnico agrícola, agroecologia).
Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.	<b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.	Desenvolver projetos de pesquisa e produção de conhecimento associados à sociobiodiversidade, considerando especialmente as unidades de conservação existentes e as especificidades do município, tais como: aspectos biofísicos e sociais do Núcleo Caraguatatuba do Parque Estadual da Serra do Mar visando a melhoria da gestão; mamíferos, vegetação, aves, anfíbios, insetos e répteis; regeneração dos ecossistemas; análise de impacto e eliminação da espécie exótica <i>Pinus Elliottii</i> da área do Núcleo Caraguatatuba.
		Desenvolver projetos de pesquisa e produção de conhecimento de tecnologia de ponta associando-se com o Parque Tecnológico instalado em São José dos Campos.
		Fortalecer a comercialização dos produtos da agricultura familiar, utilizando a infraestrutura existente de mercado municipal como entreposto para organização da produção local e sua comercialização não só para alimentação escolar como também para o município, possibilitando que somente o excedente siga para a comercialização no Ceasas de São Paulo e Vale do Paraíba.
	<b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.	Fortalecer a pesca artesanal, implantando o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), já aprovado pela Câmara de Vereadores, para viabilizar a comercialização do pescado e instalando infraestrutura de apoio à atividade.
		<b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.

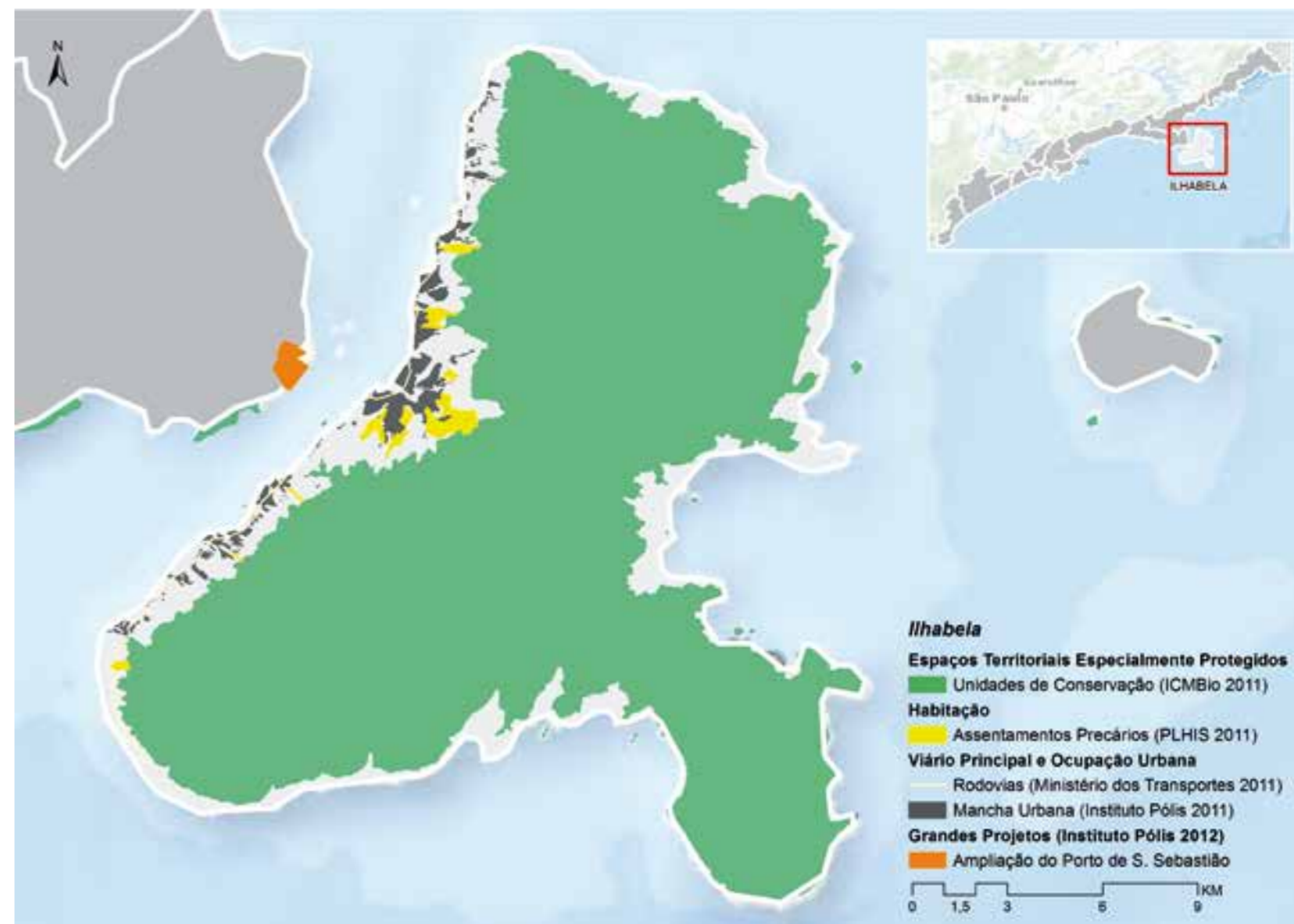
DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<p><b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.</p>	Ampliar o Parque Estadual da Serra do Mar junto ao contínuo vegetacional da Mococa, uma vez que este apresenta a maior riqueza de espécies ameaçadas de aves localizadas no entorno desta unidade de conservação, bem como uma floresta de planície muito bem conservada.
		Criar uma unidade de conservação de proteção integral, agregando a Praia Branca à região denominada Lagoa Azul com o objetivo de se proteger a qualidade ambiental dos recursos hídricos, dos manguezais e demais ecossistemas, considerando a utilização dos recursos provenientes das compensações ambientais.
		Implementar o plano de monitoramento da qualidade ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar no Núcleo Caraguatatuba.
		Monitorar a qualidade ambiental dos manguezais que integram a APA Marinha do Litoral Norte no Município de Caraguatatuba, com atenção especial para os manguezais da Lagoa Azul e dos rios Mococa, Cocanha, Graçuí, Tabatinga, Massaguaçu e Juqueriquerê.
		Incorporar o Parque Ecológico de Caraguatatuba ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza de forma a estabelecer, mediante um plano de manejo, ações visando à proteção e regulamentação do uso público deste espaço.
	<p><b>B</b> Elaborar e/ou rever as regras de uso e ocupação das unidades de conservação, de forma a compatibilizar os usos sustentáveis e propor a adequação das áreas consolidadas.</p>	Elaborar o plano de manejo do Parque Natural Municipal do Juqueriquerê.
Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<p><b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.</p>	Melhorar a infraestrutura de visitação disponível no Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Caraguatatuba, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle e fiscalização, adequação das trilhas e centros de visitantes existentes e a ampliação e capacitação do quadro de pessoal.
		Incentivar o turismo voltado aos grupos especiais e com mobilidade reduzida nas trilhas de menor complexidade do Núcleo Caraguatatuba do Parque Estadual da Serra do Mar.
		Articular as pesquisas e os pesquisadores que atuam nas unidades de conservação de forma a que os resultados possam ser apropriados e aplicados pelas comunidades locais e órgãos gestores.
		Incentivar, apoiar, regulamentar e regularizar as atividades de cultivo, extrativismo e pesca desenvolvidas pelas comunidades consolidadas em unidades de conservação com respeito aos direitos das comunidades tradicionais.
Efetivar a regularização fundiária das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais bem como dos assentamentos informais de baixa renda localizados em unidades de conservação.	<p><b>F</b> Garantir a titulação e condições adequadas de habitabilidade dos assentamentos informais de baixa renda e reassentar os moradores em situação de risco.</p>	Promover a desafetação e a regularização fundiária das áreas já consolidadas existentes no Parque Estadual da Serra do Mar em Caraguatatuba onde vivem comunidades de baixa renda ( situadas, principalmente, no bairro denominado Rio do Ouro), devendo-se efetivar o reassentamento das populações localizadas em áreas risco.
Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.	<p><b>G</b> Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e a sociedade civil.</p>	Criar e implementar o plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Caraguatatuba.
		Consolidar um corredor ecológico que envolva as zonas preservação permanente e amortecimento na bacia do Rio Juqueriquerê previstas no plano diretor de forma a incrementar a conectividade dos ecossistemas.
		Criar um cinturão verde voltado para a agricultura sustentável (agricultura familiar e pequenos agricultores) na base da Serra do Mar (bacia do Rio Juqueriquerê).
		Estimular a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), especialmente nos setores considerados estratégicos pelo plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Mar.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.	<b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.	Elaborar de maneira participativa o plano municipal de mobilidade, ampliando as linhas de transporte público, com prioridade ao atendimento dos bairros, implantando corredores exclusivos para aumentar a eficiência do transporte coletivo municipal, implementando política de tarifação integrada, consolidando a política de ampliação das ciclovias para o interior dos bairros e estabelecendo estratégias de participação e controle social sobre os planos, projetos e as concessões de transporte público e mobilidade urbana.
Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).	<b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.	Garantir o acesso a alimentação adequada e saudável por meio de programas de transferência de renda, realizando a busca ativa da demanda e a continuidade das ações complementares com vistas a emancipação das famílias e reativar o Centro de Referência de Segurança Alimentar - CRESANs e Banco de Alimentos.
		Garantir o acesso à alimentação escolar adequada e saudável, por meio da aplicação da Lei Federal nº 11.947/09 do Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a compra do pescado e produtos da agricultura familiar local e regional para a merenda escolar e continuidade dos projetos municipais Tempero de Mãe e Acertando os Ponteiros.
		Fortalecer a agricultura familiar e a pesca artesanal com a criação de uma secretaria municipal específica para agricultura de pesca, aplicando as diretrizes do plano municipal de desenvolvimento rural sustentável e forma a garantir o fomento de circuitos locais/regionais de produção, abastecimento e consumo.
Ampliar o acesso (de todos os domicílios) aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.	<b>E</b> Identificar vulnerabilidades e formular planos e programas de prevenção e adaptação aos impactos da mudanças climáticas na região, priorizando as populações mais vulneráveis aos seus efeitos adversos, bem como elaborar planos de ação para responder a eventos climáticos extremos que possam gerar situações de anormalidade, notadamente em áreas de risco.	Promover divulgação, formação e monitoramento da implantação do Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte 2012 – 2015 articulando-o ao Plano Diretor de Saneamento da Sabesp e ao plano diretor de Caraguatatuba.
	<b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.	Promover o reaproveitamento de 90% dos resíduos sólidos gerados pelos municípios do Litoral Norte sob a forma de biodigestão e de compostagem, voltada à agricultura familiar e reciclagem, considerando a organização e participação de cooperativas de catadores, e também implantar aterro sanitário para destinação dos 10% restantes de rejeitos de resíduos sólidos domiciliares .
Promover habitação adequada para a população de baixa renda.	<b>H</b> Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).	Viabilizar reserva de terra urbanizada e bem localizada para atender a necessidade de produção de novas moradias para atender demandas de eventuais remoções, a partir da demarcação de ZEIS vazias diversificando a sua localização.
		Acompanhar e fiscalizar a execução do Projeto Orla visando elaboração de regimento para exploração das áreas das orlas por marinas, quiosques e outros equipamentos particulares.
Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.	<b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.	Implementar instrumentos de política de regularização fundiária para atendimentos das áreas de risco e APP, através do estudo de demarcação de ZEIS e da criação de estratégias para a manutenção da população no local original de moradia em condições habitacionais adequadas, priorizando a eliminação de situações de risco, implementando empreendimentos e obras de infraestrutura através de para elaboração de diagnóstico dos assentamentos precários em relação ao zoneamento, carências de infraestrutura e equipamentos e perfil socioeconômico.
Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.	<b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.  <b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.	Criar o Sistema Local de Cultura (conselho, plano e fundo de cultura).
		Manter os investimentos na expansão e melhoria da qualidade da Estratégia de Saúde da Família com a ampliação e fiscalização do funcionamento das Academias de Saúde.
		Realizar o controle e a prevenção da obesidade e o desenvolvimento de doenças crônicas, conforme as diretrizes do Sistema Único de Saúde, por meio da realização de ações intersetoriais nas áreas da assistência social e educação.
		Promover processos de educação e formação em segurança alimentar e nutricional nas áreas de saúde e educação.

# AGENDA MUNICIPAL de ILHABELA



## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Características da ocupação	Dados econômicos
Área total (IBGE 2010): 35 mil hectares	PEA (IBGE 2010): 16 mil pessoas
Área da mancha urbana 2011 (Pólis): 831 ha (2,4%)	Empregos formais (RAIS/MTE 2010): 6 mil
Área inserida em unidades de conservação (ICMbio 2011): 28,8 mil hectares (82,5%)	Valor adicionado – VA (SEADE 2010): R\$ 319 mi
Áreas protegidas*: 29,4 mil hectares (84%)	Valor adicionado <i>per capita</i> (SEADE 2010): R\$ 11,3 mil
População (IBGE 2010): 28,2 mil	Taxa de informalidade (IBGE 2010/Pólis 2012): 44%
Domicílios (IBGE 2010): 14,6 mil	
Dom. permanentes (IBGE 2010): 9 mil (61,7%)	
Dom. ocasionais (IBGE 2010): 4,1 mil (28,2%)	
Domicílios vagos (IBGE 2010): 1,3 mil (9,3%)	
Domicílios coletivos (IBGE 2010): 100 (0,8%)	
Deficit habitacional quantitativo (PLHIS 2012): sem informação	

\*Inclui Parques, RPPN, Terra Indígena, mangues, APP hídricas e áreas com declividade superior a 45° (ICMbio/FUNAI/INPE – 2011)



### INSERÇÃO REGIONAL

Ilhabela está situada geograficamente no Litoral Norte e por ser uma ilha, seu acesso é realizado via balsa, a partir da cidade de São Sebastião. Apesar de sua situação insular, Ilhabela tem forte articulação com os municípios de São Sebastião e Caraguatatuba, que concentram o maior número de empregos da região, além de instituições de ensino e serviços e equipamentos públicos.

Ilhabela apresentou um intenso incremento populacional nas últimas duas décadas, relacionado à expressiva migração de população para o trabalho na construção civil, comércio e serviços, resultante da consolidação do município como espaço para segundas residências e hotelaria.

### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Apesar das potencialidades do município em termos de riquezas naturais e culturais, o turismo e o veraneio seguem como atividades de maior destaque na economia local, sendo responsáveis por importante parcela dos empregos e contribuindo de maneira significativa na arrecadação municipal. Deve-se, entretanto, relativizar os efeitos desta atividade na dinamização da economia local, considerando o predomínio de baixas remunerações, a grande informalidade nas relações de trabalho e seu caráter sazonal. Apesar dessas limitações, o PIB do município teve um expressivo crescimento na última década, registrando um incremento de 300%, sendo o setor de serviços o produtor da maior parte desta riqueza, demonstrando a importância do turismo.

Ilhabela tem sido diretamente impactada pela expansão das atividades do petróleo e gás. Embora a criação de novos postos de trabalhos e a diversificação da economia sejam efeitos desejáveis, principalmente pela população mais pobre e por alguns setores da prefeitura, existem entraves ao fortalecimento destas atividades, que advêm de limitações da própria configuração do território e de restrições da legislação urbanística e ambiental. Entretanto, o município tem se beneficiado financeiramente com as transferências derivadas da participação no royalties, que representam um importante percentual da receita municipal.

O conjunto de grandes projetos relacionados à cadeia do petróleo e gás – ampliação do Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR) e da Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato de Caraguatatuba (UTGCA) - e de logística – ampliação da Rodovia Tamoios e implantação dos Contornos Norte e Sul – previstos para a região, devem impor muitas transformações às dinâmicas urbanas da cidade. Esse conjunto de investimentos se impõe como um desafio, existindo grande receio sobre esse modelo de desenvolvimento e sua capacidade de beneficiar todos os setores da sociedade, principalmente os mais pobres. Daí a importância de ampliar a transparência dos processos de tomada de decisão e assegurar o controle social sobre estes investimentos, seus impactos e mesmo sobre sua pertinência.

A ampliação da inclusão da população impõe também o desafio de resgatar atividades tradicionais, como o caso da pesca artesanal, que com o avanço da urbanização foi perdendo espaço, mas ainda permanece como importante atividade para parte da população. A pesca artesanal de Ilhabela possui a quarta posição em produção no litoral paulista e a segunda no Litoral Norte. Atualmente entre os pescadores artesanais há uma grande preocupação de que a atividade esteja ameaçada devido ao trânsito das grandes embarcações e sua tendência de intensificação pela ampliação do porto de São Sebastião.

Para o fortalecimento desta atividade são necessárias infraestruturas de apoio que foram discutidas com os pescadores e previstas no Programa da Ação Participativa para a Pesca Artesanal (PAPPA).

O beneficiamento do pescado para fornecimento em programas de compras institucionais é uma condição para agregar valor ao produto, necessitando de instalações adequadas e criação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, para que sejam cumpridas as exigências de inspeção sanitária de produtos de origem animal.

É necessária ainda a criação de estrutura de Assistência Técnica Pesqueira municipal ou ampliação da capacidade de atendimento da assistência técnica e extensão rural por meio da Coordenadoria de Assistência Integral - CATI (Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento), incluindo apoio constante aos pescadores artesanais na área de planejamento, projetos de beneficiamento do pescado e comercialização.

Por fim, o Conselho Municipal do Desenvolvimento da Pesca e da Agroindústria Artesanal, criado pela Lei Municipal nº 741/98, necessita ser reativado para que cumpra sua atribuição de discussão, planejamento, elaboração de propostas e busca de recursos para o desenvolvimento da atividade.

### MEIO AMBIENTE

O Município de Ilhabela está inserido em uma região de domínio da Mata Atlântica, sendo que 87,74% de sua área é recoberta por vegetação natural (Fundação Florestal, 2004/2005). Tal fato impõe o desafio de proteger esta biodiversidade da ação ilegal de caçadores e extratores de recursos naturais e, também, apresenta um leque de oportunidades para a diversificação e ampliação do foco de atividades turísticas de forma a articular o turismo de praia ao turismo ecológico.

Em Ilhabela também são desafios importantes a aprovação e implementação o plano de manejo do Parque Estadual de Ilhabela e a reclassificação desta unidade de conservação em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) nos locais habitados por comunidades remanescentes de populações caiçaras de forma a efetivar o direito das mesmas desenvolverem suas práticas de extrativismo, agricultura e pesca. Estas ações devem vir acompanhadas da regularização fundiária das Ilhas de Búzios e da Vitória e da efetivação do direito de uso da mesma pelas comunidades caiçaras que ali vivem.

Outro desafio relevante consiste em identificar áreas aptas ao plantio de espécies nativas no entorno do Parque Estadual de Ilhabela, com o objetivo de garantir um estoque de matéria-prima para o atendimento das atividades artesanais da população caiçara tradicional, como a fabricação de canoas, remos e artesanato.

É ainda relevante adequar o Parque Municipal das Cachoeiras ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e criar o Parque Natural Municipal do Córrego da Água Branca de forma a potencializar um sistema integrado de parques e melhor definir as estratégias de conservação e visitação em cooperação com o Parque Estadual de Ilhabela.

O enfrentamento destes desafios deve vir acompanhado de investimentos em infraestrutura de visitação, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle, adequação das trilhas e ampliação e capacitação do quadro de pessoal.

### DEFICIT E DEMANDAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

Quase 80% das famílias de Ilhabela tem rendimento mensal do chefe de até três salários mínimos e grande parte destas famílias vivem em moradias precárias e irregulares, que têm avançado sobre as áreas de proteção ambiental na última década. O grande desafio de Ilhabela é adequar o zoneamento municipal às necessidades habitacionais visando à produção de moradias para população de baixa renda, direcionadas, principalmente, ao atendimento de famílias que podem vir a ser removidas de áreas impróprias para a ocupação. Este desafio torna-se mais complexo na medida em que não existe um diagnóstico preciso das condições urbanísticas, socioeconômicas e de propriedade dos assentamentos precários existentes - elemento essencial para o estabelecimento de critérios de fixação ou remoção das famílias de baixa renda e posterior implementação de processos de regularização fundiária.

A configuração física do município de Ilhabela resultou em um processo de urbanização marcadamente fragmentado, cujo ponto focal é o canal de São Sebastião e a ligação com o continente, por meio do serviço de balsas. Assim, o núcleo central de Ilhabela entre a Barra Velha e a Vila - área voltada para o canal e junto ao Ferry Boat -, é o ponto nodal que irradia o trânsito de veículos motorizados, bicicletas e pedestres, nas direções norte e sul, por meio de uma única via. Este eixo viário principal recebe a contribuição de um limitado sistema viário secundário, cuja estruturação é mais desenvolvida na Barra Velha, onde nasce a Avenida Coronel José Vicente de Faria Lima, única via perpendicular, que transcende a importância local, pois seu prolongamento, sem pavimentação, é a estrada municipal que transpõe o maciço de morros da ilha, ligando a área central com comunidades isoladas da costa leste, em especial a baía de Castelhanos.

Em função das limitações da estrutura viária, sobretudo em períodos de temporada, feriados e finais de semana, o fluxo de veículos particulares de turistas costuma saturar a malha viária, inclusive pela falta de espaço para estacionamento. A existência de apenas um ponto de ligação entre a Ilhabela e continente contribui ainda mais para a concentração de veículos na região central do município.

Neste cenário, o desafio central ligado à questão da mobilidade é o desestímulo da circulação de veículos individuais na ilha, priorizando os modos coletivos e não motorizados e a ampliação e melhoria do acesso ao interior dos bairros onde vive a população fixa. A elaboração do Plano Municipal de Mobilidade e implantação da política de mobilidade devem atender à necessidade de qualificação e ampliação da ligação entre a Ilha e o continente.

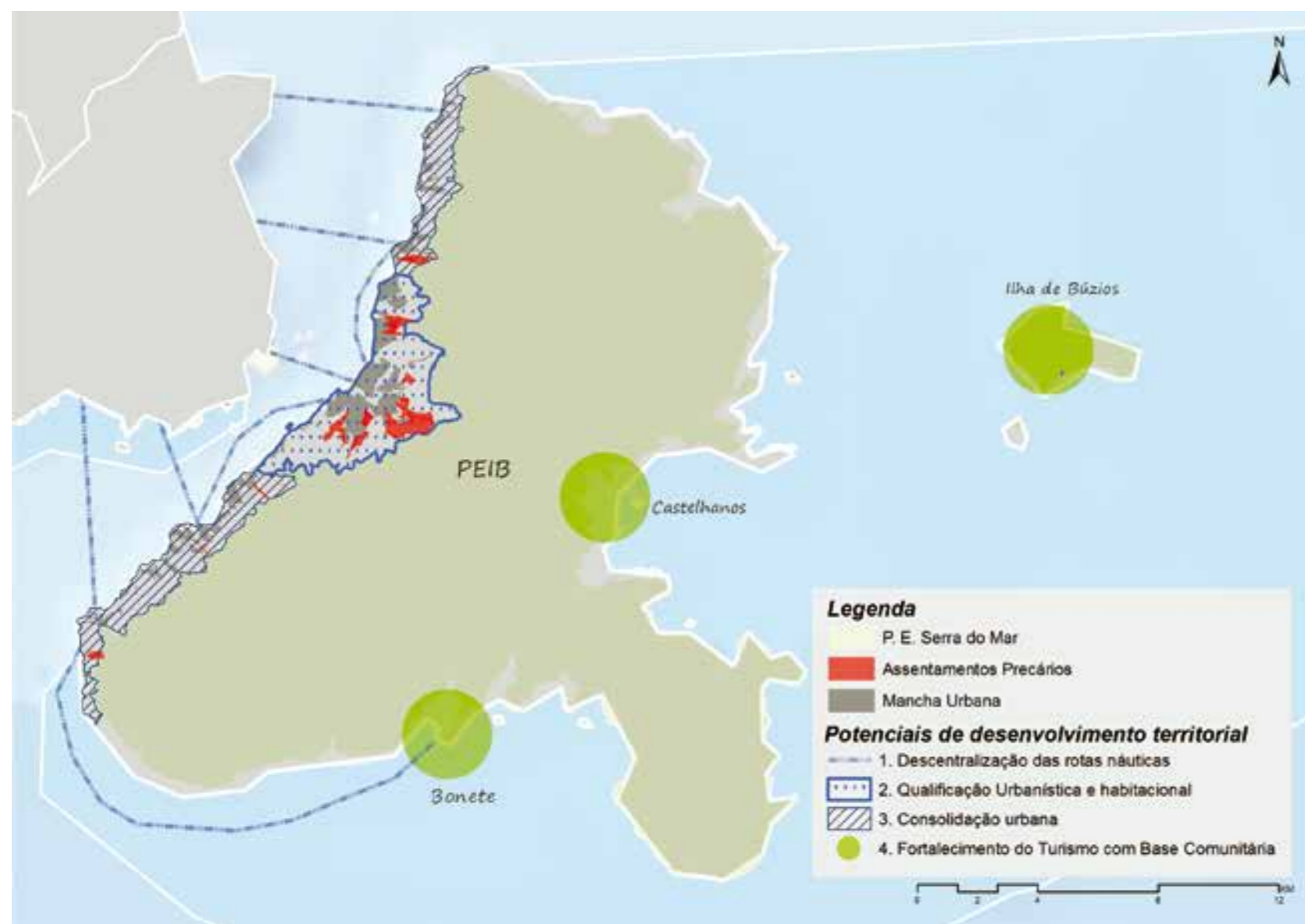
Outro desafio importante refere-se ao saneamento ambiental, dificultado pelas condições de fragmentação do território. A configuração da ocupação da Ilhabela caracteriza-se justamente pela presença de pequenos núcleos urbanizados isolados dificultando a consolidação de uma rede de coleta de esgotamento sanitário integrada. Agentes públicos de Ilhabela e grupos organizados vêm buscando promover soluções alternativas de saneamento ambiental em comunidades isoladas, entretanto esta iniciativa ainda é muito pontual e precisa ser ampliada buscando atender, também, os assentamentos precários com participação dos moradores, com ênfase nas práticas de reuso dos efluentes domésticos.

## POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

As potencialidades do desenvolvimento territorial de Ilhabela se apresentam como um esforço de articulação entre a função urbana e de preservação ambiental deste território de forma a reverter o quadro de deficiências de infraestruturas e desigualdades socioterritoriais, que o caracterizam, buscando um desenvolvimento sustentável que considere seu enorme potencial ecológico.

Para identificação destas potencialidades partimos do reconhecimento das diferenças existentes entre a área voltada para o continente (com ocupação mais consolidada) e a área voltada para o alto mar (com ocupação muito esparsa e vegetação preservada).

O mapa organizado a seguir mostra de maneira articulada essas potencialidades territoriais.



Elaboração: Instituto Pólis.

São consideradas potencialidades territoriais para o município de Ilhabela:

### DESCENTRALIZAÇÃO DAS ROTAS NÁUTICAS

Considerando que o Canal de São Sebastião, que separa a Ilhabela do continente, tem grande possibilidade de navegação, um importante potencial territorial é a ampliação e criação de rotas náuticas alternativas de modo a favorecer as condições de mobilidade na Ilhabela.

Tal potencial se apresenta como uma alternativa a problemática que é a questão da mobilidade urbana de Ilhabela e tem como objetivo distribuir no território os acessos à ilha a partir de São Sebastião, diminuindo a necessidade de deslocamentos internos.

É importante ainda que sejam previstas rotas náuticas para o deslocamento entre diferentes pontos da Ilhabela. Com a criação de serviços de transporte hidroviário coletivo pelo canal se desestimula o transporte motorizado sobre rodas no interior da Ilha.

A qualificação e ampliação das vias náuticas deve integrar o debate do plano municipal de mobilidade, que deve ser elaborado com o protagonismo de todos os moradores de Ilhabela.

### QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E HABITACIONAL

A questão habitacional deve receber atenção especial no município. Atualmente a população de baixa renda se concentra, na sua grande maioria, no entorno da Barra Velha em assentamentos precários e informais. Esses assentamentos localizam-se próximos a região com melhores condições de infraestrutura. Nesse sentido, o adensamento destas áreas próximas aos assentamentos, a partir de reserva de terra e provisão de habitação de interesse social pode significar a melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, se potencializa a possibilidade de fixação da população de baixa renda no território, e ainda dialoga com a necessidade de oferta de Habitação de Interesse Social para população de baixa renda, diminuindo a pressão pela ocupação de áreas ambientalmente protegidas.

### CONSOLIDAÇÃO URBANA

A porção do território do município voltada para o continente, situada a norte e sul da área central, caracterizada pela ocupação para fins urbanos e de veraneio. A consolidação urbana destas áreas, a partir da estruturação de uma política de saneamento ambiental, que inclua soluções alternativas para as comunidades isoladas, e implantação de infraestrutura urbana apresenta-se como um potencial importante para a dinamização econômica do município, evitando simultaneamente a pressão por ocupação potencial para concentrar novas ocupações de áreas ambientalmente protegidas.

### FORTELECIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A porção do território do município voltada para o oceano, caracterizada pela ocupação esparsa, com a presença de comunidades tradicionais e pela grande concentração de vegetação preservada, apresenta o potencial de preservação ecológica e dos modos de vida das comunidades tradicionais, assegurando ainda a o fortalecimento de turismo de base comunitária, que já acontece em algumas experiências que podem ser reproduzidas.

Os potenciais de desenvolvimento territorial se constituem como uma proposta para definição coletiva de uma macro visão do futuro de Ilhabela. Esses potenciais de desenvolvimento territorial ganharão força quando debatidos em processos democráticos e participativos e integrados aos instrumentos de planejamento municipal, como o plano plurianual, plano diretor, diversos planos setoriais na área de habitação, mobilidade, saneamento, entre outros. É fundamental, também, que os mesmos sejam debatidos e amadurecidos nos diferentes conselhos municipais.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.	Regulamentar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), incluindo entre os empreendimentos sujeitos ao EIV os empreendimentos de mobilidade e logística e os loteamentos e empreendimentos imobiliários de grande porte, incluindo sua aprovação entre as atribuições do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ilhabela (Lei Municipal nº 699/97) e do Conselho do Plano Diretor.
	<b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/ responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.	Fortalecer os Conselhos Municipais, para uma participação efetiva e qualificada, por meio da garantia de: eleição dos membros, representação de todos os segmentos da sociedade, do caráter deliberativo, de processo permanente de capacitação dos conselheiros, de outras formas de participação além da presencial e do fortalecimento da Casa dos Conselhos com instalação de infraestrutura de apoio para todos os demais conselhos participativos.
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto, logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.	Articular e direcionar os investimentos sociais privados de grandes e pequenas empresas em ações de diversificação da atividade turística (esportiva, ecoturismo, histórico-cultural, de aventura e de pesca); no fortalecimento da pesca artesanal; e em educação ambiental.
	<b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.	Mapear e articular as potenciais micro e pequenas empresas no município para que possam se inserir nas principais cadeias econômicas identificadas no Litoral Norte (petróleo, gás e logística).
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.	Criar a Secretaria Municipal de Segurança (ou Defesa Social) e um Conselho Comunitário de Segurança com ampla representatividade de todos segmentos da sociedade civil.
		Realizar estudo sobre a viabilidade e pertinência da criação da Guarda Municipal.
Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.	<b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.	Criar canal de diálogo permanente com governo do estado para potencializar as políticas de segurança no município.
		Apoiar a revisão do Plano Municipal de Educação, com a colaboração de parceiros de outros níveis de governo, considerando a possibilidade da previsão do período integral nas escolas.
Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.	<b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.	Mapear, articular e fortalecer as iniciativas de educação não formal existentes no município, com destaque para as que contribuem para as redes de produção cooperativada e incidem nas temáticas ambiental, cultural e de geração de trabalho e renda.
		Desenvolver projetos de pesquisa e produção de conhecimento associados à sociobiodiversidade, considerando especialmente as unidades de conservação existentes e as especificidades do município, tais como: aspectos biofísicos e sociais do Parque Estadual da Ilhabela visando a melhoria da gestão; mamíferos, vegetação, aves, anfíbios, insetos e répteis com atenção especial para as espécies endêmicas existentes na área desta unidade de conservação; processos de regeneração dos ecossistemas.
		Instalar cursos de formação superior voltados às vocações locais ligadas ao turismo, gastronomia e produção de tecnologia limpa.
	<b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.	Fortalecer a pesca artesanal com a implantação de estrutura municipal voltada à atividade, especialmente para o beneficiamento, de forma a garantir um maior aproveitamento do pescado local na alimentação escolar e comercialização no município, além de reativar o Conselho Municipal da Pesca e implantar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para viabilizar a comercialização do pescado.
		Desenvolver e estimular com a instalação de infraestrutura adequada, especialmente <i>internet</i> de alta velocidade, atividades voltadas para a indústria criativa e de baixo impacto, como produção de <i>softwares</i> , de maneira articulada com o Parque Tecnológico instalado em São José dos Campos.
		Fortalecer e ampliar o turismo sustentável de base comunitária, criando circuitos turísticos que valorizem a diversidade da cultura local, incluindo os sítios arqueológicos, naufrágios, as festas ( Ex: Congado, Festa de São Benedito), as lendas, as comunidades caiçaras (Ex: Castelhanos e Ilha Vitória), produtos locais, gastronomia e as trilhas do Parque Estadual de Ilhabela.
		Implementar as ações constantes do plano diretor de turismo já elaborado.

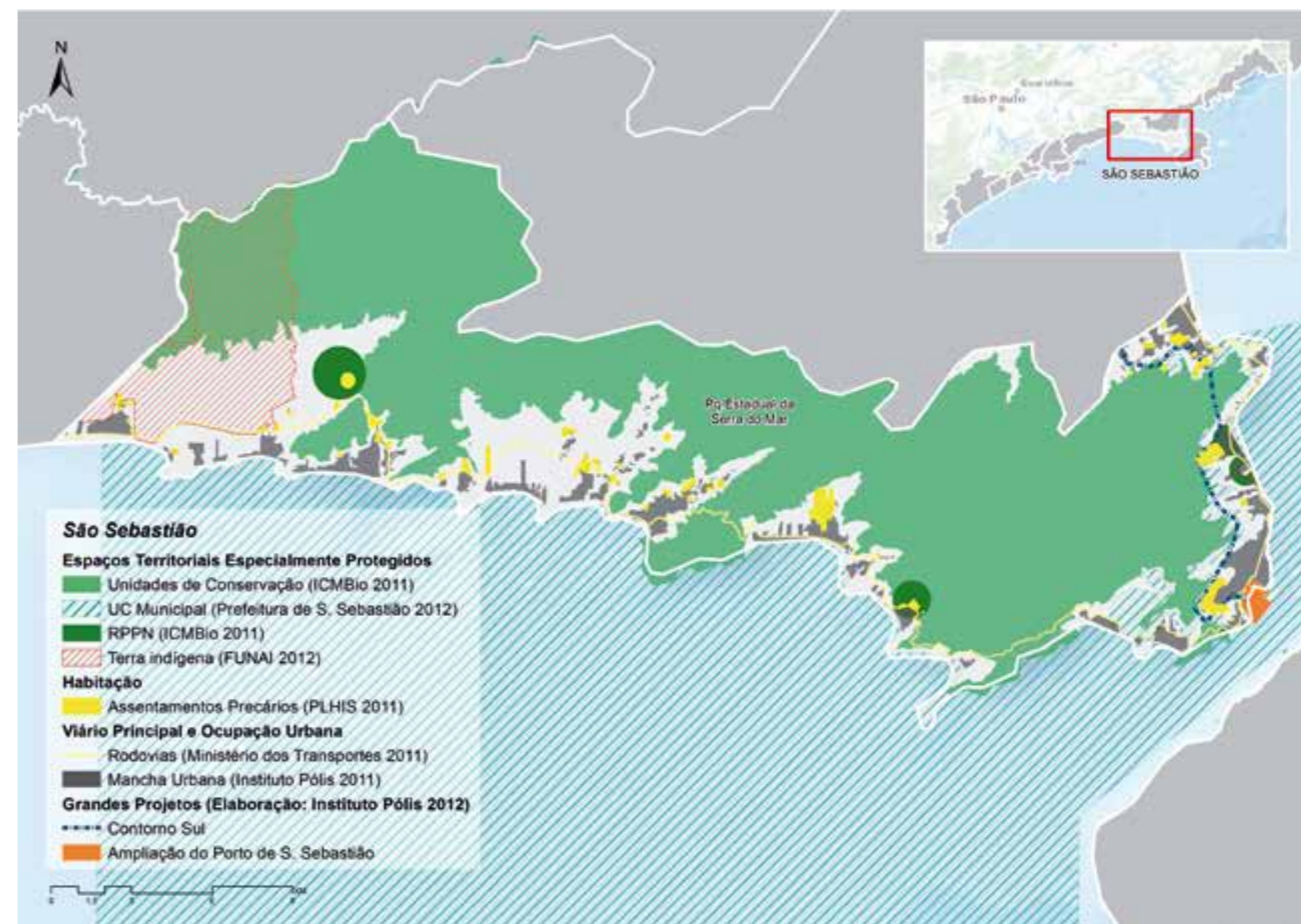
DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.	Adequar o Parque Municipal das Cachoeiras a uma das categorias previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
	<b>B</b> Elaborar e/ou rever as regras de uso e ocupação das unidades de conservação, de forma a compatibilizar os usos sustentáveis e propor a adequação das áreas consolidadas.	Reclassificar o Parque Estadual de Ilhabela em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) nos locais habitados por comunidades remanescentes de populações caiçaras. Criar o Parque Natural Municipal do Córrego da Água Branca, estendendo-se da foz até o Poço da Jaqueira; Criar o Parque Natural Municipal do Córrego Cuiabá, estendendo-se da sua foz até o encontro com os limites do Parque Estadual de Ilhabela. Aprovar e implementar o plano de manejo do Parque Estadual de Ilhabela.
Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.	Melhorar a infraestrutura de visitação disponível no Parque Estadual de Ilhabela e parques municipais, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle, adequação das trilhas e centros de visitantes existentes e a ampliação e capacitação do quadro de pessoal.
		Incentivar o turismo em baixa temporada e fortalecer a imagem do Parque Estadual de Ilhabela como um importante ativo ambiental do Município de Ilhabela.
		Criar circuitos turísticos culturais, ambientais que fortaleçam as práticas e o saber-fazer a partir das comunidades, atraindo turistas para as ofertas locais como culinária, artesanato, saberes, patrimônios materiais e imateriais e produzir material didático regional contemplando essas características.
		Articular as pesquisas e os pesquisadores que atuam nas unidades de conservação de forma a que os resultados possam ser apropriados e aplicados pelas comunidades locais e órgãos gestores.
		Mapear e regulamentar as áreas passíveis de plantio, seguidas de princípios agroecológicos, pelas comunidades tradicionais.
		Incentivar o desenvolvimento da maricultura no Município de Ilhabela em conformidade com um plano local de desenvolvimento da maricultura.
Efetivar a regularização fundiária das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais bem como dos assentamentos informais de baixa renda localizados em unidades de conservação.	<b>E</b> Garantir a titulação e homologação das terras ocupadas por índios e quilombolas.	Efetuar a regularização fundiária das ilhas de Búzios e Vitória e garantir o direito de uso da mesma pelas comunidades caiçaras que ali vivem.
Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.	<b>G</b> Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e a sociedade civil.	Prever áreas passíveis de plantio, (agricultura familiar e pequenos agricultores) no plano diretor.
		Identificar áreas aptas ao plantio de espécies nativas como ingá, louro, coabirana, cedro, urucurana, figueira, bucuíba, anelím, jataí, guapuruvu e guacá no entorno do Parque Estadual de Ilhabela com o objetivo de garantir um estoque de matéria-prima para o atendimento das atividades artesanais da população caiçara tradicional, como o fabrico de canoas, remos, etc.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.	<b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.	Elaborar de maneira participativa o plano municipal de mobilidade de acordo com as diretrizes do plano diretor, desestimulando a circulação de veículos individuais na ilha; priorizando os modos coletivos, ampliação do itinerário das linhas de ônibus e das ciclovias para o interior dos bairros onde vive a população fixa, qualificação e ampliação das vias náuticas (entre o continente e a ilha e entre diferentes pontos na ilha), consolidando a política de tarifação integrada existente e estabelecendo estratégias de participação e controle social sobre os planos, projetos e as concessões de transporte público.
Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).	<b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.	Garantir o acesso a alimentação adequada e saudável por meio de programas de transferência de renda, realizando a busca ativa da demanda e a à promoção de ações complementares com vistas a emancipação das famílias.  Ampliar a aplicação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.	<b>D</b> Promover soluções alternativas adequadas de saneamento ambiental em comunidades isoladas e assentamentos precários.  <b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.	Articular moradores, município, Sabesp e Ministério Público para garantir abastecimento, esgotamento e tratamento comunitário em comunidades isoladas e nos assentamentos precários passíveis de regularização.  Promover a destinação e reaproveitamento dos resíduos orgânicos gerados no município para sistema de biodigestão viabilizando a produção de adubo de qualidade para enriquecimento do solo da região e geração de energia, de forma articulada ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos.
Promover habitação adequada para a população de baixa renda.	<b>H</b> Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).	Elaboração de critérios para definição de áreas vazias dentro ou próximo aos assentamentos precários - adensamento não verticalizado - visando atendimento pontual de famílias a serem removidas.
Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.	<b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.	Demarcação de ZEIS e elaboração de diagnóstico das condições urbanísticas, socioeconômicas e fundiárias dos assentamentos precários estabelecendo critérios de fixação ou remoção das famílias de baixa renda e implantação de processos de regularização fundiária.
Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.	<b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.  <b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.	Fortalecer o Sistema Local de Cultura (conselho, plano e fundo de cultura).  Continuar investindo no aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família e na melhoria do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança e da Rede Cegonha.  Realizar o controle e a prevenção da obesidade e do desenvolvimento de doenças crônicas, ampliando a coleta e transcrição de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para toda a população. Promover a ampliação do projeto Hora de Comer, Comer.  Promover processos de educação e formação em segurança alimentar e nutricional nas áreas da saúde e educação.

# AGENDA MUNICIPAL de SÃO SEBASTIÃO



## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Características da ocupação	Dados econômicos
Área total (IBGE 2010): 40,3 mil hectares	PEA (IBGE 2010): 42 mil pessoas
Área inserida em unidades de conservação (ICMBio 2011): 29,3 mil há (72,66%)	Empregos formais (RAIS/MTE 2010): 16,7 mil
Área da mancha urbana 2011 (Pólis): 2,5mil há (6,2%)	Valor Adicionado – VA (SEADE 2010): R\$ 1,7 bi
Áreas protegidas*: 33,6 mil hectares (83,50%)	Valor adicionado <i>per capita</i> (SEADE 2010): R\$ 23,2 mil
População (IBGE 2010): 74 mil	Taxa informalidade (IBGE 2010/Pólis 2012): 39%
Domicílios totais (IBGE 2010): 43,2 mil	
Dom. permanentes (IBGE 2010): 23,6mil (54,6%)	
Dom. ocasionais (IBGE 2010): 16,6mil (38,4%)	
Domicílios vagos (IBGE 2010): 2,8 mil (6,5%)	
Domicílios coletivos (IBGE 2010): 237 (0,5%)	
Deficit quantitativo habitacional (PLHIS 2011): 4.867 ou 20,6% (dom. permanentes)	

\*Inclui Parques, RPPN, Terra Indígena, mangues, APP hídricas e áreas com declividade superior a 45° (ICMBio/FUNAI/INPE – 2011)

**NÍVEL DE INTEGRAÇÃO REGIONAL**

São Sebastião, que está geograficamente situado no Litoral Norte, na divisa com a Baixada Santista, exerce uma importante influência sobre os municípios do entorno e seus cidadãos. O município de São Sebastião é um importante centro de desenvolvimento econômico do litoral paulista, destacando-se pela presença do Porto de São Sebastião com importância nacional e na cadeia do Petróleo e Gás com presença do Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR) da Petrobras. O TEBAR - maior terminal da Transpetro de recepção de petróleo no mar do Estado de São Paulo – é responsável pela movimentação de cerca de 60% do Petróleo das regiões Centro-Oeste e Sudeste.

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

São Sebastião se destaca por apresentar uma das maiores renda *per capita* do litoral paulista, (R\$ 24.688,00 segundo SEADE/2009), sendo bastante superior a renda *per capita* dos demais Municípios do Litoral Norte. Apesar desta condição de grande produção de riqueza, concentra o número menor de empregos formais, quando comparado com Caraguatatuba e Ubatuba.

Ainda assim, as dinâmicas econômicas no município são intensas e apresentam um acelerado processo de crescimento, resultante, em parte, dos grandes investimentos em curso, como as obras de expansão do porto e do TEBAR.

Reforçando estes investimentos e a concentração de desenvolvimento econômico no município, soma-se ainda às grandes obras viárias que devem impor importantes transformações urbanas à cidade - ampliação da Rodovia Tamoios e do Contorno Sul, responsável por uma nova ligação entre São Sebastião e Caraguatatuba.

Esse conjunto de investimentos, por outro lado, se impõe como um desafio, pois existe grande receio sobre esse modelo e sua capacidade de beneficiar todos os setores da sociedade, principalmente os mais pobres. Daí a importância de ampliar a transparência dos processos de tomada de decisão e assegurar o controle social sobre estes investimentos e seus impactos, e mesmo discutir sua pertinência.

A ampliação da inclusão da população no desenvolvimento econômico do município, também passa pelo resgate de atividades tradicionais, como é o caso da pesca artesanal. São Sebastião possui atividade a pesca artesanal importante, mas que ainda padece com dificuldades básicas de infraestrutura, muitas delas discutidas com os pescadores e previstas no Programa da Ação Participativa para a Pesca Artesanal (PAPPA).

A Colônia de Pescadores e a Cooperativa de Pesca de São Sebastião (Cooperpesca) lutam pela melhoria das instalações para carga, descarga do pescado bem como o abastecimento de insumos nos barcos. Um caminhão frigorífico e fábrica de gelo fazem parte de convênio celebrado entre prefeitura e Ministério da Pesca, mas a morosidade dos processos de licenciamento ambiental tem sido um empecilho para instalação desta e de outras benfeitorias para a pesca.

Em termos de estrutura de assistência técnica e extensão rural para a pesca, o município possui o Departamento de Pesca, Agricultura e Abastecimento que faz parte da Secretaria de Meio Ambiente, mas com equipe insuficiente. Há necessidade de outros técnicos que possam atender a demanda da pesca artesanal e implantar as políticas públicas federais e estaduais existentes, além de acompanhamento de projetos da Petrobras específicos para esses setores. A ampliação da rede de assistência técnica e extensão rural estadual por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI (Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento) seria uma solução regional para o problema.

O Serviço de Inspeção Municipal (SIM), criado por lei municipal, ainda não foi estruturado no município. Sua implantação abriria a possibilidade de beneficiamento do pescado para comercialização em programas de compras institucionais como a alimentação escolar.

**MEIO AMBIENTE**

São Sebastião está inserido em uma região de domínio da Mata Atlântica, sendo que 72,24% de sua área é recoberta por mata preservada, além de pequenos manguezais e ecossistemas associados de restinga (Fundação Florestal 2004/2005). Este município apresenta planícies relativamente estreitas, onde se intercalam inúmeras praias entre costões rochosos, além de muitos ambientes insulares que são de extrema importância para a reprodução de aves marinhas.

Quanto ao Parque Estadual da Serra do Mar, o avanço da ocupação irregular, a caça e a extração ilegal de recursos naturais são os principais desafios a serem enfrentados e demandam uma infraestrutura de fiscalização mais eficiente.

Outro desafio importante que se apresenta para esta unidade de conservação é a melhoria da sua infraestrutura de visitação, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle, adequação das trilhas e construção de um centro de visitantes, bem como a ampliação e capacitação do quadro técnico.

Em relação ao ambiente marinho, São Sebastião apresenta um intenso tráfego de embarcações voltadas para as atividades de pesca, lazer e transporte de cargas que precisa ser melhor regulamentado. O transporte de cargas apresenta importantes ameaças para biodiversidade marinha, incluindo riscos de derramamento de substâncias tóxicas. O plano de manejo da APA Marinha Litoral Norte, atualmente em fase de elaboração, é instrumento de fundamental para o ordenamento das atividades no mar tendo em vista a proteção do meio ambiente e o controle de riscos.

Ademais, são desafios a serem enfrentados a efetivação das propostas de criação e ampliação de unidades de conservação previstas na minuta de lei do novo plano diretor do Município de São Sebastião, o enquadramento do Parque Municipal de São Sebastião, criado pela Lei Complementar Municipal nº 24/2002, em uma das categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e a elaboração dos planos de manejo das APAs municipais Baleia-Sahy, Alcatrazes e Itaçuçê.

No que tange à Terra Indígena Ribeirão Silveira, é relevante apoiar a sua ampliação e elaborar e implementar um plano de gestão ambiental com o objetivo de apoiar as atividades voltadas para o extrativismo, agricultura, pesca, artesanato e turismo ali desenvolvidas.

**DEFICIT E DEMANDAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS**

São Sebastião tem sofrido com o grande crescimento das ocupações desordenadas e irregulares, nas encostas e áreas protegidas do município, principalmente, na Estrada da Limeira, Rua Vereador Vasconcelos, Vaquinha, Tropicanga e Morro 51. Apesar de desenvolver ações voltadas ao atendimento dos problemas habitacionais, o município tem o desafio de elaborar uma política habitacional de produção de moradias, através da criação de mais Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) vazias, voltadas a atender principalmente o grande número de famílias a serem removidas de áreas impróprias para ocupação. O município deve desenvolver estratégias de manutenção da população no local original de moradia, priorizando a eliminação de situações de risco.

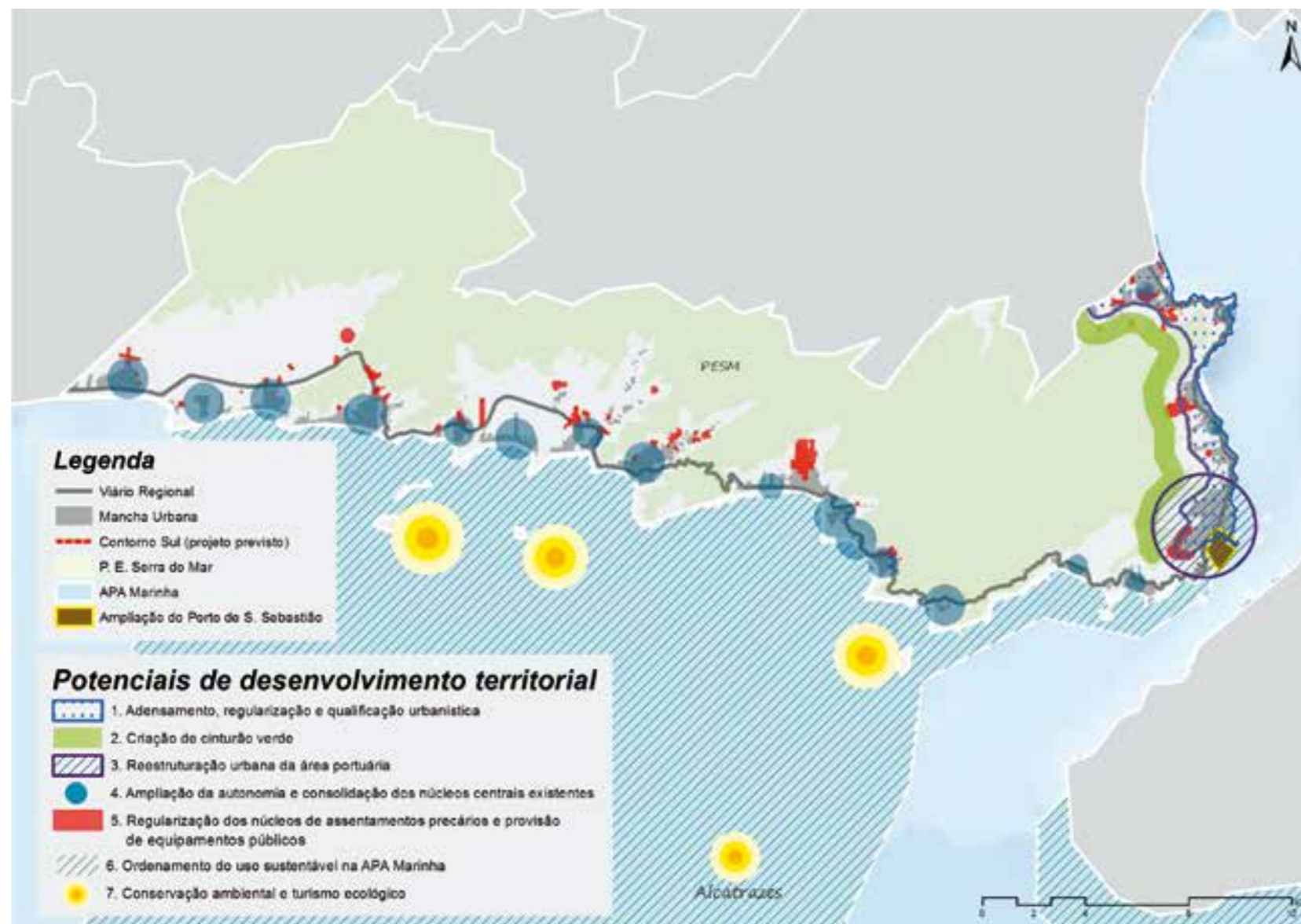
Complementarmente, identifica-se a necessidade de São Sebastião atualizar o plano municipal de redução de riscos, com protagonismo dos moradores e organizações sociais, constituindo Núcleos de Defesa Civil distribuídos nas áreas de risco geotécnico e de inundação.

Quanto à mobilidade, São Sebastião possui o desafio de priorizar a ampliação das linhas municipais, articulando os bairros com linhas de transporte público e implantando política de tarifação integrada. A elaboração do plano municipal de mobilidade de modo participativo insere-se como um desafio na estruturação da mobilidade com inclusão de grupos ao conjunto de serviços públicos no município e região.

## POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Considerando o conjunto de significativas intervenções previstas, ou já em fase de implementação, e a consequente dinamização econômica decorrente destes processos, o Município de São Sebastião tem potencial para promover um desenvolvimento sustentável revertendo o quadro de deficiências de infraestruturas e desigualdades socioterritoriais atualmente existentes.

Partindo das características do território, marcado pela urbanização fragmentada e pelo padrão de ocupação diferenciado da Costa Norte/Centro e da Costa Sul, esses potenciais foram organizados de maneira articulada no mapa a seguir.



Elaboração: Instituto Pólis.

### ADENSAMENTO, REGULARIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA

A definição dessa potencialidade baseia-se no direcionamento do adensamento populacional nas áreas mais consolidadas, por meio de parâmetros e instrumentos urbanísticos, tendo o Contorno como limite para o avanço da urbanização.

É fundamental ainda garantir a consolidação de estratégias de reserva de terra para Habitação de Interesse Social (HIS) nesta porção do território, distribuindo Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de áreas vazias de acordo com as necessidades, com as redes de emprego e sociabilidade da demanda. O adensamento desta área, e a garantia de acesso a terra para os mais pobres, tem papel relevante na diminuição da pressão pela ocupação de áreas ambientalmente protegidas.

### CRIAÇÃO DE CINTURÃO VERDE

Considerando a implantação do Contorno Sul, e a pressão pela ocupação de seu entorno, indica-se ainda como potencialidade a criação de um cinturão verde nas áreas entre o Contorno e o Parque Estadual da Serra do Mar, por meio de zoneamento específico, visando à consolidação de uma área de transição entre o uso urbano e a proteção ambiental.

### REESTRUTURAÇÃO URBANA DA ÁREA PORTUÁRIA

Considerando o contexto de grandes investimentos no município, em decorrência da possível ampliação do porto e da implantação do Contorno, a área portuária apresenta grande potencialidade de reestruturação urbana, a partir da qualificação urbanística da região, ampliando os espaços de uso público, e reforçando a valorização e recuperação do patrimônio histórico cultural do município.

### AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA E CONSOLIDAÇÃO DOS NÚCLEOS CENTRAIS EXISTENTES

Considerando a intensa fragmentação do território na Costa sul, e a dificuldade de integração dos bairros pelas suas características geográficas, é fundamental o desenvolvimento de uma política de descentralização administrativa que consolide os núcleos centrais existentes, tendo como foco o atendimento da população residente.

Nesse sentido apontamos para o importante papel de centralidade que deve ser assumido pelos bairros de Boiçucanga, Jaquehy e Boracéia a partir de um esforço de ampliação da oferta de serviços e equipamentos públicos para o atendimento da população. O bairro de Boracéia deve cumprir, considerando a disponibilidade de terras vazias, um importante papel na provisão habitacional para atendimento regional, o que reforça a necessidade de maior investimento na sua consolidação como um polo de serviços e equipamentos públicos.

### REGULARIZAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

É fundamental que ocorra uma priorização do investimento público no sentido de regularização e qualificação dos assentamentos precários por meio da implementação das ZEIS já demarcadas pela legislação municipal. Tais medidas devem ocorrer necessariamente acompanhado da articulação com outras políticas sociais e provisão de infraestrutura e equipamentos públicos tais como postos de serviços, escolas, etc., para atendimento da população local.

O processo de implementação das ZEIS deve priorizar o processo de regularização e qualificação e implantação de equipamentos a partir da renda dos moradores dos assentamentos. Neste sentido, é muito importante a demarcação e a destinação de terras da União para regularização fundiária e para produção de novas moradias.

### ORDENAMENTO DO USO SUSTENTÁVEL NA APA MARINHA DO LITORAL NORTE

A elaboração dos planos de manejo da APA Marinha do Litoral Norte são instrumentos auxiliares fundamentais para o ordenamento das atividades no mar, bem como para se estabelecer ações limitadoras ao desenvolvimento de atividades econômicas e de controle de riscos.

### CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO ECOLÓGICO

É importante ainda redefinir a categoria ambiental do Arquipélago de Alcatrazes em Parque Nacional Marinho, favorecendo o desenvolvimento de atividades de turismo ecológico, incluindo a prática de mergulho.

Os potenciais de desenvolvimento territorial se constituem como uma proposta para definição coletiva de uma macro visão do futuro de São Sebastião. Esses potenciais de desenvolvimento territorial ganharão força quando debatidos em processos democráticos e participativos e integrados aos instrumentos de planejamento municipal, como o plano plurianual, plano diretor, diversos planos setoriais nas áreas de habitação, mobilidade, saneamento, entre outros. É fundamental que os potenciais aqui indicados sejam discutidos e suas análises aprofundadas no âmbito dos diferentes conselhos municipais.



DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.	Instituir e regulamentar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), incluindo entre os empreendimentos de impacto os loteamentos e empreendimentos imobiliários de grande porte e os de mobilidade e logística, discutindo, inclusive os potenciais dos entornos do contorno sul, incluindo sua aprovação entre as atribuições do COMDURB (Lei Municipal nº 1860/07).
	<b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.	Realizar monitoramento da aplicação dos recursos públicos decorrentes das dinâmicas da cadeia do petróleo, gás, portos e grandes investimentos realizados no município.
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.	Articular, direcionar e publicizar os investimentos sociais privados de grandes e pequenas empresas em ações de qualificação profissional na área de petróleo e gás, no setor moveleiro, no setor da agricultura urbana e em iniciativas socioeducativas.
		Mapear e articular as potenciais micro e pequenas empresas no município para que possam se inserir nas principais cadeias econômicas identificadas no Litoral Norte (petróleo e gás e logística).
		Promover cursos voltados para a qualificação profissional na área de petróleo e gás, setor moveleiro; capacitação técnica para o turismo ambiental, cadeia da produção cultural e atividades agrícolas.
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.	Criar instrumentos de comunicação e integração entre as diferentes regiões do município (Costa Norte, Centro e Costa Sul) para divulgação das oportunidades de formação, trabalho e renda existentes.
		Elaborar e implementar um plano municipal de segurança.
Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.	<b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinamentos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.	Apoiar a revisão do plano municipal de educação (Lei municipal nº 1.835/07), com a colaboração de parceiros de outros níveis de governo.
		Mapear, articular e fortalecer as iniciativas de educação não formal existentes no município, com destaque para as que contribuem para as redes de produção cooperativada e incidem nas temáticas ambiental, cultural, de geração de trabalho e renda e à produção agrícola e possibilitem a inclusão dos jovens em atividades econômicas formais.
		Atrair cursos de ensino superior e tecnológico.
Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.	<b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.	Desenvolver projetos de pesquisa e produção de conhecimento associados à sociobiodiversidade, considerando especialmente as unidades de conservação existentes e as especificidades do município, tais como: aspectos biofísicos e sociais do Núcleo São Sebastião visando a melhoria da gestão; mamíferos, vegetação, aves, anfíbios e répteis, e mais particularmente a avifauna marinha e espécies endêmicas insulares, especialmente herpetofauna (atenção especial para a Perereca e a Jararaca de Alcatrazes); processos de regeneração dos ecossistemas.
		Fortalecer as expressões da diversidade cultural, através da descentralização de equipamentos culturais e ações, em especial as festas comunitárias e folclóricas que integram o calendário do município, de modo a fortalecer a identidade e a construção do sentimento de pertencimento.
		Fortalecer a pesca artesanal com a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), já aprovado pela Câmara, para viabilizar a comercialização do pescado; inclusão da garantia do desenvolvimento desta atividade no plano de manejo da APA Marinha, inclusive com a continuidade da implantação da infraestrutura de apoio à pesca artesanal.
	<b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.	Desenvolver circuitos turísticos culturais: artesanato, culinária, agricultura familiar, trilhas, sítios arqueológicos, comunidades tradicionais e eventos esportivos (náuticos e praianos).
		<b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.	Concluir as propostas em andamento da criação e ampliação de unidades de conservação (parques naturais municipais Gengibre, Boracéia/Barra do Una e Guaecá, e Parque Nacional Marinho de Alcatrazes), conforme proposta prevista no projeto do novo plano diretor do Município de São Sebastião.
		Enquadrar o Parque Municipal de São Sebastião, criado pela Lei Complementar Municipal nº 24/2002, em uma das categorias do SNUC.
		Monitorar a qualidade ambiental dos manguezais que integram a APA Marinha do Litoral Norte no Município de São Sebastião (atenção especial para os manguezais dos Rios Una, Sahy e Cubatão, Araçá, Enseada/Canto do Mar, Área de Relevante Interesse Ecológico São Sebastião).
		Implementar o plano de monitoramento da qualidade ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar no Núcleo São Sebastião.
Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<b>B</b> Elaborar e/ou rever as regras de uso e ocupação das unidades de conservação, de forma a compatibilizar os usos sustentáveis e propor a adequação das áreas consolidadas.	Elaborar os planos de manejo das APAs municipais Baleia - Sahy, Alcatrazes e Itaquê.
	<b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.	Melhorar a infraestrutura de visitação disponível no Núcleo São Sebastião do Parque Estadual da Serra do Mar, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle, adequação das trilhas e centros de visitantes existentes e a ampliação e capacitação do quadro de pessoal.
		Incentivar o turismo em baixa temporada e fortalecer a imagem do Núcleo São Sebastião do Parque Estadual da Serra do Mar como um importante ativo ambiental de São Sebastião.
		Criar circuitos turísticos culturais, ambientais que fortaleçam as práticas e o saber-fazer a partir das comunidades, atraindo turistas para as ofertas locais como culinária, artesanato, saberes, patrimônios materiais e imateriais e produzir material didático regional contemplando essas características.
	<b>D</b> Sensibilizar a sociedade civil e gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.	Articular as pesquisas e os pesquisadores que atuam nas unidades de conservação de forma a que os resultados possam ser apropriados e aplicados pelas comunidades locais e órgãos gestores.
Incentivar, apoiar, regulamentar e regularizar as atividades de cultivo, extrativismo e pesca desenvolvidas em unidades de conservação com respeito aos direitos das comunidades tradicionais.	Promover eventos municipais de sensibilização da sociedade civil e dos gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.	
Efetivar a regularização fundiária das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais bem como dos assentamentos informais de baixa renda localizados em unidades de conservação.	<b>E</b> Garantir a titulação e homologação das terras ocupadas por índios e quilombolas.	Apoiar a ampliação da Terra Indígena Ribeirão Silveira.
	<b>F</b> Garantir a titulação e condições adequadas de habitabilidade dos assentamentos informais de baixa renda e reassentar os moradores em situação de risco.	Garantir o direito de uso das comunidades caiçaras moradoras da Ilha Montão de Trigo, avançando para implementação de instrumentos mais efetivos de segurança da permanência desta população em relação aos vigentes. Promover a desafetação e a regularização fundiária das áreas já consolidadas existentes no Parque Estadual da Serra do Mar em São Sebastião onde vivem comunidades de baixa renda (situadas, principalmente, na Estrada da Limeira, Rua Vereador Vasconcelos, Vaquinha, Tropicanga e Morro 51), devendo-se efetivar o reassentamento das populações localizadas em áreas risco.
Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.	<b>G</b> Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e a sociedade civil.	Criar e implementar o plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de São Sebastião.
		Elaborar e implementar um plano de gestão territorial e ambiental para a terra indígena Ribeirão Silveira, conforme a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.
		Prever áreas passíveis de plantio, (agricultura familiar e pequenos agricultores) no plano diretor.
		Estimular a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) no Município de São Sebastião, especialmente nos setores considerados estratégicos pelo plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Mar e projeto do novo plano diretor de São Sebastião.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
<p>Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.</p>	<p><b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.</p>	<p>Elaborar de maneira participativa o plano municipal de mobilidade apontando diretrizes para uso e ocupação do solo, contemplando estratégias de organização dos sistemas cicloviário e hidroviário municipais e priorizando a qualificação do sistema de transporte coletivo com a integração do território e ampliação do número de linhas municipais articulando os bairros do município, implantando política de tarifação integrada e de menor custo e estabelecendo estratégias de participação e controle social sobre os planos, projetos e as concessões de transporte público e mobilidade urbana.</p>
<p>Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).</p>	<p><b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.</p>	<p>Garantir o acesso a alimentação adequada e saudável por meio de programas de transferência de renda, realizando a busca ativa da demanda e a à promoção de ações complementares com vistas a emancipação das famílias.</p> <p>Garantir o acesso à alimentação escolar adequada e saudável, por meio da aplicação da Lei Federal nº 1.947/09 do Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a compra do pescado e produtos da agricultura familiar local e regional para a merenda escolar.</p> <p>Fortalecer a agricultura familiar e o fomento de circuitos locais/regionais de produção, abastecimento e consumo, aplicando as diretrizes do plano municipal de desenvolvimento rural sustentável e ampliar a estrutura municipal e estadual de assistência técnica e extensão rural e pesqueira.</p>
<p>Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.</p>	<p><b>D</b> Promover soluções alternativas adequadas de saneamento ambiental em comunidades isoladas e assentamentos precários.</p> <p><b>E</b> Identificar vulnerabilidades e formular planos e programas de prevenção e adaptação aos impactos da mudanças climáticas na região, priorizando as populações mais vulneráveis aos seus efeitos adversos, bem como elaborar planos de ação para responder a eventos climáticos extremos que possam gerar situações de anormalidade, notadamente em áreas de risco.</p> <p><b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.</p> <p><b>G</b> Combater todas as formas de poluição, incluindo as fontes de poluição dos portos e retroportos, e eliminar áreas contaminadas, inclusive dentro das unidades de conservação.</p>	<p>Implantar sistemas de esgotamento e tratamento sanitário, considerando a fragmentação das ocupações e as características geomorfológicas ao longo do território, atendendo a núcleos dispersos e isolados.</p> <p>Atualizar plano municipal de redução de riscos com protagonismo dos moradores e organizações sociais, constituindo Núcleos de Defesa Civil, distribuídos nas áreas de risco geotécnico e de inundação.</p> <p>Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar custos de (tratamento) destinação de resíduos.</p> <p>Desenvolver ações de aprimoramento de controle de fontes emissoras de poluentes relativas às atividades industriais com potencial de impacto ambiental, incluindo ações de prevenção de acidentes.</p>
<p>Promover habitação adequada para a população de baixa renda.</p>	<p><b>H</b> Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).</p>	<p>Elaborar política habitacional programática de produção de moradias através de criação de mais ZEIS vazias voltadas a atender principalmente o grande número de famílias a serem removidas de áreas incompatíveis com ocupação e das áreas atingidas pelas intervenções das obras do Contorno Sul da Tamoios.</p>

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.	<p><b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.</p>	<p>Articular o PREZEIS Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e o Plano Municipal de Redução de Riscos criando estratégias de manutenção da população no local original de moradia em condições habitacionais adequadas, priorizando a eliminação de situações de risco, implementando empreendimentos e obras de infraestrutura.</p>
	<p><b>K</b> Criar estratégias para a manutenção da população no local original de moradia, em condições habitacionais adequadas, priorizando a eliminação de situações de risco, implementando empreendimentos e obras de infraestrutura e desenvolvendo programas de assistência técnica para qualificação das edificações.</p>	
Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.	<p><b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.</p>	<p>Fortalecer a diversidade cultural pela descentralização de equipamentos culturais e eventos culturais.</p>
	<p><b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.</p>	<p>Aprimorar a Estratégia do Programa Saúde da Família; implantação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família; finalização e ativação do Hospital da Costa Sul (Boiçucanga); e criação de Programa de Atendimento Médico Domiciliar.</p>
		<p>Realizar o controle e a prevenção da obesidade e do desenvolvimento de doenças crônicas, ampliando a coleta e transcrição de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para toda a população.</p>
		<p>Promover processos de educação e formação em segurança alimentar e nutricional nas áreas de saúde e da educação.</p>

# AGENDA MUNICIPAL de BERTIOGA



## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Características da ocupação	Dados econômicos
Área total (AGEM 2008): 48,8 mil hectares	PEA 2010 (IBGE 2010): 25 mil pessoas
Área da mancha urbana 2011 (Instituto Pólis): 2.723 ha (5,57%)	Empregos formais (RAIS/MTE 2010): 11 mil
Área inserida em unidades de conservação (ICMBio 2011): 34,8 mil ha (71,2%)	Valor Adicionado – VA (SEADE 2010): R\$693 mi
Áreas protegidas*: 39,1 mil há (80%)	Valor adicionado <i>per capita</i> (SEADE 2010): R\$14,5 mil
População (IBGE 2010): 47,6 mil	Taxa informalidade (IBGE 2010/Pólis 2012): 47%
Domicílios totais (IBGE 2010): 44,8 mil	
Dom. permanentes (IBGE 2010): 14,6 mil (32,5%)	
Dom. ocasionais (IBGE 2010): 27,8 mil (62,2%)	
Domicílios vagos (IBGE 2010): 2,2 mil (5%)	
Domicílios coletivos (IBGE 2010): 109 (0,3%)	
Deficit quantitativo habitacional (PLHIS 2010): 9.262/63,2% dom. permanentes	

\*Inclui Parques, RPPN, Terra Indígena, mangues, APP hídricas e áreas com declividade superior a 45° (ICMBio/FUNAI/INPE – 2011)

### NÍVEL DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Bertioga, que está geograficamente situada entre os centros dinâmicos da Baixada Santista - Santos, Guarujá, São Vicente e Cubatão - e do Litoral Norte – São Sebastião e Caraguatatuba -, apresentou um forte incremento populacional nas últimas duas décadas, relacionado à expressiva migração de população para o trabalho na construção civil, comércio e serviços, bem como ao contínuo reforço da consolidação do município como espaço para segundas residências.

### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Apesar das potencialidades do município em termos de riquezas naturais e culturais, o veraneio segue como atividade de maior destaque na economia local, sendo responsável por importante parcela dos empregos e contribuindo de maneira significativa na arrecadação municipal. Deve-se, entretanto, relativizar os efeitos desta atividade na dinamização da economia local, considerando o predomínio de baixas remunerações, a grande informalidade nas relações de trabalho e seu caráter sazonal. Atualmente, a expansão das atividades de veraneio, a partir da implantação de novos condomínios, parece ter como limitante as restrições ambientais do município, que vem inviabilizando a aprovação de novos projetos, embora persistam grandes vazios urbanos na cidade.

A integração do município na cadeia do petróleo e gás é uma discussão ainda incipiente no município. Embora a criação de novos postos de trabalhos e a diversificação da economia sejam efeitos desejáveis, principalmente pela população mais pobre e por alguns setores da prefeitura, existem entraves ao fortalecimento destas atividades, que advém de limitações da própria configuração do território, de restrições da legislação urbanística e ambiental e de fortes interesses relacionados às atividades imobiliárias, que procuram manter a cidade como espaço de veraneio.

A ampliação da inclusão da população implica na diversificação da economia. Uma alternativa importante é o resgate das atividades tradicionais, como o caso da pesca artesanal, que com o fortalecimento da expansão do mercado imobiliário foi perdendo espaço. Em Bertioga, a pesca artesanal, historicamente importante, sofre com a competição das embarcações maiores e com maior capacidade de armazenagem, vindas de Santa Catarina, para onde é transportado e comercializado o pescado, prejudicando a atividade e a renda dos pescadores do município.

Para a sobrevivência e desenvolvimento da atividade é necessária a implantação de infraestrutura de apoio à pesca artesanal prevista em projeto já concebido pela prefeitura, com a construção de um mini-estaleiro, um cais, uma fábrica de gelo e uma câmara frigorífica. Também é importante ampliar a estrutura de assistência técnica pesqueira para apoio constante na área de planejamento, projetos de beneficiamento do pescado e sua comercialização. A criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), abre a possibilidade de beneficiamento do pescado para comercialização em programas de compras institucionais como a alimentação escolar.

### MEIO AMBIENTE

Em Bertioga, 91% do território municipal é recoberto por vegetação de mata atlântica e ecossistemas associados (restingas e manguezais) que se estendem entre o mar e a serra (Fundação Florestal 2004/2005). Tal fato impõe, por um lado, o desafio de proteger toda esta biodiversidade da caça e da extração ilegal de recursos naturais e, por outro lado, apresenta uma ampla gama de oportunidades para o desenvolvimento de pesquisa científica sobre os aspectos biofísicos e sociais que envolvem esta cobertura vegetal (questões antrópicas, mamíferos, aves, vegetação, anfíbios e répteis) no sentido de utilizar as pesquisas desenvolvidas como suporte a melhoria da política e gestão ambiental local. Para isso é importante dotar os parques estaduais existentes de recursos humanos e infraestrutura de apoio à pesquisa e fiscalização próprias, independente da estrutura já existente.

Bertioga se destaca na Baixada por sua diversidade ambiental e cultural. Essas características precisam ser preservadas e valorizadas como potencialidades de consolidação de um novo padrão de desenvolvimento, que considere a harmonia com as riquezas ambientais e a inclusão dos grupos tradicionais nas dinâmicas econômicas do município.

### DEFICIT E DEMANDAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

A existência muitos de assentamentos precários, localizados em áreas distantes do centro e dos equipamentos públicos existentes, desprovidos de infraestrutura urbana reflete-se em um alto índice de *deficit* habitacional. O deficit habitacional quantitativo de Bertioga, equivalente a 63,2% dos domicílios permanentes. É na atualidade o maior da região.

Nesse contexto, a ampliação da capacidade institucional para implementação de uma política de regularização fundiária desses assentamentos, aliada à definição e demarcação de ZEIS vazias voltadas para atender não só o deficit habitacional, mas também para reassentamento, se colocam como um dos mais importantes desafios a serem enfrentados nos próximos anos. A demarcação de ZEIS deve ser realizada de forma a possibilitar o atendimento das famílias em áreas consolidadas e próximas a equipamentos públicos.

É fundamental que o Município de Bertioga continue o mapeamento e a identificação dos assentamentos precários existentes em todo seu território, incluindo aqueles inseridos em áreas de proteção ambiental, promovendo a ampla divulgação e publicidade.

Bertioga possui ainda o desafio da universalização dos serviços de saneamento, com vistas a qualificar os diversos assentamentos precários e promover a saúde da população residente. É importante ainda tornar transparente o processo de elaboração do Plano de Saneamento, garantindo o acompanhamento e monitoramento pela sociedade civil.

No âmbito da mobilidade, Bertioga possui o desafio de implementar o Projeto de Integração Espacial do Sistema de Transporte Urbano Municipal e o Plano Cicloviário Metropolitano. Esses planos devem ser implementados considerando a ampliação da integração regional do município e a garantia de participação e controle social da população.

## POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

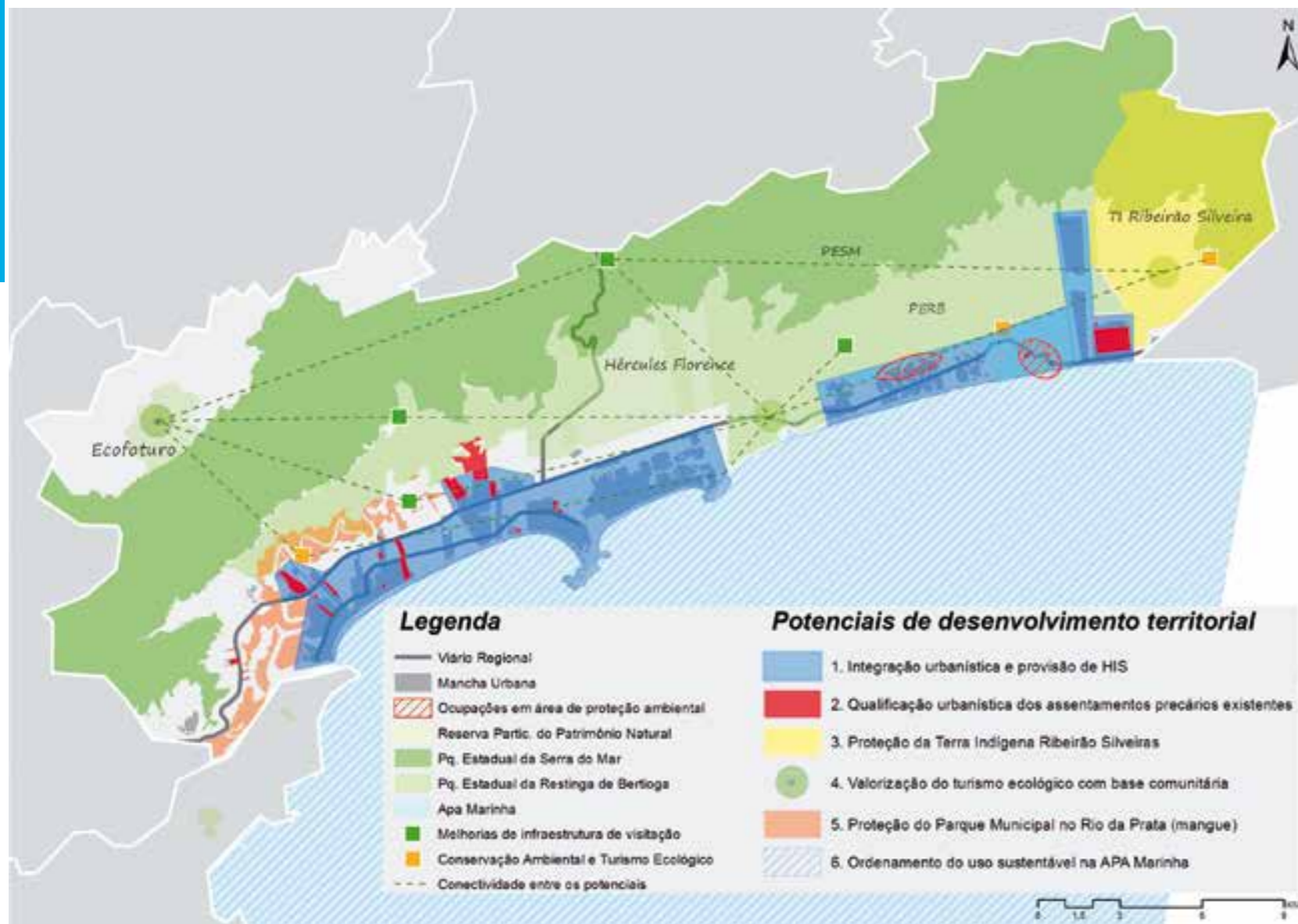
Considerando o conjunto de desafios que precisam ser enfrentados, mas também as características do processo de urbanização e as riquezas ambientais do município foram identificados importantes potenciais de desenvolvimento territorial. Estes potenciais, apresentados no mapa a seguir, indicam caminhos para a promoção de um desenvolvimento sustentável que reverta o quadro de deficiências de infraestruturas e desigualdades socioterritoriais atualmente existentes.

### INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA E PROVISÃO DE HIS

A extrema fragmentação territorial, a necessidade de atendimento habitacional à população de baixa renda, e a existência de espaços vazios entre os bairros, reforça a potencialidade de se integrar as áreas urbanizadas fragmentadas, garantindo espaço para provisão de habitações de interesse social (HIS). A priorização da ocupação destas áreas remanescentes para produção de HIS é fundamental para garantia do direito à moradia das famílias assentadas em área de preservação ambiental que se encontram ameaçadas por processos de remoção.

Neste sentido parece estratégico para o Município de Bertioga discutir a necessidade de um pacto entre o poder público local, os empreendedores imobiliários, os proprietários e a população de baixa renda, no sentido de buscar soluções para ampliar a integração dos condomínios à malha urbana, garantindo espaços para a provisão de Habitação de Interesse Social (HIS).

Tais soluções podem se concretizar por meio de acordos setoriais e da revisão e adequação do plano diretor e da legislação municipal de uso, ocupação e parcelamento do solo, além do levantamento, demarcação e destinação de terras da União e para regularização fundiária e para produção de novas moradias.



Elaboração: Instituto Pólis.

### QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EXISTENTES

A gravidade da questão habitacional em Bertioga exige uma atenção especial no sentido de melhorar as condições dos assentamentos precários situados em diversas áreas do município. Nesse sentido a priorização de investimentos para a melhoria das condições de moradia e de infraestrutura urbana e da garantia de regularização fundiária destes assentamentos representa um importante passo para a superação do quadro de grandes desigualdades socioterritorial, com progressiva integração dos diferentes espaços da cidade.

### PROTEÇÃO DA TERRA INDÍGENA RIBEIRÃO SILVEIRA

A intensificação da proteção da Terra Indígena Ribeirão Silveira aparece como um importante potencial para fortalecer a diversidade sociocultural em Bertioga. Neste sentido é importante apoiar a ampliação do território da reserva, apoiando as atividades voltadas para o extrativismo, agricultura, pesca, artesanato e turismo e estimulando a aproximação dos munícipes com a cultura e saber fazer guarani, garantindo-se o direito à consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas.

### VALORIZAÇÃO DO TURISMO ECOLÓGICO DE BASE COMUNITÁRIA

Bertioga possui dentro de suas unidades de conservação importantes atrativos ambientais com grande potencial de valorização enquanto circuitos turísticos, como a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Ecofuturo, o complexo da Usina de Itatinga, trilhas, passeios fluviais e a Terra Indígena Ribeirão Silveira. Estes atrativos se tratados de maneira mais integrada ganharão mais força como circuitos. A articulação do turismo ambiental com turismo arqueológico, histórico e cultural com base comunitária é um grande potencial para a diversificação econômica e a inclusão da população local.

### PROTEÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL NO RIO DA PRATA (MANGUE)

Em Bertioga, a área hoje correspondente ao Parque Municipal Ilha Rio da Praia exerce uma importante função ecológica enquanto mangue, tendo um papel relevante como área de transição entre a urbanização e a área já protegida pela criação Parque Estadual Restinga de Bertioga. Nesse sentido a ampliação da proteção desta área, a partir de seu enquadramento em uma das categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação representa um importante potencial de garantia de proteção ambiental no município, inibindo o avanço de ocupações irregulares e usos indevidos em área de grande interesse.

### ORDENAMENTO DO USO SUSTENTÁVEL NA APA MARINHA

A elaboração dos planos de manejo da APA Marinha Litoral Centro são instrumentos auxiliares fundamentais para o ordenamento das atividades no mar, bem como para se estabelecer ações limitadoras ao desenvolvimento de atividades econômicas e de controle de riscos.

Os potenciais de desenvolvimento territorial se constituem como uma proposta para definição coletiva de uma macro visão do futuro de Bertioga. Esses potenciais de desenvolvimento territorial ganharão força quando debatidos em processos democráticos e participativos e integrados aos instrumentos de planejamento municipal, como o plano plurianual, plano diretores, diversos planos setoriais na área de habitação, mobilidade, saneamento, entre outros. É fundamental que os mesmos sejam debatidos e amadurecidos nos diferentes conselhos municipais.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.	Instituir e regulamentar a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), incluindo entre os empreendimentos sujeitos ao EIV os loteamentos e empreendimentos imobiliários de grande porte. A aprovação do EIV deve ser de responsabilidade do CONDEMA (Lei Municipal nº 289/1998) e de órgão colegiado de política urbana a ser instituído.
	<b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.	Articular e direcionar os investimentos sociais privados de grandes e pequenas empresas em ações voltadas à sensibilização e diversificação do turismo (ecoturismo, histórico-cultural, de aventura e de pesca) e no apoio à construção de moradias populares.
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.	Mapear e articular as potenciais micro e pequenas empresas no município para que possam se inserir nas principais cadeias econômica identificadas.
		Promover cursos voltados para a qualificação profissional para o turismo e para atividades ligadas a educação socioambiental e à preservação e para pesca artesanal e sua respectiva infraestrutura de apoio e beneficiamento.
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.	Elaborar e implementar um plano municipal de segurança, considerando a ampliação do treinamento e formação da Guarda Municipal.
		Promover a articulação necessária para implementar o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção”, garantindo a participação dos governos Federal e Municipal, empreendedores e empregadores.
		Ampliar as políticas de prevenção à violência contra mulher.
Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.	<b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinamentos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.	Apoiar a revisão do plano municipal de educação (Lei Municipal nº 628/2004), priorizando a ampliação da oferta de Educação Infantil, especialmente creches.
		<b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.
Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.	<b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.	Fortalecer a pesca artesanal implantando infraestrutura de apoio, com um estaleiro para reformas e reparos em barcos de pesca, um cais para carga e descarga, uma fábrica de gelo e uma câmara frigorífica (projeto da prefeitura); e implantar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para viabilizar a comercialização do pescado; bem como elaborar de projeto de reutilização do resíduo de pescado que é jogado no mar e que atrapalha a entrada de peixes como o robalo e outros.
		Garantir a proteção da Terra Indígena Ribeirão Silveira, promovendo a valorização da cultura guarani e ampliar o acesso de alunos de escola, universidade e moradores aos programas de visitação, garantida a consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas.
		Mapear o patrimônio histórico-cultural material e imaterial de Bertioga, fortalecendo a gestão e a preservação e considerar o Festival de Cultura Indígena como patrimônio cultural do Município.
	<b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.	



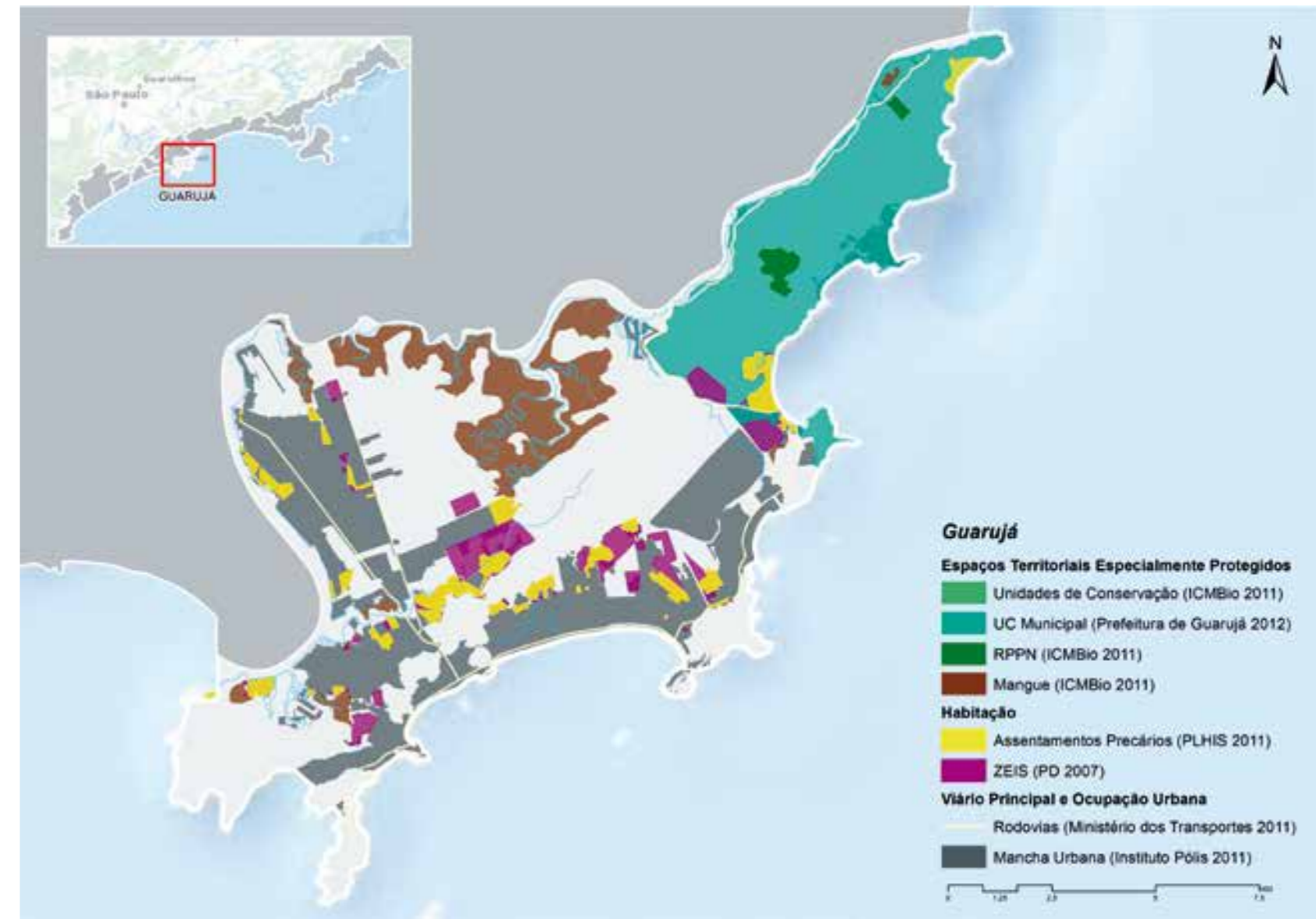
DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.	Criar o Núcleo Bertioga do Parque Estadual da Serra do Mar e dotá-lo de recursos humanos e infraestrutura, incluindo um centro de visitantes.
		Criar um mosaico de unidades de conservação que inclua os Parques Estaduais da Serra do Mar, Restinga de Bertioga e o Parque Municipal Ilha Rio da Praia.
		Monitorar a qualidade ambiental dos manguezais que integram a APA Marinha Litoral Centro e o Parque Estadual Restinga de Bertioga (PERB) no Município de Bertioga (Atenção especial para os manguezais localizados junto aos rios Itaguapé, Guaratuba, Itapanhaú e Canal de Bertioga).
		Implementar o Plano de Monitoramento da Qualidade Ambiental (PMQA) do Parque Estadual da Serra do Mar em Bertioga.
Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<b>B</b> Elaborar e/ou rever as regras de uso e ocupação das unidades de conservação, de forma a compatibilizar os usos sustentáveis e propor a adequação das áreas consolidadas.	Concluir as consultas públicas e os estudos técnicos necessários à edição do Plano de Manejo do Parque Estadual Restinga de Bertioga.
	<b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.	Melhorar a infraestrutura de visitação disponível no Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Estadual Restinga de Bertioga, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle, adequação das trilhas, construção de um centro de visitantes e a ampliação e capacitação do quadro de pessoal.
		Valorizar os passeios fluviais de ecoturismo incluindo a canoagem fluvial ao longo dos Rios Itapanhaú, Guaratuba, Jaguareguava e Itaguapé e o <i>acquaride</i> em corredeiras ao longo do Rio Itaguapé.
		Incentivar o turismo em baixa temporada e fortalecer a imagem das unidades de conservação de Bertioga como importantes ativos ambientais.
		Criar circuitos turísticos culturais e ambientais que fortaleçam as práticas e o saber-fazer dos povos e comunidades tradicionais, atraindo turistas para as ofertas locais como culinária, artesanato, saberes, patrimônios materiais e imateriais e produzir material didático regional contemplando essas características (ex.: Implantar o circuito turístico Parque das Neblinas / Vila Itatinga / Itapanhaú).
		Articular as pesquisas e os pesquisadores que atuam nas unidades de conservação de forma a que os resultados possam ser apropriados e aplicados pelas comunidades locais e órgãos gestores.
Incentivar, apoiar, regulamentar e regularizar as atividades de cultivo, extrativismo e pesca desenvolvidas em unidades de conservação com respeito aos direitos dos povos e comunidades tradicionais.		
<b>D</b> Sensibilizar a sociedade civil e gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.	Promover eventos municipais de sensibilização da sociedade civil e dos gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.	
Efetivar a regularização fundiária das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais bem como dos assentamentos informais de baixa renda localizados em unidades de conservação.	<b>E</b> Garantir a titulação e homologação das terras ocupadas por índios e quilombolas.	Apoiar a ampliação da Terra Indígena Ribeirão Silveira.
	<b>F</b> Garantir a titulação e condições adequadas de habitabilidade dos assentamentos informais de baixa renda e reassentar os moradores em situação de risco.	Promover a regularização fundiária das áreas já consolidadas existentes no Parque Estadual Restinga de Bertioga onde vivem comunidades de baixa renda.
Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.	<b>G</b> Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e a sociedade civil.	Criar e implementar o plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Bertioga.
		Elaborar e implementar o plano de gestão ambiental da terra indígena Ribeirão Silveira, conforme a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.
		Estimular a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) no Município de Bertioga como instrumento de compensação ambiental.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.	<b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.	Ampliar a rede cicloviária de Bertioga, conforme o Plano Cicloviário Metropolitano e projetos da Prefeitura Municipal, e implementar o Projeto de Integração Espacial do Sistema de Transporte Urbano Municipal de Bertioga, reorganizando o sistema municipal com novas linhas e terminais e articulando-o ao sistema de transporte regional, estabelecendo política de tarifação integrada e de menor custo, de participação e controle social sobre os projetos e as concessões de transporte público.
		Avaliar a possibilidade de reestruturação da Rodovia Rio-Santos (no trecho Bertioga) considerando a qualificação da mobilidade e acessibilidade de ciclistas e pedestres com a inclusão de ciclovias e calçadas.
Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).	<b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.	Garantir o acesso a alimentação adequada e saudável por meio de programas de transferência de renda, realizando a busca ativa da demanda e a promoção de ações complementares com vistas a emancipação das famílias
		Garantir o acesso à alimentação escolar adequada e saudável, com o cumprimento da Lei 11.947 de aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e dos pescadores artesanais locais, com vistas ao fomento de circuitos locais/regionais de produção, abastecimento e consumo e fortalecendo o Projeto da Polpa da Juçara na aldeia Ribeirão Silveira.
Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.	<b>E</b> Identificar vulnerabilidades e formular planos e programas de prevenção e adaptação aos impactos da mudanças climáticas na região, priorizando as populações mais vulneráveis aos seus efeitos adversos, bem como elaborar planos de ação para responder a eventos climáticos extremos que possam gerar situações de anormalidade, notadamente em áreas de risco.  <b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.	Promover a divulgação, avaliação e monitoramento da implantação do plano municipal de saneamento básico.
		Implantar Sistema de Coleta Seletiva em três tipos - orgânicos, secos e rejeito -, com vistas a: (1) reaproveitamento integral dos resíduos orgânicos, por meio de tecnologia de biodigestão e de compostagem; (2) reciclagem de todos os materiais recicláveis (secos), com a participação de cooperativas de catadores; (3) destinação do rejeito para aterro sanitário, tendo como referência os fatores de sucesso do projeto Riviera de São Lourenço, e estimular a produção local de ecoprodutos.
Promover habitação adequada para a população de baixa renda.	<b>H</b> Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).	Definir a demarcação de ZEIS vazias voltadas ao atendimento do <i>deficit</i> habitacional e a necessidade de reassentamento de parte das famílias em assentamentos precários, articulando as demarcações com a proximidade de oferta de equipamentos públicos.
Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.	<b>I</b> Implementar os Sistemas Municipais de Informações Habitacionais, visando compartilhar e integrar os cadastros de beneficiários dos projetos federal, estadual e municipais, bem como os cadastros de localização dos assentamentos precários.  <b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.	Implementar o Sistema Municipal Integrado de Informações Habitacionais - Sihab-Município.
		Ampliar a capacidade institucional para a implementação de projetos de regularização fundiária dos assentamentos precários.
Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.	<b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.  <b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.	Fortalecer a diversidade cultural pela descentralização de equipamentos culturais e eventos culturais.
		Apoiar a implementação do Sistema Municipal de Cultura de Bertioga, articulado ao Sistema Nacional de Cultura.
		Continuar os investimentos na expansão e melhoria da qualidade da Estratégia de Saúde da Família.
		Realizar o controle e a prevenção da obesidade e do desenvolvimento de doenças crônicas ampliando a coleta e transcrição de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para toda a população; Fortalecer o projeto "Nascendo e Crescendo Forte", Diagnóstico e Tratamento da Anemia Ferropriva e Parasitoses.
		Promover processos de educação e formação em segurança alimentar e nutricional, nas áreas da saúde e da educação.

# AGENDA MUNICIPAL de GUARUJÁ



## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Características da ocupação	Dados econômicos
Área total (AGEM 2008): 14,2 mil hectares	PEA (IBGE 2010): 144 mil
Área da mancha urbana 2011(Pólis): 3,8 mil hectares (26,7%)	Empregos formais (RAIS/MTE 2010): 47,4 mil
Área inserida em unidades de conservação (ICMBio 2011): 2,7 mil hectares (19,5%)	Valor Adicionado – VA (SEADE 2010): R\$ 3,7bilhões
Áreas protegidas*: 6,7mil hectares (46,9%)	Valor adicionado <i>per capita</i> (SEADE 2010): R\$ 12,7 mil
População (IBGE 2010): 290 mil	Taxa informalidade (IBGE 2010/Pólis 2012): 40%
Domicílios (IBGE 2010): 137,5 mil	
Domicílios permanentes (IBGE 2010): 85 mil (61,8%)	
Domicílios de uso ocasional (IBGE 2010): 46,3 mil (33,7%)	
Domicílios vagos (IBGE 2010): 6 mil (4,4%)	
Domicílios coletivos (IBGE 2010): 144 (0,1%)	
Deficit quantitativo habitacional (PLHIS 2011): sem informação	

\*Inclui Parques, RPPN, Terra Indígena, mangues, APP hídricas e áreas com declividade superior a 45° (ICMBio/FUNAI/INPE – 2011)

### INSERÇÃO REGIONAL

Localizado na porção central da Baixada Santista, o município de Guarujá será fortemente influenciado pelos investimentos do pré-sal e de obras de infraestrutura logística em curso e previstos para a região, já que porção expressiva do Porto de Santos está localizado nesse município, particularmente no bairro Vicente de Carvalho.

### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Essa vocação de território portuário divide espaço com o importante papel da atividade de veraneio, representada pela elevada proporção de domicílios de uso ocasional e pela relevância do setor da construção civil. A importância do veraneio na economia do município reflete-se no dinamismo do comércio e serviço, mas tem como impacto negativo a sazonalidade dos empregos.

A diversificação das atividades econômicas, a superação da condição “sazonal” dos empregos e a inserção da população local nos novos postos de trabalho advindos dos investimentos previstos são importantes desafios para o desenvolvimento sustentável do município.

A inclusão da população impõe ainda o desafio de resgatar atividades tradicionais, que com o fortalecimento da urbanização foram perdendo espaço, como o caso da pesca artesanal. Apesar da importância desta atividade no município, destacando-se as comunidades do Perequê e na Capatazia de Santa Cruz dos Navegantes, são necessárias infraestruturas básicas para o seu melhor desenvolvimento, tais como: píer de embarque e desembarque do pescado e de insumos, infraestrutura para recepção, venda, distribuição e beneficiamento do pescado, e providências para cessão legal de áreas junto à orla para os pescadores colocarem suas embarcações. A estruturação da Diretoria de Pesca, Aquicultura e Atividades Náuticas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário, com a formação de uma equipe para assistência técnica pesqueira, é uma necessidade para planejamento e condução das providências acima e busca de recursos por meio da elaboração de projetos específicos.

### MEIO AMBIENTE

O Município do Guarujá apresenta importantes remanescentes de Mata Atlântica, em parte protegidos pela APA Municipal da Serra do Guararu, bem como ecossistemas associados, incluindo restingas e manguezais.

A expansão de atividades portuárias, industriais, retroportuárias e de apoio logístico implica em importantes riscos para a preservação desta biodiversidade e um problema a ser equacionado. Nesse contexto é primordial que esta expansão seja feita de maneira planejada, evitando a implantação dos empreendimentos em áreas ambientalmente sensíveis e otimizando a infraestrutura portuária existente.

Outro desafio importante é a proteção do ambiente marinho, ameaçado pelo intenso tráfego de embarcações voltadas para a pesca, lazer e transporte de cargas, sendo que este último apresenta importantes ameaças para biodiversidade marinha, incluindo o risco de derramamento de substâncias tóxicas.

A regularização fundiária das terras ocupadas por populações caiçaras é também outro relevante desafio, considerando ainda a inclusão das comunidades da Praia Branca, Sitio Cachoeira e Perequê em programas de pesca sustentável e turismo de base comunitária.

Há também o desafio de se incentivar e promover a pesquisa arqueológica na região do Rabo do Dragão, que possui diversas ruínas do período colonial e sambaquis ainda não identificados e pesquisados que podem se transformar em importantes atrativos turísticos.

### DEFICIT E DEMANDAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

Guarujá possui 61 núcleos de assentamentos precários com pouco mais de 35 mil domicílios, o que representa cerca de 41% do total dos domicílios particulares permanentes da cidade. Esses assentamentos estão localizados majoritariamente em Vicente de Carvalho e nos morros, principalmente na Serra de Santo Amaro. Muitos deles encontram-se em Áreas de Preservação Permanente (APP), como mangues e encostas, e ao longo da linha férrea e da rodovia Cônego Domênico Rangoni.

A necessidade de atendimento de um grande número de famílias, impõe o desafio da ampliação da capacidade institucional da administração municipal, visando à implementação de projetos de regularização fundiária e a viabilização de ZEIS vazias em áreas urbanizadas para produção de novas unidades.

O Guarujá possui também o desafio da universalização do saneamento, priorizando o atendimento da população residente no município.

Relacionado à mobilidade urbana, a continuidade na implantação de um sistema cicloviário vai de encontro as necessidades de deslocamento de grande parte dos moradores. Desafio esse que deve estar articulado a elaboração do plano municipal de mobilidade, considerando as vias estruturantes dos novos projetos, como o do Túnel Santos Guarujá e as da expansão do Porto de Santos, garantindo tarifação integrada e baixos custos de transporte público aos moradores do Guarujá.

### POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Considerando o conjunto de desafios que precisam ser enfrentados, mas também o aproveitamento adequado das oportunidades de turismo e as transformações em curso impulsionada por um conjunto de grandes projetos foram identificadas importantes potenciais territoriais no município. Estes potenciais indicam caminhos para a promoção de um desenvolvimento sustentável que reverta o quadro de deficiências de infraestrutura e desigualdade socioterritorial atualmente existentes.

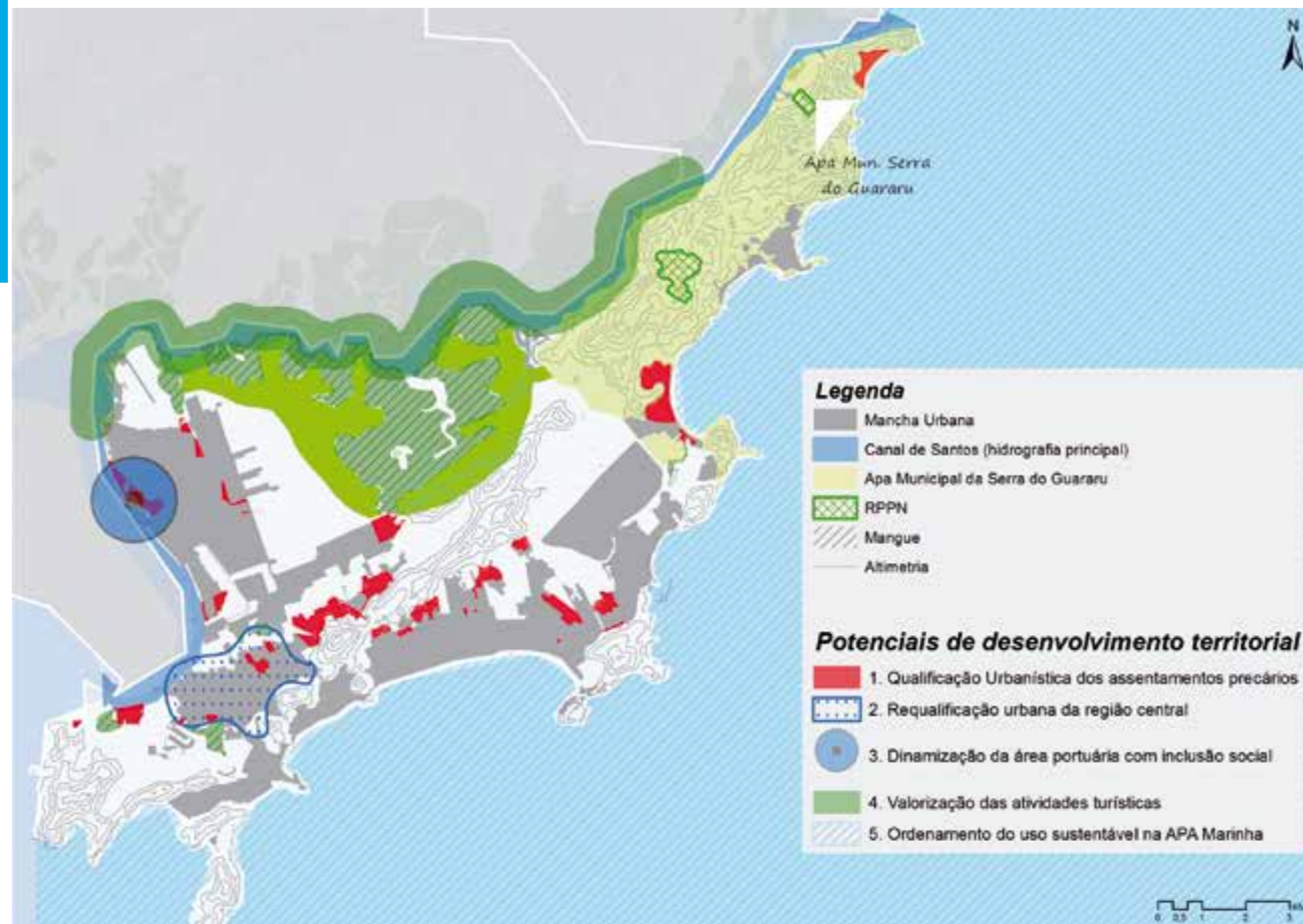
### QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

O município necessita ampliar suas ações de urbanização e qualificação dos assentamentos precários, visando à fixação de famílias de baixa renda em áreas passíveis de consolidação através de projetos de regularização fundiária, ao mesmo tempo viabilizar terra urbanizada e bem localizada para transferência de famílias que deverão ser removidas desses assentamentos. Os programas de regularização fundiária devem considerar a vulnerabilidade das áreas sujeitas, em muitos casos, a inundações e deslizamentos.

Neste sentido, é fundamental o levantamento, a demarcação e a destinação de terras da União para regularização fundiária e para produção de novas moradias no município do Guarujá.

### REQUALIFICAÇÃO URBANA DA REGIÃO CENTRAL

Viabilizar terra urbanizada para produção de moradia é uma necessidade e uma possibilidade viável com o adensamento da região central da cidade, articulado a qualificação e estruturação do sistema de drenagem. O aproveitamento desta potencialidade poderá compatibilizar a infraestrutura urbana da região central, que oferece equipamentos e serviços públicos, comércio e serviços consolidados, de modo a suportar um aumento populacional fruto da produção de novas moradias.



Elaboração: Instituto Pólis.

### DINAMIZAÇÃO DA ÁREA PORTUÁRIA COM INCLUSÃO SOCIAL

Em relação às questões ligadas à expansão do porto, principalmente junto às áreas afetadas por remoção de moradias, uma importante potencialidade que deve ser explorada é a articulação da dinamização das atividades portuárias com inclusão da população local, através da implantação de equipamentos de qualificação profissional.

Cabe ao município também garantir que a discussão sobre a pertinência e impactos dos grandes projetos – como a ampliação do porto e o túnel Santos-Guarujá – seja realizada de maneira ampla, com participação da população impactada.

### VALORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

As áreas lindeiras ao canal de Bertioga possuem imenso potencial para o desenvolvimento de turismo ecológico, considerando a inclusão dos grupos e comunidades locais. Neste sentido é fundamental investir na qualificação de trilhas e pontos de visitação, de maneira a garantir a articulação deste circuito com outros atrativos ambientais do estuário e da região como um todo.

Em harmonia com esta proposta, está a necessidade de se incluir os manguezais locais na proposta de criação do Parque Estadual dos Manguezais da Baixada Santista, uma vez que estes se constituem com importantes berçários da vida marinha e de diversas espécies de aves.

### ORDENAMENTO DO USO SUSTENTÁVEL NA APA MARINHA

A elaboração do plano de manejo da APA Marinha Litoral Centro é um instrumento auxiliar de fundamental importância para o ordenamento das atividades no mar, bem como para se estabelecer ações limitadoras ao desenvolvimento de atividades econômicas e de controle de riscos.

Os potenciais de desenvolvimento territorial se constituem como uma proposta para definição coletiva de uma macro visão do futuro de Guarujá. Esses potenciais de desenvolvimento territorial ganharão força quando debatidos em processos democráticos e participativos e integrados aos instrumentos de planejamento municipal, como o plano plurianual, plano diretores, diversos planos setoriais na área de habitação, mobilidade, saneamento, entre outros. É fundamental que os mesmos sejam debatidos e amadurecidos nos diferentes conselhos municipais.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.	Revisar o instrumento do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para garantir sua eficiência e incluir sua aprovação entre as atribuições do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA (Lei municipal nº 3.306/06) e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional - CMDUH (Lei municipal nº 3.476), com especial atenção à ampliação do porto e o novo sistema viário proposto, bem como fortalecer e considerar as resoluções dos conselhos instituídos.
		Considerar e articular as ações da Agenda 21 e do plano diretor na implementação da agenda Projeto Litoral Sustentável.
		Divulgar e monitorar as resoluções resultantes das conferências municipais participativas nas diferentes temáticas (meio ambiente, segurança pública, educação, etc.), em especial a 5ª Conferência da Cidade e do Meio Ambiente do Guarujá e articular as resoluções/ações propostas com a implementação da agenda do Projeto Litoral Sustentável.
		Realizar monitoramento da aplicação dos recursos públicos decorrentes das dinâmicas da cadeia do petróleo, gás, portos e grandes investimentos realizados no município.
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/ responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.	Articular e direcionar os investimentos sociais privados de grandes e pequenas empresas para ações voltadas à diversificação da atividade turística (náutica, esportiva, de lazer, de negócio, além do ecoturismo, de aventura e de pesca) e do fortalecimento da atividade pesqueira; formação em empreendedorismo e novos negócios e serviços de apoio às atividades portuárias.
		Mapeamento de potenciais micro e pequenas empresas no município que possam se inserir na cadeia das atividades econômicas identificadas, com ênfase nas cadeias de petróleo, gás e turismo, e considerando a Lei Geral das Pequenas e Médias Empresas.
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.	Promover cursos voltados para a qualificação profissional nas áreas da indústria náutica e naval, de serviços de apoio às atividades portuárias e de capacitação técnica para o turismo.
		Atualizar e implementar um plano municipal de segurança.
		Criar o Comitê Gestor Municipal do Plano Juventude Viva e elaborar e publicar o plano municipal de enfrentamento à violência contra a juventude negra, com metas para o período de até quatro anos.
Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.	<b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.	Dar continuidade ao processo de capacitação da Guarda Municipal como agente multiplicador do programa 'Crack: é possível vencer' e para atuação em prevenção primária.
		Apoiar os poderes públicos no cumprimento do plano municipal de educação 2012-2021, tendo como um dos objetivos a qualificação da mão de obra para o turismo e os serviços.
Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.	<b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.	Desenvolver projetos de pesquisa e produção de conhecimento associados à sociobiodiversidade, considerando especialmente as unidades de conservação existentes e as especificidades do município, tais como: a pesquisa arqueológica (ruínas do período colonial e sambaquis) e levantamento de fauna e flora da APA municipal Serra do Guararu.
		<b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.
		Fortalecer a pesca artesanal estruturando a Diretoria de Pesca, Aquicultura e Atividades Náuticas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário, incluindo a assistência técnica pesqueira e com a cessão de áreas, pela Secretaria do Patrimônio da União, para implantação da infraestrutura necessária para a manutenção dos barcos e beneficiamento do pescado; bem como com o apoio à comercialização do pescado com a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).
	<b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.	Desenvolver a economia criativa, diversificando a geração de renda e fomentando pequenos espaços produtivos (artesanato, expressões artísticas, turismo, gastronomia e produtos regionais, cursos de formação etc.).
		<b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.
		Desenvolver circuitos turísticos culturais: artesanato, culinária, sítios arqueológicos e dos fortes militares históricos.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<p><b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.</p> <p><b>B</b> Elaborar e/ou rever as regras de uso e ocupação das unidades de conservação, de forma a compatibilizar os usos sustentáveis e propor a adequação das áreas consolidadas.</p>	Criar o Parque Estadual dos Manguezais da Baixada Santista.
		Criar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS da Prainha Branca.
Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<p><b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.</p> <p><b>D</b> Sensibilizar a sociedade civil e gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.</p>	Editar e aprovar o plano de manejo da APA Municipal da Serra do Guararu, a partir da ativação do conselho gestor e alinhamento ao plano diretor e ao Projeto Orla.
		Melhorar a infraestrutura de visitação disponível na APA da Serra do Guararu, incluindo a instalação de equipamentos - tecnologia de monitoramento, bases de controle, adequação das trilhas e centros de visitantes - e a contratação e capacitação de pessoal.
		Incluir as comunidades da Praia Branca, Sítio Cachoeira e Perequê em programas de turismo de base comunitária e pesca sustentável.
		Criar circuitos turísticos culturais, ambientais que fortaleçam as práticas e o saber-fazer dos povos e comunidades tradicionais, atraindo turistas para as ofertas locais como culinária, artesanato, saberes, patrimônios materiais e imateriais e produzir material didático regional contemplando essas características.
		Incentivar, apoiar, regulamentar e regularizar as atividades de pesca artesanal desenvolvidas em unidades de conservação e outras áreas protegidas no Guarujá.
		Incentivar o turismo em baixa temporada e fortalecer a imagem das unidades de conservação como importantes ativos ambientais de Guarujá.
Efetivar a regularização fundiária das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais bem como dos assentamentos informais de baixa renda localizados em unidades de conservação.	<p><b>E</b> Garantir a titulação e homologação das terras ocupadas por índios e quilombolas.</p>	Empreender pesquisa arqueológica na APA de Serra do Guararu.
		Promover eventos municipais de sensibilização da sociedade civil e dos gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.
Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.	<p><b>G</b> Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e a sociedade civil.</p>	Realizar a regularização fundiária das terras ocupadas pelas comunidades tradicionais caiçaras da Praia Branca, Sítio Cachoeira e Perequê e garantir o direito de uso das mesmas.
		Criar e implementar o plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Guarujá.
		Elaborar um diagnóstico turístico, ambiental, social e econômico da região do Rabo do Dragão para apontar as potencialidades e a viabilidade ambiental e econômica de atividades.
		Mapear as áreas ambientalmente sensíveis do setor continental do Município de Guarujá visando a proibição da implantação de atividades industriais, portuárias, retroportuárias e de apoio logístico, por meio de alteração do zoneamento e legislações urbanísticas.
		Estimular a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) no Município de Guarujá.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL		AÇÕES LOCAIS
Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.	<b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.		Elaborar de forma participativa o plano diretor de mobilidade, conforme previsto pelas diretrizes do plano diretor de Guarujá, articulando-o ao planejamento e ao sistema de transporte regional, priorizando os modos coletivos, o planejamento e a ampliação de ciclovias e linhas de ônibus, apontando estratégias de controle do tráfego de veículos de carga e diretrizes para implantar novas ligações hidroviárias, além de estabelecer políticas de tarifação integrada e de menor custo e de participação e controle social sobre os projetos e as concessões de transporte público.
Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).	<b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.		Dar início à implantação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, articulando os programas existentes no município com a discussão nos conselhos de segurança alimentar, de alimentação escolar e assistência social.
			Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável, por meio de programas de transferência de renda, atendendo integralmente à demanda de famílias inseridas nos critérios dos programas e por promoção de ações complementares com vistas a emancipação das famílias, assim como com a continuidade das ações desenvolvidas pela Diretoria de Segurança Alimentar da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Palestras sobre Alimentação Saudável; Restaurantes Populares e a Feira da Cidadania).
			Garantir o acesso à alimentação escolar adequada e saudável, ampliando a aplicação do Programa Nacional de Alimentação Escolar com a aquisição de gêneros alimentícios, cumprindo a determinação de compra pela administração pública de 30% da merenda oriundas da agricultura familiar.
Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.	<b>E</b> Identificar vulnerabilidades e formular planos e programas de prevenção e adaptação aos impactos da mudanças climáticas na região, priorizando as populações mais vulneráveis aos seus efeitos adversos, bem como elaborar planos de ação para responder a eventos climáticos extremos que possam gerar situações de anormalidade, notadamente em áreas de risco.		Monitorar a execução da contenção do maciço do Santo Amaro (PAC 2), e atualizar o plano municipal de desenvolvimento rural sustentável, com a participação de moradores e organizações sociais.
	<b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.		Cumprir o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e Implantar sistema de coleta seletiva de três tipos - orgânicos, secos e rejeito -, com vistas a: (1) reaproveitamento integral dos resíduos orgânicos, por meio de tecnologia de biodigestão e de compostagem; (2) reciclagem de todos os materiais recicláveis (secos), com a participação de cooperativas de catadores; (3) destinação do rejeito para aterro sanitário.
	<b>G</b> Combater todas as formas de poluição, incluindo as fontes de poluição dos portos e retroportos, e eliminar áreas contaminadas, inclusive dentro das unidades de conservação.		Desenvolver ações de aprimoramento de controle de fontes emissoras de poluentes relativas ao porto e retroporto e de outras atividades industriais com potencial de impacto ambiental, incluindo ações de prevenção de acidentes.
Promover habitação adequada para a população de baixa renda.	<b>H</b> Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).		Implementar Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) vazias em áreas urbanizadas e bem localizadas, para atender prioritariamente as famílias dos 61 assentamentos precários que ocupam áreas de proteção ambiental e de risco e viabilizar recursos para a produção habitacional.
	<b>I</b> Implementar os Sistemas Municipais de Informações Habitacionais, visando compartilhar e integrar os cadastros de beneficiários dos projetos federal, estadual e municipais, bem como os cadastros de localização dos assentamentos precários.		Implementar o Sistema Municipal Integrado de Informações Habitacionais – Sihab-Município.

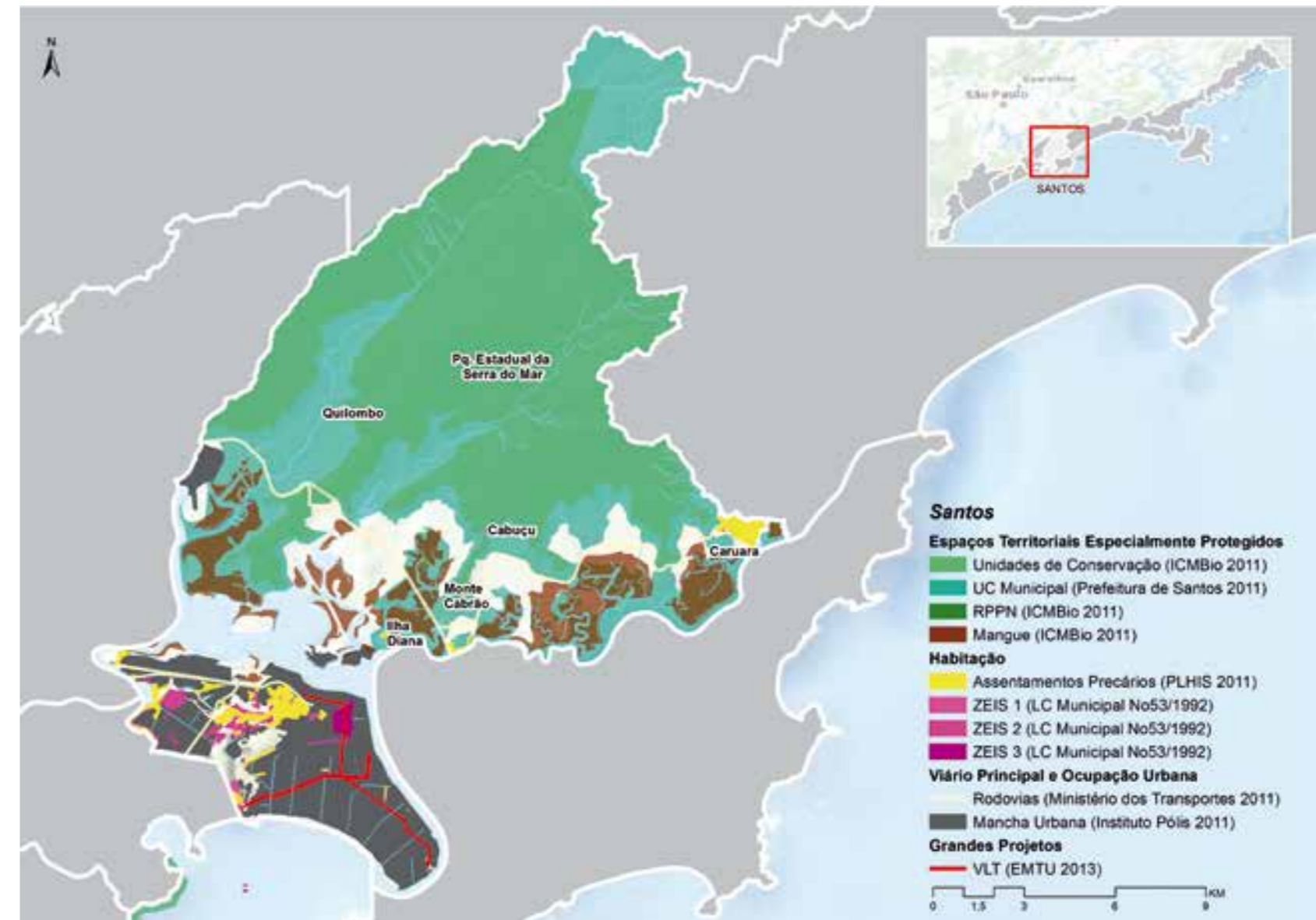


DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.	<b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.	Ampliar a capacidade institucional para a implementação de projetos de regularização fundiária, através da aplicação dos instrumentos da política urbana, garantindo o direito à propriedade de famílias de baixa renda em assentamentos precários consolidáveis e em loteamentos irregulares ou clandestinos.
Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.	<b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.	Cumprir as Resoluções da Conferência Municipal de Cultura, além de realizar oficinas com a participação do poder público e do Ministério da Cultura sobre as possibilidades e desafios do Sistema Nacional de Cultura - SNC.
Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.	<b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.	Manter investimentos na expansão da Rede de Atenção Básica e na ampliação e melhoria da qualidade da Estratégia de Saúde da Família.
		Realizar o controle e a prevenção da obesidade e do desenvolvimento de doenças crônicas, ampliando a coleta e transcrição de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para toda a população e dando continuidade ao diagnóstico e tratamento da anemia ferropriva entre crianças das creches e unidades básicas de saúde.
		Promover processos de educação e formação em segurança alimentar e nutricional, nas áreas da saúde e da educação, ampliando as ações do Projeto "Oficina de Sabores" para pessoas com restrições de alimentação e crianças e adolescentes em tratamento de obesidade com a finalidade de incentivar o consumo de alimentos saudáveis e aproveitamento total de forma saborosa; implantar o projeto de " Cozinha Itinerante", já aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

# AGENDA MUNICIPAL de SANTOS



## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Características da ocupação	Dados econômicos
Área total (AGEM 2008): 28 mil hectares	PEA (IBGE 2010): 218 mil pessoas
Área da mancha urbana 2011 (Pólis): 3,5 mil hectares (12,5%)	Empregos formais (RAIS/MTE 2010): 169 mil
Área inserida em unidades de conservação (ICMBio 2011): 19,2 mil hectares (68,4%)	Valor Adicionado – VA (SEADE 2010): R\$ 11,6 bilhões
Áreas protegidas*: 23,7 mil hectares (84,5%)	Valor adicionado <i>per capita</i> (SEADE 2010): R\$ 27,7 mil
População (IBGE 2010): 419 mil	Taxa informalidade (IBGE 2010/Pólis 2012): 33 %
Domicílios (IBGE 2010): 177 mil	
Domicílios permanentes (IBGE 2010): 144,7 mil (81,7%)	
Domicílios ocasionais (IBGE 2010): 20 mil (11,3%)	
Domicílios vagos (IBGE 2010): 12,1 mil (6,8%)	
Domicílios coletivos (IBGE 2010): 238 (0,2%)	
Deficit quantitativo habitacional (PLHIS 2009): 16,8 mil ou 11% (dom. permanentes)	

\*Inclui Parques, RPPN, Terra Indígena, mangues, APP hídricas e áreas com declividade superior a 45° (ICMBio/FUNAI/INPE – 2011)

### NÍVEL DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Santos é o principal polo da Baixada Santista e de todo o litoral paulista por causa das suas articulações com outras regiões do Estado de São Paulo e do país e, também, por suas características urbanas, econômicas, logísticas e ambientais. A cidade de Santos se articula com os polos industriais e petroquímicos de Cubatão e com as Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Campinas. O Município possui estreitas conexões com as regiões produtoras de commodities agrícolas localizadas em diferentes partes do Brasil e funcionando como a base mais importante para a exportação e importação de mercadorias e matérias primas do país a partir do porto que responde por um quarto da balança comercial do Brasil.

### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Santos permanece como a maior aglomeração populacional da Região (419 mil habitantes), mesmo com a reduzida dinâmica populacional das últimas duas décadas. Juntamente com São Vicente, Cubatão e Guarujá constitui o núcleo mais dinâmico da Região Metropolitana da Baixada Santista, concentrado em sua porção insular o maior número de empregos, comércio e serviços e exercendo por este motivo grande atratividade sob a população dos demais municípios.

A análise das dinâmicas econômicas no município mostra um acelerado processo de crescimento econômico, evidenciado pelo vertiginoso aumento de seu PIB, que passou de cerca de 9,2 bilhões de reais, em 2002, para 22,5 bilhões de reais em 2009 (Fundação Seade/IBGE). Também estão em curso no município grandes investimentos, como as obras de expansão do porto e o fortalecimento das atividades do pré-sal. Um conjunto de grandes projetos de infraestrutura urbana - tais como o projeto de macrodrenagem da Zona Noroeste, projetos de mobilidade como o Veículo Leve sobre Trilho (VLT) e o túnel Santos-Guarujá - devem impor muitas transformações ao território.

Esse conjunto de investimentos, por outro lado, se impõe como um desafio, pois existe grande receio por parte de setores da sociedade civil sobre esse modelo de desenvolvimento e sua capacidade de beneficiar a população, principalmente os mais pobres. Daí a importância de ampliar a transparência dos processos de tomada de decisão e assegurar o controle social sobre estes investimentos, seus impactos e sua pertinência.

A inclusão da população impõe como desafio a necessidade de resgatar atividades tradicionais, que com o fortalecimento da urbanização foram perdendo espaço, como o caso da pesca artesanal. Devido à expansão imobiliária, a Ponta da Praia que era um bairro de pescadores hoje é um bairro nobre de moradia. Os pescadores foram se deslocando para os municípios vizinhos onde se mantem a sua atividade: Guarujá, Bertioga, São Vicente e Cubatão.

### MEIO AMBIENTE

A expansão de atividades portuárias, industriais, retroportuárias e de apoio logístico são o principal risco para a preservação da biodiversidade do município tendo em vista a pressão que exercem sobre as áreas ambientalmente frágeis. O setor continental do Município de Santos apresenta importantes remanescentes de Mata Atlântica em parte protegidos pelo Parque Estadual da Serra do Mar, bem como ecossistemas associados, incluindo restingas e manguezais.

Tal fato impõe o desafio de planejar a ocupação deste território em conformidade com as premissas do desenvolvimento sustentável, revendo os seus instrumentos de ordenamento territorial de acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico da Baixada Santista, e o plano de manejo da APA Municipal Santos Continente.

Outro desafio importante é a proteção do ambiente marinho em um território que apresenta intenso tráfego de embarcações voltadas para a pesca, lazer e transporte de cargas, sendo que este último apresenta importantes ameaças para biodiversidade marinha, incluindo o risco de derramamento de substâncias tóxicas.

### DEFICIT E DEMANDAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

A precariedade habitacional em Santos pode ser observada pela existência de assentamentos precários caracterizados por palafitas, cortiços e ocupações em áreas de risco. As áreas de palafitas tem sido objeto de grandes projetos

de intervenção para urbanização, ainda não suficientes para resolução do problema. Famílias moradoras de cortiços na região central, assim como os moradores ocupantes de áreas de risco, principalmente nos morros, aguardam por atendimento. Além disso, movimentos e entidades de luta por moradia cobram soluções às suas demandas.

O desafio de Santos está na necessidade de implementação de instrumentos da política urbana previstos em lei, tanto para regularização fundiária, quanto para a viabilização de novas áreas aptas a construção de novas moradias. É necessária também a ampliação da produção habitacional, diversificando a localização das ZEIS vazias para além da Zona Noroeste e dos morros da cidade.

O ordenamento do território, assim como a implantação da política municipal de habitação, deve atender ao desafio da qualificação da infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento e drenagem, sobretudo na zona noroeste e morros. Ao mesmo tempo, permanece o desafio da otimização da utilização da estrutura de saneamento existente na porção leste e central a fim de democratizar o acesso para faixas de renda baixa e média.

Na área de mobilidade os desafios são a ampliação e a integração entre a diversidade de modais de transporte público existente em Santos, com tarifa única, a mobilização da sociedade com vistas a participação na elaboração do plano municipal de mobilidade e a priorização do transporte público.

## POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE SANTOS

Considerando o atual cenário de importantes investimentos e intervenções em implementação, e a consequente dinamização econômica decorrente destes processos e seus impactos, o município de Santos apresenta importantes alternativas para promover um desenvolvimento sustentável, revertendo o quadro de deficiências de infraestruturas e desigualdades socioterritoriais atualmente existentes. No sentido de articulação das oportunidades com os desafios a serem enfrentados pelo município, foram identificadas importantes potencialidades de desenvolvimento territorial ilustrados no mapa da página seguinte e desenvolvidos a seguir.

### MONITORAMENTO E CONTROLE SOCIAL NOS GRANDES PROJETOS

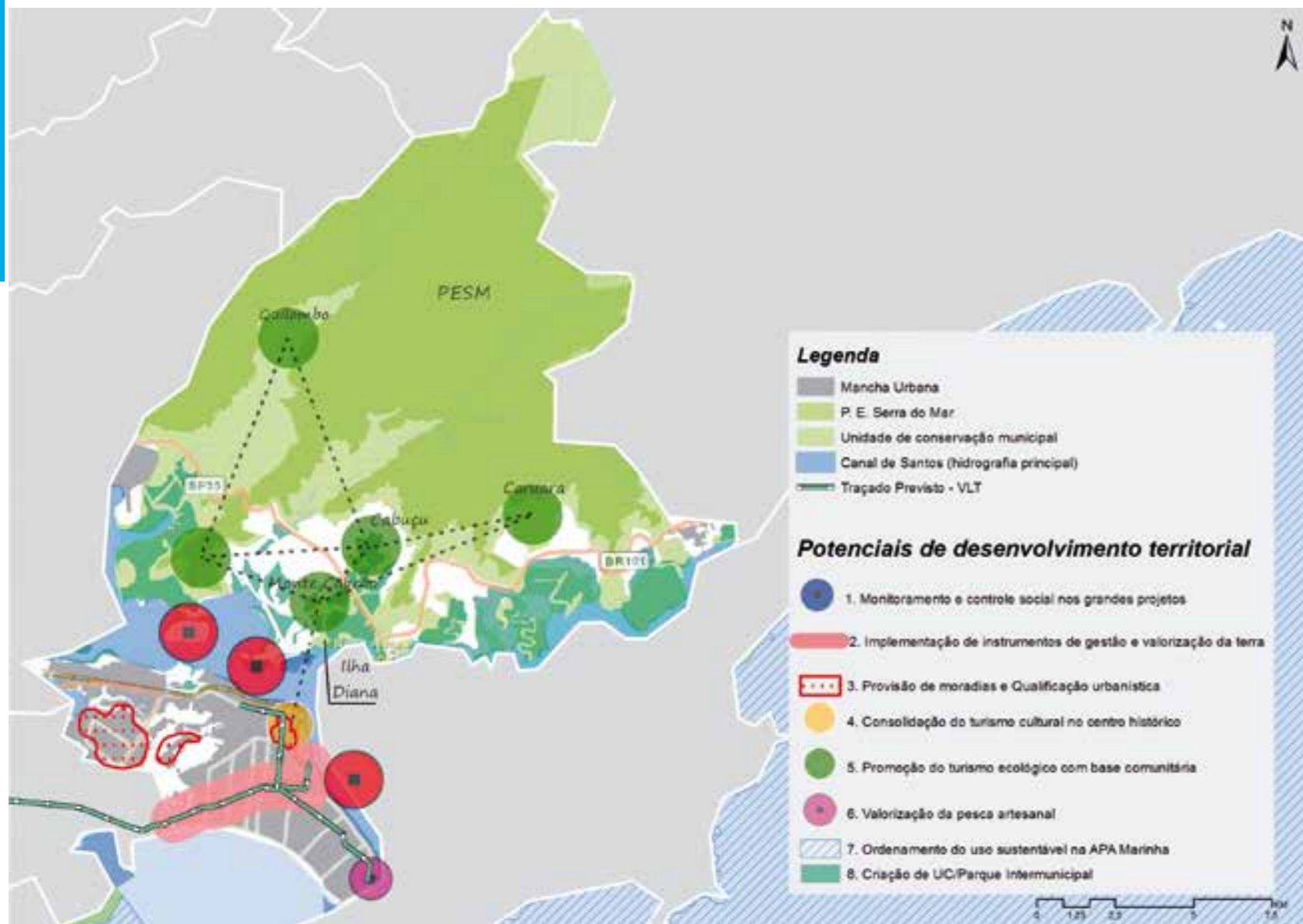
A implementação dos instrumentos de participação da população voltados ao monitoramento e controle social na execução dos grandes projetos, como a expansão do porto, os empreendimentos privados de logística, Túnel Santos-Guarujá e Veículo Leve sobre Trilho (VLT), são uma potencialidade de fortalecer o debate sobre a pertinência desses projetos, discutir seus impactos e garantir a inclusão da população nas transformações previstas.

### IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO DA TERRA

A implementação de instrumentos de gestão e valorização da terra representa um potencial para favorecer a qualificação urbanística, com melhoria de infraestrutura e diversidade dos usos (habitacionais, serviços e comerciais) com garantia de permanência e fixação de população de diferentes faixas de renda, sendo particularmente pertinente no processo de implantação do VLT.

### PROVISÃO DE MORADIAS E QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA

A intensificação da provisão habitacional através da qualificação da infraestrutura na Zona Noroeste e da criação de programa de intervenção de cortiços nas áreas central e portuária deve ser priorizado, pois representa um grande potencial para a qualificação urbanística do município e melhoria da condição de vida da população, permitindo a retirada de famílias em condições de risco nos morros e palafitas e o reassentamento em áreas próximas. A viabilização de novas ZEIS vazias em áreas urbanizadas e bem localizadas é uma importante estratégia para fortalecer o atendimento da demanda prioritária por novas moradias, com ênfase ao atendimento das demandas de movimentos de moradia e associações e cooperativas habitacionais. Neste sentido, é fundamental o levantamento da existência de terras da União, sua demarcação e a destinação para regularização fundiária e para produção de novas moradias.



Elaboração: Instituto Pólis.

### CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO CULTURAL NO CENTRO HISTÓRICO

O centro histórico da cidade de Santos, com seu patrimônio material e imaterial, apresenta um enorme potencial de consolidar-se como um importante atrativo turístico, considerando o contínuo fortalecimento de investimentos na valorização e requalificação das edificações, espaços públicos como os teatros Coliseu e Guarani, e fortalecimento das estruturas de receptivo turístico e sua divulgação.

### PROMOÇÃO DO TURISMO ECOLÓGICO DE BASE COMUNITÁRIA

As áreas continentais de Caruara, Monte Cabrão, Cabuçu e Quilombo e Ilha Diana possuem imenso potencial para o desenvolvimento de turismo ecológico, considerando a inclusão dos grupos e comunidades locais que hoje habitam estes territórios. Neste sentido é fundamental investir na qualificação de trilhas e pontos de visitação, de maneira a garantir a articulação deste circuito com outros atrativos ambientais do estuário e da região como um todo.

Em harmonia com esta proposta, está a necessidade de garantir a permanência áreas onde são desenvolvidas atividades agrícolas por estas comunidades, conforme prevê o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). Ademais, é importante que se inclua os manguezais locais na proposta de criação do Parque Estadual dos Manguezais da Baixada Santista, uma vez que estes se constituem com importantes berçários da fauna local.

### VALORIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL

A instalação de uma estrutura para o beneficiamento do pescado da região no Terminal Pesqueiro de Santos favorece a pesca artesanal como alternativa ao padrão de desenvolvimento atual, agregando valor ao produto e de comercialização em programas de compras institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos.

### ORDENAMENTO DO USO SUSTENTÁVEL NA APA MARINHA

A elaboração dos planos de manejo do Parque Estadual Marinho da Laje de Santos e da APA Marinha Litoral Centro são instrumentos auxiliares fundamentais para o ordenamento das atividades no mar, bem como para se estabelecer ações limitadoras ao desenvolvimento de atividades econômicas e de controle de riscos.

Os potenciais de desenvolvimento territorial se constituem como uma proposta para definição coletiva de uma macro visão do futuro de Santos. Esses potenciais de desenvolvimento territorial ganharão força quando debatidos em processos democráticos e participativos e integrados aos instrumentos de planejamento municipal, como o plano plurianual, plano diretores, diversos planos setoriais na área de habitação, mobilidade, saneamento, entre outros. É fundamental que os mesmos sejam discutidos e amadurecidos nos diferentes conselhos municipais.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<p><b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.</p> <p><b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/ responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.</p>	Garantir a participação da sociedade no controle do processo de aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança incluindo a aprovação do EIV entre as atribuições do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e do COMDEMA (Leis Municipais nº 1776/09 e nº 675/90); articular estas instâncias com a Comissão Municipal de Análise de Impacto de Vizinhança – COMAIV (Decreto Municipal n. 6.401/13) e considerar a possibilidade de instituir instrumentos de avaliação continuada dos impactos.
		Fortalecer os conselhos municipais, para uma participação efetiva e qualificada, por meio da garantia de: eleição dos membros, representação de todos os segmentos da sociedade, do caráter deliberativo e de processo permanente de capacitação dos conselheiros.
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<p><b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.</p>	Realizar monitoramento da aplicação dos recursos públicos decorrentes das dinâmicas da cadeia do petróleo, gás, portos e grandes investimentos realizados no município.
		Articular e direcionar os investimentos sociais privados de grandes e pequenas empresas em ações voltadas à áreas de apoio aos serviços portuários, tecnologia da informação e comunicação e de softwares para atender a cadeia logística portuária, construção civil, fortalecimentos e diversificação do turismo (de negócios e histórico-cultural) e capacitação da mão de obra.
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<p><b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.</p>	Mapear as potenciais micro, pequenas e médias empresas locais e promover sua articulação com os grandes empreendimentos e projetos previstos para o município de Santos.
		Promover cursos voltados para a qualificação profissional nas áreas de apoio aos serviços portuários, tecnologia da informação e comunicação e de softwares para atender a cadeia logística portuária e construção civil, bem como qualificar a mão de obra para o turismo, os serviços e o comércio e instalar uma escola de pesca para qualificar os pescadores artesanais para prática da atividade nas áreas oceânicas e para a manipulação dos aparelhos eletrônicos (radar, sondas, GPS, etc.).
Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.	<p><b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinamentos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.</p> <p><b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.</p>	Criar o Comitê Gestor Municipal do Plano Juventude Viva e elaborar e publicar plano municipal de enfrentamento à violência da juventude negra, com metas para o período de até 4 (quatro) anos.
		Dar continuidade ao processo de capacitação da Guarda Municipal como agente multiplicador do programa “Crack é possível vencer”.
Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.	<p><b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.</p> <p><b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.</p>	Apoiar a revisão do plano municipal de educação (Lei Municipal nº 2681/2010), com os objetivos de ampliar a oferta de educação infantil (especialmente creches) e do Ensino Superior público, garantindo a presença de escolas nos diversos bairros do município.
		Desenvolver projetos de pesquisa e produção de conhecimento associados às atividades econômicas na região e à sociobiodiversidade, considerando especialmente as unidades de conservação, além das outras áreas de interesse ambiental existentes e as especificidades do município, tais como: os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Laje Viva (Caracterização dos Ambientes Recifais dos Parcéis; Projeto de Foto-identificação e sazonalidade da raia manta; Projeto de Estudos de Cnidários; Projeto de Estudos de Ceriantos; Projeto de Anilhamento de Tartarugas Marinhas Projeto Mantas do Brasil), os estudos sobre a população de guarás-vermelhos existente nos manguezais de Cubatão/Santos e consolidar os resultados em um banco de dados acessível à população e pesquisadores.
		Fortalecer a pesca artesanal da região com a complementação de melhoramentos realizados na área do Terminal Pesqueiro de Santos, extensão do cais e um pequeno estaleiro; instalação de estrutura para o beneficiamento do pescado; e com a implantação do Serviço de Inspeção Municipal.
		Fortalecer a cultura santista (polo cultural regional e território criativo), visando a formação de economia da cultura que integre as expressões artísticas e culturais da diversidade e o patrimônio histórico.
		Promover a valorização e a requalificação do centro histórico de forma a fortalecer o turismo histórico cultural.
		Desenvolver circuitos de turismo de base comunitária nas áreas continentais de Caruara, Monte Cabirão, Cabuçu, Quilombo e Ilha Diana.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.	<p>Criar o Parque Estadual dos Manguezais da Baixada Santista.</p> <p>Editar e aprovar o plano de manejo da APA Municipal Santos - Continente.</p> <p>Concluir e aprovar o plano de manejo do Parque Estadual Marinho da Laje de Santos.</p> <p>Implementar o plano de monitoramento da qualidade ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar no Município de Santos.</p>
Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.	<p>Melhorar a infraestrutura de visitação disponível nas unidades de conservação de Santos, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle e centros de visitantes, bem como adequar as trilhas existentes e ampliar e capacitar o quadro de pessoal.</p> <p>Controlar a visitação na trilha do Poço das Moças que apresenta excesso de visitantes, bem como empreender obras para reduzir a largura excessiva da mesma e problemas de erosão.</p> <p>Articular as pesquisas e os pesquisadores que atuam nas unidades de conservação de forma a que os resultados possam ser apropriados e aplicados pelas comunidades locais e órgãos gestores.</p> <p>Valorizar o patrimônio arqueológico como elemento de turismo cultural na região da APA Santos Continente, incluindo os sítios históricos e arqueológicos do Vale do Rio Quilombo (ruínas de engenhos do século XVI e XVII e antigos quilombos) e do Sítio das Neves (Engenho da Madre de Deus e a Igreja de Nossa Senhora das Neves, ruínas do engenho e da casa de Luiz Góes, restos arqueológicos da antiga vila de Nossa Senhora das Neves e sambaquis).</p> <p>Ampliar o número de funcionários dedicados ao desenvolvimento das atividades de gestão e fiscalização, bem como fornecer a capacitação adequada, para a APA Santos Continente; APA Marinha Litoral Centro, Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Estadual Marinho da Laje de Santos.</p>
Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.	<b>G</b> Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e a sociedade civil.	<p>Criar e implementar o plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Santos.</p> <p>Elaborar um diagnóstico turístico, ambiental, social e econômico da área continental de Santos para apontar as potencialidades e a viabilidade ambiental e econômica de atividades.</p> <p>Estimular a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) no Município de Santos, especialmente nos setores considerados estratégicos pelo plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Mar.</p> <p>Mapear as áreas ambientalmente sensíveis do setor continental do Município de Santos, visando a proibição da implantação de atividades industriais, portuárias, retroportuárias e de apoio logístico.</p> <p>Incluir a área do entorno do Parque Estadual da Serra do Mar na definição das linhas e áreas de pesquisa desta unidade de conservação para subsidiar políticas de proteção ambiental, bem como identificar as diversas pressões sobre o meio ambiente existentes.</p>

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
<p>Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.</p>	<p><b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.</p>	<p>Elaborar de forma participativa o plano municipal de mobilidade, conforme previsto no marco legal da mobilidade urbana - Lei Federal nº 12.587/2012, articulando-o ao planejamento regional e ao Plano de Expansão e Estudo de Acessibilidade do Porto de Santos - Codesp, considerando a rota logística e os acessos ao município, os estudos de viabilidade de ampliação do transporte hidroviário; priorizando os modos coletivos, o atendimento a núcleos da área continental, zona noroeste e morros, ampliação das ciclovias e padronização das calçadas, apontando estratégias de contingência para o tráfego na alta temporada e estabelecendo política de tarifação integrada e de menor custo, com a participação e o controle social sobre os projetos e as concessões de transporte público.</p>
<p>Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).</p>	<p><b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.</p>	<p>Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável, por meio de programas de transferência de renda e da distribuição de alimentos, por meio do fortalecimento da busca ativa para a inserção de todas as famílias que se enquadram nos critérios dos programas de transferência de renda.</p> <p>Garantir o acesso à alimentação escolar adequada e saudável, com o cumprimento da Lei Federal 11.947/09 de aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e dos pescadores artesanais locais, estudando modos de implementação do beneficiamento do pescado, com vistas ao fomento de circuitos locais/regionais de produção, abastecimento e consumo.</p> <p>Fortalecer os circuitos locais/regionais de produção, abastecimento e consumo, com a instalação de estrutura regional para comercialização de frutas, legumes e verduras em substituição ao mercado informal que funciona atualmente na praça do mercado municipal.</p>
<p>Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.</p>	<p><b>E</b> Identificar vulnerabilidades e formular planos e programas de prevenção e adaptação aos impactos da mudanças climáticas na região, priorizando as populações mais vulneráveis aos seus efeitos adversos, bem como elaborar planos de ação para responder a eventos climáticos extremos que possam gerar situações de anormalidade, notadamente em áreas de risco.</p> <p><b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.</p> <p><b>G</b> Combater todas as formas de poluição, incluindo as fontes de poluição dos portos e retroportos, e eliminar áreas contaminadas, inclusive dentro das unidades de conservação.</p>	<p>Monitorar a implantação do Programa de Desenvolvimento Estratégico de Santos e Infraestrutura Urbana e Habitacional das Zonas Noroeste e dos Morros - 'Santos, Novos Tempos', de 2009, de modo articulado à Prefeitura de São Vicente.</p> <p>Implantar sistema de coleta seletiva de três tipos - orgânicos, secos e rejeito -, com vistas a: (1) reaproveitamento integral dos resíduos orgânicos por meio de tecnologia de biodigestão e de compostagem; (2) reciclagem de todos os materiais recicláveis (secos), com a participação de cooperativas de catadores; (3) destinação do rejeito para aterro sanitário.</p> <p>Desenvolver ações de aprimoramento de controle de fontes emissoras de poluentes relativas ao porto e retroporto e de outras atividades industriais com potencial de impacto ambiental, incluindo ações de prevenção de acidentes.</p>
<p>Promover habitação adequada para a população de baixa renda.</p>	<p><b>H</b> Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).</p> <p><b>I</b> Implementar os Sistemas Municipais de Informações Habitacionais, visando compartilhar e integrar os cadastros de beneficiários dos projetos federal, estadual e municipais, bem como os cadastros de localização dos assentamentos precários.</p>	<p>Ampliar o atendimento da produção habitacional para além dos assentamentos precários (demandas de movimentos de moradia e demanda futura por novas moradias), diversificando a localização das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS vazias para além da zona noroeste e morros, e implementando projetos habitacionais nas áreas de ZEIS-3 da região central e portuária.</p> <p>Implementar o Sistema Municipal Integrado de Informações Habitacionais - Sihab-Município.</p>

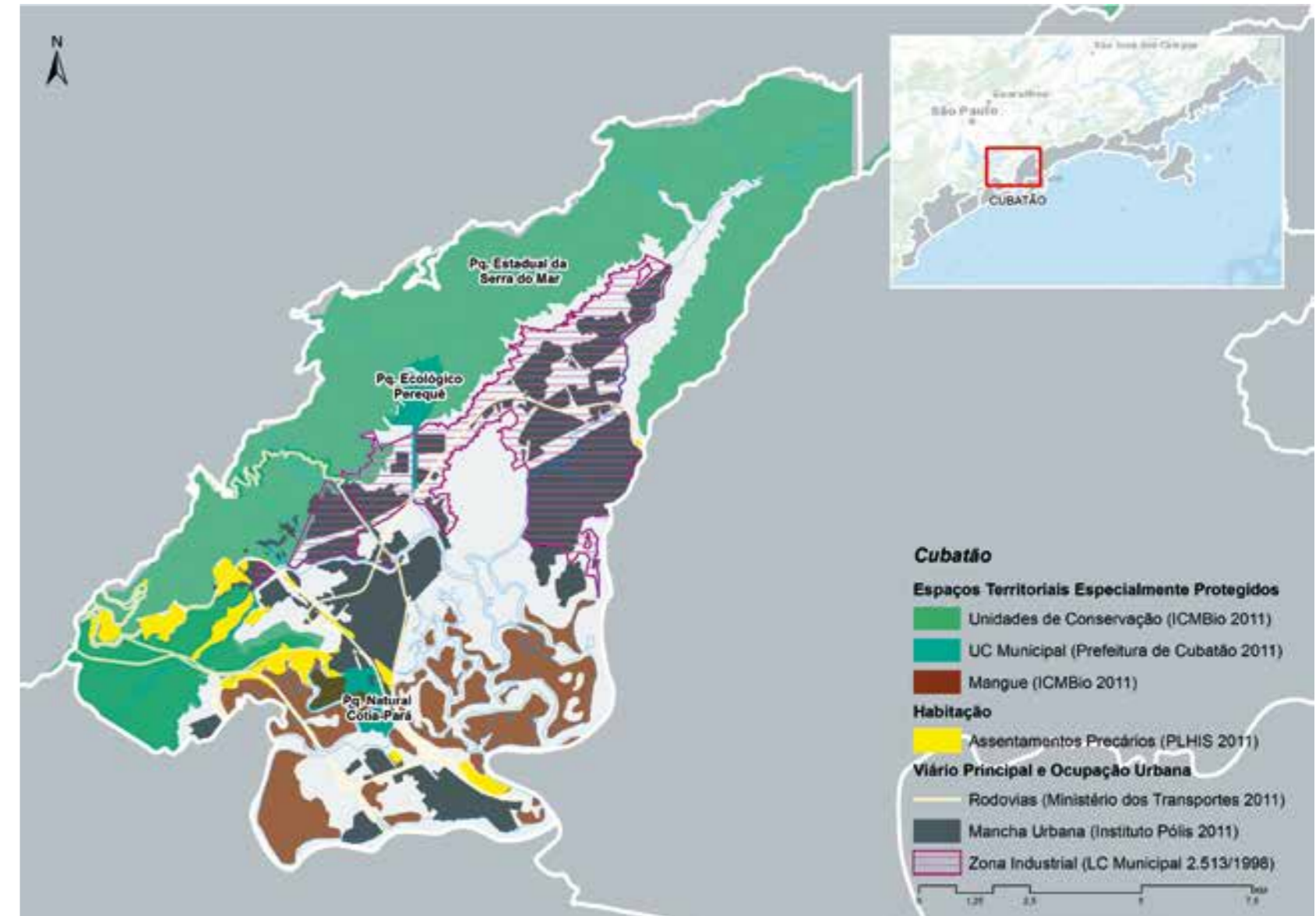
DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.	<p><b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.</p>	Ampliar a capacidade institucional para a implementação da política de regularização fundiária através da aplicação dos instrumentos da política urbana previstos em lei.
Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.	<p><b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.</p>	Promover oficina envolvendo o poder público local e o Ministério da Cultura sobre as possibilidades e desafios do Sistema Nacional de Cultura.
		Implementar equipamentos públicos de cultura e lazer nas áreas mais carentes e melhorar o acesso aos equipamentos existentes nas áreas centrais.
	<p><b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.</p>	Manter investimentos na expansão e melhoria da Rede de Atenção Básica e na ampliação e melhoria da qualidade da Estratégia de Saúde da Família.
		Realizar o controle e a prevenção da obesidade e do desenvolvimento de doenças crônicas, ampliando a coleta e transcrição de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para toda a população.
		Promover processos de educação e formação em segurança alimentar e nutricional, nas áreas da saúde e da educação.



# AGENDA MUNICIPAL de CUBATÃO



## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Características da ocupação	Dados econômicos
Área total (AGEM 2008): 14,4 mil hectares	PEA (IBGE 2010): 58 mil pessoas
Área da mancha urbana 2011(Pólis): 2,4 mil ha (16,7%)	Empregos formais (RAIS/MTE 2010): 43 mil
Áreas incluídas em unidades de conservação (ICMBio 2011): 6,5 mil hectares (45,5%)	Valor Adicionado – VA (SEADE 2010): R\$ 5,1 bilhões
Áreas protegidas*: 10,2 mil hectares (70,8%)	Valor adicionado <i>per capita</i> (SEADE 2010): R\$ 43,3 mil
População (IBGE 2010): 118 mil	Taxa informalidade (IBGE 2010/Pólis 2012): 23%
Domicílios totais (IBGE 2010): 38,9 mil	
Domicílios permanentes (IBGE 2010): 36,5 mil (93,7%)	
Domicílios uso ocasional (IBGE 2010): 219 (0,6%)	
Domicílios vagos (IBGE 2010): 2,1 mil (5,5%)	
Domicílios coletivos (IBGE 2010): 82 (0,2%)	
Deficit quantitativo habitacional (PLHIS 2009): 14 mil ou 40% (dom. permanentes)	

\*Inclui Parques, RPPN, Terra Indígena, mangues, APP hídricas e áreas com declividade superior a 45° (ICMBio/FUNAI/INPE – 2011)

## DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE CUBATÃO

### NÍVEL DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Cubatão situa-se no estuário da região central da Baixada Santista e possui uma grande extensão de área ambientalmente protegida. É um município que abriga diversas interligações entre o planalto e o litoral, bem como as conexões para os demais municípios da Baixada Santista.

Antigo território de uso agrícola, a ocupação de Cubatão teve seu processo de urbanização acelerado pela implantação do Polo Petroquímico e da construção de um conjunto de importantes intervenções rodovias, a partir da década de 1950. Estas rodovias tem papel determinante na articulação do trinômio indústria automobilística, situada na região metropolitana de São Paulo, indústria de base, em Cubatão, e infraestrutura portuária, em Santos e Guarujá.

Cubatão mantém até os dias atuais um padrão de atividades econômicas bastante diferenciado quando comparado aos demais municípios da Baixada Santista. Neste município o setor industrial permanece com grande expressão, sendo responsável pelo alto Valor Adicionado (VA) *per capita* produzido no município (R\$ 40.808,00) – o maior de toda região. Por outro lado, a cidade possui uma população predominante de baixa renda, havendo uma incompatibilidade dos postos de trabalho e a formação profissional da maior parte dos moradores. Fica explícito que muito da riqueza produzida no município não beneficia seus moradores. Tal situação coloca como desafio a inclusão profissional e a melhoria da educação média e superior, com atenção especial às mulheres, tradicionalmente não incluídas como mão de obra na indústria de base.

A ampliação da inclusão da população impõe também o desafio de resgatar atividades tradicionais, como o caso da pesca artesanal, que com o fortalecimento da industrialização foi perdendo espaço, mas ainda permanece como importante atividade para uma parte da população<sup>16</sup>. Para fortalecer essa atividade permanece o desafio de orientação por meio de uma assistência técnica pesqueira que conduza o planejamento, possível beneficiamento e comercialização do pescado tornando a atividade mais rentável para os aqueles que persistem na atividade.

### MEIO AMBIENTE

O Município de Cubatão apresenta importantes remanescentes de Mata Atlântica, em parte protegidos pelo Parque Estadual da Serra do Mar, bem como ecossistemas associados, incluindo restingas e manguezais que compreendem 53% de seu território (Fundação Florestal 2004/2005). As ocupações irregulares que avançam sobre estes ecossistemas são desafio importante a ser equacionado no sentido de se minimizar os impactos ambientais sobre a biodiversidade e assegurar o direito à moradia.

Outros desafios a serem enfrentados são o combate à intensa caça e extração ilegal de recursos naturais, bem como a necessidade de se ampliar o conhecimento sobre os aspectos biofísicos e sociais que envolvem a temática ambiental do município, incluindo questões antrópicas, mamíferos, aves, vegetação, anfíbios e répteis, através de pesquisas científicas a fim de utilizar os resultados produzidos como suporte a melhoria da política e gestão ambiental local.

### DEFICIT E DEMANDAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS

Cubatão possui um histórico de desastres - originado da ocupação de áreas frágeis, dos volumes pluviométricos de grande magnitude e das atividades industriais – e um número significativo de famílias vivendo em áreas de risco – encostas, margens de rios, estuário e terrenos contaminados. Esse contexto impõe o desafio de aliar segurança de vida, qualificação habitacional e conservação ambiental e seus elementos associados. Neste sentido é prioritário a implementação de plano de macrodrenagem em combinação com ações de âmbito estadual, como o estudo de desassoreamento do Rio Cubatão. A implementação de um plano municipal de defesa civil e de um plano de contingenciamento com protagonismo de moradores e setores da sociedade civil, de modo articulado a esfera estadual, são também passos importantes para a reversão desse quadro.

Moradias precárias e sem infraestrutura em ocupações nas encostas e nos mangues formam a maioria dos assentamentos precários da cidade. Diante deste contexto, faz-se necessária à ampliação da capacidade institucio-

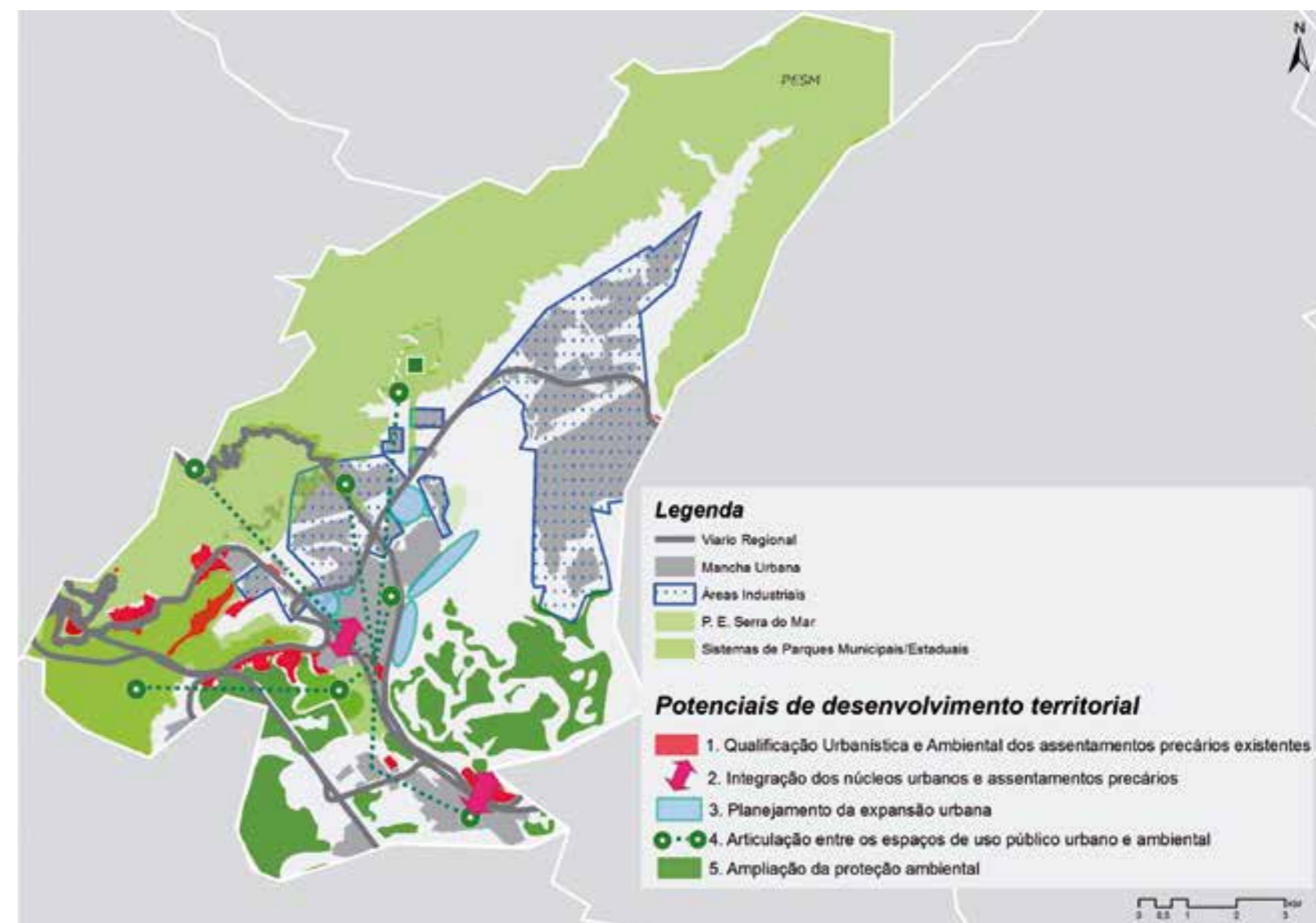
nal para implementação dos instrumentos da política de regularização fundiária, intensificando os programas de urbanização existentes, priorizando ações de prevenção à ocupação em áreas impróprias, criação de programas de assistência técnica para a melhoria das condições das edificações e a implementação de novas ZEIS vazias, visando atendimento de inúmeras famílias que ainda necessitam serem removidas de áreas impróprias para ocupação.

Encontra-se em curso programas públicos de construção de habitações, urbanização de áreas frágeis e proteção e conservação da Mata Atlântica, visando atender um grande número de famílias, a partir de esforços das três esferas de governo.

Quanto à mobilidade local, os desafios estão relacionado a ampliação do sistema cicloviário e a qualificação das linhas de ônibus municipais para integração dos núcleos habitacionais entre si e à área central de Cubatão. A diversificação de modais destinados ao transporte dos moradores, como o hidroviário regional, por exemplo, também é uma estratégia importante que deve ser discutida e elaborada amplamente, com a participação popular, a fim de consolidar o plano municipal de mobilidade com um sistema integrado do ponto de vista físico e tarifário.

## POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Considerando a necessidade de enfrentamento dos desafios acima enumerados, as riquezas ambientais do município e as particularidades na organização de seu território foram identificadas em Cubatão algumas potencialidades de desenvolvimento territorial. O mapa abaixo mostra de maneira articulada essas potencialidades territoriais, que são desenvolvidas a seguir.



Elaboração: Instituto Pólis.

<sup>16</sup> Conforme "Informe da Produção Pesqueira Marinha e Estuarina do Estado de São Paulo", elaborado pelo Instituto de Pesca da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, no ano de 2013, havia 75 unidades produtivas que realizaram 4.058 desembarques, totalizando 146,3 toneladas de capturas descarregadas.

## QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EXISTENTES

A gravidade da questão habitacional, e sua forte relação com a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, exige uma atenção especial para a melhoria das condições dos assentamentos precários situados em diversas áreas do município. Nesse sentido, a priorização de projetos de qualificação urbanística, incluindo a implantação de serviços públicos, e a regularização fundiária com a delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) nos assentamentos consolidáveis são questões fundamentais a serem enfrentadas para melhorar a qualidade de vida da população e a conservação ambiental. Articulado a estas iniciativas devem ser asseguradas novas áreas para a provisão habitacional. Neste sentido, é fundamental o levantamento, a demarcação e a destinação de terras da União para regularização fundiária e para produção de novas moradias.

## INTEGRAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

As rodovias estaduais que atravessam o município são responsáveis pela formação de barreiras entre as áreas mais bem estruturadas - como a área central e o Jardim Casqueiro - e muitos dos bairros precários. Nesse sentido, a integração desses núcleos, a partir da consolidação de pontos de transposição para ciclistas e pedestres, poderá representar um importante potencial para o desenvolvimento do município com garantia de acesso a equipamentos, comércios e serviços por parte da população de menor renda.

## PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO URBANA

A limitação de áreas adequadas à ocupação no município torna o planejamento da expansão urbana uma questão fundamental à promoção de um desenvolvimento sustentável e incluyente. Nesse sentido, é essencial o monitoramento de áreas estratégicas para a expansão urbana, principalmente àquelas contínuas à malha urbana central e mais consolidada, delimitadas no mapa. Muitas destas áreas apresentam-se em estado avançado de degradação ambiental ou possuem algum risco para sua ocupação. Daí a importância de se garantirem mecanismos de monitoramento destas áreas, considerando, quando viável, sua reserva para ocupação futura, considerando inclusive a criação de um banco de terras para a habitação social.

## ARTICULAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS DE USO PÚBLICO URBANO E AMBIENTAL

Cubatão se destaca por ter em seu território parques municipais e uma expressiva porção do Parque Estadual da Serra do Mar. Esses espaços, apesar de importância ambiental, são pouco apropriados pela população local e não estão articulados entre si e com os espaços livres urbanos e patrimônios históricos do município.

Embora o município precise avançar na qualificação de espaços de uso público em sua área urbana, deve-se ressaltar a importância de projetos já existentes, como o das Praças de Cidadania, implementadas no bairro São José e com previsão de implementação de nova área no Bolsão 8.

Nesse sentido, consideramos que a articulação entre os espaços de uso público urbano e ambiental representa um importante potencial para a ampliação da utilização destes atrativos pela população local e para a sua valorização e divulgação como destinos turísticos viáveis.

A questão do turismo como fonte geradora de emprego e renda é um potencial muito pouco explorado no município em face dos inúmeros atrativos ambientais e culturais existentes em suas áreas protegidas (Parque Estadual da Serra do Mar, Parque Natural Municipal Cotia Pará, Parque Ecológico do Perequê e manguezais), além da Estrada Caminho do Mar e seus monumentos - a Usina Henry Borden, a Calçada do Lorena -, sambaquis, artes rupestres, trilhas, cachoeiras e observação da fauna e flora.

Também é fundamental a manutenção periódica dos patrimônios culturais existentes ao longo da Rodovia Caminho do Mar, incluindo os monumentos projetados pelo arquiteto francês Victor Dubugras e a Calçada do Lorena e, também, o desenvolvimento da pesquisa arqueológica voltada para as ocorrências de sítios do período colonial, artes rupestres e sambaquis.

## AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

Apesar da importante incidência das áreas protegidas no município, espaços naturais como as Áreas de Preservação Permanente (APP) do vale do Rio Mogi e as áreas de mangue no município ainda não são consideradas unidades de conservação. A inclusão destas áreas como Parques representa uma enorme potencialidade de assegurar a preservação destes importantes espaços, a partir do desenvolvimento de Planos de Manejo.

Os potenciais de desenvolvimento territorial se constituem como uma proposta para definição coletiva de uma macro visão do futuro de Cubatão. Esses potenciais de desenvolvimento territorial ganharão força quando debatidos em processos democráticos e participativos e integrados aos instrumentos de planejamento municipal, como o plano plurianual, plano diretores, diversos planos setoriais na área de habitação, mobilidade, saneamento, entre outros. É fundamental que os mesmos sejam discutidos e amadurecidos nos diferentes conselhos municipais.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.	Instituir e regulamentar a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), incluindo entre os empreendimentos sujeitos ao EIV os projetos de mobilidade, industriais e de logística. A aprovação do EIV deve ser de responsabilidade do COMDEMA (Lei Municipal nº 2.093/92) e de órgão colegiado de política urbana a ser instituído, com ampla participação da sociedade civil.
	<b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.	Realizar monitoramento da aplicação dos recursos públicos decorrentes das dinâmicas da cadeia do petróleo, gás, portos e grandes investimentos realizados no município.
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.	Articular e direcionar os investimentos sociais privados de grandes e pequenas empresas em ações voltadas à qualificação profissional nas áreas petroquímica e metalomecânica e programas de educação ambiental.
		Mapear e articular as potenciais micro e pequenas empresas no município para que possam se inserir nas principais cadeias econômicas identificadas.
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.	Promover cursos voltados para a qualificação profissional nas áreas da indústria petroquímica e metalomecânica considerando a ampliação de inclusão da população local e especialmente da mão de obra feminina.
		Elaborar e implementar um plano municipal de segurança.
Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.	<b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinamentos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.	Realizar estudo sobre a viabilidade e pertinência da criação da Guarda Municipal.
		Realizar estudo sobre a viabilidade e pertinência da criação da Guarda Municipal.
Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.	<b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.	Apoiar a revisão do plano municipal de educação (Lei Municipal nº 2.961/2004), tendo como um dos objetivos a qualificação da mão de obra para as áreas da indústria e de serviços.
		Desenvolver projetos de pesquisa e produção de conhecimento associados à sociobiodiversidade, considerando especialmente as unidades de conservação existentes e as especificidades do município, tais como: a população de guarás-vermelhos nos manguezais de Cubatão/Santos; artes rupestres no Núcleo Itutinga-Pilões, bem como os sambaquis no Parque Natural Municipal Cotia Pará.
	<b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.	Fortalecer as expressões artísticas e da cultura do município (música, dança, turismo, cultura nordestina, culturas populares de forma geral, eventos de raízes etc.), com apoio local, especialmente das indústrias do polo de Cubatão.
		<b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.
		Desenvolver circuitos turísticos articulando os atrativos ambientais e o patrimônio histórico de Cubatão.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.	Criar o Parque Estadual dos Manguezais da Baixada Santista.
		Transformar o Parque Ecológico do Perequê em unidade de conservação (Parque Natural Municipal).
		Implementar o plano de monitoramento da qualidade ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar no Município de Cubatão.
		Criar o Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal Cotia Pará.
Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<b>B</b> Elaborar e/ou rever as regras de uso e ocupação das unidades de conservação, de forma a compatibilizar os usos sustentáveis e propor a adequação das áreas consolidadas.  <b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.	Concluir e aprovar o plano de manejo do Parque Ecológico do Perequê.
		Melhorar a infraestrutura de visitação disponível nas unidades de conservação de Cubatão, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle, adequação das trilhas e centros de visitantes existentes e a ampliação e capacitação do quadro de pessoal.
		Incentivar o turismo e fortalecer a imagem das unidades de conservação como importantes ativos ambientais de Cubatão.
		Realizar ações de manutenção dos patrimônios culturais existentes ao longo da Rodovia Caminho do Mar, incluindo os monumentos projetados pelo arquiteto francês Victor Dubugras e a Calçada do Lorena.
		Empreender pesquisa arqueológica na área da Calçada do Lorena e nos sambaquis existentes no Parque Natural Municipal Cotia Pará bem como levantar as ocorrências de artes rupestres no Núcleo Itutinga-Pilões.
		Desenvolver passeios náuticos e o turismo controlado de observação de aves nos manguezais locais, onde localiza-se a única população de guarás-vermelhos e espécies regionalmente raras como o gavião caranguejeiro, a águia asa-de-telha, o socó dorminhoco e as garças azuis.
		Ampliar o número de funcionários dedicados ao desenvolvimento das atividades de gestão e fiscalização, bem como fornecer a capacitação adequada.  Articular as pesquisas e os pesquisadores que atuam nas unidades de conservação de forma a que os resultados possam ser apropriados e aplicados pelas comunidades locais e órgãos gestores.
Efetivar a regularização fundiária das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais bem como dos assentamentos informais de baixa renda localizados em unidades de conservação.	<b>F</b> Garantir a titulação e condições adequadas de habitabilidade dos assentamentos informais de baixa renda e reassentar os moradores em situação de risco.	Promover a regularização fundiária das áreas já consolidadas existentes no Parque Estadual da Serra do Mar onde vivem comunidades de baixa renda, incluindo os bairros Água Fria, Pilões, Sítio do Queiroz e Bairros Cota e Vila Nova Esperança, devendo-se efetivar o reassentamento das populações localizadas em áreas risco.
Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.	<b>G</b> Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e a sociedade civil.	Criar e implementar o plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Cubatão.
		Estimular a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) no Município de Cubatão, especialmente nos morros isolados da planície costeira e no vale do Rio Mogi.
		Incluir a área do entorno do Parque Estadual da Serra do Mar na definição das linhas e áreas de pesquisa desta unidade de conservação para subsidiar políticas de proteção ambiental, bem como identificar as diversas pressões sobre o meio ambiente existentes.

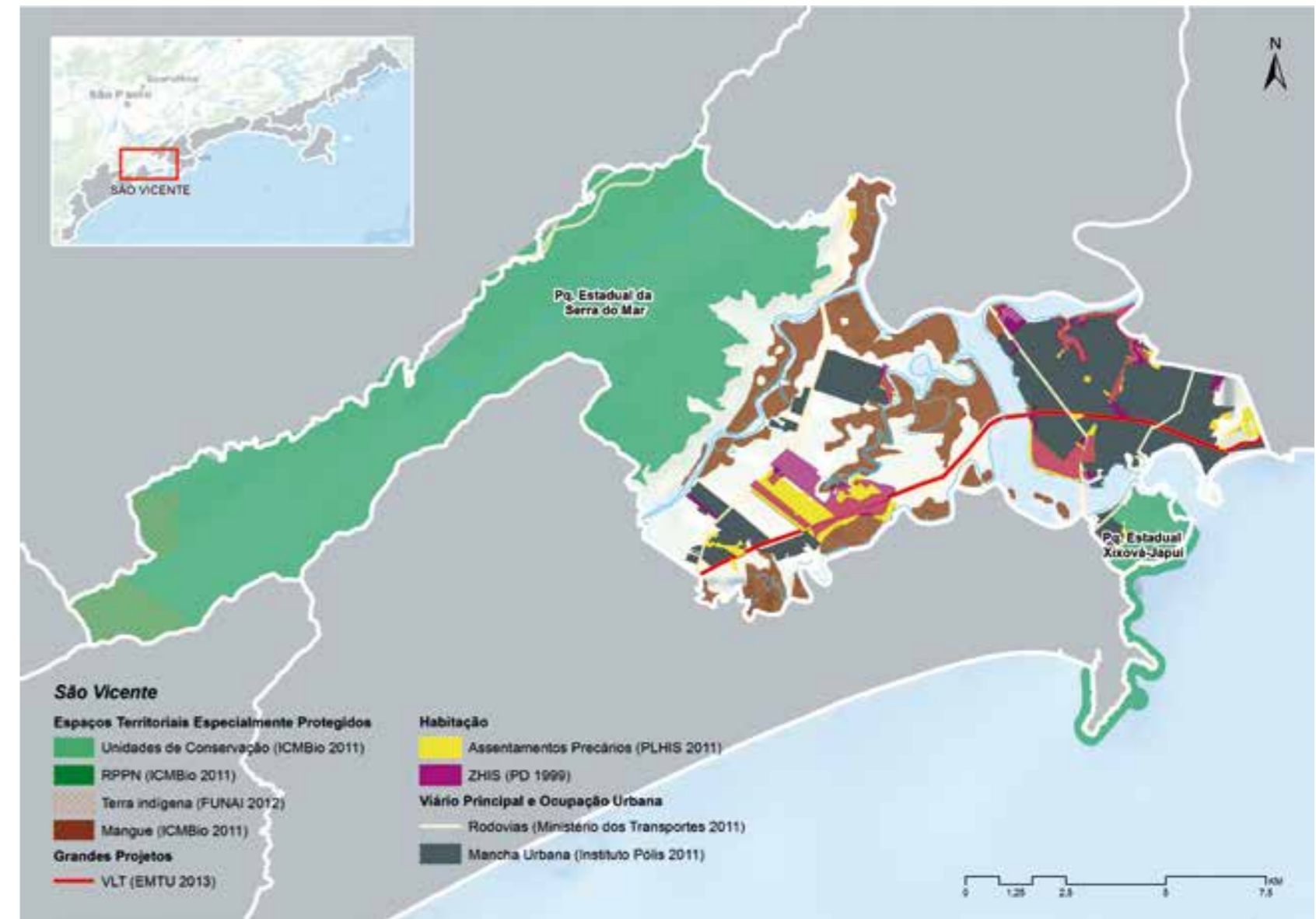
DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.	<b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.	Elaborar de forma participativa o plano municipal de mobilidade urbana, articulando-o ao planejamento regional, priorizando os modos coletivos, estudos sobre transporte hidroviário, a implantação de corredores exclusivos de ônibus, a ampliação das ciclovias que ligam os bairros, promovendo a padronização e qualificação das calçadas e travessias de pedestres, estabelecendo políticas e mecanismos de tarifação integrada e de menor custo, e de participação e controle social sobre os projetos e concessões de transporte público.
Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).	<b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.	Dar início à implantação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com a inserção da avaliação e monitoramento dos programas existentes na pauta dos conselhos de segurança alimentar, de alimentação escolar e assistência social.
		Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável, por meio de programas de transferência de renda e de distribuição de alimentos, dando continuidade às ações desenvolvidas pela Secretaria de Cidadania e Inclusão Social/ Departamento de Assistência Social/Divisão de Programas Comunitários e ações do Fundo Social de Solidariedade.
		Garantir o acesso à alimentação escolar adequada, por meio da implantação do Programa de Alimentação Integral – PAI em todas as 52 escolas do infantil, fundamental e médio.
		Fortalecer os mecanismos de inclusão produtiva, dando continuidade às ações de formação e capacitação para os programas de transferência de renda e as frentes de trabalho com vistas à emancipação das famílias dos Programas de Transferência de Renda; e continuidade à implantação do Programa Municipal Cubatão Solidário formalizado pela Lei municipal nº 3.641/11.
Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.	<b>E</b> Identificar vulnerabilidades e formular planos e programas de prevenção e adaptação aos impactos da mudanças climáticas na região, priorizando as populações mais vulneráveis aos seus efeitos adversos, bem como elaborar planos de ação para responder a eventos climáticos extremos que possam gerar situações de anormalidade, notadamente em áreas de risco.	Monitorar a implantação do plano municipal de macrodrenagem (2010), de modo articulado ao Plano de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista, com ênfase nos estudos de desassoreamento do Rio Cubatão.
	<b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.	Implantar sistema de coleta seletiva de três tipos - orgânicos, secos e rejeito -, com vistas a: (1) reaproveitamento integral dos resíduos orgânicos, por meio de tecnologia de biodigestão e de compostagem; (2) reciclagem de todos os materiais recicláveis (secos), com a participação de cooperativas de catadores; (3) destinação do rejeito para aterro sanitário.
	<b>G</b> Combater todas as formas de poluição, incluindo as fontes de poluição dos portos e retroportos, e eliminar áreas contaminadas, inclusive dentro das unidades de conservação.	Dinamizar a Rede dos Catadores de Materiais Recicláveis do Litoral para potencializar a capacidade de comercialização do material.
Promover habitação adequada para a população de baixa renda.	<b>I</b> Implementar os Sistemas Municipais de Informações Habitacionais, visando compartilhar e integrar os cadastros de beneficiários dos projetos federal, estadual e municipais, bem como os cadastros de localização dos assentamentos precários.	Desenvolver ações de aprimoramento de controle de fontes emissoras de poluentes relativas às atividades industriais com potencial de impacto ambiental, incluindo ações de prevenção de acidentes.
		Implementar o Sistema Municipal Integrado de Informações Habitacionais – Sihab-Município.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
<p>Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.</p>	<p><b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.</p>	<p>Ampliar a capacidade institucional para a implementação de instrumentos da política de regularização fundiária, intensificando os programas de urbanização e de regularização fundiária, considerando os programas em curso, priorizando ações de prevenção à ocupação em áreas impróprias, garantindo equipamentos públicos de educação, saúde, lazer e outros, localizados nos bolsões de reassentamento das famílias atendidas pelo Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e criando programa de assistência técnica para melhoria das condições das edificações.</p>
<p>Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.</p>	<p><b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.</p>	<p>Promover oficina envolvendo poder público local e o Ministério da Cultura sobre as possibilidades e desafios do Sistema Nacional de Cultura.</p>
	<p><b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.</p>	<p>Continuar os investimentos na expansão e melhoria da qualidade da Estratégia de Saúde da Família.</p>
	<p><b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.</p>	<p>Realizar o controle e a prevenção da obesidade e do desenvolvimento de doenças crônicas, ampliando a coleta e transcrição de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para toda a população.</p>
	<p><b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.</p>	<p>Promover processos de educação e formação em segurança alimentar e nutricional, nas áreas da saúde e da educação e implantar o projeto de hortas nas escolas.</p>

# AGENDA MUNICIPAL de SÃO VICENTE



## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Características da ocupação	Dados econômicos
Área total (AGEM 2008): 14,8 mil hectares	PEA (IBGE 2010): 163 mil pessoas
Áreas de mancha urbana 2011/2011(Pólis): 2,4 mil ha (16,5%)	Empregos formais (RAIS/MTE 2010): 40 mil
Áreas inseridas em unidades de conservação (ICMBio 2011): 7 mil ha (47,5%)	Valor Adicionado – VA (SEADE 2010): R\$ 3 bi
Áreas protegidas*: 11,1 mil ha (74,9%)	Valor Adicionado <i>per capita</i> (SEADE 2010): R\$ 9,1 mil
População (IBGE 2010): 332 mil	Taxa informalidade (IBGE 2010/Pólis 2012): 33%
Domicílios totais (IBGE 2010): 123 mil	
Dom. Permanentes (IBGE 2010): 101,7 mil (82,6%)	
Domicílios uso ocasional (IBGE 2010): 11,6 mil (9,4%)	
Domicílios vagos (IBGE 2010): 9 mil (7,4%)	
Domicílios coletivos (IBGE 2010): 774 (0,6%)	
Deficit quantitativo habitacional (PLHIS 2009): 19 mil ou 18,7% (dom. fixos)	

\*Inclui Parques, RPPN, Terra Indígena, mangues, APP hídricas e áreas com declividade superior a 45° (ICMBio/FUNAI/INPE – 2011)



### INSERÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Embora localizado na região central da Baixada Santista, São Vicente apresenta menor dinamismo econômico quando comparado com os municípios de Santos, Cubatão e Guarujá. Grande parte da população residente desloca-se diariamente para trabalhar em outros municípios da Baixada Santista, relação que pode ser percebida pela reduzida proporção de empregos da População Economicamente Ativa (PEA). O município de São Vicente possui o menor PIB *per capita* da Baixada, R\$ 8.118,00 (SEADE, 2009).

Na análise da distribuição de empregos por setor, percebe-se que os maiores empregadores formais no município foram os setores de serviços (44,3%), seguido pelo comércio (28,8%). Cabe destacar, que na última década o setor com maior expansão foi a administração pública embalada pelo aquecimento da economia, pelo aumento da renda real, pelo crescimento das transferências dos *royalties* do petróleo e pelos investimentos públicos estadual e federal. Ainda que tenha ocorrido a diminuição da taxa de informalidade no mercado de trabalho em 2010, continua superior às taxas registradas no Estado de São Paulo.

A diversificação da economia e geração de empregos formais são, portanto, importantes desafios a serem enfrentados no município.

Junto a estes desafios deve-se também voltar atenção ao intenso processo de valorização do solo urbano, percebido pela crescente atuação do mercado imobiliário e da construção civil. Os empreendedores têm buscado áreas na cidade, considerando o esgotamento de possibilidades e os altos preços do metro quadrado praticados em Santos. Apesar de gerar algum dinamismo econômico, este processo precisa ser monitorado, pois reforça São Vicente como município dormitório, podendo ampliar as dificuldades de acesso à moradia por parte dos mais pobres.

O aumento da inclusão da população impõe o desafio da diversificação da economia. Uma alternativa importante é o resgate das atividades tradicionais, como o caso da pesca artesanal, que com o fortalecimento da expansão urbana foi perdendo espaço. A pesca artesanal em São Vicente necessita da implantação de infraestrutura para comercialização, seja um mercado ou entreposto com pequena fábrica de gelo, além de pequeno estaleiro para reparos - estruturas e equipamentos que beneficiem diretamente os pescadores artesanais no seu trabalho diário. Além de estruturas físicas, é necessário apoio e orientação por meio de uma assistência técnica pesqueira que conduza o planejamento, o possível beneficiamento e comercialização do pescado, tornando a atividade mais rentável para os aqueles que persistem na atividade.

### MEIO AMBIENTE

São Vicente possui 67% de seu território recobertos por vegetação de mata atlântica e ecossistemas associados (restingas e manguezais) que estão localizados principalmente em sua área continental (Fundação Florestal, 2004/2005). Tal fato impõe o desafio de se proteger esta biodiversidade da ação de caçadores e palmiteiros, que são bastante intensas na área do Parque Estadual da Serra do Mar e, também, do avanço das ocupações irregulares sobre áreas de mangue.

Além disso, é importante garantir a recuperação das áreas degradadas pela atividade de mineração de areia de fundição desenvolvidas na área continental, conforme estabelecido nas licenças ambientais e planos de recuperação de áreas degradadas destes empreendimentos.

### DEFICIT E DEMANDAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

Em São Vicente é reconhecido um grande número de assentamentos precários, concentrados principalmente na área continental do município, e nas palafitas e morros de sua parte insular. No município consideram-se assentamentos precários tanto as favelas (ocupações espontâneas e originalmente desprovidas de infraestrutura e planejamento), como os loteamentos irregulares de baixa renda (assentamentos implantados com algum nível de organização).

Embora o município conte com importantes programas de urbanização e regularização fundiária, permanece o desafio de conseguir ampliar a capacidade institucional para implementação de instrumentos da política urbana,

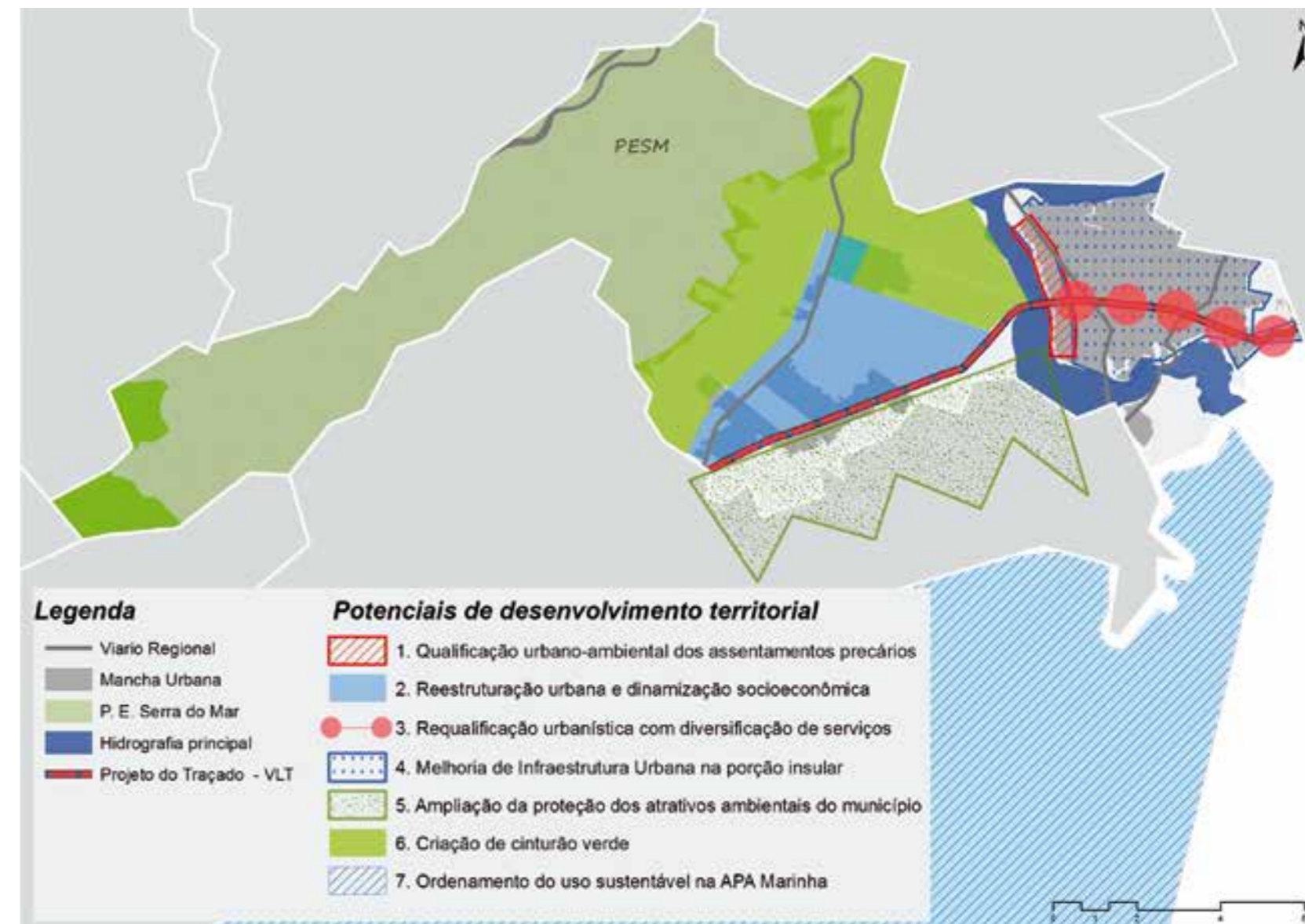
como novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de vazios e ZEIS de áreas consolidadas. Estes instrumentos favorecem a ampliação da destinação de áreas para a provisão de Habitação de Interesse Social (HIS) e facilitam a consolidação dos projetos de urbanização integrada existente no município.

A qualificação dos assentamentos precários e a gestão sobre as inundações em períodos de fortes chuvas recorrentes no município são os principais desafios a serem enfrentados na área de saneamento. O prosseguimento nas intervenções previstas pelo plano de macrodrenagem e o monitoramento do Programa Onda Limpa da Sabesp são importantes estratégias que ajudarão a reverter este quadro.

No âmbito da mobilidade, destaca-se o desafio da necessária integração intermodal, articulando ônibus municipais e regionais, o futuro Veículo Leve sobre Trilho (VLT), e modos não motorizados, acompanhado de estratégias de tarifação integrada com o sistema metropolitano e de menor custo, com participação e controle social sobre os projetos e as concessões de transporte público.

## POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A partir dos desafios que o Município de São Vicente precisa enfrentar visando à construção de um processo de organização territorial mais justa e que atenda as diversas necessidades de sua população, foram elencados alguns potenciais de desenvolvimento territorial, apresentados no mapa a seguir.



Elaboração: Instituto Pólis.

### QUALIFICAÇÃO URBANO-AMBIENTAL DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

São Vicente possui um grande passivo relacionado à falta de condições de habitabilidade, irregularidade fundiária e urbanística, assentamentos precários na forma de palafitas nas margens dos córregos e do estuário.

A priorização de investimentos na qualificação urbano-ambiental destes assentamentos precários representa um importante potencial para melhoria da qualidade de vida de porção significativa da população do município. Nesse sentido o município necessita empreender esforços visando à ampliação da atuação nesses assentamentos, qualificando as áreas de moradia precária através de projetos de urbanização e regularização fundiária e de provisão de novas unidades habitacionais.

Integrado ao processo de qualificação dos assentamentos precários e remoção das ocupações em palafitas, deve-se pensar de forma efetiva a preservação e valorização do uso sustentável na frente continental do estuário da cidade, visando a proteção ambiental desta faixa e impedindo novas ocupações irregulares.

### REESTRUTURAÇÃO URBANA E DINAMIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A porção continental do município foi historicamente ocupada por loteamentos de baixa qualidade urbanística e por um número expressivo de conjuntos habitacionais implantados de maneira pouco articulada. A previsão de construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) representa uma importante oportunidade de reestruturação deste território colaborando em sua dinamização econômica. Nesse sentido parece prioritário concentrar esforços no sentido de consolidar o sistema viário local, bem como estimular o adensamento populacional ao longo do eixo do VLT e da Rodovia Pe. Manoel da Nóbrega (SP 55), bem como a instalação de equipamentos públicos coletivos e a dinamização econômica. A Rodovia Pe. Manoel da Nóbrega (SP 55) tem grande potencial de se consolidar como um eixo de reestruturação metropolitana, atraindo empresas e serviços que demandem uma articulação regional e facilidade de conexões com os municípios vizinhos.

### REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA COM DIVERSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS

A porção insular, área mais dinâmica do Município, possui um grande potencial de transformação a partir de sua requalificação urbanística ao longo do eixo do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em processo de implementação. A priorização deste investimento terá grande potencial na diversificação de serviços e no adensamento populacional ao longo do eixo.

Nesse sentido é fundamental considerar esforços para a transformação de antigas áreas industriais que hoje estão ociosas, estimulando o uso habitacional, tendo em vista a necessidade de prover áreas urbanizadas e bem localizadas para moradia.

### MELHORIA DE INFRAESTRUTURA URBANA NA PORÇÃO INSULAR

Apesar de apresentar condições urbanísticas mais adequadas que a porção continental, a porção insular do território de São Vicente apresenta ainda graves problemas de infraestrutura, principalmente em relação à drenagem. Neste sentido, é fundamental dar continuidade aos esforços de qualificação urbana na totalidade da porção insular, complementarmente às ações de provisão habitacional, principalmente no que tange ao sistema de drenagem, priorizando a substituição e modernização das comportas.

Sobre o aspecto moradia, existe ainda um potencial de viabilização de novas moradias por meio da qualificação e adensamento da área norte da porção insular de São Vicente, que faz limite com a Zona Noroeste de Santos.

### AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO DOS ATRATIVOS AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO

Em São Vicente está localizada uma porção importante do Parque Estadual Xixová-Japuí, onde se localiza a aldeia indígena Paranaçuã, além de outros atrativos da área continental incluindo cachoeiras, estação ferroviária e ruínas da Capela e Engenho Sant'anna. É importante desenvolver o potencial de visitação do Parque Estadual Xixová-Japuí e da área continental do Município de São Vicente com foco na inclusão social através do turismo de base comunitária.

É fundamental a elaboração de um diagnóstico, ambiental, social e econômico da área continental para apontar as potencialidades e a viabilidade ambiental e econômica de atividades, incluindo caminhadas ecológicas, estudo do meio, *mountain bike*, passeios a cavalo, entre outros. Além disso, é importante melhorar a infraestrutura de visitação disponível no Parque Xixová-Japuí, com a instalação de equipamentos e bases de controle, adequação das trilhas, construção de um centro de visitantes, bem como ampliar e capacitar o quadro de pessoal

Ademais, é importante que se inclua os manguezais locais na proposta de criação do Parque Estadual dos Manguezais da Baixada Santista, uma vez que estes se constituem com importantes berçários da fauna local.

### CRIAÇÃO DE CINTURÃO VERDE

O território de São Vicente tem ainda como potencialidade a consolidação de um cinturão verde, como uma área de transição entre a urbanização e a área de proteção, por meio de zoneamento específico, reforçando a destinação de áreas para produção agrícola e a proteção contra as atividades de mineração.

A área em questão apresenta ainda inúmeros córregos e rios, que tem enorme potencial de consolidarem como corredores ecológicos, colaborando na manutenção do fluxo gênico das espécies da fauna e da flora. Nesta área também é importante que se inclua os manguezais locais na proposta de criação do Parque Estadual dos Manguezais da Baixada Santista.

### ORDENAMENTO DO USO SUSTENTÁVEL NA APA MARINHA

A elaboração dos planos de manejo da APA Marinha Litoral Centro são instrumentos auxiliares fundamentais para o ordenamento das atividades no mar, bem como para se estabelecer ações limitadoras ao desenvolvimento de atividades econômicas e de controle de riscos.

Os potenciais de desenvolvimento territorial se constituem como uma proposta para definição coletiva de uma macrovisão do futuro de São Vicente. Esses potenciais de desenvolvimento territorial ganharão força quando debatidos em processos democráticos e participativos e integrados aos instrumentos de planejamento municipal, como o plano plurianual, plano diretores, diversos planos setoriais na área de habitação, mobilidade, saneamento, entre outros. É fundamental que os mesmos sejam debatidos e amadurecidos nos diferentes conselhos municipais.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.	Instituir e regulamentar a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), incluindo entre os empreendimentos sujeitos ao EIV os empreendimentos de mobilidade e logística, os loteamentos e empreendimentos imobiliários de grande porte. A aprovação do EIV deve ser de responsabilidade do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA (Lei municipal nº 1997/84) e de órgão colegiado de política urbana a ser instituído com ampla participação da sociedade civil. Deve-se também aumentar o papel de fiscalização e de controle social dos conselhos municipais.
	<b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.	Articular e direcionar os investimentos sociais privados de grandes e pequenas empresas em ações voltadas à qualificação profissional nas áreas moveleira, alimentícia e de artefatos plásticos para jovens e desempregados e no fortalecimento e diversificação do turismo (turismo de negócio e de apoio às atividades do pré-sal e correlatos).
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.	Mapear e articular as potenciais micro e pequenas empresas no município para que possam se inserir nas principais cadeias econômicas identificadas no município.
		Qualificação profissional nas áreas da indústria têxtil e metalomecânica; serviços de apoio logístico às atividades do porto e às atividades comerciais, bem como capacitação técnica para o turismo.
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.	Elaborar e implementar de um plano municipal de segurança.
		Criar o Comitê Gestor Municipal do Plano Juventude Viva e elaborar e publicar plano municipal de enfrentamento à violência da juventude negra, com metas para o período de até quatro anos.
		Dar continuidade ao processo de capacitação da Guarda Municipal como agente multiplicador do programa "Crack é possível vencer".
Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.	<b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinamentos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.	Apoiar a revisão de plano municipal de educação.
	<b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.	Desenvolver projetos de pesquisa e produção de conhecimento associados à sociobiodiversidade, considerando especialmente as unidades de conservação existentes e as especificidades do município, tais como: o potencial do Parque Estadual Xixová-Japuí, as ameaças de erosão das praias de São Vicente, entre outros aspectos.
Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.	<b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.	Fortalecer a pesca artesanal com a participação das organizações de pescadores no direcionamento dos recursos vindos das compensações ambientais; e com a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para viabilizar a comercialização do pescado e outros produtos processados.
	<b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.	Ampliar as ações entre secretarias para a realização das festas e eventos que colaborem para a construção de redes entre culturas tradicionais e contemporâneas. Deve-se reafirmar a condição histórica da primeira cidade do país, fortalecendo a "Encenação da Vila de São Vicente", com ampla divulgação e envolvimento de todas as expressões culturais locais, especialmente da população indígena da região e jovens afrodescendentes, fomentando o turismo cultural.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.	<p>Criar um parque estadual ou um parque intermunicipal, em cooperação com o Município de Praia Grande, para proteção dos manguezais.</p> <p>Monitorar a qualidade ambiental dos manguezais localizados ao longo dos rios Piaçabuçu, Santana, Mariana, Guramar, Boturoca e Branco e ampliar a fiscalização sobre estas áreas.</p> <p>Implementar o plano de monitoramento da qualidade ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar no Município de São Vicente.</p>
Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.	<p>Melhorar a infraestrutura de visitação disponível no Parque Estadual Xixová-Japuí, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle, adequação das trilhas e construção de um centro de visitantes e a ampliação e capacitação do quadro de pessoal.</p> <p>Valorizar os atrativos localizados na área continental do Município de São Vicente (cachoeiras, estação ferroviária e ruínas da Capela e Engenho Sant’anna do sec. XVI) e desenvolver atividades no campo do turismo de base comunitária nesta localidade.</p> <p>Incentivar o turismo em baixa temporada e fortalecer a imagem do Parque Estadual da Serra do Mar e do Parque Estadual Xixová-Japuí como importantes ativos ambientais de São Vicente.</p> <p>Articular as pesquisas e os pesquisadores que atuam nas unidades de conservação de forma a que os resultados possam ser apropriados e aplicados pelas comunidades locais e órgãos gestores.</p> <p>Ampliar o número de funcionários dedicados ao desenvolvimento das atividades de gestão e fiscalização, bem como fornecer a capacitação adequada, para a APA Marinha Litoral Centro, Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Estadual Xixová-Japuí.</p>
Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.	<b>G</b> Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e a sociedade civil.	<p>Criar e implementar o plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de São Vicente.</p> <p>Elaborar um diagnóstico turístico, ambiental, social e econômico da área continental de São Vicente para apontar as potencialidades e a viabilidade ambiental e econômica de atividades, incluindo caminhadas ecológicas, estudo do meio, mountain bike, passeios à cavalo e charrete.</p> <p>Melhorar as condições de segurança e saneamento ambiental (inexistência de sanitários e lixo e entulhos abandonados) na área continental de São Vicente (Parque Estadual da Serra do Mar e entorno).</p> <p>Estimular a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) no Município de São Vicente, especialmente nos setores considerados estratégicos pelos planos de manejo do Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Estadual Xixová-Japuí.</p> <p>Controlar a mineração de areia industrial na planície sedimentar costeira da área continental e empreender soluções de recuperação de áreas degradadas para os passivos ambientais derivados de minerações abandonadas.</p> <p>Incluir a área do entorno do Parque Estadual da Serra do Mar na definição das linhas e áreas de pesquisa desta unidade de conservação para subsidiar políticas de proteção ambiental, bem como identificar as diversas pressões sobre o meio ambiente existentes.</p>

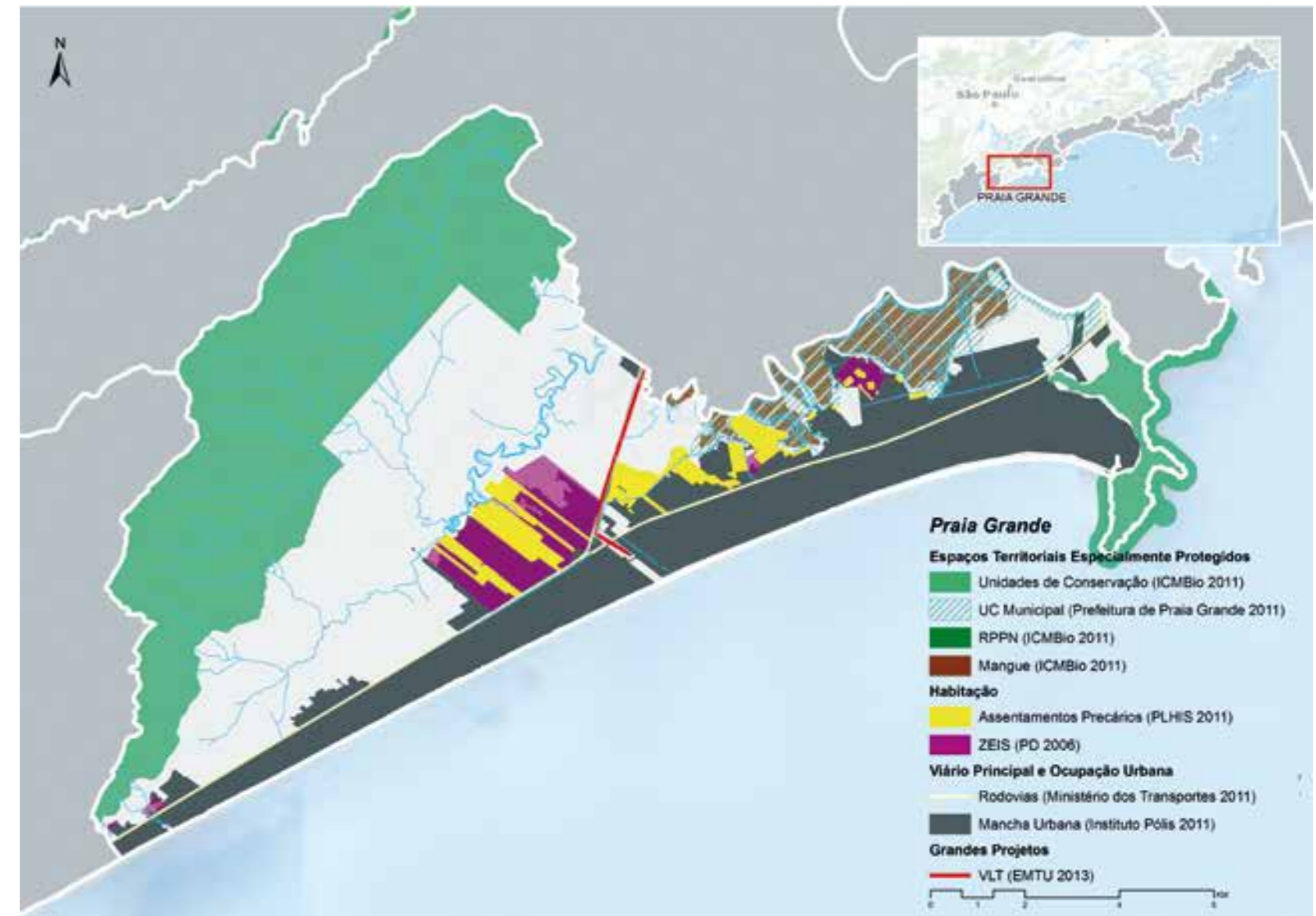
DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.	<b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.	Elaborar de forma participativa o plano municipal de mobilidade, conforme previsto pelas diretrizes da Lei Orgânica de São Vicente e do plano diretor, diagnosticando e atendendo demandas metropolitanas e articulando-as ao planejamento regional, priorizando o transporte coletivo, com ampliação da frota e de linhas municipais e articulando-o com a futura linha de VLT, ampliando a rede cicloviária de acordo com o planejamento metropolitano existente e estabelecendo políticas e estratégias de tarifação integrada, como sistemas metropolitanos e de menor custo, de participação e controle social sobre os projetos e as concessões de transporte público.
Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).	<b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.	Efetivar um sistema municipal de segurança alimentar e nutricional, de gestão intersetorial e participativa, que articule os diferentes setores, para a implantação de uma política municipal de segurança alimentar e nutricional e ampliar as ações da Secretaria de Segurança Alimentar.
		Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável, por meio de programas de transferência de renda realizando a busca ativa para a inserção de todas as famílias que se enquadram nos seus critérios e institucionalizando os Equipamentos Públicos de Banco de Alimentos e Restaurante Popular.
		Garantir o acesso à alimentação escolar adequada e saudável, ampliando a aplicação do Programa Nacional de Alimentação Escolar com a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar. e dando continuidade às adaptações do cardápio para as crianças diabéticas e com intolerância à lactose, incluindo também a intolerância ao glúten.
Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.	<b>C</b> Ampliar e aprimorar o tratamento do esgotamento sanitário, procurando promover iniciativas regionais de aproveitamento dos resíduos por meio de sistemas de biodigestão.  <b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.	Atualizar o plano municipal de macrodrenagem (2004), considerando as intervenções realizadas e de modo articulado à Prefeitura de Santos.
		Implantar Sistema de coleta seletiva em três tipos - orgânicos, secos e rejeito -, com vistas a: (1) reaproveitamento integral dos resíduos orgânicos por meio de tecnologia de biodigestão e de compostagem; (2) reciclagem de todos os materiais recicláveis (secos), a partir do apoio do Poder Público - estrutura e capacitação - com vistas a garantir a participação de cooperativas de catadores e; (3) destinação do rejeito para aterro sanitário.
		Realizar campanhas de conscientização junto à população para orientação sobre o descarte adequado de resíduos, ampliando a coleta seletiva a todos os bairros.  Fiscalizar o descarte de resíduos da construção civil.
Promover habitação adequada para a população de baixa renda.	<b>H</b> Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).  <b>I</b> Implementar os Sistemas Municipais de Informações Habitacionais, visando compartilhar e integrar os cadastros de beneficiários dos projetos federal, estadual e municipais, bem como os cadastros de localização dos assentamentos precários.	Ampliar a destinação de áreas consideradas como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS e que estejam vazias, para dar suporte aos projetos de urbanização integrada existentes no município, com a definição participativa de critérios para atendimento às famílias em provisão habitacional.
		Implementar o Sistema Municipal Integrado de Informações Habitacionais - Sihab-Município.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.	<p><b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.</p>	Ampliar a capacidade institucional para a implementação de instrumentos da política de regularização fundiária para dar suporte aos processos de regularização fundiária em andamento, bem como para as áreas que ainda não possuem intervenção do poder público.
Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.	<p><b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.</p>	Oficina do poder público local com o Ministério da Cultura sobre as possibilidades e desafios do Sistema Nacional de Cultura.
	<p><b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.</p>	Manter investimentos na expansão da Rede de Atenção Básica e na ampliação e melhoria da qualidade da Estratégia de Saúde da Família.
		Realizar o controle e a prevenção da obesidade e do desenvolvimento de doenças crônicas, ampliando a coleta e transcrição de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para toda a população.
		Promover processos de educação e formação em segurança alimentar e nutricional, nas áreas da saúde e da educação institucionalizando o projeto “Tinutrindo” na Diretoria de Alimentação Escolar, incorporando a ótica da segurança alimentar e nutricional além de fortalecer a implantação de hortas escolares.

# AGENDA MUNICIPAL de PRAIA GRANDE



## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Características da ocupação	Dados econômicos
Área total (AGEM 2008): 14,7 mil hectares	PEA (IBGE 2010): 128,8 mil pessoas
Áreas de mancha urbana 2011(Pólis): 3,9 mil ha (26,6%)	Empregos formais (RAIS/MTE 2010): 38,2 mil
Área do município em unidades de conservação (ICMBio 2011): 5,8 mil ha (39,4%)	Valor Adicionado – VA (SEADE 2010): R\$ 2,9 bilhões
Áreas protegidas*: 7,3mil ha (49,7%)	Valor Adicionado <i>per capita</i> (SEADE 2010): R\$ 11,2 mil
População (IBGE 2010): 262 mil	Taxa de informalidade (IBGE 2010/Pólis 2012): 43%
Domicílios totais (IBGE 2010): 200 mil	
Domicílios permanentes (IBGE 2010): 83,5 mil (41,7%)	
Domicílios de uso ocasional (IBGE 2010): 104,9mil (52,4%)	
Domicílios vagos (IBGE 2010): 11,5 mil (5,8%)	
Domicílios coletivos (IBGE 2010): 117 (0,1%)	
Deficit quantitativo habitacional (PLHIS 2009): 6.637 ou 8% (dom. permanentes)	

\*Inclui Parques, RPPN, Terra Indígena, mangues, APP hídricas e áreas com declividade superior a 45° (ICMBio/FUNAI/INPE – 2011)

### INSERÇÃO REGIONAL

Praia Grande situa-se próxima ao núcleo central da Baixada, estando sob forte influência das atividades desenvolvidas nestas cidades, principalmente de Santos. O município de Praia Grande com um processo de urbanização que se acelerou a partir da construção da rodovia Padre Manoel da Nóbrega e posteriormente com a construção da ponte do Mar Pequeno, caracterizava-se como um território de uso quase que exclusivamente turístico e veraneio no passado recente. Atualmente apresenta uma dinâmica de ocupação cada vez mais interligada com a região central da Baixada. Com maior diversificação de serviços e comércio e um aumento de população fixa, podendo ser identificada como local de habitação para a população que não consegue acessar moradia em terras muito valorizadas da Ilha de São Vicente (Santos e São Vicente).

### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A dinâmica econômica de Praia Grande ainda se encontra ancorada hoje, em larga medida, na atividade turística e veraneio, apresentando por isso relativa diversificação do setor de comércio e serviços, percebe-se o crescente adensamento populacional com ampliação da população residente. Considerando a participação dos setores da atividade econômica na produção de riqueza, nota-se que o setor de serviços na sua totalidade representa 86,2% do total do Valor Adicionado (VA), englobando os subsetores do comércio e outros serviços (73,42%) e o subsetor da administração pública (26,57%).

O crescimento das construtoras e imobiliárias, em número e escala de ocupação de pessoas, tem ocorrido pelo aumento da produção de grandes empreendimentos imobiliários. Essa dinâmica que se orienta mais aos lançamentos de melhor padrão e menos à produção de habitação popular, reforça a divisão econômica e territorial da sociedade local, em termos de suas condições sociais.

O aumento da inclusão da população impõe o desafio do resgate das atividades tradicionais, como o caso da pesca artesanal, que com o fortalecimento da expansão urbana foi perdendo espaço. Praia Grande mantém a atividade da pesca artesanal, possuindo ainda 36 unidades produtivas que tiveram 33 toneladas de capturas descarregadas durante o ano de 2013. É necessário apoio e orientação por meio de uma assistência técnica pesqueira que conduza o planejamento, possível beneficiamento e comercialização do pescado tornando a atividade mais rentável para os aqueles que persistem na atividade.

### MEIO AMBIENTE

Praia Grande possui importantes ativos ambientais uma vez que 66,55% de seu território é recoberto por vegetação de mata atlântica e ecossistemas associados - restingas e manguezais (Fundação Florestal, 2004/2005). Tal fato impõe o desafio de proteger toda esta biodiversidade e, também, apresenta um leque de oportunidades para a diversificação e ampliação de atividades turísticas de forma a articular o turismo de praia ao turismo ecológico.

Para tanto, é importante ampliar e qualificar o quadro técnico dedicado ao desenvolvimento das atividades de gestão e fiscalização das unidades de conservação, bem como investir na melhoria da infraestrutura de fiscalização e apoio ao uso público, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle, adequação das trilhas e centros de visitantes.

Atenção especial deve ser dada ao Parque Estadual Xixová-Japuí, não só pela sua localização geográfica estratégica como, também, pela diversidade de atrativos culturais e ambientais ali existentes, incluindo a Fortaleza de Itaipú, o Curtume Cardamone, bem como trilhas, costões rochosos e praias.

### DEFICIT E DEMANDAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

Praia Grande possui assentamentos precários e loteamentos irregulares em área bem definida do município, entre a rodovia SP-55 e a Serra do Mar e a divisa com Cubatão. É nessa faixa da cidade onde a oferta de infraestrutura urbana e equipamentos públicos apresentam carências. Sendo assim, cabe ao município viabilizar empreendimentos de habitação de interesse social em áreas urbanizadas, com acesso a infraestrutura urbana e serviços, tanto para atendimento a famílias retiradas de assentamentos precários quanto para atendimento ao déficit quantitativo do município. Portanto, Praia Grande tem o desafio de implementar instrumentos da política urbana afim de viabilizar novas áreas de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de vazios para produção de novas moradias. Há a necessidade de se ampliar os mecanismos de prevenção de novas ocupações, e de criar programa de assistência técnica para melhoria das condições das edificações consolidáveis nos assentamentos e fora dele.

Praia Grande, que possui índices de crescimento populacional superiores aos dos municípios do núcleo central da Baixada Santista, tem como o desafio prioritário a universalização do abastecimento de água, nesse sentido é fundamental a execução do Plano Diretor de Águas da Sabesp, com o cumprimento de suas metas de ampliação do sistema.

Quanto à mobilidade, identifica-se o desafio da integração do transporte público municipal e do ciclovário com o Veículo Leve sobre Trilho (VLT), em implantação Santos e previsto para São Vicente e Praia Grande. Também é importante a consolidação de estratégias de tarifação integrada com o sistema metropolitano, visando a redução dos custos para a população.

### POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A partir do conjunto de desafios que precisam ser enfrentados, aliados as características do processo de urbanização e os recursos ambientais do município, foram identificados importantes potenciais de desenvolvimento territorial em Praia Grande. Estes potenciais indicam caminhos para a promoção de um desenvolvimento sustentável que reverta o quadro de deficiências de infraestruturas, as desigualdades socioterritoriais e promova atividades voltadas à dinamização econômica e inclusiva, considerando a crescente articulação do município com o polo central da Baixada Santista. O mapa organizado a seguir mostra essas potencialidades territoriais.

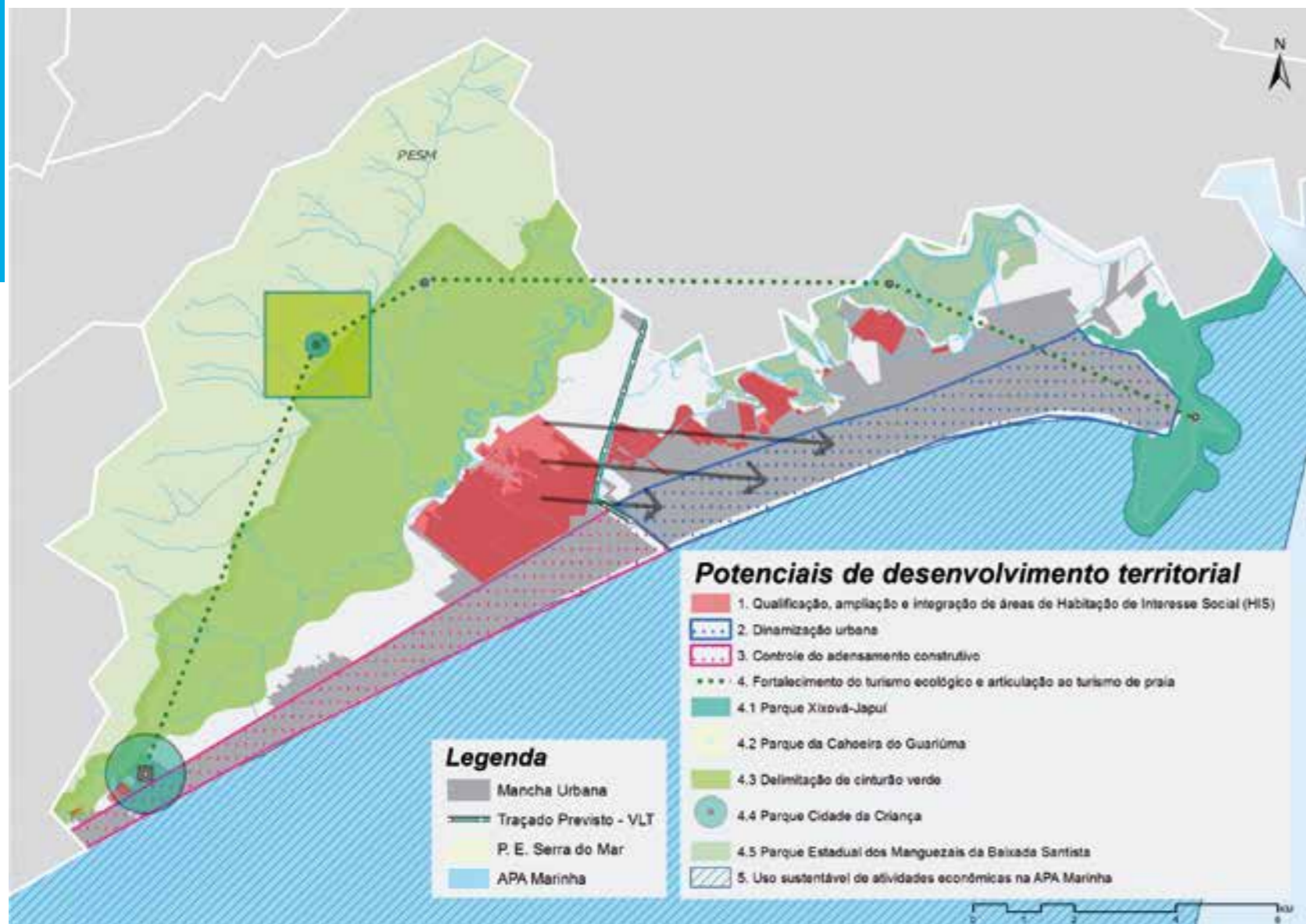
### QUALIFICAÇÃO, AMPLIAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ÁREAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS)

A extrema segregação socioespacial, a necessidade de atendimento habitacional à população de baixa renda e a existência de espaços vazios nas áreas com melhor infraestrutura reforçam a potencialidade de se implementar as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) já previstas no âmbito do plano diretor, e se ampliar os perímetros destas áreas considerando a necessidade de maior integração com área consolidada do município. A priorização de ações na área da habitação é fundamental para a melhoria da qualidade de vida de parcela expressiva da população do município, além de assegurar o direito à moradia das famílias hoje residente nos assentamentos precários.

O plano diretor define a política de habitação do município, estabelece as categorias de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e o orçamento municipal com relação à política de habitação. A definição da política habitacional abrange aspectos importantes e fundamentais ao tratar da necessidade de regularização fundiária de assentamentos informais, promover de programas diferenciados de construção de moradias, e definir diferentes tipos de ZEIS - ZEIS 1: áreas ocupadas por população de baixa renda, indicadas para regularização física, urbanística e fundiária; ZEIS 2: glebas e áreas vazias ou pouco ocupadas indicadas para a implantação de programas habitacionais de interesse social; ZEIS 3: áreas urbanizadas com parcela significativa de terras ou lotes vazios adequados para a implementação de programas habitacionais de interesse social. Estas áreas, delimitadas pela mancha vermelha do mapa de potencialidades, por estarem concentradas reforçam a segregação. Nesse sentido é fundamental ampliar as condições de mobilidade urbana desses territórios, assim como ampliar a delimitação de novas ZEIS para as áreas com melhor infraestrutura urbana.

É fundamental, também, o levantamento, a demarcação e a destinação de terras da União para regularização fundiária e para produção de novas moradias no município.





Elaboração: Instituto Pólis.

### DINAMIZAÇÃO URBANA

Embora a urbanização tenha sido espalhada ao longo de toda a orla, o exame das condições de infraestrutura, e particularmente do esgotamento sanitário, mostram duas realidades bastante distintas. Na porção a norte - do Balneário Maracanã ao Forte - identifica-se a existência de áreas com mais serviços e infraestrutura, que por esta razão apresentam potencial de adensamento populacional, incluindo a previsão de áreas para provisão de Habitação de Interesse Social. Neste sentido é importante priorizar os investimentos nesta porção do território, considerando a diversificação econômica e a implementação de novos equipamentos de cultura e lazer. Como parte do processo de dinamização urbana, deve-se regulamentar o IPTU progressivo no tempo e os instrumentos que lhe são sucedâneos (parcelamento, edificação e utilização compulsórios).

### CONTROLE DO ADENSAMENTO CONSTRUTIVO

Na porção ao sul dessa faixa, que se estende do Balneário Maracanã até Jardim Solemar, embora tenha havido uma significativa ocupação, a área permanece sem infraestrutura urbana adequada. Nesse sentido, entende-se que o controle do adensamento construtivo como um importante potencial para o desenvolvimento do município. Dessa forma torna-se necessário a revisão dos parâmetros urbanísticos que hoje permitem uma expressiva verticalização nessa região. A intensificação da ocupação desta área, deve ser antecedida de melhoria das infraestruturas.

### FORTALECIMENTO DO TURISMO ECOLÓGICO E ARTICULAÇÃO AO TURISMO DE PRAIA

Apesar da grande riqueza e diversidade ambiental do município, esse permanece associado predominantemente ao turismo de praia. As unidades de conservação existentes no município e uma diversidade de recursos ambientais presentes, como ambientes de encosta, mangue, restingas e marinho, o potencializam para ampliação do foco de atividades turísticas, além de indicarem atividades complementares como agroflorestais e de usos sustentáveis das unidades de conservação. Assim, um importante potencial é o fortalecimento da imagem e a qualificação de importantes ativos ambientais locais, como Parque Estadual Xixová-Japuí (4.1) e Cachoeira do Guariúma (4.2), localizada dentro do Parque Estadual Serra do Mar.

Além disso, no território municipal existe um grande potencial de delimitação de um Cinturão Verde (4.3) ao longo da linha do rio Branco ou Boturoca, definindo assim uma linha de transição entre o urbano e o rural e ao mesmo tempo promovendo o desenvolvimento de usos de conservação da biodiversidade. Esse cinturão verde poderia se consolidar como um Parque Linear Urbano. Esta área pode ainda ser associada à qualificação do Parque da Cidade da Criança (4.4), compondo um Sistema de Espaços Livres onde poderiam ser desenvolvidas atividades de lazer para os turistas e para a população local.

Em harmonia com esta proposta, está a necessidade de se incluir os manguezais locais na proposta de criação do Parque Estadual dos Manguezais da Baixada Santista (4.5), uma vez que estes se constituem com importantes berçários da vida marinha e de diversas espécies de aves.

Os potenciais de desenvolvimento territorial se constituem como uma proposta para definição coletiva de uma macro visão do futuro de Praia Grande. Esses potenciais de desenvolvimento territorial ganharão força quando debatidos em processos democráticos e participativos e integrados aos instrumentos de planejamento municipal, como o plano plurianual, plano diretores, diversos planos setoriais na área de habitação, mobilidade, saneamento, entre outros. É fundamental que os mesmos sejam debatidos e amadurecidos nos diferentes conselhos municipais.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.	Instituir e regulamentar a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), incluindo entre os empreendimentos sujeitos ao EIV os de mobilidade e logística e os loteamentos e empreendimentos imobiliários de grande porte, colocando a aprovação do EIV entre as atribuições do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e do CONDEMA (Leis Municipais nº 3335/2002 e nº 1108/2000); e definir uma representação da sociedade civil em que os membros sejam eleitos.
	<b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.	Articular e direcionar os investimentos sociais privados de grandes e pequenas empresas em ações voltadas à qualificação profissional nas áreas moveleira, alimentícia e de artefatos plásticos para jovens e desempregados e no fortalecimento e diversificação do turismo (turismo de negócio e de apoio às atividades do pré-sal e correlatos).
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.	Mapear e articular as potenciais micro e pequenas empresas no município para que possam se inserir nas principais cadeias econômicas identificadas no município.
		Promover cursos voltados para a qualificação profissional nas áreas da indústria moveleira, alimentícia e de artefatos plásticos, capacitação técnica para o turismo e capacitação e profissionalização para catadores de modo a inseri-los no processo seletivo dos resíduos sólidos.
		Fortalecer as ações em andamento do poder público municipal para qualificar a mão de obra local para o turismo e serviços, assim como consolidar o Banco do Povo e o suporte dado às microempresas e à geração de empregos.
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.	Concluir e implementar o plano municipal de segurança.
		Criar o Comitê Gestor Municipal do Plano Juventude Viva e elaborar e publicar o plano municipal de enfrentamento à violência da juventude negra, com metas para o período de até quatro anos.
		Dar continuidade ao processo de capacitação da Guarda Municipal como agente multiplicador do programa 'Crack: é possível vencer'.
Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.	<b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.	Apoiar a revisão do plano municipal de educação, tendo como um dos objetivos a qualificação da mão de obra para as áreas de turismo e de serviços.
	<b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.	Desenvolver, fortalecer e dar continuidade aos projetos de pesquisa e produção de conhecimento associados à sociobiodiversidade relacionadas aos meios físicos, bióticos e antrópicos do Parque Estadual Xixová-Japuí, incluindo sua porção marinha, do Parque Estadual da Serra do Mar, da APA Marinha Litoral-Centro, mangues e praias.
Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.	<b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.	Fortalecer a pesca artesanal por meio da implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para viabilizar a comercialização do pescado local no mercado e na alimentação escolar.
	<b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.	Fortalecer os equipamentos culturais descentralizados já existentes nos bairros e o Programa de Integração da Cidadania, estimulando ofertas culturais da população nas festas da cidade, especialmente carnaval e réveillon.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.	<p>Criar o Parque Estadual dos Manguezais da Baixada Santista.</p> <p>Transformar o Parque Municipal do Piaçabuçu em unidade de conservação de proteção integral.</p> <p>Criar um parque municipal urbano aproveitando a área e estrutura da Cidade da Criança.</p> <p>Implementar o plano de monitoramento da qualidade ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar no Município de Praia Grande.</p>
	<b>B</b> Elaborar e/ou rever as regras de uso e ocupação das unidades de conservação, de forma a compatibilizar os usos sustentáveis e propor a adequação das áreas consolidadas.	Promover a demarcação em campo dos limites do Parque do Piaçabuçu, a limpeza dos mangues e encaminhar à apreciação do Conselho Municipal de Meio Ambiente o plano de manejo do Parque (Lei complementar municipal nº 473/2006, que aprovou a revisão do plano diretor da Estância Balneária de Praia Grande).
Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.	Melhorar a infraestrutura de visitação disponível nas unidades de conservação de Praia Grande, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle, adequação das trilhas e centros de visitantes existentes e a ampliação e capacitação do quadro de pessoal.
		Elaborar proposta de roteiro turístico de visitação na trilha para o Guariuma, no Núcleo Itutinga-Pilões do Parque Estadual da Serra do Mar (Parque Estadual da Serra do Mar).
		Incentivar o turismo em baixa temporada e fortalecer a imagem do Parque Estadual da Serra do Mar e do Parque Estadual Xixová-Japuí como importantes ativos ambientais de Praia Grande.
		Ampliar o número de funcionários dedicados ao desenvolvimento das atividades de gestão e fiscalização, bem como fornecer a capacitação adequada, para a APA Marinha Litoral Centro, Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Estadual Xixová-Japuí.
		Articular as pesquisas e os pesquisadores que atuam nas unidades de conservação de forma a que os resultados possam ser apropriados e aplicados pelas comunidades locais e órgãos gestores.
		Criar circuitos turísticos culturais, ambientais que fortaleçam as práticas e o saber-fazer a partir das comunidades, atraindo turistas para as ofertas locais como culinária, artesanato, saberes, patrimônios materiais e imateriais e produzir material didático regional contemplando essas características.
<b>D</b> Sensibilizar a sociedade civil e gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.	Promover eventos municipais de sensibilização da sociedade civil e dos gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.	
Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.	<b>G</b> Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e a sociedade civil.	Criar e implementar o plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Praia Grande.
		Estimular a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) no Município de Praia Grande, especialmente nos setores considerados estratégicos pelos planos de manejo do Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Estadual Xixová-Japuí.

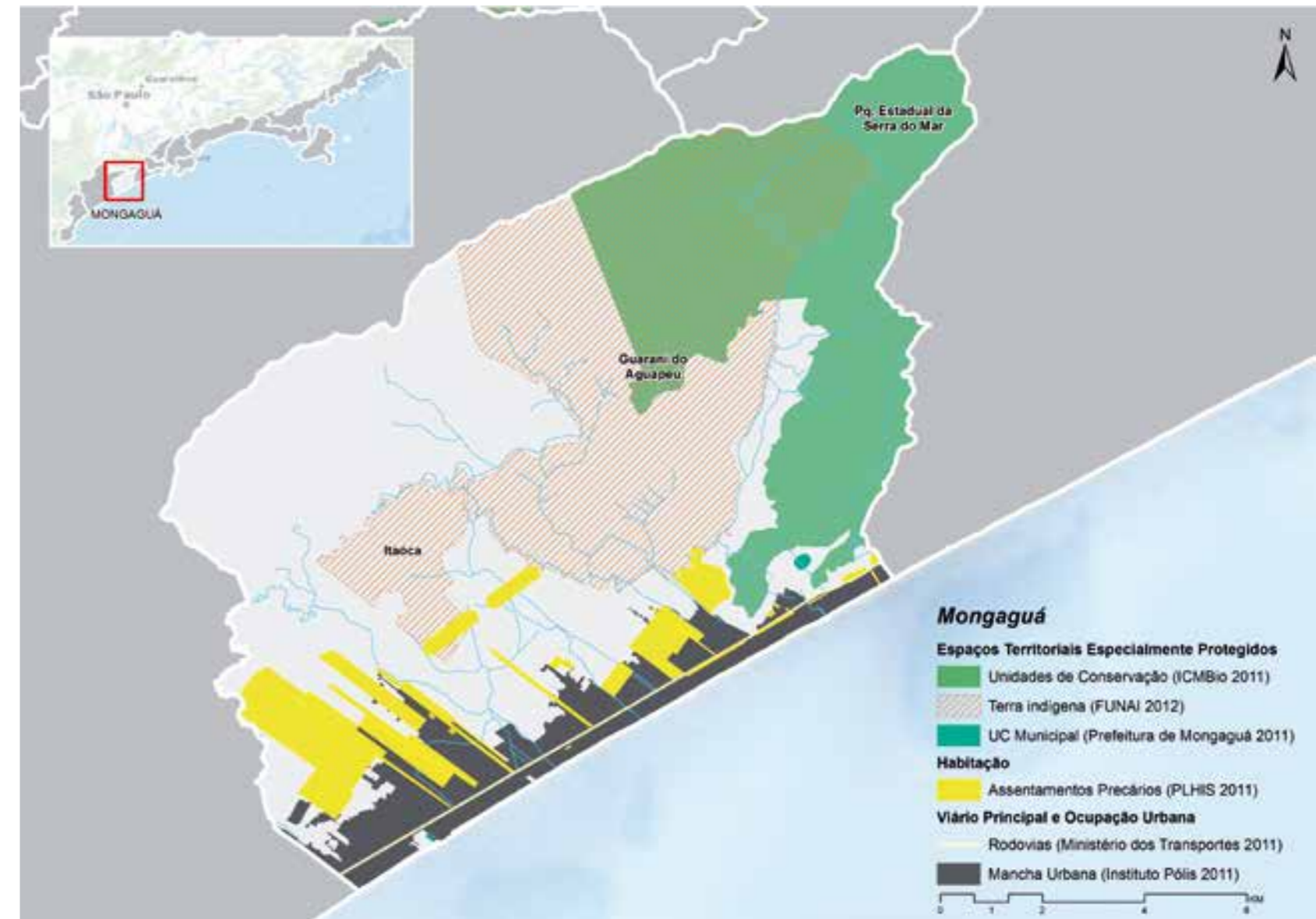
DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.	<b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.	Elaborar de forma participativa o plano de mobilidade municipal, conforme previsto pelas diretrizes do plano diretor, articulando-o ao planejamento e às futuras estruturas de transporte regional (VLT), planejando novos terminais de transferência, novas linhas e ampliação da frota, aumentando, ordenando e melhorando a sinalização da rede de ciclovias seguindo o Plano Cicloviário Metropolitano, definindo estratégias de contingência para o tráfego na alta temporada e estabelecendo política de tarifação integrada e de menor custo.
Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).	<b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.	Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável, por meio de programas de transferência de renda dando continuidade às ações federais e estaduais de inclusão social desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Promoção Social/Programas de Proteção Básica.
		Garantir o acesso à alimentação escolar adequada dando continuidade à implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, ampliando a parceria com a região do Vale do Ribeira ou produtores da região e promovendo o processo de ajuste no horário das refeições servidas nas creches e escolas.
Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.	<b>C</b> Ampliar e aprimorar o tratamento do esgotamento sanitário, procurando promover iniciativas regionais de aproveitamento dos resíduos por meio de sistemas de biodigestão.  <b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.	Dar continuidade e divulgar amplamente para participação da população e promover avaliação e monitoramento da implantação do Programa Onda Limpa, do Plano Diretor de Águas da Baixada Santista (considerando ampliações de sistemas vizinhos: Mambú/Branco e Sistema Centro/Baixada Santista) e do Plano Municipal de Saneamento, de modo articulado.
		Implantar Sistema de Coleta Seletiva em três tipos - orgânicos, secos e rejeito -, com vistas a: (1) reaproveitamento integral dos resíduos orgânicos, por meio de tecnologia de biodigestão e de compostagem; (2) reciclagem de todos os materiais recicláveis (secos), com a participação de cooperativas de catadores; (3) destinação do rejeito para aterro sanitário, considerando a criação de indústria de beneficiamento de resíduos sólidos urbanos.
Promover habitação adequada para a população de baixa renda.	<b>H</b> Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).  <b>I</b> Implementar os Sistemas Municipais de Informações Habitacionais, visando compartilhar e integrar os cadastros de beneficiários dos projetos federal, estadual e municipais, bem como os cadastros de localização dos assentamentos precários.	Viabilizar áreas vazias de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) para a produção de HIS em áreas urbanizadas, com infraestrutura e serviços.
		Implementar o Sistema Municipal Integrado de Informações Habitacionais - Sihab-Município, acompanhado de ações de formação e capacitação de lideranças comunitárias e demandas habitacionais visando maior controle social pela sociedade civil.  Capacitar os movimentos de moradia, ampliar os espaços de participação e simplificar os materiais técnicos e legislações a serem produzidas.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
<p>Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.</p>	<p><b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.</p>	<p>Ampliar a capacidade institucional para a implementação de instrumentos da política de regularização fundiária, prevenir novas ocupações e criar programa de assistência técnica para a melhoria das condições das edificações.</p>
<p>Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.</p>	<p><b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.</p>	<p>Fortalecer e ampliar para dentro e fora rede de ensino oficinas envolvendo o poder público local e o Ministério da Cultura sobre as possibilidades e desafios do Sistema Nacional de Cultura.</p>
		<p>Desenvolver estratégias de preservação histórica e cultural com a valorização e incentivo à criação de museus, reabertura do Museu do Índio e divulgação das atividades da Casa do Poeta.</p>
		<p>Valorizar as companhias teatrais existentes na cidade.</p>
		<p>Estimular o uso dos equipamentos de lazer e esporte na diversificação do turismo nos períodos de baixa temporada, garantindo a inclusão da população local.</p>
<p><b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.</p>	<p>Manter investimentos na expansão da Rede de Atenção Básica e na ampliação e melhoria da qualidade da Estratégia de Saúde da Família.</p>	
	<p>Realizar o controle e a prevenção da obesidade e do desenvolvimento de doenças crônicas, ampliando a coleta e transcrição de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para toda a população.</p>	
	<p>Promover processos de educação e formação em segurança alimentar e nutricional, nas áreas da saúde e da educação dando continuidade ao Projeto “Educando com a Horta Escolar”, em parceria com a Casa da Agricultura da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento.</p>	

# AGENDA MUNICIPAL de MONGAGUÁ



## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Características da ocupação	Dados econômicos
Área total (AGEM 2008): 14,2 mil hectares	PEA (IBGE 2010): 19 mil pessoas
Área da mancha urbana 2011 (Pólis): 1,5 mil (10,8%)	Empregos formais (RAIS/MTE 2010): 4,8 mil
Área do município em unidades de conservação (ICMbio 2011): 3,8 mil ha (27,4%)	Valor Adicionado – VA (SEADE 2010): R\$470 milhões
Áreas protegidas*: 8,7mil hectares (61,6%)	Valor Adicionado <i>per capita</i> (SEADE 2010): R\$ 10,1 mil
População (IBGE 2010): 46,2 mil	Taxa de informalidade (IBGE 2010/Pólis 2012): 53%
Domicílios totais (IBGE 2010): 41,8 mil	
Domicílios permanentes (IBGE 2010): 14,6 mil (34,9%)	
Domicílios ocasionais (IBGE 2010): 25,3 mil (60,6%)	
Domicílios vagos (IBGE 2010): 1,8 mil (4,4%)	
Domicílios coletivos (IBGE 2010): 39 (0,1%)	
Deficit quantitativo habitacional: sem informação	

\*Inclui Parques, RPPN, Terra Indígena, mangues, APP hídricas e áreas com declividade superior a 45° (ICMbio/FUNAI/INPE – 2011)

### INSERÇÃO REGIONAL

O município de Mongaguá situado ao sul da Região Metropolitana da Baixada Santista, é integrante de uma subregião composta por Itanhaém e Peruíbe e possui características complementares a região que integra. Ao mesmo tempo, por localizar-se ao lado do município de Praia Grande - cidade esta que mais cresceu em termos populacionais na região -, tem ainda relações importantes com a porção central da Baixada Santista.

### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Mongaguá apresenta características semelhantes aos municípios do sul, com seus recursos ambientais, históricos, culturais e agrícolas, assim como um padrão de ocupação de turismo de veraneio. Ao mesmo tempo expressa a função de "transbordamento" da forte dinâmica imobiliária de Praia Grande, resultado da alta valorização da terra no polo central da Baixada Santista.

Por sua localização mais periférica em relação ao centro da Baixada, Mongaguá tem menor população e reduzido número de empregos. Entretanto, existe um movimento pendular entre este município e Praia Grande, que exerce certo nível de polarização, principalmente motivada pelo terciário mais desenvolvido e proximidade ao município, sendo a área mais densamente urbanizada de Mongaguá localizada, justamente, próxima à divisa com o município de Praia Grande.

Mongaguá possui baixa renda *per capita*, grande proporção de população abaixo da linha da pobreza, altos índices de informalidade e desocupação, além do pouco dinamismo em atividades como o comércio, serviços e o turismo de maneira mais geral, colocando o desenvolvimento econômico como questão central do município. A ausência de qualificação profissional da população aparece como sendo um dos maiores desafios, impondo a necessidade da ampliação de iniciativas de formação e apoio às pequenas e médias empresas.

O aumento da inclusão da população também impõe o desafio da diversificação da economia. Uma alternativa importante é o resgate das atividades tradicionais, como o caso da pesca artesanal e da agricultura familiar.

No município ainda se desenvolvem as atividades de pesca artesanal e agricultura. A pesca tem como necessidade, para sua ampliação, a instalação de uma sede para os pescadores artesanais e uma oficina para reparos das embarcações, além da implantação de 27 barracas para comercialização direta do pescado, ao longo da praia nos pontos de venda tradicionais.

A agricultura familiar, embora seja a menos significativa entre os três municípios do sul da Baixada Santista, é responsável por uma pequena produção de alimentos, trabalhando alternativamente o turismo rural, a piscicultura e o artesanato de fibra da bananeira. Tanto agricultura quanto a pesca necessitam a ampliação da estrutura municipal e estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para apoio contínuo no planejamento de suas atividades, na elaboração de projetos de beneficiamento e comercialização da produção que venham agregar valor aos produtos.

### MEIO AMBIENTE

Mongaguá apresenta 77,96% de seu território recoberto por vegetação de Mata Atlântica (Fundação Florestal 2004/2005), bem como terras indígenas e uma área rural com diversos atrativos para visitação. Ademais, a região do Morro Guapuruvu é considerada uma área prioritária para uma futura expansão do Parque Estadual da Serra do Mar bem como a transformação do Parque Ecológico Humberto Salomone (Poço das Antas) em Parque Natural Municipal é uma alternativa interessante para definir, de maneira mais precisa, as estratégias para conservação e visitação deste patrimônio ambiental.

Tais características impõem, por um lado, o desafio de proteger e valorizar toda esta sóciobiodiversidade como importantes ativos deste município e, por outro lado, apresenta uma ampla gama de oportunidades para o desenvolvimento e diversificação do turismo.

Para tanto, é importante criar uma infraestrutura de visitação para as trilhas e cachoeiras do Parque Estadual da Serra do Mar, incluindo a instalação de bases de controle, bem como ampliar e capacitar o corpo técnico dedicado às atividades de uso público e vigilância.

Além disso, é de fundamental importância atualizar a Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente, de forma a acompanhar o zoneamento protetivo do plano diretor e Zoneamento Ecológico Econômico do Estado.

No que se refere às comunidades indígenas, deve-se fortalecer os seus territórios através da homologação da Terra Indígena Itaóca e da ampliação das atividades relativas à produção de mudas de palmeira juçara, bem como da inclusão dos mesmos em circuitos turísticos culturais e ambientais.

Considerando a diversidade dos atrativos ambientais e culturais de cada uma das porções do território de Mongaguá supracitadas, é importante desenvolver e promover estas atividades de modo articulado, estabelecendo roteiros de visitação integrados.

### DEFICIT E DEMANDAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

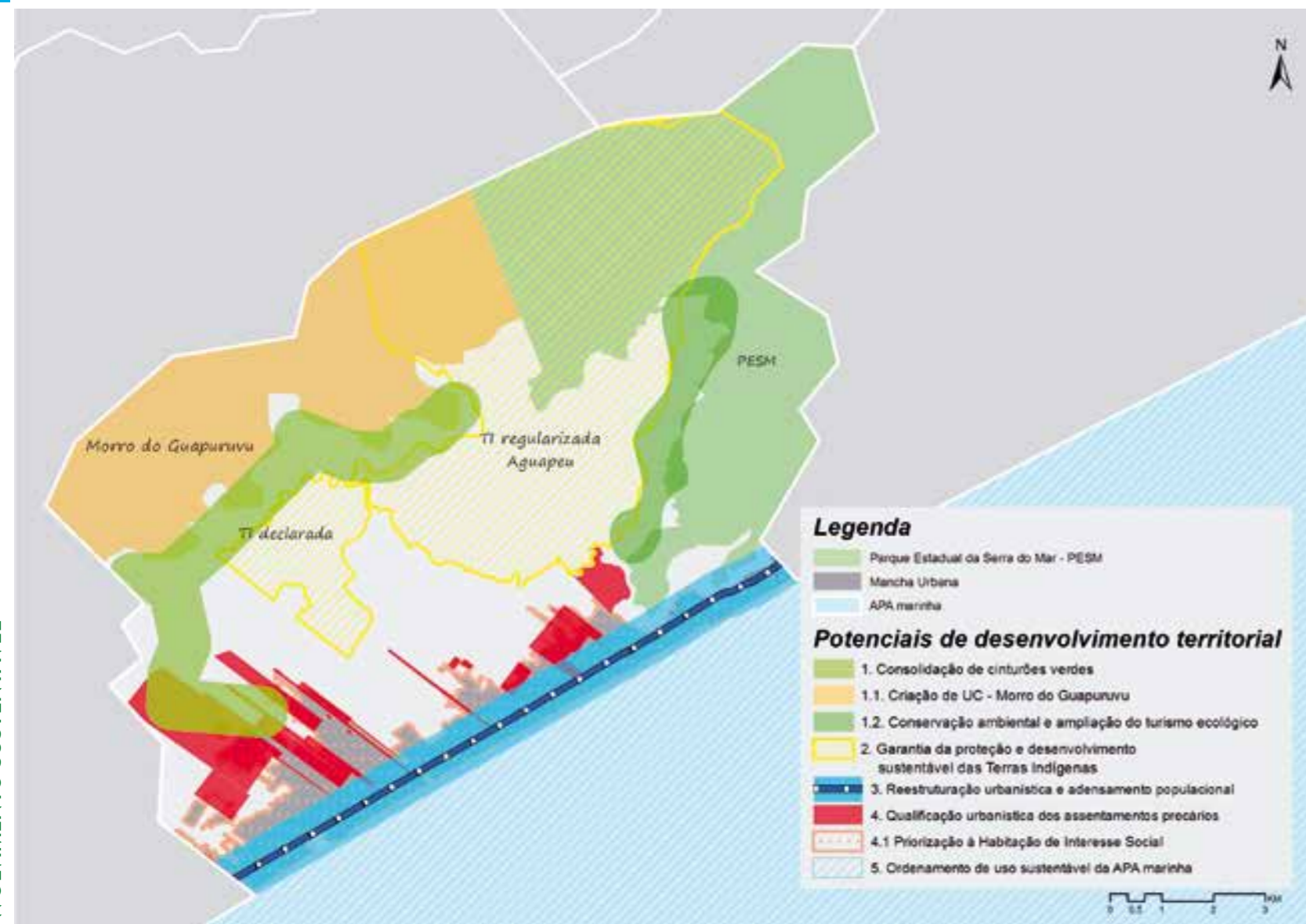
Os desafios relacionados ao atendimento habitacional em Mongaguá estão concentradas nos assentamentos precários presentes no município. Os 45 assentamentos precários estão localizados em áreas irregulares ocupados por famílias de baixa renda e apresentam carências de infraestrutura urbana e de equipamentos públicos. As moradias são autoconstruídas e de maneira muito precária. Assim, além de ações de urbanização, há necessidade de implantação de ações de assistência técnica voltadas ao atendimento para a melhoria das edificações.

No que tange a provisão de novas moradias, o município precisa acelerar sua produção, visando o cumprimento do atendimento à demanda prioritária. Para tanto, há a necessidade de demarcação de áreas vazias como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), além de ampliar a capacidade institucional para implementação de instrumentos de regularização fundiária nos assentamentos.

Os desafios na área de saneamento ambiental estão relacionados à universalização do atendimento de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, considerando o alcance dos assentamentos precários, e à organização da micro e macrodrenagem. Neste sentido, o diálogo sistemático entre o município e as concessionárias de serviços de saneamento é fundamental.

Na área de mobilidade urbana, o desafio é promover o acesso dos moradores da área rural e dos assentamentos precários aos serviços existentes na área central. Este desafio deverá ser considerado na elaboração do plano de mobilidade do município, já previsto nas diretrizes do plano diretor de Mongaguá.

A partir do conjunto de desafios que precisam ser enfrentados, aliados as características do processo de urbanização e as riquezas ambientais, históricas e culturais do município, foram identificados importantes potenciais territoriais no município, organizados no mapa abaixo. Estes potenciais indicam caminhos para a promoção de um desenvolvimento sustentável que reverta o quadro de deficiências de infraestruturas, desigualdades socioterritoriais e de atividades voltadas à dinamização econômica e inclusão da população a partir de recursos existentes no município.



Elaboração: Instituto Pólis.

### CONSOLIDAÇÃO DE CINTURÕES VERDES

A fim de se aliar à conservação ambiental, ao turismo ecológico e ao desenvolvimento agricultura familiar foram identificados no território de Mongaguá áreas com grande potencial para a consolidação de cinturões verdes, por concentrarem importantes ativos para o desenvolvimento destas atividades. Este cinturão verde reforça a proposta do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) de destinação de áreas para produção agrícola, e poderá servir como zona de amortecimento e transição entre o Parque Estadual da Serra do Mar e novas unidades de conservação propostas e os territórios indígenas.

Como nova unidade de conservação potencial indica-se a ampliação do Parque Estadual da Serra do Mar, junto ao Morro do Guapuruvu, em um alinhamento com os usos definidos pelo Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da Baixada Santista.

### GARANTIA DA PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS TERRAS INDÍGENAS

A intensificação da proteção da Terra Indígena, Itaóca e Guarani do Aguapeu, através da elaboração de planos de gestão territorial e ambiental e da homologação da Terra Indígena, no caso de Piaçaguera, aparece como um importante potencial para fortalecer a diversidade sociocultural em Peruíbe. Neste sentido é importante que planos considerem a necessidade de apoio às atividades voltadas para o extrativismo, agricultura, pesca, artesanato e turismo. Nessas áreas já estão em curso ações voltadas para a ampliação das atividades de produção de mudas de palmeira juçara com o apoio da FUNAI.

Outro desafio ação importante, no que diz respeito aos territórios indígenas e aos conflitos entre o zoneamento município, é a compatibilização da Lei de Uso e Ocupação (LUOS) e as Terras Indígenas Itaóca e Guarani de Aguapeu. Atualmente em conflito, a LUOS precisa ser atualizada para acompanhar o zoneamento protetivo do plano diretor e Zoneamento Ecológico Econômico do Estado. Além disso, deve-se apoiar a homologação da Terra Indígena Itaóca.

### REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA E ADENSAMENTO POPULACIONAL

A faixa de domínio da ferrovia que perpassa pelo território do Município de Mongaguá é hoje o retrato de uma área desvalorizada, que teve uma ocupação desordenada onde hoje vivem centenas de famílias em situação precária. A área hoje, apesar de sua privilegiada localização, é um espaço que cinde a área urbana, contribuindo para a segregação social vigente no município.

A definição desta área como potencial de Reestruturação Urbana busca reverter este quadro retomando o uso original da área para a mobilidade da população, reforçando-a como eixo integrador do município concentrando em seu entorno a instalação de equipamentos públicos. Nas proximidades desta região é importante a demarcação e implementação das Zonas Especiais de Interesse Social de vazios, considerando o desenvolvimento de projetos de qualificação urbanística e de reassentamento das famílias que hoje vivem em assentamentos precários, especialmente aqueles situados ao longo da faixa de domínio da ferrovia. Neste sentido, é fundamental o levantamento, a demarcação e a destinação de terras da União para regularização fundiária e para produção de novas moradias.

Como parte do processo de reestruturação, deve-se estimular o adensamento populacional considerando a existência de infraestrutura em várias áreas, garantido o acesso também para a população mais pobre e residente no município. Para tanto, é premente a regulamentação do IPTU progressivo no tempo e os instrumentos que lhe são sucedâneos (parcelamento, edificação e utilização compulsórios).

### QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

A gravidade da questão habitacional em Mongaguá exige uma atenção especial no sentido de melhorar as condições dos assentamentos precários situados em diversas áreas do município, abrangendo situações de risco e inundação. Nesse sentido a priorização de investimentos para a melhoria das condições de moradia e de infraestrutura urbana e da garantia de regularização fundiária destes assentamentos representa um importante passo para a superação do quadro de grandes desigualdades socioterritorial, com progressiva integração dos diferentes espaços da cidade.

Os potenciais de desenvolvimento territorial se constituem como uma proposta para definição coletiva de uma macro visão do futuro de Mongaguá. Esses potenciais de desenvolvimento territorial ganharão força quando debatidos em processos democráticos e participativos e integrados aos instrumentos de planejamento municipal, como o plano plurianual, plano diretores, diversos planos setoriais na área de habitação, mobilidade, saneamento, entre outros. É fundamental que os mesmos sejam debatidos e amadurecidos nos diferentes conselhos municipais.



DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.	Regulamentar a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), incluindo entre os empreendimentos sujeitos ao EIV os loteamentos e empreendimentos imobiliários de grande porte e garantindo a aprovação do EIV entre as atribuições do CMDU e do CONDEMA (Leis Municipais nº 2.368/09 e nº 2.306/09).
	<b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/ responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.	Fortalecer os conselhos municipais, para uma participação efetiva e qualificada, por meio da garantia de: eleição dos membros, representação de todos os segmentos da sociedade, do caráter deliberativo e de processo permanente de capacitação dos conselheiros, em especial o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro.
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.	Articular e direcionar os investimentos sociais privados de grandes e pequenas empresas em ações voltadas ao fortalecimento da economia solidária na área do turismo rural, envolvendo a cachaçaria e a confecção com base na fibra de banana; a ampliação da pesca artesanal; e a diversificação do turismo, aproveitando a zona rural da cidade (Parque Ecológico Poço das Antas).
		Mapear e articular as potenciais micro e pequenas empresas no município para que possam se inserir nas principais cadeias econômicas identificadas na região, com destaque para a articulação intermunicipal, entre Itanhaém e Mongaguá, visando a inclusão deste município na atividade de processamento de peixe.
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.	Promover cursos voltados para a qualificação profissional nas áreas turismo e agricultura, promovendo trocas de experiências com os demais municípios da região sul da Baixada Santista.
		Criar a Secretaria Municipal de Segurança (ou Defesa Social), a partir da Diretoria Municipal de Segurança.
Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.	<b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.	Dar continuidade à implementação do plano municipal de segurança.
		Apoiar a elaboração do plano municipal de educação, incorporando ao seu conteúdo aspectos culturais e identitários de Mongaguá.
Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.	<b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.	Desenvolver projetos de pesquisa e produção de conhecimento associados à sociobiodiversidade, considerando especialmente as unidades de conservação existentes e as especificidades do município, tais como: inclusão da área do entorno do Núcleo Curucutu nas pesquisas do Parque Estadual da Serra do Mar para subsidiar políticas de proteção ambiental, bem como identificar as diversas pressões sobre o meio ambiente existentes e fomentar as atividades voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.
		Fortalecer a pesca artesanal com a implantação de local para instalação de uma sede para a associação dos pescadores e uma oficina para reparos das embarcações, cursos de capacitação e outras atividades; implantação de 27 barracas, com infraestrutura de água corrente e condições de higiene, ao longo da praia nos pontos de venda tradicionais para comercialização direta do pescado local e implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).
		Criar mecanismos de incentivo à agricultura urbana e periurbana por meio da ampliação da estrutura municipal de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares; dando continuidade ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Água Branca, bem como da aplicação das diretrizes do plano municipal de desenvolvimento rural sustentável.
		Dar continuidade aos serviços de assistência técnica às comunidades indígenas por meio do Programa de Microbacias II e fortalecer o artesanato e a estrutura para a sua comercialização como alternativa de renda para as populações indígenas.
	<b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.	Fortalecer os circuitos turísticos culturais (artesanato, culinária, agricultura familiar, trilhas, sítios arqueológicos, comunidades tradicionais) com implantação das respectivas infraestruturas e sinalizações.
		<b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.	Ampliar o Parque Estadual da Serra do Mar junto ao Morro do Guapuruvu em Mongaguá.
Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.	<p>Transformar o Parque Ecológico Humberto Salomone (Poço das Antas) em Parque Natural Municipal.</p> <p>Implementar o plano de monitoramento da qualidade ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar no Núcleo Curucutu.</p> <p>Melhorar a infraestrutura de visitação disponível nas unidades de conservação de Mongaguá, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle, adequação das trilhas e centros de visitantes existentes e a ampliação e capacitação de monitores e do quadro de pessoal.</p> <p>Incentivar o turismo em baixa temporada e fortalecer a imagem do Parque Estadual da Serra do Mar como um importante ativo ambiental de Mongaguá.</p> <p>Criar circuitos turísticos culturais, ambientais que fortaleçam as práticas e o saber-fazer a partir das comunidades, atraindo turistas para as ofertas locais como culinária, artesanato, saberes, patrimônios materiais e imateriais e produzir material didático regional contemplando essas características.</p> <p>Articular as pesquisas e os pesquisadores que atuam nas unidades de conservação de forma a que os resultados possam ser apropriados e aplicados pelas comunidades locais e órgãos gestores, promovendo adequada infraestrutura para pesquisa científica no interior do Parque Estadual da Serra do Mar.</p>
Efetivar a regularização fundiária das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais bem como dos assentamentos informais de baixa renda localizados em unidades de conservação.	<b>D</b> Sensibilizar a sociedade civil e gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.	Promover eventos municipais de sensibilização da sociedade civil e dos gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.
Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.	<b>E</b> Garantir a titulação e homologação das terras ocupadas por índios e quilombolas.	<p>Apoiar a homologação da terra indígena Itaoca.</p> <p>Limitar e fiscalizar a utilização de agrotóxicos no Município de Mongaguá, principalmente no entorno das unidades de conservação; incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica.</p> <p>Prever áreas passíveis de plantio, (agricultura familiar e pequenos agricultores) no plano diretor.</p> <p>Criar e implementar o plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Mongaguá.</p> <p>Elaborar e implementar o plano de gestão territorial e ambiental das terras indígenas Itaoca e Guarani do Aguapeú, conforme a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.</p> <p>Incluir a área do entorno do Núcleo Curucutu na definição das linhas e áreas de pesquisa do Parque Estadual da Serra do Mar para subsidiar políticas de proteção ambiental, bem como identificar as diversas pressões sobre o meio ambiente existentes.</p> <p>Ampliar as atividades de produção de mudas de palmeira juçara e pupunha nas terras indígenas com o apoio da coordenação técnica da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI e Prefeitura Municipal de Mongaguá.</p> <p>Estimular a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) no Município de Mongaguá, especialmente nos setores considerados estratégicos pelo plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Mar.</p>

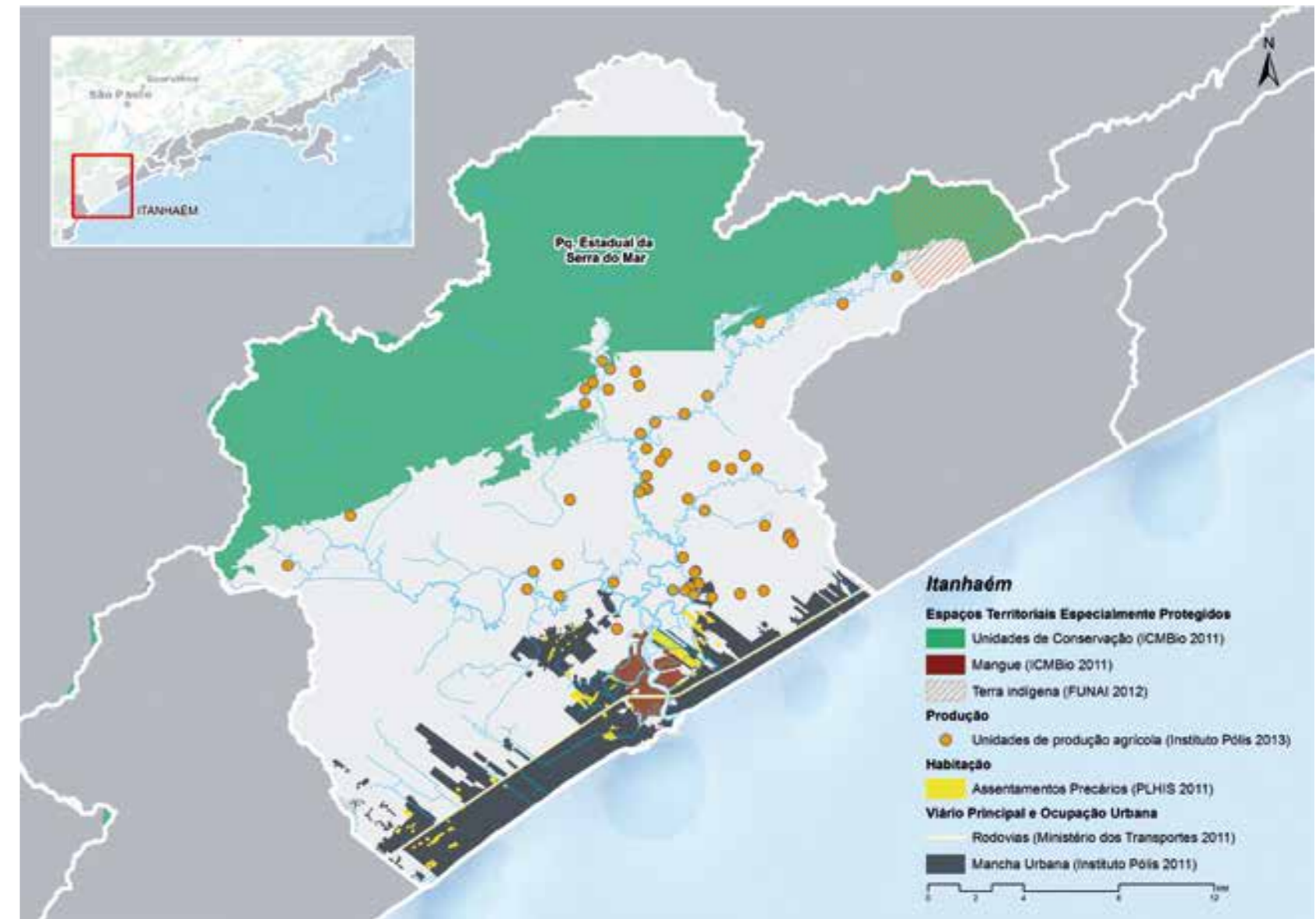
DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS	
<p>Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.</p>	<p><b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.</p>	<p>Elaborar de forma participativa o plano municipal de mobilidade urbana, conforme previsto pelas diretrizes do plano diretor de Mongaguá e de acordo com os princípios colocados por seus capítulos de mobilidade urbana, ampliando as linhas de transporte coletivo municipal e a rede cicloviária de forma sistêmica. Deve-se considerar também o Plano Cicloviário Metropolitano, articulando-o ao planejamento regional e à possibilidade de novas conexões metropolitanas e estabelecendo política de tarifação integrada e de menor custo.</p>	
		<p>Estabelecer parcerias entre Mongaguá e os outros municípios da região sul da Baixada Santista prevendo a implantação do transporte coletivo regional, avaliando a reativação da linha férrea.</p>	
<p>Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).</p>	<p><b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.</p>	<p>Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável, por meio de programas de transferência de renda e da distribuição de alimentos.</p>	
		<p>Garantir o acesso à alimentação escolar adequada e saudável.</p>	
		<p>Fortalecer a pesca artesanal, a agricultura familiar, além do fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização.</p>	
		<p>Estruturar setor municipal dentro da administração pública para apoiar ações relativas à segurança alimentar de modo intersetorial.</p>	
<p>Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.</p>	<p><b>E</b> Identificar vulnerabilidades e formular planos e programas de prevenção e adaptação aos impactos das mudanças climáticas na região, priorizando as populações mais vulneráveis aos seus efeitos adversos, bem como elaborar planos de ação para responder a eventos climáticos extremos que possam gerar situações de anormalidade, notadamente em áreas de risco.</p>	<p>Atualizar o estudo Diretrizes para Drenagem (2001), elaborado pelo Município, com o cadastramento das redes de micro e macrodrenagem e a elaboração de planos nas duas dimensões.</p>	
		<p><b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.</p>	<p>Implantar sistema de coleta seletiva em três tipos - orgânicos, secos e rejeito -, com vistas a: (1) reaproveitamento integral dos resíduos orgânicos por meio de tecnologia de biodigestão e de compostagem; (2) reciclagem de todos os materiais recicláveis (secos), com a participação de cooperativas de catadores; (3) destinação do rejeito para aterro sanitário.</p>
			<p>Fortalecer a gestão administrativa da cooperativa existente.</p>
<p>Promover habitação adequada para a população de baixa renda.</p>	<p><b>H</b> Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).</p>	<p>Demarcar áreas vazias como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), visando intensificar a produção habitacional voltada ao atendimento à demanda prioritária por moradia.</p>	
		<p><b>I</b> Implementar os Sistemas Municipais de Informações Habitacionais, visando compartilhar e integrar os cadastros de beneficiários dos projetos federal, estadual e municipais, bem como os cadastros de localização dos assentamentos precários.</p>	<p>Implementar o Sistema Municipal Integrado de Informações Habitacionais - Sihab-Município.</p>

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
<p>Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.</p>	<p><b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.</p>	<p>Ampliar a capacidade institucional para a implementação de instrumentos da política de regularização fundiária voltados a regularizar assentamentos precários em áreas particulares.</p>
<p>Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.</p>	<p><b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.</p>	<p>Promover oficina envolvendo o poder público local e o Ministério da Cultura sobre as possibilidades e desafios do Sistema Nacional de Cultura.</p>
	<p><b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.</p>	<p>Ampliar a cobertura da atenção básica, por meio da Estratégia de Saúde da Família, de acordo com o plano municipal de saúde, considerando o atendimento integral à área rural.</p>
		<p>Realizar o controle e a prevenção da obesidade e do desenvolvimento de doenças crônicas, ampliando a coleta e transcrição de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para toda a população.</p>
		<p>Promover processos de educação e formação em segurança alimentar e nutricional, nas áreas da saúde e da educação.</p>

# AGENDA MUNICIPAL de ITANHAÉM



## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Características da ocupação	Dados econômicos
Área total (AGEM 2008): 60 mil hectares	PEA (IBGE 2010): 41 mil pessoas
Área da mancha urbana 2011 (Pólis): 4,9 mil hectares (8,2%)	Empregos formais (RAIS/MTE 2010): 12,1 mil
Área do município em unidades de conservação – (ICMBio 2011): 23,2 mil ha (38,7%)	Valor Adicionado – VA (SEADE 2010): R\$ 873 milhões
Áreas protegidas*: 31,3 mil ha (52,2%)	Valor Adicionado <i>per capita</i> (SEADE 2010): R\$ 10 mil
População (IBGE 2010): 87 mil	Taxa de informalidade (IBGE 2010/Pólis 2012): 53%
Domicílios totais (IBGE 2010): 67,1 mil	
Domicílios permanentes (IBGE 2010): 28,3 mil/42,1%	
Domicílios ocasionais (IBGE 2010): 34,8 mil/51,9%	
Domicílios vagos (IBGE 2010): 3,9 mil/5,9%	
Domicílios coletivos (IBGE 2010): 99/0,1%	
Deficit quantitativo habitacional (PLHIS 2011): 6.048/21% (dom. permanentes)	

\*Inclui Parques, RPPN, Terra Indígena, mangues, APP hídricas e áreas com declividade superior a 45° (ICMBio/FUNAI/INPE – 2011)

### INTEGRAÇÃO REGIONAL

Localizado na porção sul da Região Metropolitana da Baixada Santista, Itanhaém exerce considerável influência sobre os municípios de Mongaguá e Peruíbe, principalmente por concentrar maior número de comércios e serviços. Por outro lado tem relações menos intensas com a porção central da Baixada Santista.

### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Apesar de Itanhaém ter mais que duplicado seu PIB durante a última década, registra ainda o segundo menor PIB *per capita* da Baixada Santista, R\$ 8.827,00 (SEADE, 2009), ficando atrás apenas de São Vicente. A economia do município é caracterizada por alta participação dos serviços e comércio e baixo nível de industrialização.

Na atualidade registra-se em Itanhaém um forte incremento da produção imobiliária, tanto de empreendimentos de habitação de interesse social (HIS), como parte do Programa Minha Casa Minha Vida, como de empreendimentos de luxo para veraneio. A intensa valorização imobiliária imposta por essa dinâmica impõe como desafio a garantia de acesso a terra por parte dos mais pobres, apesar da grande disponibilidade de terras ainda aptas para a ocupação.

Na visão da população, o desenvolvimento do turismo, de atividades agrícolas e da pesca, em bases sustentáveis, surge como a alternativa com maior potencial de inclusão social.

Dentre as possibilidades de diversificação do turismo, estão passeios fluviais ao longo do Rio Itanhaém, bem como trilhas, cachoeiras, piscinas naturais e hotéis fazenda.

Itanhaém, assim como Peruíbe, possui produção agrícola destacada entre os municípios da Baixada Santista, tendo apresentado nesses últimos anos um significativo aumento na diversificação da produção, graças a programas federais de compras institucionais e venda direta, recentemente implantados na área de segurança alimentar. O Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (modalidade compra direta) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar promovem a aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar para fornecimento a entidades assistenciais e escolas. Na Feira Popular há também a comercialização direta desta produção.

A pesca artesanal sobrevive em Itanhaém, mas sua produção é a menor da Baixada Santista. A competição com grandes barcos, mais equipados e com maior capacidade de armazenagem, vindos de outros estados, fizeram o com que parte dos pescadores se dedicasse a uma alternativa turística, voltando-se para a pesca amadora esportiva. Os programas de comercialização direta, as “Praças do Pescado”, e a implantação do projeto de beneficiamento do pescado, já em andamento, são fundamentais para incrementar a comercialização nos mercados institucionais e outros.

Neste contexto o incremento de políticas nestas duas áreas parece um importante desafio a ser alcançado. Essas atividades poderão ser fortalecidas com a ampliação da estrutura municipal e estadual de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e pescadores, apoiando o planejamento de suas atividades na elaboração de projetos de beneficiamento e comercialização da produção, que venham agregar valor aos seus produtos.

Deve-se reforçar que essa via de desenvolvimento não exclui o desafio do contínuo acompanhamento da sociedade civil dos projetos e investimentos em curso, discutindo sua pertinência e impactos e buscando ampliar suas contrapartidas econômicas, sociais e ambientais.

### MEIO AMBIENTE

Itanhaém apresenta 81,84% de seu território recoberto por vegetação de mata atlântica (Fundação Florestal 2004/2005), bem como terras indígenas e uma área rural com diversos atrativos. Ademais, a região do Rio Mambú, lindeira a Serra do Mar, as serras do Barigui e Guapuruvu são consideradas áreas prioritárias para uma futura expansão do Parque Estadual da Serra do Mar. Tais características impõem, por um lado, o desafio de se proteger e valorizar toda esta sociobiodiversidade como importantes ativos deste município e, por outro lado, apresenta uma ampla gama de oportunidades para o desenvolvimento e diversificação do turismo.

Para tanto, é importante criar uma infraestrutura de visitação para as trilhas e cachoeiras do Parque Estadual da Serra do Mar, incluindo a instalação de bases de controle, bem como ampliar e capacitar o corpo técnico dedicado às atividades de uso público e vigilância. No que se refere a Terra Indígena Rio Branco, apresenta-se o desafio de fortalecer as comunidades através da ampliação da produção de mudas de palmeira juçara e da inclusão das mesmas em circuitos turísticos culturais e ambientais.

Considerando a diversidade dos atrativos ambientais e culturais de cada uma das porções do território de Itanhaém supracitadas, é importante desenvolver e promover estas atividades de modo articulado, estabelecendo, por exemplo, roteiros de visitação integrados, de forma a promover os recursos existentes no município a outro patamar de interesse ao turismo, reforçando seu desenvolvimento de base comunitária.

### DEFICIT E DEMANDAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

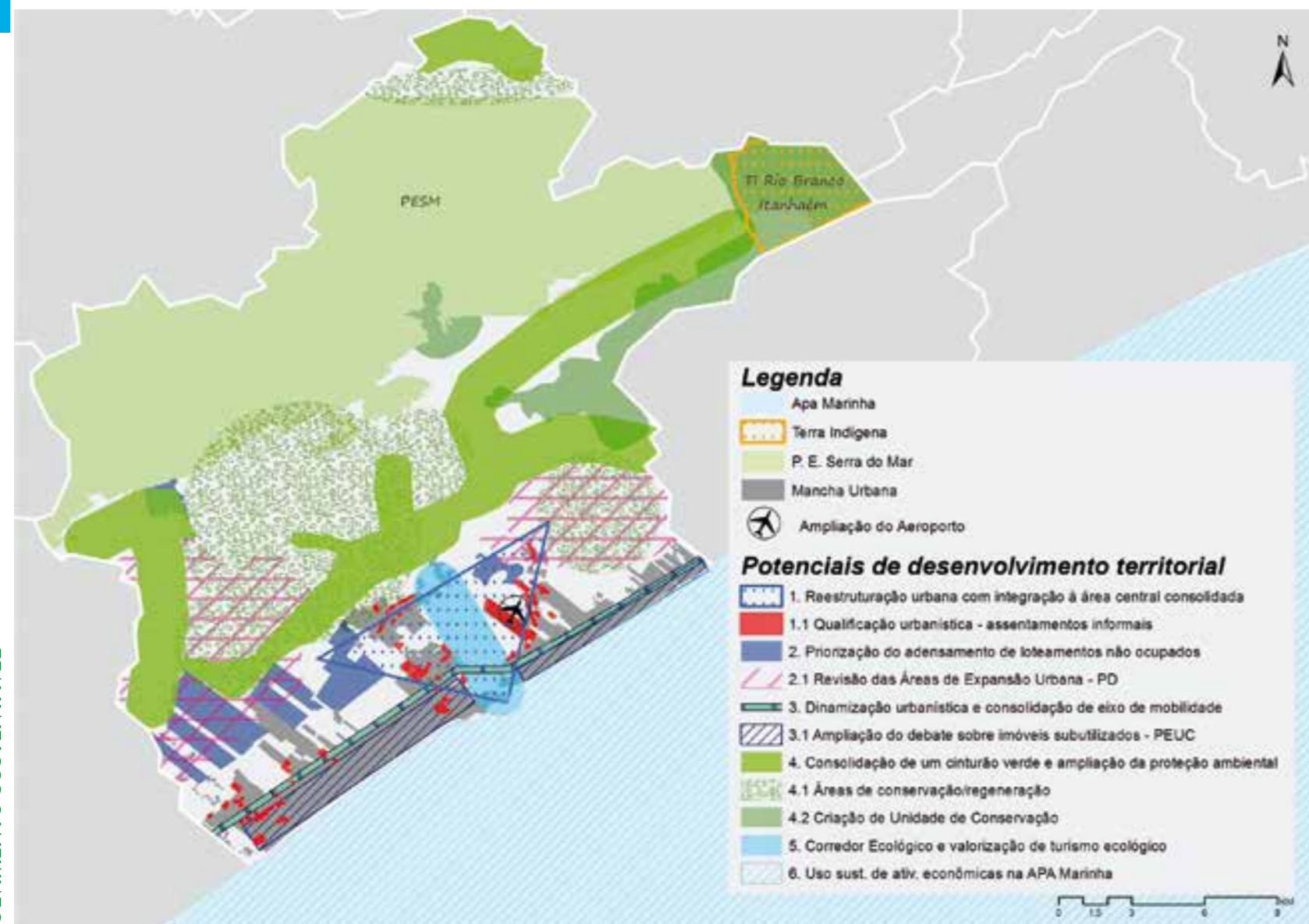
Itanhaém possui 84 núcleos de assentamentos precários e irregulares, na sua grande maioria, decorrentes de invasões predominantemente em áreas públicas, caracterizadas por irregularidades físicas e fundiárias. Estas áreas abrigam cerca 5.175 famílias. Muitos desses assentamentos apresentam-se desconectados da malha urbana do município, beirando córregos e Áreas de Preservação Permanente (APP), e ocupando áreas de risco, localizadas predominantemente entre a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e a Serra do Mar.

Em relação à produção habitacional voltada a famílias de baixa renda, o município tem enfrentado o desafio de atendimento do *deficit*, mas também precisa planejar atendimento de futuras demandas. Para tanto, o município precisa iniciar um processo de demarcação de ZEIS vazias em áreas urbanizadas e bem localizadas para intensificar a produção de novas moradias podendo planejar assim o atendimento às famílias que serão removidas de assentamentos precários. Além disso, precisa ampliar sua capacidade institucional para gerir processos de regularização fundiária em assentamentos precários e tornar mais transparente o processo de cadastro de famílias que serão beneficiadas por programas habitacionais.

A universalização do abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos em Itanhaém é outro desafio. Para avançar nesse sentido, é necessário o monitoramento por parte da sociedade civil e dos gestores municipais da implantação do Programa Onda Limpa e do Plano Diretor de Águas, ambos da Sabesp.

Quanto à mobilidade um dos principais desafios é elaborar com participação pública o plano municipal de mobilidade de forma articulada ao novo plano diretor, à Política Nacional de Mobilidade Urbana e às novas demandas logísticas geradas pela ampliação do Aeroporto de Itanhaém. A ampliação do serviço das linhas municipais, da frota de ônibus e da rede de ciclovias também deve ser prioridade do plano, visando a melhor integração do território e atendimento aos bairros com população residente de Itanhaém.

A existência de grande quantidade de áreas desocupadas e passíveis de ocupação em Itanhaém pode ser a chave para dar solução aos grandes desafios que a cidade possui. Essas áreas podem dar respostas para solucionar os problemas habitacionais, de implantação de equipamentos de escala regional e viabilizar condições satisfatórias para atender as demandas de geração de riqueza para o município. Nesse sentido foram identificados potenciais de desenvolvimento territorial organizados no mapa abaixo e detalhados a seguir.



Elaboração: Instituto Pólis.

**REESTRUTURAÇÃO URBANA COM INTEGRAÇÃO À ÁREA CENTRAL CONSOLIDADA**

As áreas mais ao norte da zona central de Itanhaém são caracterizadas por um forte adensamento e concentração de loteamentos e assentamentos precários. Ao mesmo tempo, nesta zona estão localizados o aeroporto e importantes estruturas rodoviárias. São estas características que consolidam na área um importante potencial de reestruturação urbana como meio de ampliação da qualidade de vida da população. Neste sentido é fundamental a priorização de investimentos nesta área visando a qualificação urbanística dos assentamentos precários (1.1), o incremento das infraestruturas e sua maior integração com a área central, considerando a melhoria dos deslocamentos nos diferentes modos de transporte, com priorização dos transportes públicos e cicloviários.

É também importante que sejam instituídos e regulamentados instrumentos de controle social e ambiental dos grandes projetos em andamento e previstos para o município, como os Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Estes instrumentos precisam ser utilizados na implantação de projetos de mobilidade e logística e de empreendimentos imobiliários de grande porte.

**PRIORIZAÇÃO DO ADENSAMENTO DE LOTEAMENTOS NÃO OCUPADOS**

A existência de grande quantidade de áreas loteadas e desocupadas no território é reconhecida como potencialidade por reduzir a necessidade de previsão de novas áreas para a expansão urbana, preservando áreas com matas nativas. Nesse sentido deve-se priorizar a melhoria das infraestruturas destes loteamentos e ampliar o debate sobre a pertinência de supressão das zonas destinadas a expansão urbana prevista pelo plano diretor, destinando-as a outros usos estratégicos para o município.

**DINAMIZAÇÃO URBANÍSTICA E CONSOLIDAÇÃO DE EIXO DE MOBILIDADE**

As áreas mais próxima da faixa de praia em Itanhaém, embora sejam as que apresentem melhores condições de infraestrutura urbana, possuem diversos trechos de baixa densidade, concentrando grande parte dos domicílios de uso ocasional, muitos dos quais se encontram vagos, mesmo nos períodos de maior intensidade do verão. Neste sentido, a dinamização urbanística, com estímulo ao maior adensamento desta área, é identificada como um importante potencial territorial. Para isso, deve-se mapear os imóveis vagos de segunda residência visando a elaboração de estratégias de indução de utilização, bem como a instituição de legislação específica para a aplicação do parcelamento, edificação e utilização compulsórios e do instituto do abandono (Código Civil) nos terrenos vazios.

Este potencial articula-se com a consolidação de um eixo de mobilidade junto a faixa de domínio da ferrovia que perpassa o município e que hoje é caracterizada como uma área sem uso e localizada em espaço privilegiado. Seu potencial de ligação dos extremos norte e sul do município com a conexão aos bairros da cidade é significativo e deve ser alvo de ações concretas que busquem financiamento para este fim.

A intensificação da ocupação desta extensa área pode se tornar um grande vetor de dinamização da vida urbana de Itanhaém, já que além de abrigar um corredor de transporte, deve também concentrar equipamentos institucionais, de lazer e cultura.

**CONSOLIDAÇÃO DE UM CINTURÃO VERDE E AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL**

O território de Itanhaém tem ainda como potencialidade a consolidação de um cinturão verde que permite integrar áreas verdes em estado avançado de regeneração com as unidades de conservação existentes. Este cinturão verde reforça a proposta do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) de destinação de áreas para produção agrícola, e poderá servir como zona de amortecimento e transição ambiental-urbana entre o Parque Estadual da Serra do Mar, as novas unidades de conservação propostas e a zona urbana do município. As novas unidades de conservação deverão servir como um refúgio para abrigar a espécie do Papagaio-da-cara-roxa e outras 15 espécies não cadastradas, ameaçadas de extinção e que vivem nessas áreas.

Por fim, outras duas potencialidades identificadas em relação à proteção ambiental é a recategorização da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Ilha de Queimada Grande para unidade de proteção integral na parte insular, incluindo a ampliação dos seus limites, e o monitoramento da qualidade ambiental dos manguezais do rio Itanhaém e do controle do avanço da urbanização sobre este ecossistema.

**CORREDOR ECOLÓGICO E VALORIZAÇÃO DE TURISMO ECOLÓGICO**

A área em questão apresenta inúmeros córregos e rios, que tem enorme potencial de se consolidarem como corredores ecológicos, colaborando na manutenção do fluxo gênico das espécies da fauna e da flora. Estas áreas podem associar-se a áreas para o desenvolvimento de usos sustentáveis como o turismo ambiental de base comunitária. A prática de um turismo sustentável nessas áreas assegura a diversificação do turismo de sol e mar.

Os potenciais de desenvolvimento territorial se constituem como uma proposta para definição coletiva de uma macro visão do futuro de Itanhaém. Esses potenciais de desenvolvimento territorial ganharão força quando debatidos em processos democráticos e participativos e integrados aos instrumentos de planejamento municipal, como o plano plurianual, plano diretores, diversos planos setoriais na área de habitação, mobilidade, saneamento, entre outros. É fundamental que os mesmos sejam debatidos e amadurecidos nos diferentes conselhos municipais.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.	Instituir e regulamentar a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), incluindo entre os empreendimentos sujeitos ao EIV os projetos de mobilidade e logística (incluindo aeroportos) e os loteamentos e empreendimentos imobiliários de grande porte. A aprovação do EIV deve ser de responsabilidade do COMDEMA (Lei Municipal nº 3.730/11) e de órgão colegiado de política urbana a ser instituído com ampla participação da sociedade civil.
	<b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.	Fortalecer os conselhos municipais, para uma participação efetiva e qualificada, por meio da garantia de: eleição dos membros, representação de todos os segmentos da sociedade, do caráter deliberativo e de processo permanente de capacitação dos conselheiros.
		Capacitar os conselheiros para a atuação nos conselhos municipais.
		Articular e direcionar os investimentos sociais privados de grandes e pequenas empresas em ações voltadas à qualificação profissional na área da construção civil e serviços de logística (apoio aos serviços aeroportuários, retroporto etc.); na diversificação da atividade turística (ecoturismo, turismo rural e cultural, de base comunitária); e no fortalecimento da pesca esportiva, considerando inclusive a sensibilização de setores empresariais de menor porte para também contribuírem.
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.	Mapear e articular as potenciais micro e pequenas empresas no município para que possam se inserir nas principais cadeias econômicas identificadas.
		Promover cursos voltados para a qualificação profissional nas áreas da construção civil e serviços de logística (apoio aos serviços aeroportuários, retroporto etc.) e formação técnica para o turismo, para agricultura familiar, trabalhadores rurais e para pesca artesanal.
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.	Elaborar e implementar um plano municipal de segurança.
		Ampliar o treinamento e formação da Guarda Municipal.
Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.	<b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinamentos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.	Apoiar a elaboração do plano municipal de educação com os objetivos de ampliar a oferta de educação infantil, melhorar a qualidade do ensino fundamental (com ênfase na alfabetização) e qualificar a mão de obra para o turismo e serviços.
	<b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.	Instalar campus universitário público no município.
		Desenvolver projetos de pesquisa e produção de conhecimento associados à sociobiodiversidade, considerando especialmente as unidades de conservação existentes e as especificidades do município, tais como: Ampliar o nível de conhecimento científico sobre meio biótico das ilhas da Estação Ecológica de Tupiniquins e da Ilha Queimada Grande; fomento de atividades rurais sustentáveis como, por exemplo, aquelas voltadas para a produção de palmito pupunha e de mudas de palmeira juçara.
Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.	<b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.	Desenvolver, consolidar e fortalecer as atividades voltadas para a piscicultura e dar continuidade ao projeto de implantação de estrutura de comercialização para os pescadores artesanais locais.
		Estimular a produção agrícola pelos povos indígenas, considerando as ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.
	<b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.	Atrair turistas para as ofertas locais como culinária, artesanato, saberes, patrimônios materiais e imateriais, festas tradicionais como a do Divino Espírito Santo e Folia de Reis.



DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.	Ampliar o Parque Estadual da Serra do Mar junto ao Morro do Guapuruvu em Itanhaém e junto à Base da Serra do Mar no vale do Rio Mambú.
		Criar uma unidade de proteção integral na Ilha Queimada Grande (parte insular), garantindo o desenvolvimento da pesca artesanal em seu entorno, bem como o desembarque em situações de mau tempo.
		Monitorar a qualidade ambiental dos manguezais do Rio Itanhaém e controlar o avanço da urbanização sobre este ecossistema.
		Implementar o plano de monitoramento da qualidade ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar no Núcleo Curucutu.
Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.	Melhorar a infraestrutura de visitação disponível nas unidades de conservação de Itanhaém, incluindo a instalação de equipamentos, bases de controle, adequação das trilhas e centros de visitantes existentes e a ampliação e capacitação do quadro de pessoal.
		Incentivar o turismo em baixa temporada e fortalecer a imagem das áreas protegidas como um importante ativo ambiental de Itanhaém.
		Criar circuitos turísticos culturais, ambientais que fortaleçam as práticas e o saber-fazer a partir das comunidades, atraindo turistas para as ofertas locais como culinária, artesanato, saberes, patrimônios materiais e imateriais e produzir material didático regional contemplando essas características.
		Realizar atividades de fiscalização das unidades de conservação de Itanhaém, incluindo a comunidade local com capacitação adequada à atividade.
		Articular as pesquisas e os pesquisadores que atuam nas unidades de conservação de forma a que os resultados possam ser apropriados e aplicados pelas comunidades locais e órgãos gestores.
<b>D</b> Sensibilizar a sociedade civil e gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.	Promover eventos municipais de sensibilização da sociedade civil e dos gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.	
Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.	<b>G</b> Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e a sociedade civil.	Incluir a área do entorno do Núcleo Curucutu na definição das linhas e áreas de pesquisa do Parque Estadual da Serra do Mar para subsidiar políticas de proteção ambiental, bem como identificar as diversas pressões sobre o meio ambiente existentes.
		Elaborar e implementar o plano de gestão territorial e ambiental da Terra indígena Rio Branco, conforme a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.
		Prever áreas passíveis de plantio, (agricultura familiar e pequenos agricultores) no plano diretor.
		Ampliar as atividades de produção de mudas de palmeira juçara na TI Rio Branco com o apoio da coordenação técnica da FUNAI.
		Estimular a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) no Município de Itanhaém, especialmente nos setores considerados estratégicos pelo plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Mar.

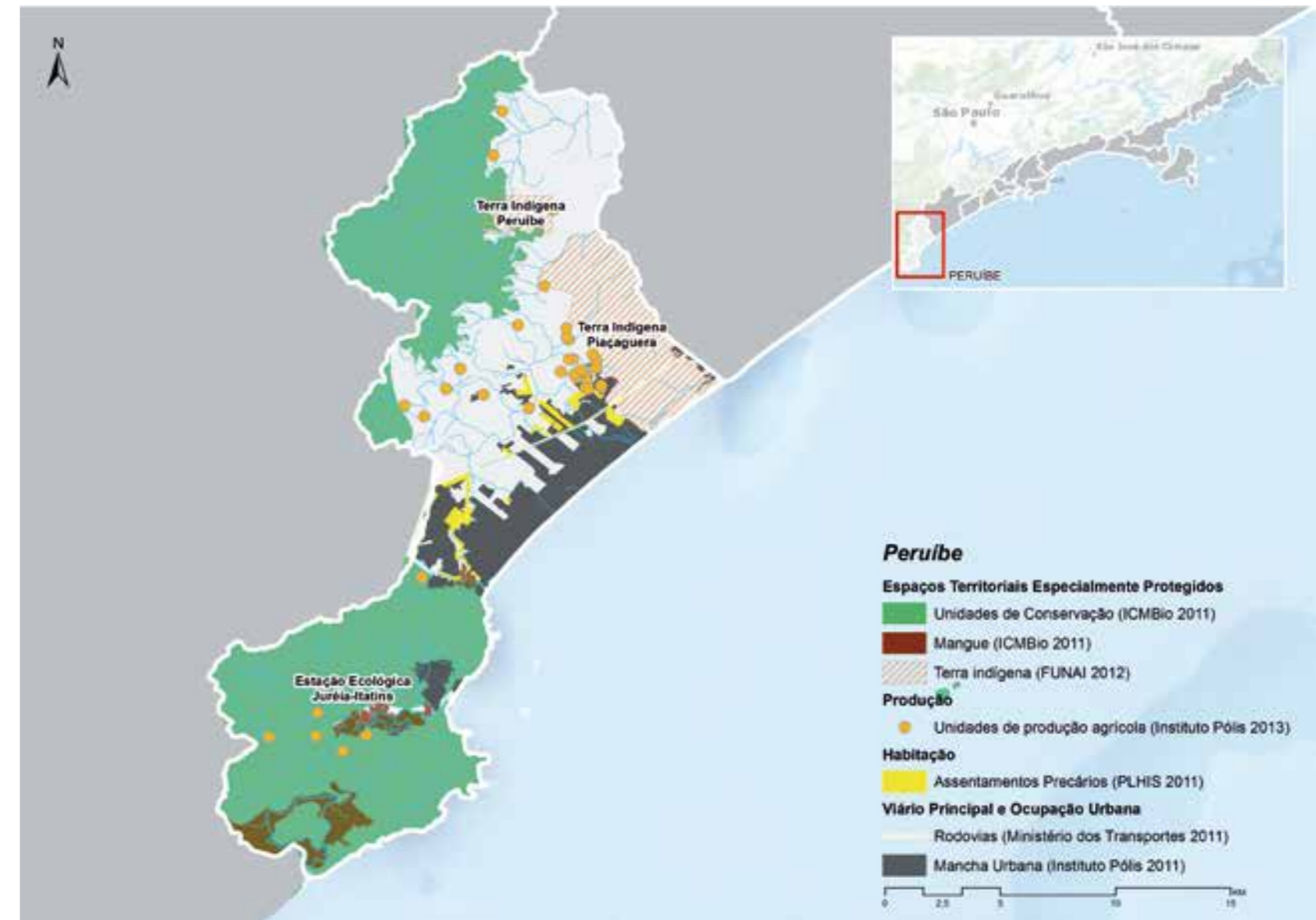
DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.	<b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.	Elaborar de forma participativa o plano municipal de mobilidade, de forma articulada ao novo plano diretor, à Política Nacional de Mobilidade Urbana e às novas demandas logísticas geradas pelo Aeroporto de Itanhaém e pelas atividades ligadas ao Porto de Santos, assim como ao planejamento regional, discutindo possíveis estruturas de ligação com o planalto e com a área central da Baixada Santista e estabelecendo política de tarifação integrada e de menor custo, visando a ampliação da malha cicloviária e da frota, linhas de ônibus que atendam o interior dos bairros, assim como realizar estudos à viabilização de transporte hidroviário.
Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).	<b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.	Garantir o acesso a alimentação adequada e saudável por meio de programas de transferência de renda, realizando a busca ativa da demanda e a promoção de ações complementares com vistas a emancipação das famílias, bem como, com a continuidade da implantação do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos na modalidade compra direta e com a ampliação das ações do Equipamento de Banco de Alimentos.
		Garantir o acesso à alimentação escolar adequada e saudável, dando continuidade ao cumprimento da Lei 11.947 de aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e dos pescadores artesanais locais e ampliando para a compra dos produtos dos povos indígenas, com vistas ao fomento de circuitos locais/regionais de produção, abastecimento e consumo
		Ampliar a estrutura municipal de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares, comunidades caiçaras e pescadores, bem como, da aplicação das diretrizes do plano municipal de desenvolvimento rural sustentável; Dar continuidade ao projeto da Feira Agrícola de Itanhaém e ampliar o projeto de agricultura urbana municipal
Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.	<b>C</b> Ampliar e aprimorar o tratamento do esgotamento sanitário, procurando promover iniciativas regionais de aproveitamento dos resíduos por meio de sistemas de biodigestão.	Promover divulgação, avaliação e monitoramento da implantação do Programa Onda Limpa, do Plano Diretor de Águas da Baixada Santista (SABESP) e do Plano de Saneamento.
	<b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.	Implantar sistema de coleta seletiva em três tipos - orgânicos, secos e rejeito -, com vistas a: (1) reaproveitamento integral dos resíduos orgânicos por meio de tecnologia de biodigestão e de compostagem; (2) reciclagem de todos os materiais recicláveis (secos), com a participação de cooperativas de catadores; (3) destinação do rejeito para aterro sanitário.
Promover habitação adequada para a população de baixa renda.	<b>H</b> Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).	Iniciar demarcação de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) em áreas vazias urbanizadas, voltadas a intensificar a produção de novas moradias para atendimento a famílias que forem removidas de assentamentos precários e também para atendimento da demanda prioritária e futura.
	<b>I</b> Implementar os Sistemas Municipais de Informações Habitacionais, visando compartilhar e integrar os cadastros de beneficiários dos projetos federal, estadual e municipais, bem como os cadastros de localização dos assentamentos precários.	Implementar o Sistema Municipal Integrado de Informações Habitacionais - Sihab-Município.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.	<b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.	Ampliar a capacidade institucional para a implementação de instrumentos da política de regularização fundiária volta à regularização dos assentamentos precários localizados predominantemente em áreas públicas e dos loteamentos aprovados e não implantados.
Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.	<b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.	Fomentar atividades esportivas e de lazer no município de Itanhaém e descentralizar os equipamentos.
		Promover oficinas envolvendo o poder público local e o Ministério da Cultura sobre as possibilidades e desafios do Sistema Nacional de Cultura.
	<b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.	Avaliar a possibilidade de criação de parques municipais com espaços públicos de lazer e visitação nas áreas dos morros Convento – Itaguaçu, Piraguira, Sapucaítava e Paranambuco.
		Investir na recuperação da cobertura da população pela Estratégia de Saúde da Família, com reposição e qualificação de pessoal.
		Realizar o controle e a prevenção da obesidade e do desenvolvimento de doenças crônicas, ampliando a coleta e transcrição de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para toda a população.
		Promover processos de educação e formação em segurança alimentar e nutricional nas áreas da saúde e da educação.

# AGENDA MUNICIPAL de PERUÍBE



## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Características da ocupação	Dados econômicos
Área total (AGEM 2008): 32 mil hectares	PEA (IBGE 2010): 28 mil pessoas
Área da mancha urbana 2011 (Pólis): 3,4 mil hectares (10,7%)	Empregos formais (RAIS/MTE 2010): 7,8 mil
Área do município em unidades de conservação (ICMBio 2011): 16,9 mil ha (53%)	Valor Adicionado – VA (SEADE 2010): R\$ 648 milhões
Áreas protegidas*: 21,6 mil hectares (67,1%)	Valor Adicionado <i>per capita</i> (SEADE 2010): R\$ 10,8 mil
População (IBGE 2010): 59,7 mil	Taxa de informalidade (IBGE 2010/Pólis 2012): 55%
Domicílios totais (IBGE 2010): 40,1 mil	
Domicílios permanentes (IBGE 2010): 19,3 mil/48%	
Domicílios ocasionais (IBGE 2010): 17,7 mil/44,1%	
Domicílios vagos (IBGE 2010): 3 mil/7,5%	
Domicílios coletivos (IBGE 2010): 112/0,3%	
Deficit quantitativo habitacional (PLHIS 2011): 1.868 / 9% (domicílios permanentes)	

\*Inclui Parques, RPPN, Terra Indígena, mangues, APP hídricas e áreas com declividade superior a 45° (ICMBio/FUNAI/INPE – 2011)

### NÍVEL DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

O município de Peruíbe situado ao sul da Região Metropolitana da Baixada Santista, integrante de uma sub-região composta por Itanhaém e Mongaguá, e vizinha ao litoral sul do estado de São Paulo, apresenta características particulares e complementares diante de sua inserção regional: uma agricultura significativa em sua porção rural e um padrão de ocupação dinamizado pela atividade turística de veraneio.

### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Embora o dilema entre crescimento versus preservação da qualidade de vida apareça como uma das mais importantes questões expostas pela população, a análise das dinâmicas econômicas do município mostra que esse vem apresentando um dinamismo econômico inferior a grande parte dos municípios do litoral paulista, sendo marcante a informalidade e reduzido número de empregos formais. Em Peruíbe, a taxa de informalidade do mercado de trabalho em 2010 era de 55%, superior às taxas registradas no Estado de São Paulo (33%) e à média nacional (41%). Apenas 27,33% da População Economicamente Ativa (PEA) do município possui emprego formal dentro próprio município (RAIS-CAGED/IBGE, 2010). O crescimento apresentado pelo município deve-se em grande medida aos investimentos do setor público, tendo o município pouco se beneficiado dos investimentos do pré-sal.

O conjunto dessas dinâmicas coloca dinamização e diversificação da econômica como um dos principais desafios a serem enfrentados. Uma alternativa importante é o resgate das atividades tradicionais, como o caso da pesca artesanal, piscicultura e agricultura.

Peruíbe, com atividade pesqueira artesanal de destaque na sub-região, encontra limitações para a sua efetividade e ampliação diante de aspectos de infraestrutura, como a necessária intervenção no enrocamento do Rio Preto, que viabilizaria o fluxo de embarcações ficando menos vulneráveis a aspectos climáticos e de assoreamento. Outro limitador refere-se à falta do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que poderia viabilizar a comercialização do pescado beneficiado nos programas governamentais de compras institucionais, assim como o equacionamento de restrições ambientais no território da APA marinha.

Além da pesca artesanal, Peruíbe possui grande potencial para piscicultura em tanques já existentes espalhados pelas unidades de produção que, com maior orientação técnica, poderiam ser mais produtivos visando o abastecimento do mercado regional.

A atividade agrícola no município se mantém importante, sobretudo na produção de banana e alguma diversificação de pequena escala dispersa, incluindo aproximadamente 500 unidades de produção que se encontram dentro do Parque Estadual da Serra do Mar, impondo como desafio a resolução dos conflitos com os usos permitidos pela legislação que rege esta unidade de conservação. É também importante ampliar a estrutura municipal e estadual de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares, comunidades caiçaras e pescadores para apoio contínuo no planejamento de suas atividades, na elaboração de projetos de beneficiamento e comercialização da produção que venham agregar valor aos produtos.

### MEIO AMBIENTE

O Município de Peruíbe possui em seu território uma das mais importantes áreas de floresta natural preservadas do litoral de São Paulo, a Estação Ecológica da Juréia-Itatins. Além dessa unidade de conservação e de porção do Parque Estadual da Serra do Mar, o Município também abriga as terras indígenas Piaçaguera e Bananal.

A necessidade de preservação destas áreas torna fundamental que a ocupação do território ocorra de forma planejada, que permita o aproveitamento do solo de maneira a atender a necessidade de prover moradia de qualidade para a população residente em locais com infraestrutura e evitar, assim, a ocupação urbana de áreas fronteiriças a estes espaços.

Também é de fundamental importância incluir as comunidades indígenas e caiçaras em circuitos turísticos culturais e ambientais.

### DEFICIT E DEMANDAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

Apesar dos importantes investimentos na área habitacional realizados em parcerias com os governos estadual e federal, o município de Peruíbe ainda necessita ampliar a destinação de contrapartidas financeiras para novos projetos. Visando a resolução das demandas futuras por Habitação de Interesse Social (HIS) é também fundamental avançar na demarcação de áreas de ZEIS vazias, assim como ampliar a capacidade institucional para implantar o Plano de Regularização Fundiária, indicado como uma das prioridades do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

Dois são os grandes desafios em Peruíbe relacionados ao saneamento ambiental: drenagem e coleta de esgotos. Quanto à drenagem é necessário monitorar a implantação do plano municipal de macro e micro drenagem, com atenção ao Projeto Executivo de Regularização de Vazão e à regularização de curso e desassoreamento do Rio Preto e de trechos dos afluentes Rio Branco e Acaraú. Quanto à coleta de esgotos, o desafio é promover ampla campanha para efetivar as ligações domésticas à rede coletora de esgotos existente, promovendo debates sobre a tarifação.

Quanto aos desafios da mobilidade do município, é fundamental a elaboração de um plano de mobilidade considerando a necessidade de novos terminais de transferência em áreas estratégicas da cidade. Tal plano deverá contemplar também projeções de novos usos para a linha férrea existente e ociosa, ampliação de linhas de ônibus para bairros pouco atendidos pelo transporte coletivo e expansão das ciclovias do município, estabelecendo política de integração e contemplando um baixo custo das tarifas.

## POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A partir do conjunto de desafios que precisam ser enfrentados, aliados as características do processo de organização sócio territorial e as riquezas ambientais, históricas e culturais, foram identificados importantes potenciais territoriais no município. Estes potenciais indicam caminhos para a promoção de um desenvolvimento sustentável que reverta o quadro de deficiências de infraestruturas e as desigualdades socioterritoriais, fortalecendo a dinamização das atividades e a geração de emprego e renda.

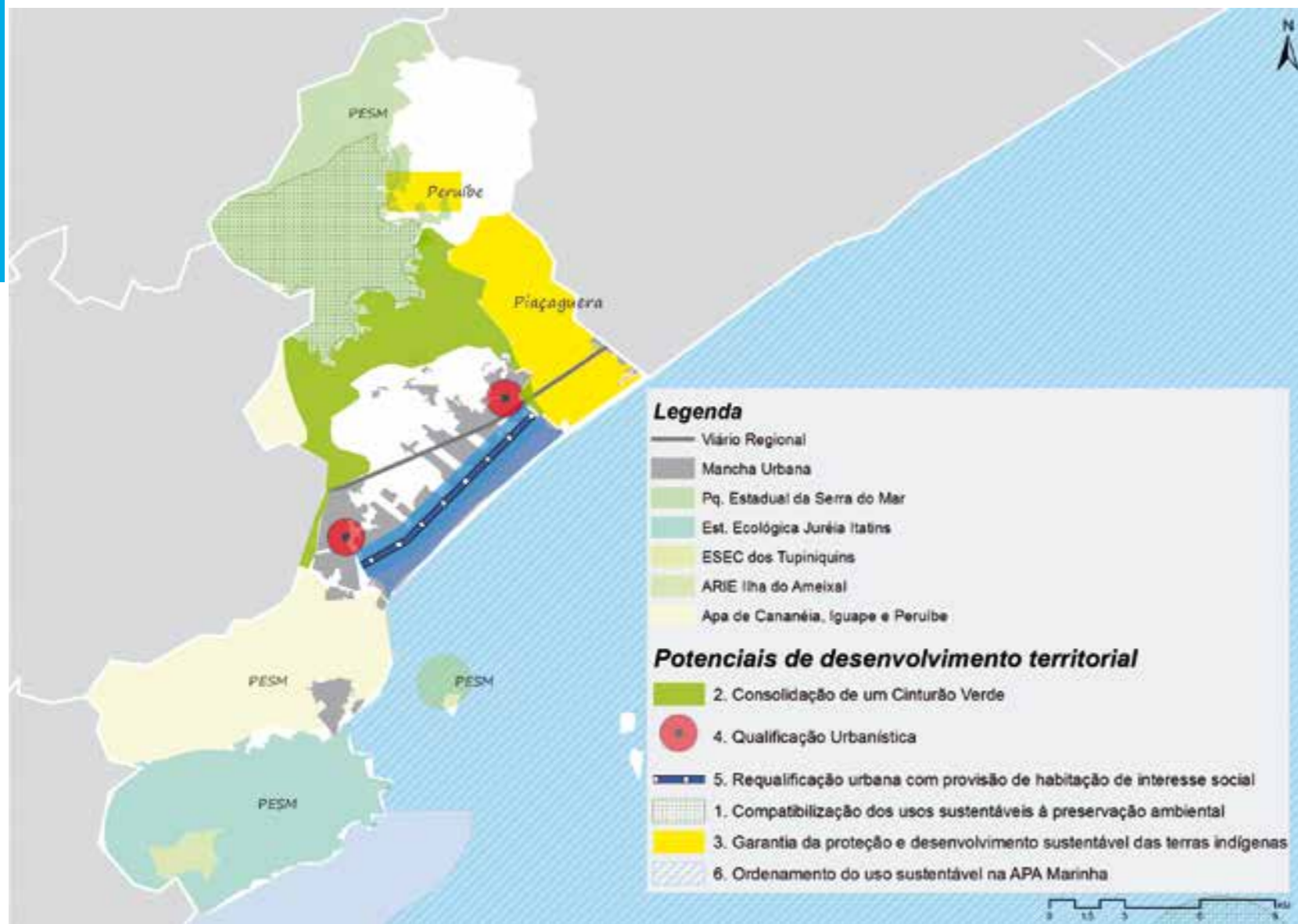
### COMPATIBILIZAÇÃO DOS USOS SUSTENTÁVEIS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

No Município de Peruíbe um potencial importante é a recategorização de porção do Parque Estadual da Serra do Mar para a categoria de Área de Proteção Ambiental (APA) ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) considerando a permanência da população e seus modos de vida nos bairros rurais pré-existentes à criação do Parque. Com a criação das unidades de conservação sustentáveis surgem novas oportunidades legais de explorações agrícolas como piscicultura de espécies nativas, criação de espécies animais e vegetais nativas, cultivo da banana ouro e culturas agroecológicas e agrofloretais.

Este potencial visa compatibilizar as necessidades de preservação dos remanescentes de Mata Atlântica com o direito ao desenvolvimento socioeconômico dos pequenos produtores rurais que ali vivem, considerando o desenvolvimento de usos de turismo ecológico de base comunitária, aliados a produção agrícola organizada em pequenos núcleos, como a já existente. Desse modo essas atividades podem se retroalimentar e serem oportunidades de geração de renda local.

### CONSOLIDAÇÃO DE UM CINTURÃO VERDE

A importante presença de unidades de produção agrícola na área rural do município, com relevante papel na diversificação da economia, aponta para o potencial de consolidação de um cinturão verde situado ao longo do rio Preto. Esse cinturão irá incentivar e dinamizar a produção agrícola existente em suas margens direita e ao mesmo tempo exercer o papel de limitador da expansão de usos urbanos. Além disso poderá cumprir a função de estimular a recuperação da mata ciliar e a estabilidade do rio, como também limitar expansão urbana e proteger os territórios indígenas.



Elaboração: Instituto Pólis.

### GARANTIA DA PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS TERRAS INDÍGENAS

A intensificação da proteção da Terra Indígena de Piaçaguera e Bananal, através da elaboração de planos de gestão territorial e ambiental e da homologação da Terra Indígena, no caso de Piaçaguera, aparece como um importante potencial para fortalecer a diversidade sociocultural em Peruíbe. Neste sentido é importante que planos considerem a necessidade de apoio às atividades voltadas para o extrativismo, agricultura, pesca, artesanato e turismo, garantida a consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas.

### QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA

As zonas de qualificação urbana prioritária correspondem territorialmente ao bairro Estância Balneária Maria Helena Novaes, situado a oeste do Território Indígena Piaçaguera e a sul da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, com o destaque que se trata de qualificação a sul do cinturão verde proposto. A outra zona de qualificação urbana prioritária refere-se a uma porção do território municipal onde se localizam os conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, situada entre o polígono da Rodovia SP 344/55, margem direita do rio Preto, Av. Dr. Tancredo de Almeida Neves e o Parque Estadual da Serra do Mar, área sem ainda identificação no abairramento do município. Outros assentamentos precários situados à direita da Rodovia Manoel da Nóbrega são igualmente demandatários da qualificação urbana.

Apesar da relativa proximidade dessas áreas ao centro da cidade, especialmente em sua porção sul (ao longo da rodovia SP-344/55), é prioritário dotá-las de infraestrutura e serviços urbanos básicos, como calçada, iluminação, novas linhas de transporte coletivo, terminais de ônibus, bem como um sistema de ciclovias que permita o

deslocamento seguro dos ciclistas, já que Peruíbe é o município com maior número relativo de viagens de bicicleta na Baixada Santista. Mostra-se necessário o estímulo à implantação de equipamentos públicos, sociais e culturais, espaços públicos e comércio e serviços de caráter local.

Por serem áreas com sérias deficiências, a recente produção de empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida, nesta região, é vista com preocupação, já que podem gerar um adensamento populacional atraído pela grande oferta de moradias em áreas com baixa infraestrutura e qualificação urbana.

### REQUALIFICAÇÃO URBANA COM PROVISÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A conformação física do Município de Peruíbe ao longo da orla e da rodovia, característica dos municípios do sul da Baixada Santista, dificulta a integração e acessibilidade das diferentes regiões da cidade. Nesse sentido, a existência da faixa de domínio da antiga ferrovia, revela-se um espaço de imenso potencial para a requalificação urbana, considerando a melhoria das condições de mobilidade e a provisão de habitação de interesse social em seu entorno.

Este eixo tem grande potencial para transformar-se em um corredor de transporte municipal e regional, tanto para a ligação dos extremos norte e sul do município, como, futuramente, para a ligação com a região central da Baixada Santista.

A requalificação urbana do entorno deste eixo, que se articula com uma malha urbana consolidada, deve priorizar a implantação de equipamentos públicos de lazer, cultura e também o adensamento urbano. É também fundamental garantir estratégias de reserva de terra por meio da demarcação articulada de Zonas Especiais de Interesse Social de áreas ocupadas com habitações precárias e de vazios urbanos.

### ORDENAMENTO DO USO SUSTENTÁVEL NA APA MARINHA

A elaboração do plano de manejo da APA Marinha Litoral Centro é um instrumento auxiliar de fundamental importância para o ordenamento das atividades no mar, bem como para se estabelecer ações limitadoras ao desenvolvimento de atividades econômicas e de controle de riscos.

Os potenciais de desenvolvimento territorial se constituem como uma proposta para definição coletiva de uma macro visão do futuro de Peruíbe. Esses potenciais de desenvolvimento territorial ganharão força quando debatidos em processos democráticos e participativos e integrados aos instrumentos de planejamento municipal, como o plano plurianual, plano diretores, diversos planos setoriais na área de habitação, mobilidade, saneamento, entre outros. É fundamental que os mesmos sejam discutidos e amadurecidos nos diferentes conselhos municipais.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Efetivar a participação da população para que os interesses locais sejam garantidos nas decisões estratégicas da região.	<b>A</b> Impulsionar a criação e implementação de instrumentos de controle e participação da sociedade sobre os grandes projetos a fim de possibilitar a transparência, o acesso a informações e o monitoramento, garantindo formas de mitigação e compensação dos impactos sociais, ambientais e territoriais negativos, bem como a avaliação sobre sua pertinência e viabilidade de implantação.	Incluir entre os empreendimentos sujeitos ao Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) os loteamentos e empreendimentos imobiliários de grande porte. A aprovação do EIV deve ser de responsabilidade do Conselho da Cidade (Lei Municipal nº 2.643/2005).
	<b>B</b> Monitorar e direcionar os investimentos sociais privados/responsabilidade social das grandes empresas a fim de garantir maior transparência, articulação dos investimentos públicos e privados, bem como a ampliação de seu impacto social e ambiental.	Fortalecer os conselhos municipais, para uma participação efetiva e qualificada, por meio da garantia de: eleição dos membros, representação de todos os segmentos da sociedade, do caráter deliberativo e de processo permanente de capacitação dos conselheiros.
Ampliar a inclusão social e a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades econômicas predominantes: porto/logística, indústria, petróleo, gás e turismo.	<b>C</b> Conectar oferta e demanda de mão de obra, de produtos e de serviços da região, considerando o potencial das cadeias do petróleo e gás, turismo, setor imobiliário, setor petroquímico, atividades portuárias bem como inserir as micro e pequenas empresas, associações, ONGS, OSCIPs, cooperativas na cadeia de fornecedores destas atividades.	Articular as potenciais micro e pequenas empresas no município para que possam se inserir nas principais cadeias econômicas identificadas no município.
		Promover cursos voltados para a qualificação profissional nas áreas da indústria de transformação leve, tais como: alimentícia, indústria eletroeletrônica e promover formação técnica para turismo, pesca e agricultura.
Reconhecer e garantir a segurança pública como direito, articulado a outras políticas sociais, contribuindo para a consolidação de um paradigma de desenvolvimento que promova a segurança como cidadania.	<b>E</b> Consolidar a segurança municipal como política de prevenção à violência e à criminalidade, por meio da implementação de programas municipais, da articulação regional e do fortalecimento institucional dos atores locais envolvidos com a elaboração de tais políticas.	Elaborar e implementar um plano municipal de segurança.
		Ampliar o treinamento e formação da Guarda Municipal.
Impulsionar e consolidar a região como polo produtor e difusor de conhecimento, tecnologia e formação.	<b>F</b> Apoiar as organizações sociais e redes públicas para melhorar o acesso e qualidade da educação formal e não formal e dos ensinamentos básico, profissional e superior, incluindo a formação profissional para o desenvolvimento sustentável.	Apoiar a revisão do plano municipal de educação, com os objetivos de ampliar a oferta de educação infantil e melhorar a qualidade do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização.
	<b>G</b> Fomentar e implantar centros de produção de conhecimento e inovação nas áreas da sociobiodiversidade das unidades de conservação, de turismo, das tecnologias do petróleo e gás, da logística e de assuntos portuários.	Desenvolver projetos de pesquisa e produção de conhecimento associados à sociobiodiversidade, considerando especialmente as unidades de conservação existentes e as especificidades do município, tais como: distribuição da flora e fauna, a distribuição geográfica original da biota do Mosaico Juréia-Itatins, o meio biótico das ilhas da Estação Ecológica de Tupiniquins e da Ilha da Queimada Grande, o processo de ocupação das áreas e os saberes tradicionais.
Contribuir para o desenvolvimento local, fortalecendo a diversidade socioambiental, étnica e cultural das comunidades locais, bem como dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região.	<b>H</b> Desconcentrar, diversificar e promover as atividades locais, arranjos de produção e da economia solidária, como meio de fortalecer o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, respeitando a diversidade social, cultural e a biodiversidade.	Criar condições para a ampliação da pesca artesanal, por meio da criação de faixas exclusivas ao pequeno pescador e de obras de enrocamento do Rio Preto, implementação de infraestrutura adequada ao processamento do pescado, assim como, a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para viabilizar a comercialização do pescado.
		Fortalecer a produção agrícola dos povos indígenas dando continuidade às ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.
		Desenvolver, consolidar e fortalecer as atividades voltadas para a piscicultura, aquicultura e pesca artesanal.
	<b>I</b> Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo, com foco principal no turismo de base comunitária.	Fortalecer circuitos turísticos culturais valorizando a cultura dos povos e comunidades tradicionais, seu artesanato, culinária, agricultura familiar, trilhas, sítios arqueológicos, manifestações culturais, como por exemplo o Fandango.
		Valorizar e preservar o patrimônio histórico e artístico cultural, garantindo a gestão participativa na formulação e implementação desta política.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Fortalecer a gestão das unidades de conservação para garantir o seu potencial de desenvolvimento ambiental, econômico e social.	<b>A</b> Criar, ampliar, monitorar, rever os limites e estimular a recategorização das unidades de conservação, priorizando a implantação de formas de uso sustentável tais como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e de Reserva Extrativista – RESEX.	Reclassificar para a categoria APA as áreas ocupadas por bairros rurais pré-existentes a criação do Parque Estadual da Serra do Mar em Peruíbe com o objetivo de compatibilizar as necessidades de preservação dos remanescentes de Mata Atlântica com o direito ao desenvolvimento socioeconômico dos pequenos produtores rurais que ali vivem.
		Criar uma unidade de conservação de proteção integral na Ilha Queimada Grande (parte insular), garantindo o desenvolvimento da pesca artesanal em seu entorno, bem como o desembarque em situações de mau tempo.
		Implementar o plano de monitoramento da qualidade ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar no Núcleo Itarirú.
		Monitorar a qualidade ambiental dos manguezais dos rios Guaraú, Preto e Branco, bem como da Ilha do Ameixal.
	<b>B</b> Elaborar e/ou rever as regras de uso e ocupação das unidades de conservação, de forma a compatibilizar os usos sustentáveis e propor a adequação das áreas consolidadas.	Implementar o Plano de Ação para a Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção nas Ilhas da Queimada Pequena e Queimada Grande.
		Rever o zoneamento do plano de manejo da Estação Ecológica Tupiniquins no sentido de permitir o trânsito de barcos de pescadores tradicionais e artesanais entre as ilhas da Queimada Grande e Queimada Pequena.
		Elaborar e aprovar os planos de manejo da Estação Ecológica Juréia-Itatins, Reservas de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una, Parque Estadual do Itinguçu, Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Ameixal, Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas de Queimada Pequena e Queimada Grande, APA Marinha Litoral Centro e APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe.
	Potencializar os usos diretos e indiretos nas unidades de conservação, garantindo a proteção à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais.	<b>C</b> Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação.
Incentivar o turismo em baixa temporada e fortalecer a imagem das unidades de conservação como importantes ativos ambientais de Peruíbe, incluindo a Estação Ecológica Jureia-Itatins, Reservas de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una, Parque Estadual do Itinguçu, Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Ameixal e APA Marinha Litoral Centro.		
Fortalecer os circuitos turísticos culturais, ambientais existentes relacionados as práticas e o saber-fazer dos povos e das comunidades tradicionais, atraindo turistas para as ofertas locais como culinária, pesqueiros, artesanato, saberes, patrimônios materiais e imateriais, bem como produzir material didático regional contemplando essas características.		
Ampliar as atividades de fiscalização das unidades de conservação em Peruíbe e capacitar os agentes fiscalizadores.		
Articular as pesquisas e os pesquisadores que atuam nas unidades de conservação de forma a que os resultados possam ser divulgados, apropriados e aplicados pelas comunidades locais e órgãos gestores.		
Incentivar, apoiar, regulamentar e regularizar as atividades de cultivo, extrativismo e pesca desenvolvidas em unidades de conservação com respeito aos direitos das comunidades tradicionais.		
<b>D</b> Sensibilizar a sociedade civil e gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação.		



DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Efetivar a regularização fundiária das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais bem como dos assentamentos informais de baixa renda localizados em unidades de conservação.	<b>F</b> Garantir a titulação e condições adequadas de habitabilidade dos assentamentos informais de baixa renda e reassentar os moradores em situação de risco.	Realizar levantamento antropológico como condição de avaliação das eventuais desocupações, em especial quando estiverem envolvidas comunidades originárias de Peruíbe; Promover a regularização fundiária das áreas rurais consolidadas existentes no Parque Estadual da Serra do Mar onde vivem comunidades de baixa renda (cerca de 600 moradias), devendo-se efetivar o reassentamento das populações localizadas em áreas risco.
Compatibilizar as funções ecológicas, agrícolas e urbanas da Zona de Amortecimento das unidades de conservação.	<b>G</b> Pactuar os usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais das áreas de monitoramento territorial entre os três entes federativos e a sociedade civil.	Elaborar e implementar o plano de gestão territorial e ambiental para as terras indígenas Piaçaguera e Bananal, conforme a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica. Limitar e fiscalizar a utilização de agrotóxicos no Município de Peruíbe, principalmente no entorno das unidades de conservação. Criar e implementar o plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Peruíbe. Prever áreas passíveis de plantio (agricultura familiar e pequenos agricultores) no plano diretor. Incluir a área do entorno do Núcleo Itarirú na definição das linhas e áreas de pesquisa do Parque Estadual da Serra do Mar para subsidiar políticas de proteção ambiental, bem como identificar as diversas pressões sobre o meio ambiente existentes. Estimular a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) no Município de Peruíbe. Avaliar a possibilidade de criação de uma APA (Área de Proteção Ambiental) municipal entre o limite do Parque Estadual da Serra do Mar e área urbanizada, visando a compatibilização de usos e funções urbanas, agrícolas e ambientais. Considerar o Zoneamento Ecológico Econômico da Baixada Santista - ZEE em futuro processo participativo de revisão do plano diretor de Peruíbe.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Priorizar o transporte público coletivo e os modos não motorizados.	<p><b>A</b> Promover a integração entre os transportes públicos coletivos e os modos não motorizados, de forma intermunicipal e regional, articulando-os ao ordenamento territorial.</p>	Elaborar de forma participativa o plano municipal de mobilidade, de acordo com as diretrizes definidas no plano diretor, contemplando estudos sobre a possibilidade de reativação da linha da férrea para transporte de passageiros e de novos terminais rodoviários e intermodais de transferência em áreas estratégicas da cidade, e ampliação de linhas para bairros, pouco ou não servidos pelo transporte coletivo, expandindo as vias cicláveis do município, estabelecendo política de integração e o baixo custo das tarifas, a multimodalidade a articulação do sistema de transportes urbanos, e criação de Passe Livre para os povos indígenas.
		Estabelecer parcerias entre Peruíbe e os outros municípios da região sul da Baixada Santista, prevendo a implantação do transporte coletivo regional e avaliando a reativação da linha férrea.
Garantir a promoção e o acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando a aproximação entre as esferas de produção, consumo e pós consumo (geração de resíduos).	<p><b>B</b> Estruturar sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, abastecimento, distribuição e consumo e pós-consumo de alimentos.</p>	Garantir o acesso a alimentação adequada e saudável por meio de programas de transferência de renda, realizando a busca ativa da demanda e a promoção de ações complementares com vistas a emancipação das famílias.
		Garantir o acesso à alimentação escolar adequada e saudável dando continuidade à participação dos agricultores, pescadores e indígenas na elaboração das Chamadas Públicas visando a aquisição gêneros alimentícios para a alimentação escolar e incluindo os produtos tradicionais da cultura alimentar, tais como milho e mandioca na alimentação escolar indígena.
		Fortalecer a agricultura familiar, considerando o cultivo do Palmito Juçara e os circuitos curtos de comercialização, incluindo a implantação de uma central de abastecimento ou barracão para entrega dos produtos e distribuição para as unidades escolares e aplicar as diretrizes do plano municipal de desenvolvimento rural sustentável.
Ampliar o acesso de todos os domicílios aos serviços de saneamento ambiental, promovendo soluções sustentáveis que garantam a recuperação dos resíduos sólidos urbanos, do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, bem como a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida para a população.	<p><b>E</b> Identificar vulnerabilidades e formular planos e programas de prevenção e adaptação aos impactos da mudanças climáticas na região, priorizando as populações mais vulneráveis aos seus efeitos adversos, bem como elaborar planos de ação para responder a eventos climáticos extremos que possam gerar situações de anormalidade, notadamente em áreas de risco.</p> <p><b>F</b> Estruturar e implementar políticas de resíduos sólidos, de forma a atingir níveis máximos de recuperação de resíduos, assegurar a sustentabilidade ambiental, integrar os catadores e minimizar os custos de tratamento e destinação de resíduos.</p>	Monitorar a implantação do Plano de Macro e Microdrenagem, com atenção ao Projeto Executivo de Regularização de Vazão, Regularização de Curso e Desassoreamento do Rio Preto e Trechos dos Afluentes Rio Branco e Acaraú.
		Implantar sistema de coleta seletiva em três tipos - orgânicos, secos e rejeito -, com vistas a: (1) reaproveitamento integral dos resíduos orgânicos por meio de tecnologia de biodigestão e de compostagem; (2) reciclagem de todos os materiais recicláveis (secos), com a participação de cooperativas de catadores; (3) destinação do rejeito para aterro sanitário.
Promover habitação adequada para a população de baixa renda.	<p><b>H</b> Articular as três esferas federativas para identificar e criar reserva de terra urbanizada e bem localizada, priorizando ações que resultem em construções sustentáveis e acessíveis, na ampliação e fortalecimento do trabalho social, a fim atender a demanda regional de Habitação de Interesse Social (HIS).</p> <p><b>I</b> Implementar os Sistemas Municipais de Informações Habitacionais, visando compartilhar e integrar os cadastros de beneficiários dos projetos federal, estadual e municipais, bem como os cadastros de localização dos assentamentos precários.</p>	Implementar a demarcação de Zona Especial de Interesse Social - ZEIS em áreas urbanas vazias, voltadas ao atendimento à demanda prioritária por moradia, orientada pelas diretrizes do PLHIS.
		Implementar o Sistema Municipal Integrado de Informações Habitacionais - SIHAB.

DIRETRIZES	AÇÕES ESTRATÉGICAS – REGIONAL	AÇÕES LOCAIS
Promover a regularização fundiária para a população de baixa renda.	<b>J</b> Ampliar a capacidade institucional do poder público para promover a regularização fundiária dos assentamentos informais de baixa renda mediante a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.	Ampliar a capacidade institucional para a implementação de instrumentos da política de regularização fundiária, através da demarcação de ZEIS em assentamentos precários e criação de programas de urbanização e regularização fundiária.
Democratizar o acesso à saúde e à cultura, de maneira integrada, priorizando a população de baixa renda e valorizando a diversidade socioambiental e cultural local e regional.	<b>L</b> Descentralizar os equipamentos públicos de cultura e lazer e fomentar espaços/equipamentos autogeridos pelas comunidades.	Promover oficina envolvendo o poder público local e o Ministério da Cultura sobre as possibilidades e desafios do Sistema Nacional de Cultura.
	<b>M</b> Ampliar e melhorar a qualidade da rede de unidades básicas de saúde e aumentar a cobertura pela estratégia de saúde da família.	Aumentar a cobertura populacional da atenção básica por meio da Estratégia de Saúde da Família; investir na melhora das ações de prevenção e tratamento precoce de câncer de mama e de colo de útero e próstata.
		Realizar o controle e a prevenção da obesidade e do desenvolvimento de doenças crônicas, ampliando a coleta e transcrição de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para toda a população.
	Promover processos de educação e formação em segurança alimentar e nutricional, nas áreas da saúde e da educação.	

## A

**Acordos setoriais:** são instrumentos para a implantação da logística reversa. A logística reversa é caracterizada pelo sistema que viabiliza o retorno da matéria prima contida nos resíduos ao ciclo produtivo ou à destinação ambientalmente adequada. É um ato de natureza contratual firmado entre o poder público e o setor privado tendo em vista a responsabilidade compartilhada por ambos no ciclo de vida dos produtos. Podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

Referência Legal: Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); Decreto Federal nº 7.404/10.

**Área de monitoramento territorial:** o Projeto Litoral Sustentável identificou na região do litoral áreas de “monitoramento territorial”<sup>1</sup>, a fim de apontar porções do território que não estão inseridas em unidades de conservação ou áreas de preservação permanente. O destaque para estas áreas indica a necessidade de monitorar e debater sobre o destino e uso que se dará a elas. São formadas pelas áreas não abrangidas por unidades de conservação, altas declividades, áreas de preservação permanente ou áreas já urbanizadas. O conhecimento das áreas de monitoramento territorial pode auxiliar a formulação de políticas públicas e subsidiar a legislação de zoneamento e de uso e ocupação do solo. Vale ressaltar que, sobre as áreas definidas e identificadas como de monitoramento territorial ainda cabem análises e sobreposições, especialmente em nível local, incluindo áreas contaminadas, áreas com importância ou interesse histórico cultural ou arqueológico, legislação municipal de uso e ocupação do solo, e verificação das áreas de risco e características geotécnicas do terreno, dentre outras diversas variáveis locais.

Fonte: Instituto Pólis.

<sup>1</sup> Para maiores informações, consulte o glossário e o texto “Procedimentos técnicos de identificação das áreas de monitoramento territorial”, anexo ao Diagnóstico Regional do projeto *Litoral Sustentável*, no site [www.litoralsustentavel.org.br](http://www.litoralsustentavel.org.br).

**Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS:** conhecidas também como Zonas Especiais de Interesse Social são uma parcela de área urbana instituída pelo plano diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Fonte: Lei Federal nº 11.977/09 (dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas).

**Áreas de manejo e reserva temporária:** áreas de triagem e transbordo de resíduos, com aterro de pequeno porte, que possibilite a armazenagem temporária destes até o encaminhamento para utilização adequada segundo as normas vigentes (ABNT NBR 15.115 e 15.116).

Fonte: Instituto Pólis.

**Áreas de triagem e transbordo:** área destinada ao recebimento de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, para triagem, armazenamento temporário dos materiais devidamente separados, eventual transformação em produto passível de utilização na construção civil e/ou na cadeia produtiva e posterior remoção para destinação adequada, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA disponibiliza manuais de implantação de sistemas de gestão dos resíduos da construção civil e para a coleta seletiva no seguinte endereço eletrônico: [http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu\\_urbano/\\_arquivos/4\\_manual\\_implantao\\_sistema\\_gesto\\_resduos\\_construo\\_civil\\_cp\\_125.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/_arquivos/4_manual_implantao_sistema_gesto_resduos_construo_civil_cp_125.pdf)

Fonte: ABNT/NBR 15.112.

**Áreas de aterro de resíduos inertes:** áreas onde são empregadas técnicas de disposição de resíduos da construção civil. Têm como função a preservação de materiais segregados, de forma a possibilitar o uso futuro dos materiais e/ou futura utilização da área, conforme princípios de engenharia, para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente.

Segundo a Resolução nº 307 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, os resíduos da construção civil são reutilizáveis, tais como:

a) resíduos da construção, demolição, reformas e reparo de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de obras de terraplanagem;

b) resíduos da construção, demolição, reformas e reparo de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) resíduos de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fio etc.), produzidas no canteiro de obra.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA disponibiliza manuais de implantação de sistemas de gestão dos resíduos da construção civil e para a coleta seletiva no seguinte endereço eletrônico: [http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu\\_urbano/\\_arquivos/4\\_manual\\_implantao\\_sistema\\_gesto\\_resduos\\_construo\\_civil\\_cp\\_125.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/_arquivos/4_manual_implantao_sistema_gesto_resduos_construo_civil_cp_125.pdf)

Fonte: ABNT/NBR 15.113

**Assentamentos informais:** ocupações inseridas em parcelamentos informais ou irregulares, localizadas em áreas urbanas públicas ou privadas, utilizadas predominantemente para fins de moradia.

Referência legal: Lei Federal nº 11.977/09 (dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas).

Fonte: Instituto Pólis.

**Autogestão:** entende-se por autogestão habitacional o empreendimento produzido, sob administração dos próprios integrantes de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais e associações civis.

Em autogestão não há a figura do patrão e todos os empregados participam das decisões administrativas em igualdade de condições.

Fonte: Instituto Pólis.

## C

**Cadastro Territorial Multifinalitário:** ferramenta de gestão municipal que se apoia em programas de geoprocessamento. Realiza o inventário territorial oficial e sistemático do Município, embasado no levantamento dos limites de cada parcela, que recebe uma identificação numérica inequívoca. Permite o gerenciamento de informações de secretarias diversas, possibilitando a elaboração de políticas integradas, além de facilitar o acompanhamento das ações da administração pública.

Referência legal: Portaria Ministério das Cidades nº 511/2009

Fonte: Instituto Pólis.

**Cadeia produtiva:** refere-se aos estágios percorridos pelas matérias-primas, nos quais elas são transformadas e montadas, com o emprego de trabalho e tecnologia.

Fonte: FGV/Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção – ABRAMAT.

**Ciclo de vida:** série de etapas que envolvem o desenvolvimento de um produto, desde a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final.

Fonte: Instituto Pólis.

**Cinturões verdes:** porções de terras destinadas à proteção da biodiversidade, agricultura, sistemas agroflorestais e proteção de mananciais em áreas circundantes aos centros urbanos. A sua existência e manutenção envolve políticas específicas de ordenamento do território.

Fonte: Instituto Pólis.

**Circuitos alimentares de proximidade ou circuitos curtos:** circuitos alimentares com maior proximidade entre produtor e consumidor, de dimensão local/regional, articulados por meio do fomento à produção e ao consumo de alimentos regionais, agroecológicos e orgânicos, que preservam as características originais, tomando parte na cultura alimentar local. Para isso, é fundamental o apoio à agricultura familiar e às comunidades tradicionais, com linhas de crédito agrícola, incentivos fiscais, assistência técnica e capacitação.

Fonte: Instituto Pólis.

**Comunidades tradicionais:** grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

O conceito de comunidades tradicionais engloba os povos indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, afro-religiosos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, pescadores artesanais, caiçaras, castanheiros e povos dos faxinais, dos gerais e dos fundos de pasto, entre outros.

Referências legais: Decreto Federal nº 6040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades.

Fonte: DUPRAT, Deborah. Pareceres Jurídicos – Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais. Manaus: UEA, 2007.

**Competência legislativa e material:** faculdade de elaborar leis sobre diferentes assuntos, sendo atribuída à União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios conforme disposto na Constituição Federal de 1988 (arts. 22, 24 e 30). A competência material, que também é denominada “executiva” ou “administrativa”, refere-se aos atos administrativos de gestão relacionados a diferentes políticas públicas, sendo atribuída à União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios pela Constituição Federal de 1988 (arts. 21, 23 e 30).

**Condição de habitabilidade:** condição de moradia de determinado núcleo familiar. A condição de habitabilidade engloba as condicionantes qualitativas da edificação (método construtivo, materiais, insolação, ventilação) e a relação dessa edificação com seu entorno (susceptibilidade a riscos, acesso à infraestrutura urbana, proximidade com equipamentos públicos etc.).

Fonte: Instituto Pólis.

**Condicionalidades (do Programa Bolsa Família):** compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, quanto pelo poder público nas áreas de educação e saúde, a fim de ampliar o acesso dessas famílias aos direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. As condicionalidades referem-se ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional e de saúde, e à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social.

**Contrato de programa:** instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa. Pode ser celebrado, por exemplo, entre o Município e o Estado para fins da prestação de serviços de saneamento ambiental.

Referências legais: Lei Federal nº 11.107/05; Decreto Federal nº 6.017/07.

**Corredores ecológicos:** porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, que ligam unidades de conservação, possibilitando, entre elas, o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais. Seu objetivo é promover a conexão entre fragmentos de áreas naturais.

Referência legal: art. 2º, inciso XIX, da Lei Federal nº 9.985/2000.

**Crescimento horizontal:** crescimento das regiões periféricas de determinado Município. Compreende o espraiamento, através da expansão urbana e da criação de novos bairros, distantes do centro da cidade.

Fonte: Instituto Pólis.

**Crescimento vertical:** crescimento de determinado Município que ocorre por meio do processo de verticalização das edificações.

Fonte: Instituto Pólis.

## D

**Desafetação de unidades de conservação:** expressão utilizada para denominar o ato pelo qual se reclassifica uma porção da unidade de conservação. Por exemplo, a transformação de um Parque em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS.

Importante observar que a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica, conforme o § 7º do art. 22 da Lei Federal 9.985/2000.

Fonte: Instituto Pólis.

Referência legal: Lei Federal nº 9.985 de 2010.

**Disposição irregular ou distante (de resíduos):** distribuição desordenada de rejeitos, sem a observação de normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde e à segurança. Geralmente ocorre em terrenos baldios, beiras de córregos e vias públicas.

Fonte: Instituto Pólis.

## E

**Ecoponto:** áreas de pequeno porte destinadas ao apoio da coleta seletiva descentralizada e à recepção de pequenos volumes de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos.

Fonte: Instituto Pólis.

**Estações de Pré-Condicionamento:** após a coleta, o esgoto é encaminhado para estações de pré-condicionamento, onde passa por um gradeamento, peneiramento para remoção dos sólidos e por cloração. Transportado por tubulações, é por fim lançado ao mar.

**Emissários:** sistemas destinados a lançar os esgotos sanitários no meio marinho, visando aproveitar a grande capacidade de depuração do oceano, em função de seu enorme volume de água.

Fonte: Instituto Pólis; CETESB-SP.

**Estações de Tratamento de Esgoto – ETE:** unidade operacional do sistema de esgotamento sanitário que, através de processos físicos, químicos ou biológicos, removem as cargas poluentes do esgoto, devolvendo ao ambiente o produto final, efluente tratado, em conformidade com os padrões exigidos pela legislação ambiental.

Fonte: Instituto Pólis.

## F

**Função social, ambiental, agrícola e urbana da propriedade:** a função social da propriedade é uma garantia constitucional que determina que o direito de propriedade urbana deve ser exercido de maneira a atender a uma destinação social. Esta destinação social é o parâmetro para se identificar quais funções que a propriedade deve ter para atender às necessidades da população que reside nas cidades. Estas funções podem ser ambientais, agrícolas e urbanas, a depender da realidade, demandas, necessidades e interesses sociais da coletividade de um determinado Município ou região. Utilizamos tais conceitos para ressaltar que as normas de ordem pública e de interesse social devem regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental, como fundamento da política urbana.

Fonte: Instituto Pólis.

Referências legais: Art. 5º, inciso XXIII, da Constituição Federal, art. 1.228 da Lei Federal nº 10.406 de 10/01/2002 (Código Civil Brasileiro) e Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

**Fórum da Cidadania de Santos:** possui a missão de mobilizar a comunidade para promover os direitos, deveres e responsabilidade da cidadania, visando a transformação social com qualidade de vida. De caráter suprapartidário e sem fins lucrativos, reúne entidades, cidadãos e cidadãs para o exercício de cidadania participativa, ativa, solidária e coletivamente organizada.

Fonte: <http://forumdacidadania.org.br>

## G

**Geradores de resíduos:** pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades.

Fonte: Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); Decreto Federal nº 7.404/10

**Grandes Geradores:** estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços públicos e institucionais que geram resíduos sólidos em quantidade suficiente para que tenham a responsabilidade – estabelecida pelo poder público municipal – de coletá-los e destiná-los adequadamente os resíduos produzidos.

Fonte: Instituto Pólis.

# I

**Incubadora:** mecanismo que estimula a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas (industriais, de prestação de serviços, de base tecnológica ou de manufaturas leves), oferecendo suporte técnico, gerencial e formação complementar ao empreendedor. A incubadora também facilita e agiliza o processo de inovação tecnológica nas micro e pequenas empresas; coloca à disposição espaços físicos para instalação de pequenas empresas, durante prazo determinado, a preços subsidiados, que contam também com apoio administrativo e gerencial. Os gerentes das incubadoras também procuram articular parcerias e viabilizar recursos financeiros. As incubadoras podem ser empreendimentos públicos, privados ou mistos. Geralmente são compostas de conselhos em que participam representantes de universidades, institutos de pesquisa, associações e sindicatos de empresas.

Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e Agência Universidade de São Paulo - USP de Inovação.

**Instrumentos de mapeamento digital colaborativos:** plataforma digital colaborativa e de utilidade pública que permite a inserção de informações relacionadas a determinado território, por qualquer cidadão. Pode ser utilizado para tratar de diversas temáticas, como cultura e turismo, permitindo, por exemplo, o mapeamento de iniciativas de turismo sustentável.

Fonte: Instituto Pólis.

**Intermodal (transporte):** sistema que utiliza duas ou mais modalidades de transporte (rodoviário, ferroviário, hidroviário, cicloviário etc.), ao longo do trajeto percorrido, desde a origem até o destino.

Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

**Investimento social privado:** repasse de recursos privados para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Estes recursos podem ser de empresas, bem como de fundações e institutos de origem empresarial.

Fonte: GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2013.

# L

**Laudo antropológico:** documento resultante de processo de investigação antropológica que objetiva compreender a relação dos povos e comunidades tradicionais com o território que ocupam, assim como identificar a sua organização social e práticas culturais. É um documento essencial para o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas e indígenas.

Fonte: Instituto Pólis.

**Logística reversa:** instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial (fabricante, importador, distribuidor, comerciante) para reaproveitamento (em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos) ou para outra destinação final ambientalmente adequada.

Fonte: Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); Decreto Federal nº 7.404/10.

# O

**Ordenamento territorial:** regras que regulam o uso, ocupação e parcelamento do solo. Podem ser leis, decretos, portarias e resoluções emitidas pelos governos federal, estaduais e municipais, conforme as competências estabelecidas na Constituição Federal.

Fonte: Instituto Pólis.

# P

**Plano de Ação da Macrometrópole:** ferramenta de planejamento de longo prazo, que pretende dar suporte à formulação e implementação de políticas públicas e às ações de governo para o território da Macrometrópole Paulista. A Macrometrópole Paulista é composta pelas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba e Litoral norte; aglomerações urbanas e microrregiões.

Para sua realização, leva em conta o diagnóstico das principais potencialidades de desenvolvimento e dos problemas de tal território, as restrições presentes em distintas dimensões da realidade regional e a formulação de uma visão de futuro desejado (cenários do desenvolvimento futuro).

Fonte: EMPLASA.

**Plano de bacias hidrográficas:** um dos principais instrumentos de planejamento, gestão e gerenciamento dos recursos hídricos. Deve ser elaborado pelos comitês de bacias hidrográficas, numa visão de curto, médio e longo prazo a fim de promover a gestão compartilhada do uso integrado dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Na região de abrangência do Projeto Litoral Sustentável, a Região Metropolitana da Baixada Santista e a sub-região do Litoral Norte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, foram elaborados os respectivos Planos de Bacia Hidrográfica 2008 – 2011. Estes encontram-se em processo de verificação pelos comitês de bacias correspondentes por meio da elaboração dos relatórios de situação dos recursos hídricos.

Referências legais: Lei Federal nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e Lei Estadual nº 7.663/91, que institui normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos.

**Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil:** têm por objetivo dotar os gestores e moradores de instrumentos de ação, de modo a reduzir perdas de vidas humanas decorrentes de escorregamentos e inundações. Implantados nos períodos chuvosos, correspondem a uma sequência de procedimentos para atuar na iminência de um acidente. Não evitam a ocorrência dos processos, e sim de suas consequências.

Fonte: Ministério da Integração Nacional; Lei Federal nº 12.608/12.

**Plano de Desenvolvimento Estratégico:** o Plano Metropolitanamente de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista, é financiado pela Agência Metropolitana da Baixada Santista, com previsão de finalização para dezembro de 2013, e busca, entre outros objetivos, revisar o Plano Metropolitanamente de Desenvolvimento Integrado de 2002, definindo diretrizes de aplicação do Fundo Metropolitanamente para ações de curto (2015), médio (2020) e longo prazos (2030).

Fonte: AGEM e EMPLASA.

**Plano de Desenvolvimento da Educação:** lançado em 2007 pelo Governo Federal, regula a colaboração da União com os Estados e Municípios pela adesão ao compromisso “Todos pela Educação” (Decreto Federal nº 6.094/2007). Constituído por 28 metas, destacam-se entre elas o progresso nos níveis de aprendizagem e a permanência dos estudantes no sistema de ensino medidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB).

Fonte: Ministério da Educação.

**Plano Diretor de Saneamento:** instrumento de planejamento elaborado em 2011 pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP com a finalidade de programar investimentos. A câmara técnica de saneamento do Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte avalia e monitora a implantação deste e dos planos municipais de saneamento dos quatro Municípios do Litoral Norte.

Fonte: Instituto Pólis e SABESP.

**Plano Diretor de Águas:** instrumento de planejamento do sistema de abastecimento de água das regiões sul, centro e norte da Região Metropolitana da Baixada Santista, elaborado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e apresentado em 2012.

Fonte: Instituto Pólis e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

**Plano de Macrodrenagem:** plano que tem como objetivo definir quais as ações prioritárias no combate às enchentes, na redução dos efeitos das cheias em áreas comumente afetadas e naquelas com maior potencial de risco. É composto por indicações de medidas não estruturais a serem implantadas pelas administrações municipais. É composto por apontamentos sobre medidas estruturais como obras e anteprojetos de engenharia com detalhamento suficiente para orçamento e contratação.

Fonte: Instituto Pólis e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

**Plano Estadual e Planos Locais de Habitação de Interesse Social:** instrumento de implementação do Sistema Nacional de Habitação Interesse Social. Visa promover o planejamento das ações do setor habitacional de forma a garantir o acesso à moradia digna, regulamentar a expressão dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social e a integração dos três níveis de governo. Tem o objetivo de diagnosticar a situação habitacional do município, dar as orientações e diretrizes para o planejamento do setor habitacional local, tanto na área urbana quanto rural, com foco especial na habitação de interesse social para que a cidade possa planejar onde irá aplicar os recursos adquiridos, requalificar as habitações precárias existentes, além de identificar que tipo de moradia as pessoas desejam e a forma de acesso à moradia.

Fonte: Lei Federal nº 11.124/2005 (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

**Plano Regional Integrado de Saneamento:** plano que integra e articula os Planos Municipais de Saneamento da Região da Baixada Santista, a cargo da Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos.

Fonte: Instituto Pólis e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

**Planos de Regularização Fundiária:** o plano de regularização fundiária deverá definir, no mínimo, os seguintes elementos: I – as áreas ou lotes a serem regularizados e, se houver necessidade, as edificações que serão relocadas; II – as vias de circulação existentes ou projetadas e, se possível, as outras áreas destinadas a uso público; III – as medidas necessárias para a promoção da sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada, incluindo as compensações urbanísticas e ambientais previstas em lei; IV – as condições para promover a segurança da população em situações de risco, considerado o disposto no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; V – as medidas previstas para adequação da infraestrutura básica.

Fonte: Lei Federal nº 11.977/09, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

**Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas:** planos construídos por meio de reuniões, oficinas e discussões comunitárias, de modo que as comunidades indígenas possam – a partir da identificação dos potenciais e ameaças presentes nas terras que habitam – fazer um planejamento para ordenar as formas de uso e ocupação de seu território, garantindo o bem estar e qualidade de vida de seu povo hoje e no futuro. A perspectiva de viver em terras demarcadas, com limites definidos, colocou para as comunidades indígenas alguns desafios que podem ser previstos neste plano como, por exemplo, garantir o manejo e uso sustentável dos recursos naturais existentes em seus territórios e fiscalizar os limites de suas terras evitando invasões.

Referências legais: Decreto Federal nº 7.747/12 (Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas).

**Plano de Governo:** constitui-se um conjunto de metas a serem atingidas durante o mandato de determinado governante eleito. Essas metas devem ter como referência um diagnóstico da situação do município nas mais diversas áreas. Nesse plano devem estar registradas as prioridades e as ações propostas para atingir essas metas, considerando a definição de prazos, responsáveis por sua execução, acompanhamento e avaliação.

Assegurando o caráter democrático e participativo, esse plano deve ser apresentado à população de forma transparente e atualizado permanentemente, tendo como referência o plano diretor (Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/01). Os recursos para atingir as metas estabelecidas devem ser registrados no Plano Plurianual (PPA).

Fonte: Instituto Pólis.

**Plano de manejo:** documento técnico que, fundamentado nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. O plano de manejo da unidade de conservação é elaborado pelo órgão gestor ou pelo proprietário no caso de áreas particulares. Sua aprovação se dá mediante portaria ou resolução do conselho gestor da unidade de conservação.

Fonte: Lei Federal nº 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Decreto Federal nº 4.340/2002.

**Plano Municipal de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos:** instrumento de planejamento (diretrizes, instrumentos, metas) que um município elabora com vistas à implementação de ações na área de resíduos sólidos para um cenário de 20 anos, com revisões periódicas a cada quatro anos. O plano constitui uma condição fundamental para que os Municípios tenham acesso à recursos da União Federal destinados ao setor de resíduos sólidos.

Fonte: Instituto Pólis, Lei Federal nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto Federal nº 7.404/10.

**Plano Municipal de Redução de Risco:** plano que contém uma série de medidas e ações para minimizar problemas ambientais e sociais das áreas de risco de escorregamento em assentamentos precários. Buscam prevenir novos deslizamentos, a contenção de encostas em áreas de risco, o controle de enchentes e inundações com obras de drenagem, além da redução de áreas vulneráveis a deslizamentos.

Fonte: Ministério do Planejamento.

**Planos Municipais de Saúde:** documento que sintetiza o conjunto de proposições políticas do governo municipal na área de saúde, de acordo com a Política Nacional de Saúde.

Fonte: Lei Federal nº 8.142/90.

**Plano Municipal de Mobilidade:** instrumento de implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, obrigatório para Municípios com mais de 20 mil habitantes e para todos com obrigatoriedade de aprovação do plano diretor. É condição para receber recursos federais de mobilidade urbana.

Referência legal: Lei Federal nº 12.587/12, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

**Plano Diretor:** instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana que deve ser aprovado por lei municipal. Estabelece o conteúdo concreto da função social da propriedade urbana e engloba a área urbana e rural.

Fonte: art. 182 da Constituição Federal de 1988; Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

**Plano Plurianual – PPA:** instrumento de planejamento governamental instituído por lei que orienta a administração pública na execução dos gastos e na aplicação dos investimentos. O PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital (relativas a obras e construção de equipamentos públicos) e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. O PPA tem abrangência de quatro anos, iniciando no segundo ano de uma gestão e terminando no primeiro ano da seguintes.

Fonte: Instituto Pólis.

**Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica:** tem por objetivo fornecer subsídios e apontar ações prioritárias para a conservação e recuperação da vegetação nativa e da biodiversidade em municípios recobertos, no todo ou em parte, pelo bioma Mata Atlântica. São considerados prioritários os projetos destinados à conservação e recuperação das áreas de preservação permanente, reservas legais, reservas particulares do patrimônio natural e áreas do entorno de unidades de conservação.

Referências legais: Lei Federal nº 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências; Decreto Federal nº 6.660/08)

**Plano Nacional de Educação:** a Constituição Federal determina que o Congresso aprove planos plurianuais com vistas à consecução dos objetivos do sistema nacional de educação. Tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº 103/12 que trata do Plano Decenal de Educação, composto por 20 metas prioritárias e respectivas estratégias, às quais devem adequar-se os planos estaduais e municipais de educação.

Fonte: Instituto Pólis.

**População flutuante:** indivíduos que migram de um Município para outro por algumas horas com objetivo de estudo, trabalho, comércio ou lazer. Também inclui-se nesta categoria a população pendular, isto é, aquela que reside em um Município e trabalha ou estuda em outro, migrando diariamente para realizar estas atividades.

**Pós consumo:** quando os produtos não têm mais vida útil, tornam-se obsoletos e são descartados.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

**Produção e Consumo Sustentáveis:** trata-se da aplicação de uma abordagem integrada entre produção e consumo, objetivando a sustentabilidade, tendo em vista que há uma relação de influência e dependência recíproca entre essas duas dimensões da ação humana.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente.

**Programações anuais de saúde:** instrumento que operacionaliza as intenções expressas nos planos de Saúde, cujo propósito é determinar o conjunto de ações voltadas à gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e à promoção, proteção e recuperação da saúde dos usuários do sistema.

Referências Legais: Portaria Federal nº 3.332/2006 do Ministério da Saúde.

## R

**Reclassificação das unidades de conservação:** consiste em transformar o todo ou parte de uma unidade de conservação existente em uma determinada área em outra tipologia de área protegida definida na Lei Federal 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC). Um exemplo possível de reclassificação é a transformação de um Parque Estadual em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

**Região metropolitana:** regiões constituídas por um conjunto de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Fonte: art. 25, Constituição Federal.

**Resíduos sólidos:** resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (NBR10004:2004).

Fonte: Instituto Pólis.

**Resíduos secos:** são resíduos não orgânicos, constituídos principalmente por embalagens fabricadas a partir de plásticos, papéis, vidros e metais diversos, entre outros.

Fonte: Instituto Pólis.

**Responsabilidade social das empresas:** compromisso com o desenvolvimento social do entorno e da localidade de atuação das empresas e de seus negócios.

Fonte: Instituto Ethos de Responsabilidade Social, 2013.

**Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS):** área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações, adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, além de valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidos por estas populações. A visitação pública e a pesquisa científica são permitidas, bem como a exploração de componentes do ecossistema natural em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis (desde que previstas no plano de manejo e buscando-se evitar demandas contrárias à sustentabilidade do ecossistema).

Fonte: Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

**Reserva Extrativista (RESEX):** domínio público com uso concedido às populações extrativistas tradicionais mediante contrato de concessão de direito real de uso. Seu objetivo é proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais (agricultura de subsistência, criação de pequenos animais) e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. A visitação pública e a pesquisa científica são permitidas (desde que definida no plano de manejo). São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística e profissional.

Referências legais: Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

**Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN):** unidade de conservação da natureza de uso sustentável, de domínio privado, que tem como objetivo conservar a diversidade biológica. Ela é gravada com perpetuidade por intermédio de um termo de compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.

Referências legais: Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

## S

**Segurança alimentar e nutricional:** direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Referências legais: Lei Federal nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS):** tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do país.

Fonte: Lei Federal nº 11.124/05

**Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional:** direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Fonte: 2ª Conferência Nacional de SAN, Olinda, 2004.

**Sociobiodiversidade:** relação entre bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**Subcrédito Social:** modalidade de crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, banco de fomento a investimentos produtivos e sociais. Vinculado ao financiamento de um determinado projeto produtivo, é um recurso destinado ao apoio de projetos envolvendo as comunidades nas áreas de influência geográfica das empresas e ações, que beneficiem segmentos da população, mesmo aqueles que não estejam associados às iniciativas empresariais ou em suas áreas de influência, mas que visem somar esforços com programas e políticas sociais públicas.

Fonte: BNDES, 2013.

## T

**Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS):** documento emitido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU em favor das comunidades tradicionais que visa disciplinar a utilização e o aproveitamento de imóveis da União voltados à moradia e subsistência dessa população.

Referência legal: Portaria da Secretaria de Patrimônio da União nº 89/2010

**Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios:** são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Fonte: art. 231 da Constituição Federal.

**Turismo de base comunitária:** modelo de desenvolvimento turístico protagonizado pelas comunidades locais que visa a apropriação, por parte dessas, dos benefícios advindos da atividade turística. Orienta-se pelos princípios da economia solidária, associativismo e valorização da cultura local.

Fonte: Ministério do Turismo, 2008.



# U

**Unidades de conservação:** espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Referência legal: Lei nº 9985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

**Unidade de conservação de uso integral:** visam a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais. Podem ser classificadas em: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

Referência legal: Lei nº 9985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

**Unidades de conservação de uso sustentável:** tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza e o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Visa a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. São classificadas em: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Fonte: Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

**Uso direto:** aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais.

Fonte: Lei Federal nº 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

**Uso indireto:** aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.

Fonte: Lei Federal nº 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

**Uso sustentável:** exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

Fonte: Lei Federal nº 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

# Z

**Zoneamento Ecológico Econômico:** instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas. Estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população. O Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro, especificamente, orienta o processo de ordenamento territorial, necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade do desenvolvimento da zona costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico do território nacional, como mecanismo de apoio às ações de monitoramento, licenciamento, fiscalização e gestão.

Fonte: Decreto Federal nº 4.297/02; Decreto Federal nº 5.300/04.

**Zona de amortecimento:** região do entorno das unidades de conservação em que as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. Os limites da zona de amortecimento podem ser definidos no ato de criação da unidade ou posteriormente.

Fonte: Lei Federal nº 9985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.





O trabalho *Agendas de desenvolvimento sustentável: contribuições para a Baixada Santista e Litoral Norte de São Paulo* do Instituto Pólis está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição – NãoComercial 4.0 Internacional

Agendas de Desenvolvimento  
Sustentável: contribuições para a  
Baixada Santista e Litoral Norte  
de São Paulo  
TIRAGEM 3.000 exemplares  
IMPRESSÃO Pigma

Instituto Pólis  
Rua Araújo, 124, Centro  
CEP 01220-020  
São Paulo SP Brasil  
Tel.: 55 11 2174 6800  
Fax: 55 11 2174 6848

CONTEÚDO: Equipe do *Projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social*  
COORDENAÇÃO: Nelson Saule Júnior, Danielle Klintowitz e Guadalupe M. J. Abib de Almeida  
JORNALISTA RESPONSÁVEL: Bianca Pyl (Mtb: 48636)  
COORDENAÇÃO DE CONTEÚDO: Mariana Levy Piza Fontes e Maria Beatriz Cruz  
EDIÇÃO DE TEXTO: Elisa Camarote  
REVISÃO ORTOGRÁFICA: Roberta Jovchelevich  
REVISÃO FINAL: Diogo Soares  
PRODUÇÃO: Júlio Pedrassoli e Vitor Coelho Nisida  
DIREÇÃO DE ARTE: Renata Alves de Souza | Tipográfico Comunicação  
DIAGRAMAÇÃO: Luisa Nasraui | Tipográfico Comunicação  
[www.litoralsustentavel.org.br](http://www.litoralsustentavel.org.br) | [comunicacao@litoralsustentavel.org.br](mailto:comunicacao@litoralsustentavel.org.br)